

**Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Centro De Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Departamento de Ciências Administrativas – DCA
Programa de Pós-Graduação Em Administração – PROPAD**

José Raimundo Cordeiro Neto

***Enactment* em processos de organizar: lições da
Convivência com o Semiárido brasileiro, numa
abordagem da prática**

Recife, 2019

José Raimundo Cordeiro Neto

***Enactment* em processos de organizar: lições da Convivência com
o Semiárido brasileiro, numa abordagem da prática**

Orientadora: Profa. Dra. Jackeline Amantino de Andrade

Tese apresentada como requisito complementar para a obtenção do Grau de Doutor em Administração, área de concentração Gestão Organizacional, junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE.

Recife, 2019

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

C794e	Cordeiro Neto, José Raimundo <i>Enactment</i> em processos de organizar: lições da convivência com o Semiárido brasileiro, numa abordagem da prática / José Raimundo Cordeiro Neto. - 2019. 292 folhas: il. 30 cm. Orientadora: Prof. ^a Dra. Jackeline Amantino de Andrade. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2019. Inclui referências e apêndices. 1. Semiárido. 2. Ontologia. 3. Prática. I. Andrade, Jackeline Amantino de (Orientadora). II. Título. 658 CDD (22. ed.)	UFPE (CSA 2021 – 057)
-------	---	-----------------------

José Raimundo Cordeiro Neto

***Enactment* em processos de organizar: lições da Convivência com o Semiárido brasileiro, numa abordagem da prática**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Administração. Área de concentração: Gestão Organizacional.

Aprovada em: 29/04/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jackeline Amantino de Andrade (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. André Luiz Maranhão de Souza Leão (Examinador interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Ariádne Scalfoni Rigo (Examinadora externa)

Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão (Examinador externo)

Universidade Federal de Lavras

Prof. Dr. Alexsandro dos Santos Machado (Examinador externo)

Universidade Federal de Pernambuco

Para Vilani e Juvino.

Agradecimentos

Dentre os muitos que participaram da experiência que aqui resulta, sou grato à Professora Jackeline Amantino de Andrade, pelo acompanhamento acadêmico ao longo de quase uma década, pela orientação desde o mestrado, disciplinas ofertadas, conversações e, sobretudo, pela confiança que manteve em mim durante este tempo.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (Propad/UFPE), nas pessoas de coordenadores, docentes, técnicos-administrativos, discentes, estagiários e profissionais dos serviços de copa e cozinha, minha gratidão.

Às turmas discentes que integrei no curso de disciplinas diversas, no Propad/UFPE, em especial a Carlos Everaldo Costa e Lizandra Araújo.

À Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), agradeço pelo afastamento das atividades docentes, concedido durante parte do doutoramento.

A José de Arimatéia Valadão, agradeço pelas agradáveis e inspiradoras conversas, iniciadas em 2010, quando ingressei no mestrado. A ele e a sua esposa, Daniela Valadão, e também a Rita Rovai, devo a hospitalidade obtida em muitas das idas ao Recife.

Agradeço a Lucas Feitosa, pela escuta paciente e pela partilha de várias observações importantes, durante o processo de pesquisa e de escrita.

Sou grato a Patrícia Beserra e a Jandirinha, pelo convívio familiar mantido durante o percurso. Também aos meus pais (Juvino e Vilani) e aos meus irmãos (Lucas, Vinícius e Romário).

Aos colegas de trabalho e amigos que acompanharam o desenvolvimento de uma ou outra parte do caminho. Em especial, agradeço a Ailson Andrade, Arcanjo Ferreira, Auxiliadora Alves, Carolina Martins, Ilbetania Batista, Marcelo Vieira, Mirele Feitosa e Platini Fonseca.

Agradeço aos profissionais do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa), em Juazeiro-BA, especialmente a Tiago Pereira e José Moacir dos Santos, pelo imprescindível apoio durante a pesquisa de campo. Pelo mesmo motivo, sou grato a cada participante da 25ª turma da Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido, aos agricultores, agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural, estudiosos e tantos outros com quem estive no processo de coleta de dados, em várias localidades do Semiárido. À Fabiana Costa e Cocisfran Cordeiro, por terem oportunizado contato com a família de Seu José Rodrigues, em Salitre-CE. Aos professores André Leão, Ariadne Rigo, Alexsandro Machado, José de Arimatéia Valadão e Rafael Alcadipani, membros examinadores nas bancas de qualificação do projeto de pesquisa ou de defesa da tese, minha gratidão pelos comentários e provocações compartilhados.

Resumo

Especialmente a partir dos anos 2000, a noção de Convivência com o Semiárido Brasileiro (CSab) tornou-se mais presente nos debates públicos quanto ao problema hídrico da parte semiárida do Brasil. Além disso, a CSab também passou a permear importantes programas públicos que envolvem a segurança hídrica de famílias rurais naquela região. A partir da evidência empírica de que a CSab compreende práticas bastante singulares, a presente pesquisa se propôs abordar os processos de organizar naquele campo, enfatizando as particularidades ontológicas que eles apresentam. Lançamos mão da Teoria do Ator-Rede (TAR) como lente teórico-analítica, numa abordagem do campo a partir das práticas que o constituem. Uma pesquisa de orientação etnográfica foi desenvolvida entre os meses de fevereiro/2017 e junho/2018 e os dados produzidos foram analisados mediante uma adaptação do dispositivo da Preposição, proposto por Bruno Latour. Os achados trazidos à discussão indicam que o campo de práticas pesquisado *enacta* à realidade, de modo bastante próprio, elementos diversos como água, solos, pastagens, animais, reservatórios de recursos hídricos, agricultores e profissionais especializados, dentre outros. A partir das distinções ontológicas com que esses atores são performados nas práticas, o campo registra processos de *organizing* igualmente singulares. Essas constatações advindas da pesquisa empírica são, então, discutidas como aprendizados na tarefa de desenvolver maneiras renovadas para abordar processos de organizar em suas peculiaridades, permitindo compreendê-los em suas distinções qualitativas. Assim, enquanto pesquisas com base na TAR geralmente limitam-se a tratar do *organizing* enfatizando a composição de coletivos híbridos, esse texto propõe avançar sobre o terreno das particularidades ontológicas que as práticas conferem aos processos de organizar.

Palavras-chave: Convivência com o Semiárido Brasileiro. Ontologia. Enactment. Prática. Organizing. Estudo Baseado em Prática.

Abstract

Since the 2000s, the notion of Living with the Brazilian Semi-Arid (CSab) has become more present in public debates about the water problem of the semi-arid part of Brazil. In addition, CSab has also permeated important public programs involving the water security of rural families in that region. From the empirical evidence that CSab presents quite singular practices, this research has proposed to approach the processes of organizing in that field, emphasizing its ontological particularities. We use Actor-Network Theory (TAR) as a theoretical-analytical lens, in a field approach based on the practices that constitute it. An ethnographic orientation research was developed between the months of February / 2017 and June / 2018 and the data produced were analyzed by means of an adaptation of the device of the Preposition, proposed by Bruno Latour. The findings suggest that the field of practices researched enacts elements such as water, soils, pastures, animals, reservoirs of water resources, farmers and specialized professionals, among others, in a very unique way. From the ontological distinctions with which these actors are performed in the practices, the field registers equally singular processes of organizing. These findings from empirical research are then discussed as learning in the task of developing renewed ways to approach processes of organizing in their peculiarities, allowing to understand them in their qualitative distinctions. Thus, while TAR-based research is usually limited approach the organizing by emphasizing the composition of hybrid collectives, this text proposes to move forward on the ground of the ontological particularities that the practices confer on the organizing processes.

Palavras-chave: Living with the Brazilian Semi-Arid. Ontology. Enactment. Practice. Organizing. Practice Based Study.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Aproximando-nos das práticas na CSab e indagando sobre suas peculiaridades	15
1.2 Sobre a lente teórica com a qual abordamos as práticas de CSab	21
1.3 Buscando singularidades nas práticas de CSab: uma síntese da questão de pesquisa	26
1.4 Porque abordar práticas de CSab da maneira que propomos: outros elementos	27
1.5 Sobre os capítulos que compõem esta tese	29
2 QUESTÕES DE NATUREZA TEÓRICA PARA COMPREENSÃO DO FENÔMENO ORGANIZACIONAL	30
2.1 Fugindo da ênfase estrutural: das organizações ao organizing	33
2.1.1 Organizações como unidade de análise	33
2.1.2 Da herança da sociologia estrutural a modos alternativos de pensar sobre o organizacional	35
2.1.3 A ideia preliminar de organizações como processos em Karl Weick	39
2.1.4 Outros deslocamentos ontológicos: o organizing mediante as abordagens da prática	45
2.2 Teoria do Ator-Rede e seus elementos iniciais para o estudo das organizações	53
2.2.1 Princípios fundamentais: agnosticismo, simetria generalizada e livre associação	55
2.2.2 Controvérsias: <i>loci</i> de relacionalidades e de produção de identidades	56
2.2.3 Associações: operações básicas de constituição de novos elementos em coletivos heterogêneos	59
2.2.4 A indefinição do ator, a incerteza quanto à ação e as operações de translação	60
2.2.5 O processo de composição progressiva do mundo	62
2.3 Performatividade e enactment	65
2.3.1 Realidades localizadas e múltiplas: as implicações ontológicas das práticas	66
2.3.2 O aspecto espacial implicado na performatividade das práticas	68
2.3.3 Termos de referência na abordagem da multiplicidade ontológica	71
2.4 Modos de existência	74
2.4.1 Necessidade de novos aparatos analíticos: desvencilhando-se de algumas armadilhas	77
2.4.2 A preposição: um novo dispositivo para a análise das práticas	83

2.5 O organizing a partir da abordagem dos modos de existência	87
3 SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	91
3.1 Um estudo baseado na prática, com uso etnográfico da TAR	91
3.2 A questão da familiaridade com o campo	93
3.3 O trabalho de campo: do acesso às formas de produção dos dados	100
3.4 O campo como um campo de práticas: uma rede mais que uma delimitação espacial	104
3.5 Questões de escala e de contexto	106
3.6 O lugar do organizacional no campo	107
3.7 Questões de reflexividade sobre o trabalho de campo	109
3.8 Sobre a análise dos dados e a apresentação dos resultados	114
4 A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO A PARTIR DO CAMPO DE PRÁTICAS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS PRODUZIDOS	119
4.1 Encontrando atores e/em atividades, na trajetória da pesquisa de campo	120
4.1.1 Um primeiro olhar sobre variedades sociomateriais e suas conexões	124
4.1.2 Introduzindo a dispersão espaço-temporal na nossa compreensão sobre o campo	135
4.1.3 Ampliando a lista de atividades e dos partícipes de nosso campo de práticas	141
4.1.4 Objetos diferentemente enactados ou apenas distintos modos de uso de um mesmo objeto?	152
4.1.5 Registrando outras conexões em cena e nos mantendo a salvo dos contextualismos	154
4.1.6 Evidências de movimentos de expansão nos coletivos estudados: trajetórias de mudanças	159
4.1.7 O enactment das práticas em outros objetos: jovens, Semiárido, Convivência e outros híbridos	162
4.1.8 Dos jovens agricultores às comunidades rurais, Escolas Famílias Agrícolas e educação contextualizada: deslocando-nos entre associações	180
4.1.9 Outras conexões: “caráter religioso”, textos legislativos, governos e Estado, num modo específico de enactment	186
4.2 Elaborando uma compreensão sobre a singularidade do processo de organizar no campo de práticas estudado	193
4.2.1 Erros de categoria em cena: um primeiro passo na compreensão das distinções em nosso campo	196

4.2.2 Caatingas, cabras e agricultores: começando a discernir sobre maneiras singulares de associar	209
4.2.3 Compreendendo hiatos que precisam ser cruzados na trajetória de nosso campo de práticas	217
4.2.4 O tamanho mínimo da terra nas cadeias de associações e as singularidades do campo	224
4.2.5 Transformações pela aglutinação de camadas de complexidade aos objetos	230
4.2.6 O caso das águas: enactando objetos complexos, em vez de remover qualidades secundárias	235
4.2.7 Sobre o entendimento prático do que seja um pertencimento adequado ao campo	241
4.2.8 Uma compreensão sobre as condições de verificação	247
4.2.9 Os processos de organizar na CSab e suas ininterruptas reprises	254
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	262
Referências	269
Apêndice A - Fotografias referenciadas no Capítulo 4	278

1 Introdução

“...é uma complicação quando se tem de explicar que na maneira de perguntar já se escolhe o tipo de resposta”¹.

Geovane é um jovem com aproximadamente 20 anos de idade. Equipando-se com um pluviômetro bastante rudimentar, artesanalmente fabricado por ele, o jovem costuma medir as chuvas que caem na propriedade rural onde que vive com sua família, em um povoado do Distrito de Massaroca. Tal distrito está localizado no município de Juazeiro, norte do estado da Bahia-Brasil.

Demonstrando certa segurança, o rapaz afirmava, ao final do mês de Julho de 2017, que nos 12 meses anteriores as chuvas em sua comunidade haviam somado apenas 100 milímetros, dos quais 50mm ele registrara em Dezembro de 2016 e outros 50mm no mês de Fevereiro de 2017. Ele explicava a informação: significava que cada metro quadrado de solo da propriedade familiar recebera, das chuvas, apenas 100 litros de água e, ainda assim, em apenas dois dos 12 meses do período. Acrescentava que há mais de cinco anos não chovia *normalmente*, conforme os registros pluviométricos que ele mantém mensalmente, em planilhas traçadas a mão em um caderno comum.

Quando assegura que as precipitações pluviométricas anuais estão *abaixo do normal* há tantos anos, Geovane toma como valores de referência as médias anuais (entre 200 e 800 mm) pelas quais meteorologistas, especialistas em recursos hídricos, legisladores, dentre muitos outros, definem a parte do país em que aquela comunidade rural se encontra: o Semiárido brasileiro ou, simplesmente, Sertão.

Eis a região semiárida mais povoada do planeta. Ali, cerca de 27 milhões de pessoas habitam lugares que se tornaram conhecidos, principalmente, por essas reduzidas médias anuais de precipitação pluviométrica, irregularmente distribuídas pela região e concentradas em

¹ João Ubaldo Ribeiro (2011). Viva o povo brasileiro. Rio de Janeiro. Objetiva.

poucos meses do ano². Não se trata apenas de viver em locais onde chove pouco em poucos meses de cada ano, mas também da elevada exposição à possibilidade de não chover durante anos seguidos ou de, mesmo havendo chuvas, que essas fiquem muito abaixo das já reduzidas médias históricas da região. Além desses aspectos, solos pouco propícios à retenção das águas, combinados com elevados níveis de temperatura - e de evaporação - terminam por caracterizar o chamado quadro de *déficit hídrico* regional.

Esse *déficit* tem implicações importantes nas atividades diárias de Geovane e de sua família. Implica, por exemplo, a necessidade de lidar adequadamente com o rebanho de cabras e ovelhas criadas na propriedade familiar e nas áreas de terras abertas do povoado. Mesmo o tipo de animais criados é parte dessas implicações. Comparadas a animais de maior porte, como o gado bovino, cabras e ovelhas são conhecidas pelo menor consumo diário de água e de pastagens, ao tempo que permitem a muitas famílias locais disporem de produtos valorizados nos mercados locais. O tamanho dos rebanhos, contudo, precisa ser alvo de constante atenção e compatibilizado com as possibilidades de produção e armazenamento de pastagens (cultivadas e/ou fornecidas pela vegetação nativa, a *Caatinga*), as quais variam junto com as variações nas médias anuais das chuvas. Quando há mais chuvas, geralmente há mais disponibilidade de alimentos para esses animais e os rebanhos tendem a crescer, mas Geovane aprendeu, junto à proficiência na fabricação e leitura de pluviômetros, a limitar esse crescimento à *capacidade de suporte da caatinga e das reservas de alimentos*. Com essas competências, ele evita maiores problemas nos períodos de estiagem, estes sempre tão recorrentes quanto incertas as suas durações.

Não é à toa, portanto, que atividades como essa, da criação de cabras e ovelhas que encontramos sendo desenvolvida no Distrito de Massaroca, façam parte do cotidiano de muitas famílias rurais do Semiárido brasileiro e estejam constantemente presentes nos debates sobre a situação da escassez de chuvas na região. A ovinocaprino cultura, nesse sentido, figura nas discussões como uma das possibilidades para a *convivência* com os *déficits hídricos* e outras características do Semiárido, nos termos costumeiros empregados nesse debate.

Tais discussões parecem intensificadas em períodos nos quais a insuficiência das chuvas se torna mais severa. Especialmente ao longo do ano de 2017, período de aprofundamento de nossa pesquisa em campo, um grande número de seminários, encontros, conferências e reuniões

² Nessa região, conforme o Instituto Nacional do Semiárido – INSA, encontram-se cerca de 27 milhões de habitantes, distribuídos por mais de um milhão de Km². Essa população equivale a cerca de 42,57% da população do Nordeste do país e aproximadamente 12% da população brasileira. Ao todo, o Semiárido compreende 1.262 municípios.

diversas foi realizado por diversas organizações (Universidades, centros públicos de pesquisa, organizações não governamentais, sindicatos e associações, dentre outras), demonstrando a existência de elevada preocupação com a continuidade de uma seca que, à época, já durava ao menos seis anos. Alguns envolvidos nos debates diziam não haver precedentes, em suas experiências de décadas na região, de tamanho prolongamento da seca.

Para muitos dos participantes do debate, contudo, apesar da gravidade daquela situação, os fenômenos de seca nos dias atuais estariam longe de acarretar a dramaticidade do que teria ocorrido 20 ou 30 anos atrás, em caso de semelhante ausência de chuvas. De fato, como se pôde perceber percorrendo a região ou acompanhando suas notícias, o cenário alarmante de fome, sede, epidemias, crescimento da mortalidade infantil, migrações em massa e ondas de saques em estabelecimentos comerciais era coisa que não se verificava em 2017. Ao menos em termos de ocorrência generalizada, estão ausentes essas, dentre outras mazelas, que foram recorrentes na história dessa parte do país e que inspiraram grandes obras na literatura brasileira, como os famosos romances de Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos³.

A possibilidade de essa região viver um cenário de acirramento do *déficit* hídrico sem adentrar em um estado de calamidade social, como teria ocorrido em outros tempos, tem a contribuição das chamadas *práticas de Convivência com o Semiárido*, um conjunto do qual participa a criação de cabras à maneira do jovem Geovane. Essa é uma tese frequentemente sustentada em muitos debates, manifestações de rua, reportagens, artigos de opinião, livros, relatórios, discursos políticos, textos acadêmicos e tantas outras manifestações sobre temáticas que geralmente envolvem o baixo nível de chuvas e seus efeitos no Sertão. Fala-se, assim, costumeiramente, de uma *Convivência com o Semiárido brasileiro*, termo em nosso texto quase sempre abreviado para *CSab*, como sendo um conjunto de *práticas*, mas também como uma *política*, uma *perspectiva* ou *paradigma de desenvolvimento* ou, ainda, uma *maneira de viver* no Semiárido.

A referência a essa tese, nesses debates, geralmente enfatiza o argumento de que há uma novidade histórica nas últimas décadas: a CSab teria alcançado, sobre as políticas para a região, uma influência sem precedentes, auxiliando as populações locais, sobretudo as comunidades rurais, a mitigarem as consequências do problema climático⁴. Partindo desses debates e

³ Respectivamente, *O Quinze* (1930) e *Vidas Secas* (1938), que tratam dos cenários de fome e de miséria nessa região do país, em períodos de secas prolongadas.

⁴ Muito embora não seja recente a ideia de que as populações e atividades locais poderiam se beneficiar de modos adequados de relacionamento com os aspectos físico-climáticos do Semiárido, reduzindo a vulnerabilidade em períodos de secas (CAMPOS, 2014), parece não haver precedentes históricos de tamanha inserção dessa *perspectiva da convivência* nas políticas públicas voltadas para a região. Ainda, talvez seja possível sustentar que

considerando outras diversas evidências, podemos mesmo dizer que, enquanto a noção de *política regional* no Brasil sempre tomou a região semiárida como região-problema, a própria terminologia *Semiárido brasileiro* não se mostrava muito frequente nas discussões (FURTADO, 1959; CASTRO, 1975; ANDRADE, 2005; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011; CAMPOS, 2014). A discussão sobre os assuntos regionais era quase sempre feita por meio da menção ao Nordeste, região na qual está a maior parte semiárida do país. Diferentemente, especialmente a partir dos anos 2000 e não apenas no plano local, as referências ao Semiárido e à CSab parecem cada vez mais notáveis (DINIZ, 2007; COSTA, 2017), o que torna mais convincente a defesa de que haja, atualmente, novidades importantes nas questões em torno do longo problema hídrico.

Em várias referências sobre a CSab, muitos dos problemas que persistem na região são, inclusive, tomados como decorrentes do conservadorismo das políticas regional e nacional em não envidarem o apoio necessário aos atores locais que conduzem as *práticas de Convivência*. Se houve perdas significativas com o rebanho bovino em anos recentes, por exemplo, isso seria devido à reduzida atenção ao imperativo de ampliar pecuárias alternativas e apropriadas à região, como a ovinocaprinoicultura. Se tantas comunidades e municípios ainda lidam com condições críticas de abastecimento hídrico, para citar outro exemplo, isso se deveria à inadequação dos tipos predominantes de reservatórios e à recusa governamental em investir mais expansivamente em alternativas apropriadas de gestão das águas, como a ampliação da captação de água da chuva em períodos específicos, as medidas de reuso e a construção de pequenas adutoras.

De todo modo, como argumenta um dos ativistas da CSab, ainda que haja inúmeros avanços a serem conquistados, o Sertão não está nos noticiários como lugar de *um milhão de mortes* decorrentes da seca atual (pós 2012) e isso seria pouco provável, por exemplo, sem as centenas de milhares de cisternas rurais construídas pelas famílias rurais sertanejas, ao longo dos últimos 20 anos⁵. Tais cisternas, como veremos, são outras a ocuparem lugar de destaque no conjunto de práticas da CSab, ao lado de cabras e ovelhas.

as formas contemporâneas de Convivência com o Semiárido compreendem novidades em relação à ideia historicamente mais remota de *Convivência com a Seca*.

⁵ O ativista se refere à construção de reservatórios domiciliares (cisternas), com capacidade de armazenamento de 16 mil litros de água, cada uma. As cisternas possuem dutos pelos quais captam a água das chuvas que caem sobre os telhados das residências rurais, armazenando-as nos meses do ano em que há chuvas, e destinando-as para o consumo nos períodos de estiagem. Esses reservatórios têm sido construídos, desde o início dos anos 2000, pelas organizações não governamentais do Fórum de Articulação no Semiárido (Asa Brasil) junto com as famílias da região, com financiamento do Governo Federal, por meio do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). Essas cisternas, ao lado das residências rurais, tornaram-se, com isso, presenças muito comuns em toda a paisagem das comunidades rurais no Sertão brasileiro.

Um olhar mais ampliado para o Sertão, por sua vez, facilmente nos conduzirá a reforçarmos o entendimento de que isso, denominado por CSab, parece ter tomado um caminho de crescente presença na região. Ela, realmente, parece ter adentrado cada vez mais o repertório dos atores locais na sua necessidade de enfrentar os problemas regionais. Na região, diversos agricultores e agricultoras demonstram práticas agropecuárias como alegados modos de fazer a CSab. Suas propriedades familiares, associações e cooperativas, tornam-se, então, espaços nos quais a CSab é realizada e demonstrada em termos de viabilidade. Há, também, muitas organizações não governamentais que postulam a CSab em suas iniciativas, especialmente junto às famílias agricultoras em comunidades rurais. Organizações públicas apoiam diversos projetos dessas organizações e ampliam o alcance da *Convivência*. Parlamentares de diferentes estados formulam e aprovam legislações sobre a matéria. Premiações nacionais e internacionais dão visibilidade a práticas que recebem aquela denominação. Eventos diversos são realizados tomando a temática da CSab como eixo central de suas programações. Pesquisas realizadas por universidades põem a *Convivência* como fenômeno de investigação. Disciplinas e mesmo cursos de pós-graduação são formulados sobre o assunto. Enfim, muitas seriam as evidências de que há algo, a que denominam *Convivência com o Semiárido*, circulando, efetivamente, nessas coletividades.

1.1 Aproximando-nos das *práticas* na CSab e indagando sobre suas peculiaridades

Em um movimento de maior aproximação em direção à identificação dos elementos que se fazem presentes, nesse debate ao qual aludimos anteriormente, realizamos um levantamento dos tópicos manifestados em duas importantes formas de referência à CSab: a) dois textos legislativos que tratam do assunto, a saber, a Lei Nº 14.922, de 18 de março de 2013 (estado do Pernambuco) e a Lei Nº 13.572, de 30 de agosto de 2016 (estado da Bahia); e b) conteúdos produzidos pelo Fórum Articulação no Semiárido Brasileiro (Asa Brasil)⁶, especificamente suas *cartas políticas* e as publicações em sua página na *internet* e em seu perfil oficial no *Facebook* (no período entre dez/2016 e dez/2017).

Explorando cada um desses grupos de materiais, tratamos de fazer uma listagem dos elementos encontrados e identificados como associados ao debate daquilo referido como CSab.

⁶ Criado em 1999 e com sede em Recife-PE, esse fórum congrega centenas de organizações do Semiárido, reunidas para a defesa do que chamam de CSab.

Em seguida, as listagens foram compiladas e o resultado está apresentado no **Quadro 1.1**, a seguir.

Realizada essa apreciação introdutória, o que se percebeu foi uma elevada diversidade de elementos que são convocados nesse debate, associados à CSab. Certamente, é preciso reconhecer que a listagem apresentada no Quadro 1.1 se encontra em um nível de sistematização bastante elementar. Há razões, entretanto, para que evitemos aperfeiçoar apressadamente esse conjunto de elementos. Aqui, cabe registrar ao menos quatro dessas razões.

Primeiro, acreditamos que manter esse caráter simples da listagem, em vez de reduzir essa lista por conveniência do observador, preserva a diversidade da composição aludida. Isto é, sem uma adicional consideração empírica das maneiras pelas quais esses elementos são tomados nas práticas envolvidas com a CSab, pode ser mais sensato o risco de soar provisoriamente vago, equivocado ou até repetitivo na listagem, do que arriscar um reducionismo de difícil reversão.

Segundo, o caráter vago de algumas denominações evita agregar-lhes sentidos que podem se mostrar pouco realistas quando da sua apreciação nos fenômenos, tal qual ocorrem nas práticas.

Terceiro, o modo relativamente desorganizado e não hierarquizado, na apresentação dos componentes desse elenco, permite deixar em aberto a diversidade de associações possíveis entre eles, bem como a maior ou menor centralidade de cada um no tecido da CSab.

Quadro 1.1_Listagem preliminar de elementos participantes do debate sobre CSab

Tecnologias sociais (por exemplo, cisternas de captação e armazenamento de água da chuva);	Poços tubulares, águas subterrâneas;	Abelhas;	Violência contra a mulher;
Água;	Crise hídrica;	Cabras;	Consumo responsável;
Agroecologia;	Gestão das águas;	Ovelhas;	Consumo de alimentos;
Sementes;	Transgênicos;	Ervas medicinais;	Cidadania rural;
Mulheres rurais;	Políticas públicas;	Frutas da caatinga;	Quintais produtivos;
Agronegócio;	Soberania alimentar;	Beneficiamento de frutos;	Rádios comunitárias;
Agrotóxicos;	Alimentação;	Caatinga;	Grandes obras;
Quilombos, povos tradicionais, comunidades tradicionais;	Segurança alimentar e nutricional;	Recursos hídricos;	Transposição;
Assistência técnica e extensão rural;	Bancos de sementes, casas de sementes;	Programa Cisternas;	Ecologia;
Concentração de terra;	Agricultura familiar;	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);	Ecossistemas;
Economia solidária;	Reforma agrária;	Feiras de caprinos e ovinos;	Ciclos de chuvas;
Direitos humanos;	Agrobiodiversidade;	Crédito rural;	Escolas rurais;
Educação contextualizada;	Mulheres rurais;	Semiárido;	Biodigestores;
Rio São Francisco;	Irrigação;	Marchas;	Biogás;
Comunicação popular;	Democracia;	Cultura do estoque;	Hortaliças e frutas;
Mídia;	Violência no campo; conflitos no campo; conflitos agrários; massacres no campo;	Fogão agroecológico;	Umbu;
Juventude rural;	Educação do campo;	Terra;	Agricultores experimentadores;
Fundos de pasto;	Camponeses;	Solos;	Produção de alimentos;
Combate à Seca;	Feiras de orgânicos;	Cooperativas;	Alimentação saudável;
Mudança Climática;	Feiras agroecológicas;	Associações;	Índices pluviométricos;
Escolas, escolas rurais;	Romarias;	Sindicatos;	Previsão de chuvas;
Pobreza;	Legislações;	Frutos silvestres;	Semente animal; patrimônio genético;
Fome;	Licenciamento ambiental;	Grilagem de terras;	Combate à Seca;
Segurança hídrica;	Água de educar;	Seca;	Conjuntura política.
Sistemas agroflorestais;	Sementes (da resistência, da vida, da paixão, etc);	Extrativismo;	
Movimentos sociais;	Caminhões pipa;	Nível de reservatórios;	
Combate à desertificação;	Biodiversidade;	Chuvas;	
Diversificação alimentar;	Desertificação;	Bacias hidrográficas;	
	Demarcação de terras;	Criação de animais;	
	Indígenas;	Ruralistas;	
		Latifúndio;	
		Política; Governo; Estado; Parcerias;	
		Diversidade de gênero;	

Fonte: o autor.

Quarto, o levantamento que resultou no Quadro 1.1 envolveu textos referentes a uma grande abrangência espacial, quais sejam, os dois estados brasileiros que mais possuem municípios na região semiárida e o Fórum Asa, que publica textos relacionados a experiências muito diversas, que se dão em territórios localizados em várias partes do Semiárido.

Essa quarta razão, em particular, nos chama a atenção para o fato de que nossa listagem não está diretamente relacionada a nenhuma *configuração específica de práticas*, logo, sobrepõe elementos advindos de localizações muito diferentes. Ela aponta, ao nosso ver, uma necessidade de abordar a CSab a partir de realidades localizadas, em que as questões espaço-temporais possam ser melhor compreendidas naqueles elementos, sem que se recorra a generalizações apressadas sobre o assunto. Isto é, tomar uma listagem, tal qual essa que apresentamos, como algo definidor da CSab, implicaria considerar irrelevantes quaisquer especificidades locais e nos prendermos à ideia de uma CSab invariável, que se manifesta homogeneamente pelas centenas de milhares de km² em região tão diversa.

Foi nesse sentido que nos pareceu bastante oportuno, para uma compreensão da CSab, que nos concentrássemos em propor *planos empíricos de investigação* a partir de realidades localizadas, como aquela na qual se manifestam o jovem agricultor Geovane; sua família; a propriedade rural em que vivem; o pluviômetro; as chuvas; os rebanhos de cabras; a Caatinga; as pastagens; a escassez hídrica; e tantos outros elementos. Isso nos levou, para além da visita aos textos legislativos e às publicações do Fórum Asa Brasil, a elevar progressivamente, e por outros meios, o nosso nível de proximidade em relação à CSab. E foi com esse esforço que pudemos formular compreensões devidamente ancoradas nas interações desenvolvidas em campo, possibilitando-nos encontrar, cumulativamente a cada interação, a maioria dos elementos listados no Quadro 1.1, conforme discutiremos melhor no capítulo 4.

Por ora, continuemos nossa problematização, a fim de tornar mais clara o tipo de curiosidade com a qual seguimos. Quando adentramos em realidades como aquela dos agricultores medindo chuvas e criando ruminantes, deparamo-nos com um grande número de atividades que nos parecem relacionadas à CSab. Ali, especialmente, chamou nossa atenção a relação entre os agricultores da comunidade rural e profissionais diversos (técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, profissionais de educação, zootecnistas, etc).

Na região em que Geovane reside, esses profissionais geralmente atuam na Organização Não-Governamental denominada Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – Irpaa, que, dentre outras frentes de atuação, desenvolve ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater. Com décadas de atuação naquela região, Norte da Bahia, o Irpaa se

tornou bastante conhecido entre as comunidades de pequenos agricultores, por ofertar processos de *formação em Convivência com o Semiárido* e atuar junto àquelas comunidades no enfrentamento de problemas diversos, da questão da escassez hídrica ao problema de regularização fundiária, por exemplo.

Quando acompanhamos algumas atividades locais que envolvem profissionais da ONG e agricultores (visitas técnicas, cursos de formação, seminários, feiras de agricultura, lançamentos de projetos, manifestações públicas, publicações de materiais didáticos, etc), percebemos que, de fato, boa parte daquela variedade de elementos inseridos no Quadro 1.1 encontra-se presente nas práticas observadas. Quando vemos esses atores lidando, por exemplo, com as questões relacionadas à criação de cabras e ovelhas em um cenário de escassez de água como o que ocorre na região, verificamos que a necessidade de compatibilizar os estoques de água e as necessidades de consumo hídrico de caprinos e ovinos não é uma “equação” de resolução muito simples.

Nessa “equação”, entram taxas de evaporação das águas; os solos e suas diferentes composições em termos de água, matéria orgânica, sais minerais e ar; técnicas para prolongar a umidade nos solos; serviços de assessoria técnica; associações e cooperativas nos povoados rurais; políticas públicas; diferentes espécies vegetais da vegetação nativa ou cultivadas; micro-organismos nos aparelhos digestivos das cabras e ovelhas e nos solos; preços e mercados locais; cisternas de captação de armazenamento de água das chuvas; águas subterrâneas; abastecimento de água para consumo humano; tamanho das propriedades; processos de desertificação, de erosão e de salinização de solos; verminoses e outras doenças que atingem os animais; áreas particulares e áreas coletivas de criação de animais na caatinga; diferentes raças animais; legislações; conflitos pela posse da terra; conflitos pelo acesso à água; dentre muitos outros ingredientes, tão numerosos que se tornaria exaustivo continuar a presente listagem, ainda que alguma agregação pudesse ser empregada⁷.

Mais do que perceber a presença desses ingredientes, geralmente nossa maior familiarização com o campo nos conduz à percepção de que há alguma *diferença* que *particulariza* as atividades que os envolvem, que faz dessas atividades um *tipo* muito peculiar de conjunto. Percebemos, por exemplo, que o modo como os *solos* ou as *cabras* ou as *águas* se fazem presentes naquele universo de coisas é bastante distinto de outros modos de lidar com

⁷ Esses elementos mostram-se relevantes nas práticas que envolvem a criação de cabras e ovelhas em comunidades rurais como a mencionada, em Massaroca (Juazeiro-BA). Ainda, durante a nossa entrada preliminar em campo, a relevância desses elementos para essas práticas pôde ser melhor observada quando da nossa participação em atividades e cursos sobre essa pecuária na região, bem como pela leitura de cartilhas e outros materiais, produzidos por organizações de assessoria técnica, com a finalidade de apoiar pequenos produtores.

esses mesmos elementos. Em decorrência, esse caráter peculiar torna insuficiente e inadequado que possamos sugerir descrições reducionistas, como dizer meramente que estamos frente a “uma variedade de produção agropecuária”, “uma técnica diferente de criação de animais” ou algo do tipo. É mais do que isso.

As pessoas envolvidas com esse campo, especialmente os ativistas da CSab, uma vez perguntados sobre as particularidades daquilo que fazem, estarão sempre predispostos a dizerem-nos que a diferença está na *perspectiva*, está no fato de que em vez da *ideia tradicional de combate à seca*⁸, estão ali atuando na *perspectiva da Convivência com o Semiárido*. Isso, contudo, não responde diretamente à nossa curiosidade, porque não esclarece muito sobre como aquela determinada *perspectiva* (ou *lógica de ação*) consegue fazer com que solos, cabras e águas - itens tão presentes em qualquer comunidade rural do Semiárido – tornem-se parte de um conjunto supostamente tão peculiar de coisas, quando mobilizados nas práticas da CSab.

Além disso, chama a atenção o fato de que toda aquela diversidade de participantes se apresenta reunida em um *enredo*, cuja aparente coerência permite que toda a variedade do campo seja frequentemente traduzida na ideia de unidade (*uma perspectiva, um modo de fazer, uma lógica*). Tentemos nos fazer entender: isso nos sugere que os elementos ali não apenas coexistem em um mesmo espaço, não apenas foram sobrepostos, mas participam de *algo razoavelmente organizado*, em que há certa *estabilidade* no modo como cada elemento se manifesta. E não estamos falando de algo perceptível apenas no discurso de ativistas e agricultores, mas nas práticas que eles desenvolvem.

Esses aspectos, é preciso que digamos, não ganharam destaque em nosso interesse pelo campo da CSab sem auxílio da orientação teórico-analítica com a qual nos aproximamos das atividades mencionadas. Nosso interesse está associado à compreensão de que *práticas* são os fenômenos básicos do mundo social, responsáveis pelo entrelaçamento de participantes diversos em cursos de ação específicos, nos quais *conjuntos de atividades* são articulados em arranjos situados, em termos espaciais e temporais (STERN, 2002; RECKWITZ, 2002; GHERARDI 2013; 2015; 2016; FELDMAN; WORLINE, 2015; FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011; NICOLINI, 2012; EIKELAND; NICOLINI, 2011; MIETTINEN; SAMRA-FREDERICKS e YANOW, 2009; BISPO, 2013; 2015). Esses arranjos compõem-se pelas interconexões entre essas atividades, compreendendo também o desenvolvimento e a

⁸ Modo associado à forma predominante de atuação do Estado na região, com um histórico de ações mais voltadas para o socorro emergencial às localidades e pessoas mais vulneráveis, em épocas de escassez hídrica severa, e para a construção pública de grandes reservatórios de água, quase sempre localizados em propriedade privadas, concentrando a disponibilidade de água em localidades específicas.

manutenção de *formas particulares de interação* entre os envolvidos (SCHATZKI, 2001; 2005; 2018; LAW; LIEN, 2010; LAW; SINGLETON, 2013).

Com essa ideia de *prática*, enquanto *unidade analítica básica dos fenômenos sociais*, portanto, não é difícil compreender porque o nosso interesse, em relação à CSab, recaiu sobre os *aspectos que parecem singularizá-la* e sobre o caráter *organizado* que suas atividades manifestam. Ainda, isso permite esclarecer nossa opção por tratar do assunto a partir dos *contornos locais das práticas*, em vez de propor uma discussão que tomasse a CSab em uma pretensa abrangência regional. Isto é, desde que práticas nos interessam pelas especificidades que carregam, nossa opção é por abordar arranjos devidamente localizados de atividades, em vez de explorar macro-espacos de suposta homogeneidade.

1.2 Sobre a lente teórica com a qual abordamos as práticas de CSab

Ao empregarmos o conceito de *prática*, nos termos mencionados, procuramos nos aproximar de uma abordagem do fenômeno organizacional orientando-se por aquilo que CHIA (1995) e Tsoukas e Chia (2011) chamam de *ontologia do becoming*, ou ontologia do processo. Essa orientação incorpora, mediante tal denominação, a concepção de um mundo primordialmente constituído por (e em) movimentos, por fluxos de transformação que apenas parcialmente estabilizam entidades, sempre provisórias. Distancia-se, assim, do *estilo de pensamento modernista* do qual falam Cooper e Burrell (1988), esse fundamentado numa *ontologia do being* (CHIA, 1995), que estabelece estruturas - e estados de repouso em geral - como constituição básica do mundo.

Compreendemos que, em teorização organizacional, uma orientação processual, nesses termos, significa um deslocamento em relação à teorização predominante, visto que a ênfase dessa está na *organização* como ponto de partida. Aqui, diferentemente, o fenômeno organizacional é concebido mediante a primazia analítica dos *processos de organizar*, movimentos nos quais estabilizações são produzidas com diferentes gradientes de durabilidade. Em outras palavras, trata-se de abordar a “produção da organização e não a organização da produção” (COOPER; BURRELL, 1988, p. 106), imperativo que tem sido traduzido como estudar processos de *organizing* (CZARNIAWSKA, 2008B; 2014; SCHATZKI, 2005; 2018). Nesses estudos, a ação (*organizar*) está em primeiro plano, em detrimento do substantivo *organização*, no que pese a aparente naturalidade desse último, tomado pela teorização convencional como um agrupamento estável para o qual determinadas propriedades são reivindicadas.

Essa tarefa de pensar o fenômeno organizacional desvencilhando-se da abordagem de padrões estáticos, naturalizados em unidades de análise definidas *a priori*, tem levado boa parte dos estudos organizacionais a aderirem às chamadas *teorias da prática* ou, dito de outro modo, configurarem-se como *estudos baseados em prática* (GHERARDI, 2015; 2016; BISPO, 2013; 2015; EIKLAND; NICOLINI, 2011; FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). Esses estudos tomam a *prática* como unidade analítico-conceitual básica, definindo-a de modo diverso conforme a tradição investigativa a que pertencem, mas concordando em adotar como ponto de partida a observação empírica em configurações específicas de atividades, em seus arranjos localizados e conforme a variedade de atores que delas participam. Alguns pesquisadores têm traduzido essa possibilidade como o esforço de abordar *como as organizações acontecem*.

Dentre distintos vocabulários que têm sido experimentados nos estudos que se voltam para o *organizing*, concebido nos termos do deslocamento ontológico aludido neste trabalho e enquanto abordagens da prática, fazemos uso do repertório específico desenvolvido pela Teoria do Ator-Rede (TAR). Ademais, uma vez que a TAR apresenta discussões clássicas que remontam às décadas de 1970 e 1980, é necessário enfatizar que procuramos incorporar, de modo mais proeminente, desdobramentos conceituais e analíticos advindos de trabalhos como os de Anemarie Mol (1999; 2002) e Bruno Latour (2011; 2013). Especialmente, buscamos apresentar uma discussão sobre práticas de *organizing*, focalizando, em termos conceituais, as abordagens do *enactment* (MOL, 1999; 2002) e dos *modos de existência* (LATOUR, 2011; 2013), com vistas a explorar uma maneira de compreender aquilo que é singular em configurações específicas de *organizing*, a serem empiricamente estudadas.

Cabe explicar um pouco melhor esse propósito. Ao tempo que Latour (2013) propõe um *modo de navegação* para a abordagem empírica, que torne o pesquisador sensível às diferenças entre trajetórias diversas, permitindo-lhe identificar suas singularidades e qualificá-las como ontologias específicas, o autor também particulariza o *organizacional* enquanto um *modo de existência* distinto de outros (como o modo religioso, o político, o científico, o tecnológico, o artístico, etc). Propomos que esse mesmo dispositivo, com as devidas calibrações, possa servir ao propósito de registrar, a partir do estudo empírico, as particularidades em diferentes realidades *enactadas*, no curso de práticas de *organizing* específicas.

Enquanto o emprego da TAR, nos estudos de *organizing*, tem se concentrado, predominantemente, no uso de conceitos discutidos nas obras mais clássicas daquela teorização (CAVALCANTI; ALCADIPANI, 2013; CAMILLIS; ANTONELLO, 2016), concentramo-nos aqui numa outra linha. Nosso texto pretende abordar como a noção de *modo de existência*

organizacional pode ser combinada ao conceito de *enactment*, no propósito de falar da *urdidura de diferentes e múltiplas realidades*, em práticas de organizar. Parece válido detalhar melhor esse aspecto nos parágrafos a seguir.

Estudos do *organizing* mediante o emprego da TAR, de certo modo e em termos gerais, privilegiam a ideia basilar de que estados organizados são constituídos variavelmente ao longo de trajetórias em coletivos de atores heterogêneos (o que inclui os atores humanos, mas a esses não se restringe) mediante as livres associações que tomam lugar entre os participantes desses coletivos. Analisar o *organizing*, nesses termos, quase sempre significa acompanhar as conexões que tomam forma em tais cursos de ação e seus efeitos produzidos, numa postura de atenção simétrica voltada às diferentes entidades que ali circulam e cujas associações, simultaneamente, deslocam e transformam aquilo que circula no coletivo analisado. Conceitos clássicos na TAR são explorados nessa tarefa, a exemplo dos conceitos de *translação* (que procura fazer menção aos movimentos indissociáveis de transporte e transformação) e de *caixas-pretas* (que designa o encerramento provisório e precário de uma trajetória de mudanças na constituição de uma realidade estabilizada, com contornos específicos, ainda que parciais).

A apressada síntese acima está relacionada ao que John Law (1999) concebe como *uma primeira história da TAR*, que o autor busca capturar com o termo *relacionalidades materiais*. Esse termo faz menção ao *não-essencialismo* característico da TAR⁹, desde que a relacionalidade desautoriza o recurso teórico à ideia de essências transcendentais, lidando tão somente com existências emergentes das relacionalidades entre actantes, numa forte inspiração na semiótica. Não obstante essa linha de argumentação teórica tenha chamado a atenção para o existir precário das entidades, consideráveis críticas foram tecidas em relação às suas implicações políticas. Em especial, destaco aqui a ideia de que a TAR enfatizaria demasiadamente a análise de *realidades estabilizadas*, sugerindo análises centradas em práticas que se tornaram predominantes no encerramento das caixas pretas e ignorando, sistematicamente, atores e práticas envolvidos em trajetórias que não se fizeram significativamente presentes nas estabilizações alcançadas.

Conforme Law (1999), aquela suposta omissão - em termos dos aspectos políticos envolvidos nos processos de translação - não pode mais ser atribuída à TAR desde que essa teorização passou a discutir as questões relativas à *multiplicidade ontológica* presente nos arranjos heterogêneos, notadamente a partir do final dos anos 1990. Essa multiplicidade

⁹ Importante destacar que, embora tenhamos feito referência, em momento anterior, a autores críticos do *estilo de pensamento moderno*, a TAR não se pretende como uma corrente de pensamento pós-moderna. Seria mais correto, nesse sentido, falar dessa teorização como uma *proposição não-moderna* (LATOUR, 1994; 2012; 2013).

decorreria da radicalização do pressuposto da *relacionalidade material*, no sentido de que, se entidades são trazidas à existência apenas por meio de conexões entre atores, essa existência se desdobra em múltiplas realidades, tão específicas quanto as conexões que lhe trouxeram ao mundo. Significa assumir, uma vez sem o recurso a essências, que toda realidade depende de relações para vir à existência, derivando, desse argumento, a consideração de que relações específicas darão lugar a realidades igualmente particulares. A diversidade de práticas nas quais heterogeneidades se conectam performaria, em decorrência, múltiplas realidades.

Performatividade ou *capacidade generativa das práticas* (LAW, 1999) seria, portanto, uma marca para denominar uma *segunda história da TAR*, bem como constituiria o termo para capturar a *multiplicidade ontológica* presente nos coletivos heterogêneos, para além da ideia de uma única realidade estabilizada. Annemarrie Mol (2002), contudo, um dos principais nomes na defesa dessa multiplicidade, prefere o termo *enact* para se referir à propriedade pela qual práticas singulares produzem realidades também singulares. A autora discute que o termo *performatividade* sugere demais, a exemplo de sua associação à ideia de algo realizado em bastidores ou de desempenho de um ator no desenvolvimento de uma dada tarefa.

Discussões mais recentes, em Latour (2011; 2013), podem ser acrescentadas ao debate sobre as multiplicidades ontológicas. Latour propõe que o vocabulário da TAR apresenta consideráveis problemas para abordar a pluralidade de seres, esbarrando num tipo de reducionismo que depõe contra a pretensão da TAR em abordar cada entidade e coletivo em sua singularidade. A limitação do vocabulário da TAR residiria, conforme Latour, na proposição de um mesmo denominador para todas as diferentes formações heterogêneas, independentemente do tipo de conexão presente entre seus elementos, qual seja, o denominador da linguagem de *redes*. A TAR levaria a falar o mesmo sobre todos os coletivos, isto é, sua formação a partir de conexões entre elementos diversos (humanos e não humanos), em associações que transportam mudanças, ao tempo em que deixam, em seus rastros, alguns efeitos na forma de estabilizações parciais. Isso, contudo, nada permite avançar na distinção de *diferentes tipos de redes*, as quais, apesar de não possuírem diferenças essenciais, possuem *qualidades distintas* que se impõem como singularidades.

Por isso, Latour propõe o conceito de *modos de existência* para se referir à multiplicidade ontológica do mundo, indicando a variedade de maneiras pelas quais entidades podem ser trazidas à existência. Ainda que adotando a linguagem de redes advinda da TAR como uma linguagem básica (ou uma *infralinguagem*), a ideia de modos de existência faz referência às diferentes maneiras pelas quais diferentes trajetórias envolvem a produção de

diferentes valores. Esses valores *qualificam* tais trajetórias em suas particularidades, possibilitando que se fale em *distintos modos de agir* (cientificamente, politicamente, artisticamente, organizacionalmente, tecnologicamente, juridicamente, etc). Assim, a argumentação latouriana debate sobre a limitação do repertório da TAR à tarefa de *identificar e descrever redes*, focalizando sua insuficiência quando da necessidade de *qualificar* tais redes, isto é, de compreender a singularização das associações em uma dada trajetória, frente a outras trajetórias.

É como esse raciocínio que Latour (2013) sugere um instrumento analítico – ou modo de navegação – que complemente a linguagem de redes (NET), a fim de *tornar o pesquisador atento e sensível à experiência*, na tarefa de identificar e qualificar *modos* específicos de conexão, *valores e qualidades peculiares* em uma trajetória de existência. Esse instrumento analítico recebe a denominação de *preposição* (PREP), referindo-se à necessidade de o observador, ao desdobrar uma rede de elementos heterogêneos, compreender a *preposição* que define as condições particulares das conexões, capturando, analiticamente, aquilo que antecede determinadas associações, aquilo que lhes é único e que lhes atribui um sentido particular. Essa *preposição* designa, por conseguinte, uma *chave interpretativa* pela qual uma dada trajetória deve ser compreendida, podendo, tal PREP, ser empiricamente abordada a partir da identificação de conflitos ou *erros de categoria*.

Portanto, quando declaramos, nesta tese, que procuramos combinar as abordagens do *enactment* com a abordagem dos *modos de existência*, compreendemos que a primeira permite tratar da *multiplicidade ontológica produzida pelas práticas* em determinadas configurações, nas quais múltiplas realidades coexistem. Diferentes práticas, nesse sentido, *enactam* diferentes e múltiplas realidades. De outro lado, ao falar de *modos de existência*, torna-se possível compreender que determinadas práticas - numa trajetória de existência - podem encontrar-se agrupadas mediante uma mesma *preposição*, que as define enquanto um agrupamento muito específico, particularizado por um *modo singular* de forjar conexões, exigindo a identificação da *chave interpretativa* que lhe é própria. Assim, ainda que as diferentes práticas, numa dada configuração, sejam gerativas de diferentes realidades *enactadas* em coexistência, essa multiplicidade pode compartilhar *qualidades específicas em suas conexões*. Cabe-nos, desse modo, irmos além da identificação empírica de realidades muito específicas e sobrepostas – com ou sem articulação entre elas -, indagando sobre a presença de *valores singulares* compartilhados na coexistência dessas práticas/realidades.

Em termos empíricos, exercitamos esse entendimento ao abordarmos a CSab, conforme temos discutido. Como apresentaremos no capítulo quatro, o trabalho de campo realizado permite-nos elaborar uma compreensão da CSab como um complexo processo de organizar, que envolve práticas diversas, as quais *enactam* múltiplas realidades mediante o compartilhamento de *um modo peculiar* de forjar conexões entre os elementos que delas participam. Uma definição da *preposição* própria a esse processo é, então, uma ambição central nesse texto. A singularidade da CSab, nesse propósito, pode ser descrita mediante a identificação de sua *chave interpretativa*, indicando que ali a multiplicidade de realidades, *enactadas* na e pela diversidade de práticas que se apresentam, não apenas designa multiplicidades em coexistências, mas proporciona a formação de um *coletivo* peculiar, identificável como tal.

1.3 Buscando singularidades nas práticas de CSab: uma síntese quanto à questão de pesquisa

Para além da compreensão da CSab como um aglomerado localizado de práticas e entidades heterogêneas em coexistência, o presente trabalho procura *explorar a singularidade* presente no tipo peculiar de conexões estabelecidas por essas práticas, de modo a particularizá-las enquanto uma configuração muito específica. Em outras palavras, buscamos *descrever* as redes de associações heterogêneas que se podem identificar nas práticas da CSab, mas, para além disso, debruçamo-nos sobre a tarefa de *qualificar* tais redes, no desafio de discernir suas *chaves interpretativas* específicas, ou seja, aquilo que torna a CSab capaz de existir de um modo diferente, individualizando-se de outras trajetórias e coletivos.

Nessa ótica, a CSab é compreendida enquanto um processo de *organizing* no qual atores diversos estão conectados em uma dada configuração parcialmente estável de atividades, *enactando* realidades particulares em suas práticas. Posto isso, podemos sintetizar nossa **questão de pesquisa** como a seguinte: qual o *modo peculiar de conectividade* que *singulariza* o *enactment* na CSab, tornando-a discernível como um *modo de organizing* diferente, quando entre outros modos?

Dadas as nossas prioridades analíticas, conforme temos comentado, podemos incluir, entre os tópicos que se põem no desdobramento dessa questão de pesquisa: em quais práticas se pode observar a CSab sendo performada? Quais os ingredientes recrutados por essas práticas? Como as associações entre esses elementos são configuradas? Quais realidades particulares são *enactadas* pelas práticas envolvidas na CSab? Por quais meios a CSab atinge

um *ordenamento básico* que proporcione a *estabilização relativa* alcançada entre os elementos que a compõem?

Em termos empíricos, pretende-se que a investigação, uma vez formulada dessa maneira, possibilite um repertório diferente para a abordagem da CSab - em relação a perspectivas mais convencionais de análise – e, com isso, propicie uma atenção renovada a esse campo. Teórica e metodologicamente, por outro lado, a expectativa é de que o aporte teórico e os instrumentos analíticos nessa empreitada sejam empregados de modo reflexivo, contribuindo para discutirmos sobre desafios que precisamos enfrentar, quando nos dedicamos à tarefa de falar sobre as *singularidades ontológicas* em *processos de organizar*.

1.4 Porque abordar práticas de CSab da maneira que propomos: outros elementos

Ao adotarmos essa opção de abordagem (uma *abordagem da prática*, ancorada no vocabulário da TAR e nas discussões sobre *enactment/performatividade*), pretendemos enveredar por possibilidades de compreender a CSab que não assumam, aprioristicamente, a relevância de distinções comuns em estudos que tratam dos fenômenos a ela relacionados. Como exemplos dessas costumeiras distinções prévias, dentre outros, podem-se citar: a segmentação tradicional entre *Convivência com o Semiárido* e *Combate à Seca*; a distinção *Natureza* e *Sociedade* no Semiárido como dimensões privilegiadas de análise; o emprego proeminente das categorias *Estado* e *Sociedade Civil* como forma de sintetizar as diferenças observadas; e mesmo a ideia de **uma** *realidade regional* sobre a qual **muitas** *representações subjetivas* são formuladas.

Formas diferentes de lidar com uma ou mais dessas categorizações estão presentes em diversas investigações que envolvem a temática do Semiárido e da Convivência, a exemplo do que ocorre em Silva (2002), no seu esforço de tratar dos processos educativos envolvidos na CSab e, neles, da *produção de outros* sentidos para **o** *Semiárido*, distanciados da tradicional representação da região como *locus* de flagelo e miséria.

Semelhantemente, Silva (2006), por sua vez, aborda o processo de fortalecimento da CSab como um processo de *transição paradigmática*, sendo a CSab compreendida como um *paradigma de desenvolvimento* historicamente oposto ao *paradigma do Combate à Seca*.

Em Diniz (2007), o autor enfatiza o processo pelo qual a CSab teria se consolidado como uma *noção capaz de influenciar crescentemente ações e políticas públicas*, na medida em que a sociedade local teria atravessado especialmente as fases de *experimentação social* (o

lugar do social ‘contra’ o Estado) para o *experimentalismo institucional* mais recente (o lugar do social ‘com’ o Estado).

No estudo de Assis (2009), o foco da análise recai sobre as vinculações entre o Fórum Asa e diversos atores públicos federais, estaduais e municipais, em um movimento que teria levado o *tema* da Convivência, do *mundo da vida* para a *esfera pública*.

Em Santos (2015), a preocupação central também está localizada na relação entre os *grupos sociais* mais intimamente ligados à emergência da CSab, de um lado, e o *Estado*, de outro, abordando as implicações dessa relação na configuração da Convivência como uma *ideologia geográfica* antagônica ao Combate à Seca.

Para Pereira (2016), a distinção entre CSab e o Combate à Seca é relevante por contrastar duas *lógicas* que compreendem diferentes distribuições e usos da água. Embora esse último estudo faça certo uso da TAR para iluminar a questão proposta, as heterogeneidades reveladas residem menos nos ingredientes que são associados pela CSab e mais na delimitação da usual distinção Convivência *versus* Combate.

Costa (2017), ao seu turno, também compreende a CSab como uma formulação realizada em um *campo de lógicas*, no qual são centrais as lógicas do *Estado* e da *Comunidade*, embora também se façam presentes o que ele denomina por lógicas da *Religião* e da *Educação*.

Mesmo que de modo variado, esses diferentes estudos, ao tratarem da CSab, tendem a assumir como relevantes para a análise realizada, de modo apriorístico ao trabalho de campo, categorizações tais como Estado/Sociedade Civil; Convivência com o Semiárido/Combate à Seca; e Espaço Geográfico único/Representações Sociais diversas. A grosso modo, pode-se dizer que isso conduz esses trabalhos a compartilharem a compreensão da CSab como *uma construção genuinamente não-estatal*, isto é, da sociedade civil, caracterizando-se por *formas de lidar com o Semiárido diametralmente opostas a uma outra lógica denominada por Combate à Seca*, essa sim essencialmente vinculada à ação estatal. Também, aquelas perspectivas analíticas tendem a assumir a CSab como construção de **um** *tipo específico de representação social sobre o espaço geográfico*, conflitando com outras representações sociais elaboradas por outros atores, numa *disputa de sentidos*, geralmente polarizada entre a ideia de uma *região de potencialidades* e o seu avesso, qual seja, a ideia de uma *região de mazelas*.

Esses modos de compreensão permitem focalizar elementos importantes para o entendimento de processos envolvidos na CSab, elucidando questões igualmente relevantes para a discussão sobre o assunto e instigando desdobramentos. Não obstante, acreditamos que abordar a CSab, a partir de um esforço em desvencilhar-se de segmentações analíticas mais

costumeiramente utilizadas, pode se mostrar oportuno para *novas compreensões* sobre as questões envolvidas em suas *práticas*. Em especial, esse posicionamento incluiria não tomar a CSab como um tipo de ação originada exclusiva ou essencialmente em um tipo de ator, em terreno excludente de práticas supostamente antagônicas, de antemão atribuídas a outros atores. Nem, semelhantemente, concebê-la com representação subjetiva construída sobre uma região geográfica dada, que antecederia a atuação dos participantes nela envolvidos.

1.5 Sobre os capítulos que compõem esta tese

Após essas breves considerações referentes ao escopo deste trabalho, temos mais quatro capítulos compondo esta tese. No capítulo dois, apresentamos o debate que nos referencia teoricamente, na tarefa de discorrermos sobre o fenômeno organizacional em termos não estruturais, mas de processo. Ali, destacamos também como os estudos baseados em práticas possibilitam o deslocamento ontológico que pretendemos; discutimos os conceitos da TAR que nos serão necessários no trabalho de campo e posterior análise dos dados; e nos detemos, mais ao final do capítulo, sobre a abordagem da performatividade/enactment e dos modos de existência, que nos serão igualmente necessários.

No capítulo três, dedicamo-nos a expor e refletir sobre os contornos metodológicos que adotamos. Em especial, tratamos das opções tomadas quanto ao *design* da pesquisa, o modo como a experiência de campo foi realizada, como procedemos na etapa analítica do trabalho e como os caminhos que tomamos têm determinadas implicações, relacionadas aos resultados obtidos e à forma de apresentá-los.

Apresentamos os resultados da trajetória em campo no capítulo quatro. Dividido em duas seções, a primeira enfatiza o reconhecimento do campo de práticas estudado, destacando atividades e personagens, bem como suas conexões em diferentes cursos de ação. Essa primeira seção compreende o trabalho de *identificação das redes de associações* que se destacaram na experiência de pesquisa. Por sua vez, a segunda seção do capítulo quatro tem o propósito de apresentar o trabalho de *qualificação daquelas associações identificadas* no estágio anterior. É lá que empregamos analiticamente o dispositivo da *preposição* para abordarmos as singularidades dos processos de organizar na CSab.

No quinto capítulo, fazemos algumas breves considerações sobre a pesquisa como um todo, sublinhando alguns aspectos na articulação entre orientação teórico-metodológica e a abordagem empírica que realizamos.

2 Questões de natureza teórica para a compreensão do fenômeno organizacional

“mais que coidado com quem ensina a certeza...”¹⁰.

Tem sido um tanto comum, no estudo das organizações ao longo das últimas décadas, a presença de trabalhos que advogam por distanciar-se da ênfase teórica em aspectos estruturais dos fenômenos analisados. Não são poucas as críticas quanto às teorias que se detêm em aspectos como substância, durabilidade, permanência, essência e estrutura, tomando-os como tópicos centrais de investigação do mundo organizacional (COOPER; BURREL, 1988; COOPER; LAW, 1995; CLEGG, 2005; CZARNIAWSKA, 2008A; 2012; HASSARD; WOLFRAM, 2013). Distanciar-se dessas teorias, geralmente, é algo defendido por aqueles autores para quem uma razoável compreensão dos fenômenos organizacionais depende mais de uma ênfase em movimentos, fluxos, mudanças, processos e na provisoriedade das configurações ou mesmo em atribuir um menor peso explicativo às “estruturas sociais”.

Uma vez que tal crítica é desenvolvida há algumas décadas, o surgimento de abordagens que se propõem como alternativas já não é propriamente algo novo nos estudos organizacionais, ainda que se possa admitir que elas não tenham ameaçado significativamente a predominância das teorias criticadas (CHIA, 1995; MARSDEN; TOWNLEY, 2001; SCOTT, 2004; REED, 2007). São bastante conhecidos, por exemplo, muitos dos variados argumentos pela alteração da ênfase das estruturas para os processos ou para as práticas organizacionais, mesmo que se tratem de conjuntos bastante heterogêneos de proposições (CZARNIAWSKA, 2008b; SCHATZKI, 2018).

No tratamento dessas alternativas à ênfase estrutural, qualquer síntese pode soar como apressada demais, dada as variâncias internas que apresentam. Entretanto, alguns têm se debruçado sobre os contrapontos apresentados por teorias não estruturalistas e suas supostas vantagens em relação à teorização tradicional nos estudos organizacionais, proporcionando

¹⁰ João Ubaldo Ribeiro (2011). Viva o povo brasileiro. Rio de Janeiro: Objetiva.

debates interessantes sobre os desdobramentos em termos de condução das investigações (SCHATZKI, 2005; RECKWITZ, 2002; DUARTE; ALCADIPANI, 2016). Insistir na demonstração dessas vantagens parece, desse modo, não agregar muito à compreensão do assunto.

Ressaltemos que entre as abordagens ditas não-estruturalistas, há um diversificado conjunto de proposições, com marcantes diferenças entre elas, nem sempre razoavelmente discutidas, o que dificulta compreender os termos do debate e as implicações decorrentes de suas distintas elaborações.

Uma dessas abordagens, conhecida como Teoria do Ator-Rede (TAR), destaca-se pela sua argumentação singular dentre as proposições em questão. Surgida nos estudos de ciência e tecnologia, sua presença nos estudos organizacionais tem sido crescentemente constatada (WOOLGAR; COOPMAN e NEYLAND, 2009; CZARNIAWSKA, 2008B; 2009; 2014; ALCADIPANI; HASSARD, 2010; HARRIS, 2005) ampliando os repertórios possíveis àquelas investigações que se desviam de empregar a teorização convencional na compreensão dos fenômenos. Tem sido comum observar o emprego do método de análise da TAR por autores que buscam possibilidades de abordar o fenômeno organizacional em bases renovadas, distanciando-se da proeminente orientação para as estruturas como elementos explicativos, por excelência, dos fenômenos nos EO. Não significa dizer que, para esse intuito, a TAR seja a única (ou mais privilegiada) alternativa de abordagem. Assinalamos, contudo, seu recorrente uso com essa finalidade.

Ocorre que a TAR, cujos fundadores advogam ser mais um método do que uma teoria (LAW, 1999; LATOUR, 2012), tem se desenrolado desde a década de 1980, com significativa heterogeneidade de elaborações conceituais, em uma rica e ampla literatura que se lançou para muito além das proposições iniciais de seus textos clássicos. Por si, esse percurso temporal de quase quatro décadas de (intensos, pode-se dizer) desdobramentos, já seria suficiente para lançar certa apreensão sobre a necessidade de compreensão da TAR sem sintetizá-la apressadamente em poucas assertivas. Some-se a isso o fato de que, pela sua inspiração na Semiótica, a TAR toma, para o entendimento de si, as implicações daqueles mesmos princípios com os quais procura compreender os fenômenos que analisa. Cabe explicar melhor: pela semiótica, advoga-se que nenhuma entidade é dotada de essência, mas constituída pela composição de outras entidades que, ao se relacionarem, proporcionam propriedades que se apresentarão na nova entidade formada.

As propriedades, assim, não são devidas a qualquer essência própria da entidade resultante, mas derivadas tão somente das relações entre suas partes constituintes (LAW; MOL, 1995; LAW, 1999; MOL; LAW, 2004). Sem relações, sem propriedades. Tomando, assim, a própria TAR como objeto a ser explicado, e mantendo-se fiel à aplicação dessa relacionalidade herdada da Semiótica, pode-se compreender que uma definição da TAR não pode recorrer ao recurso de supostos elementos essenciais, mas tão somente se pode tentar alguma aproximação pela compreensão das diferentes composições que essa teoria tem apresentado ao longo de seu curso de ação, de seus desdobramentos. Isto é, abordá-la a partir das distintas relações, das associações presentes em diferentes momentos de seu percurso.

Por isso, é complicado qualquer esforço de síntese sobre como a tarefa de se desvencilhar das explicações estruturais é (ou deveria ser) abordado num estudo sob a inspiração da TAR. Isso decorre do fato de que o curso de ação dessa teoria, acima referido, oferece uma notável variedade conceitual passível de utilização por aqueles que pretendem fugir do foco exclusivo nas estruturas, nos estudos organizacionais ou em outros campos. Dada essa dificuldade, o que propomos neste texto é discorrer sobre parte da teorização da TAR que é aqui compreendida como especialmente vinculada a esse debate sobre a oposição estrutura *versus* processos. Esperamos, com essa discussão, enfatizar o caráter não estruturalista presente na TAR, a fim de que possamos fundamentar a articulação conceitual que empregamos na pesquisa que estamos a apresentar.

De início, nossa discussão abordará a crítica à ênfase estrutural nos EO, enfatizando as implicações desse debate quanto ao modo de compreensão dos fenômenos organizacionais e de suas unidades de análise. Em seguida, destacaremos, nessa crítica, aquela parte que tem sido mencionada como *abordagens da prática*, sublinhando estudos que tratam de processos de organizar mediante tais abordagens. Na sequência, a TAR será trazida, a partir daqueles seus desdobramentos que compreendemos como fundamentais para o nosso trabalho teórico-metodológico, passando especialmente por suas elaborações seminais até aqueles tópicos que podem ser assumidos como mais recentes.

2.1 Fugindo da ênfase estrutural: das organizações ao *organizing*

2.1.1 Organizações como unidade de análise

Organizações são entendidas como um objeto de estudo pelo menos desde a escola clássica da Administração até o conjunto de teorias que, especialmente após a II Guerra Mundial, viriam a tornar-se conhecidas como estudos organizacionais (SCOTT, 2004; CZARNIAWSKA, 2012). Inicialmente compreendida como instrumento projetado para o intuito de organizar a produção, objetivo esse assumido como incontestável, a organização passou a ser enunciada sob outras abordagens, ao longo do século, mas sempre com a ênfase predominantemente recaindo sobre sua estrutura, funções e, mais tarde, em sua relação com o que seria assumido como ambiente (WALSH; MEYER e SCHOONHOVEN, 2006). Desse modo, mesmo teorias como a ecologia organizacional, a teoria da contingência, os custos de transação, a teoria da dependência de recursos e a teoria institucional, também assumiram um foco na organização como um elemento unitário, com suas fronteiras em alguma medida bem definidas. Influenciadas pelo advento da Teoria de Sistemas, não raramente essas elaborações tomavam a organização como variável dependente em relação com o ambiente (WALSH; MEYER e SCHOONHOVEN, 2006).

Muitas vezes assumida a partir de metáforas como máquina ou organismo, a organização não era problematizada, mas assumida como natural ou racionalmente projetada, como noção que estabelece um ponto de partida para os estudos organizacionais (REED, 2005; MARDSEN; TOWLEY, 2006). Sem adentrar nas particularidades dessas teorizações, o fato é de que a adoção dessa entidade (a organização), tomada como algo dado, tem preenchido a necessidade de estabelecimento de uma unidade de análise ou, no mínimo, de um ponto focal que orienta a maioria dos estudos sobre os fenômenos organizacionais. O modo como essa unidade de análise é formulada e estabelecida estaria, conforme diversos autores, intimamente ligado a premissas mais amplas, isto é, aos pressupostos filosóficos¹¹ que orientam a teorização

¹¹ Para a disciplina organizacional, essas reflexões de cunho filosófico seriam fundamentais, conforme Tsoukas e Chia (2011), por se tratar de uma disciplina com algum esforço para atribuir sentido ao mundo empírico e relacionar-se com o mundo dos praticantes. Para aqueles autores, assumindo que uma linguagem é sempre necessária à tarefa de pensar sobre o mundo, "[...] o estudo da organização é inextrincavelmente dependente sobre a prévia organização de mentalidades e modos de pensamento" (TSOUKAS; CHIA, 1995, p. 4). A reflexão filosófica, nesse sentido, poderia manter os pesquisadores da área razoavelmente em diálogo com “meta-questões” ou “questões de ordem superior”, em três maneiras: ontológica, epistemológica e praxeológica. Nas palavras deles “se a ontologia se preocupa com a estrutura geral da realidade e a epistemologia se preocupa com o modo pelo qual estudiosos formulam e justificam suas reivindicações de conhecimento, a praxeologia lida com a forma da relação

social como um todo e o campo dos EO, em particular (BURREL; MORGAN, 1979; COOPER; BURREL, 1988; CHIA, 1995; TSOUKAS; CHIA, 2011).

Aquela concepção de uma abordagem organizacional fundamentada na ideia de *organização como unidade de análise*, para Cooper e Burrel (1988), derivaria da adesão a um discurso que os autores denominam como *modernista*, o qual concebe a organização como “uma ferramenta social e uma extensão da racionalidade humana” (COOPER; BURREL, 1988, p. 91). Nesse “sistema de pensamento e lógica” moderno, questões como razão e progresso seriam centrais, assumindo critérios antropocêntricos numa “busca da ‘autoridade racional’, como base para a *boa ordem social*” (COOPER; BURREL, 1988, p. 108). Nessa abordagem, as organizações são vistas como algo instrumental ao funcionamento da ordem social, de modo que a teorização organizacional as toma como sistemas formais e discretos, e, portanto, “como uma coleção quase estável de coisas ou propriedades” (COOPER; BURREL, 1988, p. 93).

Concordando com a discussão de Cooper e Burrel (1988), Robert Chia (1995) propõe compreender o *modernismo como um estilo cognitivo*, ou de pensamento, com importantes implicações sobre a abordagem das organizações, seja em termos de prioridades intelectuais, seja em termos de orientações ontológicas e epistemológicas. Mais do que uma perspectiva teórica ou paradigma social, o termo moderno faria referência a uma forma de cognição assentada sobre uma ontologia específica, caracterizada por Chia (1995) como uma “ontologia forte” (termo tomado de empréstimo de G. Vattimo) e como uma “ontologia do *'being'*” (termo inspirado em Cooper e Law). Em suas palavras, isso caracterizaria o moderno como um estilo que privilegia “o estudo da natureza e essência das coisas” (CHIA, 1995, p. 579), direcionando a ênfase para estados fenomenais discretos, atributos estáticos e eventos sequenciais.

A teorização organizacional moderna, com sua atenção predominantemente voltada para a organização e suas supostas formas e atributos seria, para Chia (1995), parte dos estudos sociológicos que privilegiam resultados, em vez de dedicar-se aos processos que conduzem a esses resultados. Essas abordagens compartilhariam do entendimento de que há uma normalidade no “estado de repouso”, a ser privilegiado na análise, ao passo que entenderiam “mudança” como um elemento “acidental, transitório ou mesmo disfuncional” (CHIA, 1995, p. 581). Isso levaria a uma compreensão de que os estados sociais primordiais básicos compreendem questões de “unidade, identidade, permanência, estrutura e essências, etc”, e

entre conhecimento e ação e, mais especificamente, como a teoria está relacionada à prática” (TSOUKAS; CHIA, 2011, p. 12).

seriam secundárias as questões de "dissonância, disparidade, pluralidade, transitoriedade e mudanças" (CHIA, 1995, p. 581).

2.1.2 Da herança da sociologia estrutural a modos alternativos de pensar sobre o organizacional

Aqui, algumas rápidas considerações sobre a proeminência da ênfase estrutural na teorização social podem ser relevantes, uma vez que, reconhecidamente, a disciplina organizacional é tributária dessa teorização, conforme observam Burrell e Morgan (1979). Nesse sentido, Giddens (1989) e Giddens e Turner (1999) parecem leituras que auxiliam na compreensão dessa questão, embora os termos de suas discussões não sejam os mesmos da crítica ao pensamento moderno feita por autores como Cooper e Burrell (1988) e Chia (1995), tratados nos parágrafos anteriores.

Ao abordarem não o campo dos estudos organizacionais em particular, mas o campo da teorização social em geral, Giddens (1989) e Giddens e Turner (1999) tratam das tradições do pensamento social e de algumas das batalhas intelectuais travadas nesse campo. Conforme Giddens (1989), houve no Segundo Pós-Guerra Mundial um período caracterizado pelo que chama de “consenso ortodoxo” (p. xv) sobre a natureza e a tarefa das ciências sociais. Tal consenso teria sido marcado pela existência de “um terreno central compartilhado” em torno dos conceitos da chamada sociologia estrutural, na qual a obra de maior proeminência seria a de Talcot Parsons, especificamente o seu “A Estrutura da Ação Social”.

Nesse consenso ortodoxo em torno do que chamam de sociologia estrutural, Giddens (1989) e Giddens e Turner (1999) destacam a presença de três “ismos” fundamentais: a) o *objetivismo*, isto é, a concordância quanto ao dualismo objeto-sujeito, com predominância da sociedade (objeto) sobre o indivíduo (sujeito), de modo que “o comportamento dos indivíduos em cenários concretos subordina-se à visão de um universo social majestoso” (Giddens e Turner, 1999, p. 17); b) o *funcionalismo*, compreendido pela conceituação de sociedade como um sistema integrado de funções e pela centralidade da ideia de ordem social; e c) o *naturalismo*, este assentado na premissa de que “embora a ação humana tenha atributos muito especiais e distintos, a ciência social compartilha, de um modo geral, a mesma estrutura lógica da ciência natural” (GIDDENS, 1989, p. xiv) e de que, portanto, a ciência social pode, incontestavelmente, configurar-se sob o primado do empirismo lógico, de forma “essencialmente não-interpretativa” (GIDDENS;TURNER, 1999, p. 8).

Esse consenso ortodoxo em torno da sociologia estrutural teria, contudo, apresentado fissuras importantes a partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970, numa aparente

“irremediável desordem” (GIDDENS, 1989, p. xvi). Tal desordem seria devida à proliferação de uma “variedade de perspectivas teóricas concorrentes, nenhuma delas capaz de reconquistar plenamente a preeminência desfrutada antes pelo ‘consenso ortodoxo’” (GIDDENS, 1989, p. xv). A dissolução do terreno compartilhado em torno das premissas da sociologia estrutural, nesse sentido, teria sido aprofundada com uma mudança decisiva na própria filosofia da ciência natural, pela qual ruía a ideia de observação isenta de teoria ao passo que o esforço interpretativo passava a ser tomado com significativa relevância (GIDDENS; TURNER, 1999).

Para Giddens e Turner (1999, p. 10), no que pesem essas fissuras, “persiste ainda uma espécie de ‘ortodoxia’ [em relação a certas concepções da sociologia estrutural], apesar de cultivada por menos estudiosos que antes”. Todavia, a referida proliferação de abordagens teria o mérito de afastar-se do “dogmatismo alimentado pelo apego exclusivo a um esquema único de pensamento” (p. 10), um tipo de totalitarismo incompatível com a necessidade de uma maior vitalidade em torno da análise da conduta social humana.

Além disso, as abordagens concorrentes surgidas nesse percurso apresentariam alguns temas comuns e muito mais consistência e integração do que se pode inicialmente pensar. Nos termos de Giddens (1989), “três conjuntos básicos de questões” (p. xviii) se fazem presentes nessa variedade de perspectivas teóricas que desafiam o consenso estrutural: a) uma *reconceitualização do dualismo objeto-sujeito*, atribuindo, exceção feita ao estruturalismo e pós-estruturalismo¹², um caráter ativo e reflexivo à conduta humana, não determinado pelo “sistema social”; b) a concepção de linguagem como fundamental para a explicação da vida social, vista como elemento constituinte e constitutivo dessa última; e c) o declínio da importância atribuída ao empirismo lógico.

Fechando esses parênteses, cabe dizer que se Giddens (1989) e Giddens e Turner (1999) associam a obra de Talcot Parsons à tradição da sociologia estrutural com suas bases objetivistas, funcionalistas e naturalistas, Robert Chia (1995) relaciona Parsons à ontologia forte (do “*being*”) do estilo cognitivo moderno. A tradição parsoniana, desse modo, incorporaria a noção essencialista de um mundo constituído por estados fenomenais discretos, atributos estáticos e eventos sequenciais, no qual a ordem seria o estado normal e a mudança teria caráter

¹² Enquanto Giddens (1989) denomina por *sociologia estrutural* a perspectiva apresentada pela obra de Talcot Parsons e seus seguidores, o termo *estruturalismo* é utilizado para se referir às conceitualizações sobre a relação entre a parte e o todo em Saussure e Lévi-Strauss, ao passo que o pós-estruturalismo compreenderia uma variedade de autores, o que inclui Althusser e Derrida. Estruturalismo e pós-estruturalismo compartilhariam, além do aspecto relacional entre parte e todo, a discussão sobre a linguística como fundamental para a filosofia e para a teoria social. Sobre o assunto, ver Giddens (1999).

transitório. Tal mundo, uma vez assim compreendido, autorizaria a ênfase em permanências e estruturas, aspectos fundamentais das realidades a serem investigadas.

Alternativamente àquela ontologia forte do discurso modernista, o estilo de pensamento pós-moderno, conforme Chia (1995) estaria fundamentado em uma "ontologia fraca do *becoming*", com "ênfase no transitório, efêmero e emergente", privilegiando “fluxo e transformação” (CHIA, 1995, p. 579) como questões-chave. Nos termos dessa ontologia “fraca”, os elementos primordiais do mundo consistiram em ações, interações e orquestramentos locais de relacionamentos, de modo que indivíduos, agentes, atores e organizações é que constituiriam epifenômenos incidentais, invertendo assim a ordem entre aspectos primários e secundários assumidos na problemática modernista (CHIA, 1995).

Além da inversão a que se faz referência acima (entre elementos básicos e epifenômenos do mundo), Cooper e Burrell (1988) compreendem que há uma distinção elementar entre modernismo e pós-modernismo em relação ao lugar do humano nos fenômenos sociais. Para os autores, tratam-se de dois posicionamentos conflitantes: "o modernismo com sua crença na capacidade essencial da humanidade para se aperfeiçoar através do poder do pensamento racional e o pós-modernismo com seu questionamento crítico e, muitas vezes, rejeição absoluta, do racionalismo etnocêntrico defendido pelo modernismo" (COOPER; BURRELL, 1988, p. 92). Essa questão poderia também ser compreendida como uma radicalização da ideia de ação como unidade básica do mundo, enquanto o indivíduo poderia ser entendido como um resultado (CHIA, 1995).

Nas palavras de Cooper e Burrell (1988), no pensamento modernista estaria aquele movimento típico da filosofia do século XVIII, pelo qual “o homem inventou a si próprio” (COOPER; BURRELL, 1988, p. 94), destacando nessa invenção a centralidade da própria capacidade, instrumentalizada pela razão, para o alcance do progresso, via aperfeiçoamento de si e do mundo. Por outro lado, a compreensão pós-modernista “descentra o agente humano de sua posição auto-elevada de ‘racionalidade’ narcisista e mostra que ele é essencialmente uma comunidade de observadores que constrói interpretações do mundo, interpretações que não têm status absoluto ou universal” (COOPER; BURRELL, 1988, p. 94).

Para a análise organizacional, as distinções evocadas pela discussão pós-modernista teriam implicações cruciais. Para Chia (1995), quando tomadas seriamente, tais implicações significam, entre outras coisas, a inconsistência em assumir organizações como entidades sociais básicas, enfatizando supostas identidades, formas duradouras e atributos. Em consequência, ao direcionar-se para a primazia de ações, fluxos e movimentos, a *prioridade*

intelectual pós-moderna corresponderia "a um estilo de pensamento que evita o uso acrítico de termos organizacionais comuns, tais como 'organizações', 'indivíduos', 'ambiente', 'estrutura', e 'cultura', etc" (CHIA, 1995, p. 579).

Representando “um passo atrás” quando comparada à definição de unidade básica na análise organizacional modernista (CHIA, 1995, p. 601), a proeminência do transitório e do emergente, nessa discussão, exigiria uma ampla revisão da teorização tradicional. Seria necessário, com isso, rever o "conceito tradicional de organização como uma unidade econômico-administrativa circunscrita" ou como uma "coerência de forças" (COOPER; BURREL, 1988. P. 105) e compreendê-lo, em vez disso, tomando "a organização como um processo" (p. 106). Tal revisão também direcionaria a questão para o campo metodológico, isto é, a análise deveria passar a tratar da "produção da organização em vez da organização da produção" (COOPER; BURREL, 1988. p. 106).

Essa mudança implicada na forma de conceber processualmente o fenômeno organizacional pode ser melhor compreendida quando Tsoukas e Chia (2011, p. 9) afirmam que "enquanto a mudança e a novidade foram pensadas como propriedades da organização [na teorização modernista], agora a própria organização é uma propriedade emergente da mudança". É o que Chia (1995, p. 597), por sua vez, destaca, ao escrever que “para os teóricos organizacionais pós-modernos, portanto, a própria ‘organização’ é uma questão e não um dado”. Na medida em que processos, ações e interações passam a ser tratados como “mais 'reais' do que entidades sociais como 'indivíduos' ou 'organizações'" (CHIA, 1995. p. 601), é a própria emergência da organização e a estabilização de algumas práticas (enquanto outras não atingem qualquer estabilização) que passam ao cerne da análise. Essa seria uma reversão ontológica proporcionadora de novas possibilidades também epistemológicas, uma vez que possibilitaria aos EO abordarem questões frescas e renovar formas de abordagens empíricas (TSOUKAS; CHIA, 2011).

Chia (1995) ressalta, notadamente, a crítica aos estudos sociológicos modernos feita por Cooper e Law (1995), ao enfatizar o descontentamento com o fato de que tais estudos “tendem a lidar com resultados ou estados organizados em vez dos complexos processos sociais que conduzem a esses resultados ou efeitos” (CHIA, 1995, p. 581). Ao se concentrarem na ação de organizar e não no substantivo (organização), os autores se alinham à ideia de uma *ontologia pós-moderna*, que conduziria a preocupações teóricas e prioridades intelectuais com os processos de “montagem local de 'organizings' que coletivamente formam a realidade social" (CHIA, 1995. p. 579). Seria por meio desses processos, em “micrológicas de práticas sociais

de organizing”, que “'indivíduos', 'organizações' e 'sociedade'”, dentre outros efeitos, seriam estabilizados (CHIA, 1995. p. 580).

Assim, a noção de *organizing* e a primazia analítica dos processos sobre as estruturas seriam aspectos do deslocamento ontológico, nos estudos organizacionais, caracterizado pelo afastamento teórico em relação às perspectivas convencionais que sublinham o fenômeno organizacional a partir de unidades discretas, formas, permanências, identidades e estruturas. Esse deslocamento seria também realizado por abordagens que tomam como inadequada a herança da sociologia estrutural para a análise organizacional, revelando um descontentamento com suas bases objetivistas, funcionalistas e naturalistas. Porém, no que pese o fato de que uma mudança nesse foco teórico-analítico - da organização para o processo de organizar - compreender uma mudança em termos ontológicos, nem sempre tal deslocamento significa um passo fora do vocabulário do discurso moderno, tal como tratado por Cooper e Burrell (1988) ou por Chia (1995).

2.1.3 A ideia preliminar de organizações como processos em Karl Weick

Conforme Chia (1995, p. 586-587), "o termo 'processo' [...] tem se tornado recorrente mesmo no discurso modernista". Isso seria devido, em parte, ao tratamento dado por alguns estudiosos ao debate entre as problemáticas moderna e pós-moderna, especialmente quando tal debate é compreendido apenas como uma discussão entre perspectivas teóricas ou paradigmas sociais. Tal entendimento seria equivocado, para o autor, na medida em que não permite compreender que o vocabulário pós-moderno exigiria uma "crucial revisão de estilo cognitivo" (CHIA, 1995, p. 594). Isso, nos termos do autor, "distraindo a atenção para longe da problemática pós-moderna e conduzindo a uma apropriação indiscriminada da terminologia e conceitos pós-modernos pelo *mainstream* da teoria organizacional" (CHIA, 1995, p. 584).

Em outras palavras, o autor afirma que a concepção de processos nos EO é visível mesmo em abordagens que não se desvencilham do estilo de pensamento moderno. Nelas, o emprego teórico do conceito envolveria a noção de "[...] vários estados/estágios de 'eventos/condições' isoláveis que conduzem em direção a um alcance ou resultado" (CHIA, 1995, p. 587). O processo seria, nessa concepção, entendido como epifenômeno de entidades básicas, seria um estágio, um momento entre tais entidades, de modo que “'processo', neste sentido modernista, implica 'entidades em processo' ou processos em entidades [...], não processos na constituição de entidades" (CHIA, 1995, p. 587).

À luz desses apontamentos, especialmente das considerações de Cooper e Burrell (1988), de Robert Chia (1995) e de Tsoukas e Chia (2011), torna-se pertinente adentrar, aqui, à teorização proposta por Karl Weick para o estudo sobre organizações, a partir do final dos anos 1960¹³. Karl Weick (1973; 1979) é reconhecido como o primeiro autor a propor a abordagem daquilo que chama de *organizing*. Ele enfatiza a análise de processos como uma “maneira de aprender coisas a respeito de organizações” (WEICK, 1973, p. 1), o que permitiria contornar alguns dos “problemas da teoria contemporânea de organização” (WEICK, 1973, p. 18), a exemplo da difícil compreensão dos limites entre a definição de organização e de ambiente.

Tsoukas e Chia (2011) concordam que as proposições de Weick tiveram o mérito de afastar-se da ontologia tradicional da teorização organizacional, chamando atenção para aspectos pouco visíveis (mesmo atualmente) dos fenômenos estudados. Esse deslocamento ontológico teria realçado os aspectos da “circularidade que caracteriza grande parte da ação humana [...]. Rejeitando a imagem total que subjaz à ontologia da TO tradicional, Weick permitiu tanto aos estudiosos quanto aos profissionais cuidarem de questões de novidade, processo e agência” (TSOUKAS; CHIA, 2011, p. 9).

Esse movimento, contudo, não teria sido capaz de fazer com que as elaborações resultantes de Weick se constituíssem fora do estilo de pensamento moderno (CHIA, 1995). A centralidade da ideia de controle na teorização de Weick, por exemplo, seria um dos elementos a demonstrarem que seu trabalho compreende um exemplo de como “repetidas tentativas teóricas para falar mais 'rigorosamente' sobre 'processo', em teoria organizacional, terminam por expressar processos em termos estáticos” (CHIA, 1995, p. 587).

Ainda que possam ser razoáveis as assertivas acima, sobre a obra de Weick (1973; 1979), as proposições desse autor merecem aqui maior detalhamento, pelo seu êxito em distanciar-se daquilo que chama de “tratamentos padronizados de organização” (WEICK, 1973, p. 2). Para o autor, tais tratamentos abordariam as organizações centrando-se em seus aspectos tangíveis, o que forneceria explicações muito pouco realistas diante das mutações intrínsecas aos fenômenos estudados.

Na compreensão de Weick (1973; 1979), as abordagens convencionais estariam vinculadas a uma definição de organização como entidade social identificável, detentora de propriedades essenciais e singulares, a exemplo da coordenação racional de atividades, da presença de objetivos explícitos e da relação com sistemas maiores, na forma de *ambiente* dado

¹³ A principal obra de Weick data de 1969, ano da primeira edição de seu “The Social Psychology of Organizing”. Todavia, seu trabalho será aqui citado, sobretudo, através da tradução brasileira dessa obra (WEICK, 1973) e da sua segunda edição, revista e ampliada, em língua inglesa, Weick (1979).

(WEICK, 1973, P. 2; WEICK, 1979, p. 3). Em vez de partir desses elementos para a compreensão organizacional, o autor propõe que uma “acentuação dupla de estrutura e processo é inevitável” (WEICK, 1973, p. 16), mas que os elementos decisivos para falar de organizações são “processos, sua estruturação, sua modificação e dissolução” (WEICK, 1973, p. 16).

Estruturas seriam tão somente *meios* pelos quais os processos são expressos. Esses últimos seriam centrais na criação, conservação e dissolução de coletividades sociais, de modo que eles “constituem o trabalho de organizar, e [...] as maneiras pelas quais tais processos são continuamente executados *são* a organização” (WEICK, 1973, p. 1). O trabalho de Weick (1973; 1979) dedica-se, então, a tratar das funções atribuídas a esses processos, bem como seus componentes básicos, seus tipos, suas formas de funcionamento e mesmo suas consequências para a dinâmica organizacional, dentre outros aspectos. Enquanto esse esforço do autor deva ser melhor explorado a seguir, cabe destacar aquilo que ele traz como tese central, qual seja, a defesa de que:

[...] qualquer organização é a maneira pela qual passa pelos processos de sua formação. Tais processos, que consistem de comportamentos interligados, estão relacionados e constituem um sistema. As relações de mútua causação, que colocam os processos separados num sistema, constituem os controles do sistema. Isso significa que, de acordo com o padrão de relações que existe entre os processos, haverá controle ou caos (WEICK, 1973, p. 90).

Assim, a definição de Weick para o fenômeno organizacional nem passa pela noção de unidade formal como elemento decisivo, nem pela pressuposição de objetivos racionais claros que lhes sejam atribuídos. Pelo contrário, sua abordagem entende que a *construção de sentido* é algo fundamental naqueles processos e precisa ser problematizado em vez de tomada como pré-definida.

Organização é como uma gramática no sentido que é uma consideração sistemática de algumas regras e convenções, pelas quais um conjunto de comportamentos interligados são agregados para formar processos sociais que sejam inteligíveis aos atores. É também uma gramática no sentido que consiste de regras para formar relações causais e variáveis dentro de estruturas de significado (mais tarde chamadas de mapas causais) que sintetizam a experiência recente das pessoas que são organizadas (WEICK, 1979, p. 3-4).

Nesse processo de construção do que seja inteligível, da elaboração do sentido, formar-se-iam mais do que significados sobre questões internas à organização. Isto é, para Weick, não se tratam apenas de *processos de construção da organização*, mas também da *criação do*

ambiente com o qual ela lida. Essa elaboração reformula a concepção de relacionamento organização-ambiente, assumindo que nenhum desses pretensos polos é algo dado, mas que ambos são construídos processualmente.

A matéria-prima na construção conjunta da organização e de seu ambiente seria a *informação*. Na compreensão de Weick, os indivíduos agem conjuntamente sobre a informação com o propósito de reduzir o nível de ambiguidade que ela apresenta, algo visto como necessário para a ação. O autor sugere, assim, que “a redução da ambiguidade seja uma atividade coletiva” (WEICK, 1973, p. 91) que explica o porquê da formação dos processos, entendidos como “‘famílias’ de comportamentos interligados” (p. 54) e conjuntos de regras (p. 72). Através de processos tornados repetíveis, a organização se realizaria pela atividade de trabalhar “informações ambíguas, incertas, equívocas [...] para limitar a amplitude de possibilidades [...]. As atividades da organização se voltam para o estabelecimento de um nível aceitável de certeza” (WEICK, 1973, p. 40).

Tomando, desse modo, o afastamento da ambiguidade como elemento explicativo para a formação dos processos, Weick propõe um modelo para o estudo da organização, ou “um guia para as pessoas que desejam observar organizações” (WEICK, 1973, p. 95). Esse modelo compreenderia a formação organizacional através de três processos: *enactment* (ou criação); *seleção*; e *retenção*. Em cada um deles, *ciclos de comportamentos interligados* e *regras de reunião desses comportamentos* seriam aplicados com o intuito de propiciar uma redução do caráter ambíguo das informações. Além desses três processos, o quarto elemento, do processo de *organizing* de Weick, seria a mudança ecológica, caracterizada pela ocorrência de diferenças no fluxo contínuo de experiência dos atores (WEICK, 1979, p. 164).

Para uma razoável compreensão desse modelo de *organizing* em Karl Weick, podemos traçar uma breve descrição desses quatro componentes e iniciar pelo conceito de mudança ecológica.

A *mudança ecológica* forneceria a maior parte da matéria-prima para os processos organizacionais, isto é, seria fonte das informações repletas de ambiguidade. Uma vez que novidades sejam percebidas pelos atores no seu fluxo contínuo de experiência, partes desse fluxo podem ser *colocadas entre parênteses* por eles, a fim de uma atenção mais próxima a essas partes “recortadas”, na forma de conteúdos e segmentos discretos advindos do fluxo (WEICK, 1973, p. 64). Essa seria a forma pela qual a mudança ecológica forneceria material básico para aquilo que Weick chama de *sense-making*, o caminho de construção de sentidos.

O *sense-making* seria assim compreendido como um ato reflexivo, agindo sobre a mudança ecológica ou sobre a experiência passada, em sentido retrospectivo (o único possível), como um processo de justificação. O *sense-making* poderia ser apreendido também por meio da metáfora seguinte, qual seja, como “um cone de luz que se amplia para trás, a partir de determinado presente. Esta luz dará definição e contornos a certas partes da experiência vivida” (WEICK, 1973, p. 67). Dessa forma, juntamente com a experiência passada, “mudanças ecológicas providenciam o ambiente enactável, a matéria-prima para o *sense-making*” (WEICK, 1979, p. 130).

O segundo elemento no modelo seria o *enactment*. O processo de *enactment* seria o único, dentre os três processos (*enactment*, seleção e retenção) que compõem o sistema proposto por Weick, a se relacionar diretamente com a mudança ecológica. Através dele, informações específicas são percebidas e trabalhadas no sentido da redução da ambiguidade, ainda que apenas nos processos de seleção e de retenção tal ambiguidade seja mais substancialmente diminuída.

No *enactment*, embora o indivíduo esteja se relacionando com informações novas advindas da mudança ecológica, a atenção que ele dispensa a essas informações é também influenciada por informações conservadas, oriundas de processos anteriores. Weick afirma que é por meio do processo de *enactment* que são geradas as informações com as quais os demais processos lidarão.

Por conseguinte, como a atividade organizacional se traduz na lida com tais informações, seria inadequado presumir a ideia de um *ambiente externo dado* (WEICK, 1973, p. 91-92) ou mesmo de um *ambiente percebido* (WEICK, 1979, p. 165-166). Em suas palavras, “o ser humano *cria* [enacta] o ambiente ao qual o sistema depois se adapta. O ator humano não *reage* ao ambiente, mas *cria* [enacta] o ambiente” (WEICK, 1973, p. 64). Os ambientes emergiriam, conseqüentemente, *no* processo de organizing e não externamente a ele, de forma que “o ambiente que preocupa a organização é colocado lá [enactado] pela organização” (WEICK, 1979, p. 153).

O *processo de seleção* seria, ao seu turno, aquele responsável por afastar a maior parte da ambiguidade nas informações com as quais os atores se envolvem. O processo de *enactment*, anteriormente referido, teria tão somente a função de providenciar as “matérias primas ambíguas que, então, podem ser apreendidas ou dispensadas no processo de seleção” (WEICK, 1979, p. 131). Será através de um novo conjunto de ciclos de comportamento e de regras estabelecidas que se dará a *seleção*, a qual “separa a diversidade presente na informação

ambígua, admite as partes que satisfazem os critérios [estabelecidos pela experiência passada] e assim coloca a informação ambígua numa forma ordenada” (WEICK, 1973, p. 92). Em síntese, o autor afirma que “o processo de seleção envolvido no organizing seleciona esquemas de interpretação e interpretações específicas” (WEICK, 1979, p. 131), conforme a utilidade que esses esquemas apresentaram na produção de certeza em momentos anteriores.

O processo final seria a *retenção*, que embora possa parecer tão somente um conjunto de atividades de “armazenamento” (WEICK, 1973, P. 58) dos sentidos construídos ao longo do processo organizacional, seus “sistemas” teriam influência relevante sobre as ações posteriores, como já mencionado ao tratar dos processos de *enactment* e de seleção. Essa seria uma decorrência do fato de que seres humanos constroem sentidos com base em suas experiências significativas, necessariamente de *modo retrospectivo*, visto que “a experiência significativa *foi* vivida; não *está* sendo vivida nem *deverá ser* vivida” (WEICK, 1973, P. 64. Grifo nosso). Dito de outro modo, “o sentido é o tipo de atenção voltada para o passado” (WEICK, 1973, p. 67).

Isso envolveria o papel do processo de retenção como repositório de comportamentos escolhidos, protegidos, mas também frequentemente corrigidos, uma vez que podem apresentar-se internamente incoerentes (WEICK, 1973, p. 58). Assim, esse processo reteria, como seus conteúdos, ambientes *enactados* e mapas causais, ou, como afirma o próprio Weick (1979, p. 131), ali ocorreria, dentre outras atividades, uma “uma estocagem relativamente direta do produto de *sense-making* bem-sucedido”.

A abordagem em Karl Weick, como observado, caracteriza-se pelo que podemos tratar como “processual”, se compreendemos sua ancoragem na ideia de que “*organizing* é um fluxo de movimento que as pessoas tentam coordenar” (WEICK, 1989, p. 243). Em vez de grandes causas para efeitos organizacionais, o seu modelo permite enfatizar como eventos pequenos podem levar a efeitos maiores, estáveis e duradouros, como a criação de estruturas organizacionais.

Nos meandros desses processos, o *eixo estrutura-ambiente* é reformulado, mas permanece como importante para a teorização, na medida em que a elaboração envolve uma certa compreensão da construção mútua desses elementos a partir das atividades/ações. O termo *enactment* é, portanto, utilizado para tratar da constituição das organizações e de seus ambientes, como sendo ambos *enactados*:

As organizações tornam-se enactadas quando as interações se estabilizam em rotinas e os ambientes se tornam enactados quando as rotinas dão forma aos problemas externos que enfrentam. Em ambos os casos, a ação cria traços

pelos quais as pessoas retrospectivamente ‘fazem sentido’ e usam como diretrizes na ação subsequente (WEICK, 1989, p. 246).

Ainda que esse caráter processual na abordagem lançada por K. Weick não se mostre necessariamente avesso ao modo de pensamento moderno criticado por autores como Cooper e Burrell (1988) e Chia (1995), sua teorização claramente desloca os tópicos relevantes aos EO, quando comparada com a teorização tributária da sociologia estrutural de Talcot Parsons.

2.1.4 Outros deslocamentos ontológicos: o *organizing* mediante as abordagens da prática

O trabalho de Weick não compreende, todavia, uma marca no deslocamento de uma ontologia forte do ser (*being*) para uma ontologia movimento (*becoming*) no tratamento dado à análise organizacional. Deslocamento tal teria ocorrido, no campo dos EO, apenas com a abertura desses estudos para o chamado pós-estruturalismo, nos termos abordados por Duarte e Alcadipani (2016). Nesse sentido, uma maior contribuição ao direcionamento do olhar analítico para movimentos, fluxos, para as práticas e para a configuração de mudanças (entendendo a *diferença* como a questão básica em vez do foco na distinção de padrões), teria sido dada pelo trabalho de Robert Cooper (1976) e sua proposição de *open field*.

Na sua proposição, Cooper (1976) critica a orientação das ciências sociais para a visão das estruturas como fim em si mesmas, o que resultaria num repertório muito limitado para a abordagem daquilo que se definia como relação homem-sociedade. Desse repertório, conforme ele, resultaria um arsenal teórico muito desfavorável a uma visão processual do homem, nas ciências sociais. Tal visão processual exigiria, para Cooper, conceber aquela relação homem-sociedade de modo renovado, mediante duas condições básicas: 1) mútua dependência, nem concebendo o indivíduo mero reflexo passivo, nem como impositor absoluto; e 2) predisposição em assumir um homem incompleto e sempre inacabado (experiência de si mesmo).

O *campo aberto* sugerido por Robert Cooper implica, dessa maneira, em novos pressupostos epistemológicos, especialmente em termos da própria separação sujeito – objeto, vista como um recurso à ideia de cognição (interna), separada de um mundo (externo), elaborada em nome de uma pretensa autonomia do ser humano e da homogeneidade de suas experiências.

Em outras palavras, Cooper (1976) avança no sentido do descentrar o ser humano na análise, afirmando que a epistemologia assumida proeminentemente pelas ciências sociais infla o "propósito consciente" e supervaloriza a intencionalidade. Em vez disso, seria mais frutífero, conforme o autor, supor o que compreende como "campo aberto", uma condição para a

abordagem processual que prezaria pela incerteza, indeterminação dos processos inconscientes e pela multiplicidade. Sua concepção não nega a ideia de intelecto, mas propõe que ele seja parte do processo, como um elemento entre iguais no campo aberto. O autor evita assim, o discurso modernista que enfatiza racionalidade e progresso como elementos intrinsecamente vinculados à ação humana, conforme discutido também em Cooper e Burrell (1988), Chia (1995) e Tsoukas e Chia (2011).

Referindo-se a esse trabalho (Cooper, 1976) e a outros desenvolvidos por Robert Cooper, Duarte e Alcadipani (2016) creditam àquele autor uma elevada contribuição para o ingresso de uma ontologia do *becoming* nos estudos organizacionais, permitindo o advento de uma crítica mais contundente às noções de identidade, substância e ideias correlatas, tradicionalmente utilizadas como guias de pesquisa.

Essa crítica, em boa medida, teria sido acompanhada, especialmente a partir dos anos 1990, por um movimento que se poderia denominar de “retorno às práticas” (STERN, 2003; SCHATZKI, 2001; 2018; RECKWITZ, 2002), isto é, por enfatizar os processos de *organizing* em curso, em vez de privilegiar as formas cristalizadas implicadas na ideia de organização. Nas palavras de Schatzki (2018, p. 151), esse movimento pode ser compreendido como a emergência de “um denso conjunto de abordagens alternativas, no pós-guerra, para conceitualizar e explicar questões sociais”.

A suposição presente nesse *redirecionamento para as práticas* é a de que estudá-las pode ser muito fértil à compreensão dos tópicos sob investigação e do que de fato está acontecendo nos fenômenos organizacionais, algo que poderia ser gerativo de mudanças e inovações importantes. Nesse sentido, parece haver significativo alinhamento desse movimento (o retorno às práticas) em direção às questões abordadas por Cooper e Burrell (1988) e Chia (1995), quando escrevem, especialmente esse último, sobre a necessidade de uma revisão crucial de estilo cognitivo para fugir às armadilhas do pensamento e discurso modernistas.

Além da teorização sobre práticas (STERN, 2003; SCHATZKI, 2001; RECKWITZ, 2002) compartilhar muitas daquelas críticas ao modernismo, também se pode perceber certo alinhamento ao observarmos que tal teorização privilegia as ações e interações pelas quais as organizações ocorrem. Isto é, as abordagens da prática têm forte apelo ao trabalho empírico, no que se assemelham às reivindicações de Chia (1995, p. 594), quando esse autor concebe o pensamento pós-moderno como “ultra-empírico, lidando com a lógica concreta de ordenamento e de *organizing*”.

Para uma atenção mais detalhada ao modo como as práticas permitem renovar o estudo do *organizing*, fazem-se necessárias algumas considerações sobre a maneira como elas se relacionam com o pensamento social, em termos mais gerais, para além da sua discussão no âmbito dos EO, em particular. Dirigindo-se a esse ponto, cabe indicar que a teorização das práticas, muito embora seja tratada como um proeminente afastamento de *dualismos clássicos* como estrutura e processo na teoria social, apresentam uma variedade interna desafiadora (STERN, 2003). A heterogeneidade desse conjunto dificultaria, nesse sentido, tomá-las como um conjunto unitário de formulações, ainda que elas compartilhem alguns princípios básicos. Reckwitz (2002), por exemplo, mesmo fazendo menção a tal diversidade, observa que talvez o principal ponto em comum seja o desenvolvimento de um *terceiro vocabulário* para o debate sobre ação e ordem na teoria social.

Segundo Reckwitz (2002), as chamadas teorias da prática compartilham do caráter avesso tanto às explicações advindas da perspectiva “*purpose-oriented*” (do utilitarismo à teoria da escolha racional), como também recusam a explicação do tipo “*norm-oriented*” (presente de Durkheim a Parsons)¹⁴. Elas seriam parte do que o autor chama de *revolução culturalista na teoria social*, muito embora assegure que nem toda teoria cultural corresponda a uma teoria das práticas. Como teorias culturais, o autor pontua todas aquelas que localizam o “social” fora dos pontos de referência dos dois vocabulários clássicos (“*purpose-oriented*” e “*norm-oriented*”). Isso incluiria, como proposições de um terceiro vocabulário, a perspectiva denominada por *mentalismo* (o social localizado em mentes); o *textualismo* (ou o social presente nos discursos); e o *intersubjetivismo* (identifica o social como interações). Além dessas, as *teorias da prática*, ao seu turno, seriam o agrupamento daquelas abordagens que *localizam o social em práticas*, conjunto esse que seria exemplificado por autores como P. Bordieu, A. Giddens, M. Foucault, H. Garfinkel, B. Latour, C. Taylor e T. Schatzki.

Teorias da prática, conforme Stern (2005), apresentam um notório consenso sobre a tomada da prática como ponto de partida em suas análises, de modo que se pode dizer que as práticas compreendem a categoria-chave, como fenômeno social fundamental. Ele, entretanto, afirma que tais teorias apresentam menos consenso quanto à forma como compreendem o que sejam essas práticas. Apesar desse menor consenso quanto ao modo de estabelecer uma definição para a categoria em questão, Reckwitz (2002, p. 249) ousa propor que tais elaborações teóricas tomam práticas como:

¹⁴ Essa classificação de Reckwitz (2002) tem sentido semelhante às versões sobressocializada e subsocializada da ação humana (GRANOVETTER, 2009) e à discussão sobre individualismo e societismo em Schatzki (2005). Isto é, trata-se do debate referente ao dualismo estrutura – agência, ação e ordem social, caro à sociologia estrutural.

um tipo rotinizado de comportamento que consiste de vários elementos, conectados um ao outro: formas de atividades corporais; formas de atividades mentais; coisas e seu uso, um conhecimento de base na forma de compreender, know-how, estados de emoção e conhecimento motivacional.

Schatzki (2001), em esforço semelhante de delinear questões comuns a esse campo de perspectivas sobre práticas, afirma que poderiam ser agrupadas nesse conjunto todas aquelas análises que (1) buscam tratar de práticas, seja aquilo que chamam de um campo de práticas - “o nexos total de práticas humanas interconectadas” (SCHATZKI, 2001, p. 11) – ou um subdomínio específico; ou (2) aquelas abordagens que tomam uma noção semelhante desse campo quando tratam da natureza e transformação dos fenômenos que se dispõem a estudar.

Em Schatzki (2018), há uma síntese melhor elaborada quanto aos pontos em comum que estariam presentes nas abordagens a que se pode chamar de teorias da prática. Esses pontos incluiriam a concordância quanto à ideia de que:

1. a vida social é composta, ao menos primordialmente, por práticas. Práticas são centrais ao mundo social. [...]; 2. essas teorias consideram que práticas se conectam, num mundo formado por muitas práticas, formando complexos e constelações; [...]; 3. fenômenos sociais são constituídos ou enraizados em nexos de práticas (SCHATZKI, 2018, p. 153).

Numa tentativa de definição desse campo de perspectivas analíticas, Feldman e Worline (2016), propõem que teorias da prática têm como foco o “desdobramento dinâmico de constelações de prática ou atividades cotidianas, em relação a outras práticas, tanto dentro do mesmo tempo e espaço, quanto através do tempo e espaço” (FELDMAN; WORLINE, 2016, p. 306). Essa noção de constelações, arranjos ou configurações de práticas, portanto, são relevantes para o campo, caracterizando a unidade de análise (a prática) como algo situado no tempo e no espaço, mas em conexões espaço-temporais com outras práticas.

Ao salientarem essa categoria básica (prática), as abordagens assim denominadas desenvolvem ordens de análise que permitem vocabulários distintos daqueles que inspiraram a ênfase em estruturas/substâncias/identidades nos estudos organizacionais e em outros segmentos da teorização social. Como indica Stern (2003), essas abordagens representam um caminho de superação daquelas criticadas dicotomias (sujeito/objeto; representação/representado; esquema conceitual/conteúdo; crença/desejo; estrutura/ação; regras/aplicação; micro/macro; individual/totalidade).

Nessa superação dos “dualismos irreduzíveis” da sociologia estrutural, Feldman e Worline (2016) chamam a atenção para a ideia de *relacionalidades mutuamente constituídas*, pela qual supostas entidades separadas, - como ator e sistema ou teoria e ação -, *na prática* seriam constituídas na interdependência, uma em relação ao outra. Assim, as autoras afirmam que, nas teorizações da prática, “a rejeição de dualismos tomados como dados em favor de dualidades mutuamente constituídas é uma marca do estatuto teórico” (FELDMAN; WORLINE, 2016, p. 319).

Entre esses dualismos superados nos aportes teóricos da prática, a distinção social – material é particularmente reformulada. Elementos supostamente sociais ou materiais não são concebidos como domínios analiticamente separados, senão como constituídos relacionalmente pelas práticas, como *sociomaterialidades* (SCHATZKI, 2018; POZZEBON *et al*, 2016; LEONARDI, 2013). Referindo-se especificamente à TAR, Gherardi (2016) ressalta que a prática reconfigura o conceito de agência, tomando-o como uma “capacidade realizada através de associações entre humanos e materialidades” (GHERARDI, 2016, p. 5). É nesse sentido que, conforme essa última autora, podemos dizer que “práticas têm agência” (GHERARDI, 2016, p. 7).

Ao se desvencilharem da vinculação entre ação e intencionalidade, sem privilegiar a ideia de *ação significativa* oriunda de autores como M. Weber ou T. Parsons, as práticas também teriam em comum o fato de poderem ser chamadas de *teorizações pós-humanistas* (SCHATZKI, 2001, p. 19). Elas recusariam a exaltação antropocêntrica do ser-humano como “única fonte de significado, valor, verdade, e ser” ou “como pensador, criador, ator” a ser tomado como foco exclusivo ou elemento central. Em sintonia com o descontentamento pelo destaque modernista à racionalidade humana (COOPER; BURREL, 1988; CHIA, 1995), teorias da prática não teriam preocupação com o fenômeno mental (mentalismo) por si, nem ênfase em discursos ou na ação comunicativa (textualismo/subjetivismo), elaborando, também, uma crítica à tendência de intelectualizar a agência humana (RECKWITZ, 2002).

Essas características permitem pensar o repertório das abordagens da prática como uma maneira para tratar do *organizing* em termos processuais, sem que se recaia no problema destacado por Chia (1995), isto é, tomar a ideia de processo em termos da ontologia modernista¹⁵. Para o autor, “[...] a problemática pós-moderna não é sobre o macroprocesso de

¹⁵ Para aquele autor, essa fuga do discurso moderno não é efetivada pelas proposições de Karl Weick, desde que haveria “uma distinção fundamental a ser feita entre processos ocorrendo dentro ou entre entidades sociais [...] e os processos de micro-organizing que enactam e re-enactam essas entidades sociais na existência” (CHIA, 1995, p. 587). Assim, o fundamental seria a adoção de um estilo de pensamento que permitisse a primazia analítica de processos de “montagens de organizings” (CHIA, 1995, p. 589).

coisas/entidades sociais nem sobre os micro processos em coisas/entidades sociais. Em vez disso, ela está preocupada com o tornar-se das coisas, entidades sociais e eventos" (CHIA, 1995, p. 591).

Essas considerações parecem mostrar ser possível, para aqueles que abordam a noção de *organizing*, encontrar na teorização sobre práticas um modo de desvencilhar-se das questões críticas do pensamento moderno (COOPER; BURREL, 1988; CHIA, 1995; TSOUKAS; CHIA, 2011) e da sociologia estrutural (GIDDENS, 1989; GIDDENS; TURNER, 1999). Dessa maneira, a teorização sobre práticas evita o lugar comum de naturalizar a organização como ponto de partida das investigações.

Apesar dessas convergências, mesmo após décadas de aproximação entre teorias da prática e estudos organizacionais, não há uma *teoria prática do organizing* suficientemente articulada (GHERARDI, 2016). Enquanto isso, aquela aproximação continua a enfatizar o fenômeno organizacional enquanto algo que ocorre por meio de “texturas de práticas interconectadas” ou de “complexos arranjos de práticas” (NICOLINI, 2009). Nas palavras de Boxenbaum *et al* (2018), a virada da prática permite equipar as teorias das organizações para reconfigurar a vida organizacional como intrinsecamente realizada entre as sociomaterialidades de “arranjos de atividades”. Conforme Gherardi (2016, p. 6), “práticas são modos organizacionais de ordenar ou, em outras palavras, o *organizing* tem lugar dentro de práticas estabilizadas”.

É a partir de autoras como Sílvia Gherardi, que Bispo (2015; 2013) propõe a compreensão de que as práticas permitem o estabelecimento de configurações coerentes, simbólicas e significativas, nas quais se encontram articulados humanos, não humanos e atividades. Esse caráter organizativo presente nas práticas, desse modo, permitiria que as abordagens das quais temos falado possam ir além de produzir descrições sobre o que os atores fazem em um dado arranjo de atividades. Essa possibilidade seria decorrente do fato de que as práticas também compreendem *loci* de “criação de significado, formação de identidade e ordenamento de atividades produzidas” (BISPO, 2015, p. 314).

Sem, necessariamente, direcionarem-se para a discussão de todas as questões trazidas nesse debate, textos como os de Gherardi (2013; 2015; 2016); Feldman e Worline (2015); Feldman e Orlikowski (2011); Nicolini (2012); Eikeland e Nicolini (2011); e Miettinen; Samra-Fredericks e Yanow (2009), mostram como a literatura organizacional e as teorias da prática se encontram associadas em diversos trabalhos, nas últimas décadas.

O caráter promissor das abordagens da prática, todavia, convive com algumas dificuldades decorrentes da profusão de vocabulários (GHERARDI, 2016; FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011; RECKWITZ, 2002) que as caracterizam. Se elas são razoavelmente convergentes quanto às considerações sobre os ingredientes de uma prática (ações, indivíduos, artefatos, regras, símbolos, textos, discursos), o mesmo não poderíamos dizer quanto às características que cada abordagem põe em relevo, aspecto esse no qual residiriam os desacordos (GHERARDI, 2016), entre as diferentes famílias de ontologias práticas (SCHATZKI, 2018).

Esse caráter pluralístico faz com que a teorização sobre práticas possa ser melhor assimilada quando tomada a partir da discussão de alguma de suas perspectivas, de um modo específico. No presente texto, nossa atenção recairá sobre a Teoria do Ator-Rede (TAR) e, mais adiante, sobre a forma como a TAR é empregada para abordar o *organizing*. O repertório da Teoria do Ator-Rede (TAR), vale ressaltar, constitui uma das mais proeminentes abordagens das práticas (NICOLINI, 2009; 2012; SCHATZKI, 2001; RECKWITZ, 2002) e tem, simultaneamente, apresentado algum destaque na literatura que trata do *organizing* (CZARNIAWASKA, 2008a; 2008b; 2009; GHERARDI, 2016; 2013; BISPO, 2013).

Especificamente, quanto à utilização da Teoria do Ator-Rede (TAR) nos EO, Alcadipani e Hassard (2010) argumentam sobre o movimento pelo qual os estudos em organização e gestão (*organization and management studies*) passaram a se utilizar das ferramentas analíticas da TAR como um afastamento da ênfase na estrutura organizacional. Segundo os autores, é possível observarmos na TAR um “forte aliado para mover o foco dos OMS [*organization and management studies*] de organizações formais para o *organizing*” (ALCADIPANI; HASSARD, 2010, p. 425).

Lee e Hassard (1999), Andrade (2004), Cavalcanti e Alcadipani (2013), Duarte e Alcadipani (2016) e Camillis e Antonello (2016) também são trabalhos que tratam desse ingresso da TAR em investigações que se propõem, em variadas perspectivas, abordar fenômenos organizacionais em termos não estruturais. Não necessariamente, vale ressaltarmos, esses trabalhos empregam o termo *organizing* ou alinham-se, de modo direto, à discussão aqui realizada.

Por um lado, se é possível dizer que a abordagem da TAR, por compreender uma teoria da prática¹⁶, disponibiliza um vocabulário adequado para investigações orientadas pela

¹⁶ É importante compreender que as chamadas teorias das práticas reivindicam um outro sentido para o emprego da palavra *teoria*, que não aquele mais comumente encontrado quando se trata do assunto. Isto é, há um esforço em afastar-se daquele sentido de “teoria social” estabilizado pela sociologia tradicional, como uma explanação

concepção de *organizing*, por outro lado, é também verdade que a utilização desse vocabulário demanda alguns cuidados. Alcadipani e Hassard (2010) estão entre os estudiosos que sublinham esta possibilidade, sugerindo, porém, algumas combinações teóricas com vistas ao aperfeiçoamento de alguns aspectos da análise, notadamente relacionados à dimensão política do *organizing*.

Cavalcanti e Alcadipani (2013), por sua vez, argumentam que muitos estudos que fazem uso da TAR fundamentam-se apenas em textos clássicos e, quase sempre, apenas naqueles escritos por Bruno Latour, desconsiderando importantes contribuições de outros autores. Camillis e Antonello (2016), em tom semelhante, defendem que o repertório da TAR é muito mais abrangente do que o conjunto de conceituações geralmente utilizado nos estudos organizacionais que empregam a abordagem.

Dentre outros aspectos, que igualmente inspiram cuidados no empreendimento de fazer uso da TAR para a abordagem do *organizing*, há a questão da amplitude histórica dos seus estudos (desde os textos clássicos na década de 1980 até essas primeiras décadas do século XXI). Isso também exige certa atenção para as mudanças que foram incorporadas em suas elaborações ao longo desse seu percurso. Ainda que os fundamentos originais das discussões não tenham sido abandonados, outras discussões trouxeram novos pilares, e desdobramentos importantes podem ser identificados, o que produz sensíveis diferenças nos conceitos elaborados durante essa trajetória de mais de três décadas.

Dito isso, as páginas que seguem procuram concentrar-se apenas no vocabulário oferecido pela TAR, detendo-se nos elementos visualizados aqui como mais oportunos para falar da prática e, em decorrência, para os estudos de *organizing*. Não se trata, é preciso dizer, de um inventário exaustivo das obras e conceitos que tenham sido desenvolvidos pelos autores da TAR. O objetivo é discorrer sobre um conjunto - certamente mais restrito do que a totalidade da obra - de questões e conceitos aqui julgados pertinentes.

geral do que a vida social é, da concepção dominante de que teoria é predição ou uma elaboração construída sobre um conjunto de hipóteses (SCHATZKI, 2001, 2018). Pode-se dizer, também, que teorias, nessas abordagens, tendem a ser entendidas como vocabulários, os quais permitem certas declarações e interpretações sobre os fenômenos em tela, ao tempo em que excluem outras possíveis declarações/interpretações (RECKWITZ, 2002). Contudo, se para além da concepção dominante de teoria, essa puder ser entendida de um modo mais aberto, como “qualquer modo sistemático ou geral de abordagem de um dado assunto” (STERN, 2003, p. 187), vocabulários como os fornecidos pelas abordagens das práticas podem ser entendidos como *teorias*. Isso talvez permita compreender porque são comuns declarações como a de Latour (1999, p. 20), quando prefere falar da TAR como “um método, não uma teoria”, isto é, se tomamos o sentido clássico do termo *teoria*.

2.2 Teoria do Ator-Rede e seus elementos iniciais para o estudo das organizações

O nascedouro da TAR está associado ao campo dos estudos da ciência e da tecnologia, especialmente na França. A partir da década de 1970, nesses estudos, o debate predominante passou a se dar em torno da questão se o chamado desenvolvimento técnico-científico deveria ser investigado tomando como determinantes aspectos internos (à C&T) ou se, do contrário, tal desenvolvimento seria melhor explicado pelos fatores externos, advindos do contexto social, político, econômico e científico. Latour (2001, p. 108) trata essa discussão como uma batalha entre o “vocabulário do conteúdo” e “vocabulário do contexto”, numa denominação semelhante à lógica internalista (a ciência explica-se) *versus* contextual (a sociedade explica a ciência).

Alternativamente àquelas duas perspectivas (internalista *versus* contextual), desenvolveu-se a ideia de *malha sem costuras entre o social e o técnico*, argumentando pela inseparabilidade dessas dimensões, em resposta ao argumento de que a tecnologia seria uma dimensão com dinâmica própria, separada do desenvolvimento das ciências e também de outros aspectos exógenos ao fenômeno tecnológico (LATOUR, 2001).

Os autores precursores da TAR (notadamente Bruno Latour, John Law e Michel Callon), dedicados aos estudos da ciência e da tecnologia, estavam alinhados ao pressuposto básico da perspectiva denominada por *malha sem costuras*. Esse alinhamento, devemos dizer mais claramente, implicava uma recusa ao argumento de que, como as ciências em geral, o desenvolvimento técnico deveria ser investigado a partir de determinantes contextuais (sociais, políticos, econômicos, etc). Porém, ao tempo que não se tratava da defesa do ponto de vista externalista, tampouco reivindicava a legitimidade de explicações internalistas. Tratava-se de uma abordagem em defesa de uma visão não compartimentada dos fenômenos (técnico-social; social-natural; técnico-científico).

Tão logo os primeiros estudos desses autores (Bruno Latour, John Law e Michel Callon) possibilitaram o desenvolvimento de uma crítica específica à noção de “inserção contextual da ciência e da tecnologia”, essa crítica também pôde ser extrapolada para outros campos de investigação sociológica.

Os primeiros estudos da TAR, em especial as abordagens etnográficas de atividades científicas e tecnológicas, indicaram limitações do repertório das ciências sociais tradicionais na tarefa de lidar adequadamente com o desenrolar das práticas acompanhadas nos fenômenos pesquisados. Tais limitações, em vez de pensadas como um problema específico relacionado às pesquisas em ciência e tecnologia, cujas particularidades demandariam outro vocabulário,

permitiram àqueles autores colocar em xeque a capacidade do repertório sociológico em oferecer explicações adequadas para quaisquer que fossem os fenômenos, dos religiosos aos econômicos. Isto é, a dúvida deixava de ser sobre eventuais especificidades da C&T e passava a constituir um questionamento mais geral sobre a própria razoabilidade da forma convencional pela qual cientistas sociais desenvolviam suas explicações. Seria provável, desse modo, que o vocabulário sociológico não fosse razoável quando aplicado a qualquer coisa e não apenas à C&T¹⁷ (LATOUR, 2012).

Pode-se entender essa crítica como uma crítica à “contextualização social” ou ao que os autores entendem como uma mobilização, pela sociologia, de forças transcendentais para explicar os fenômenos, sem abordá-los adequadamente *a partir da experiência*, das práticas dos próprios atores em seus processos de construção.

Tal posicionamento emergiu, especialmente, a partir de quatro estudos iniciais, quais sejam: Latour e Callon (1981), que tratam do Estado e da forma como a noção de Estado é empregada sociologicamente; Callon (1986), que aborda o que se poderia compreender como um processo de inovação em técnicas de domesticação de um tipo de crustáceos; Latour (1988), que estuda o processo que conduziu à fermentação do ácido láctico; e Law (1986), que se debruça sobre os métodos de navegação associados à expansão marítima portuguesa.

Em Callon (1986) encontra-se um exemplo de como essa crítica à contextualização social é levantada. O autor acusa a explanação sociológica de ser *assimétrica* entre o tratamento dado aos atores, em seus estudos, quando eles se referem à Natureza, por um lado, e a forma como toma as declarações desses mesmos atores quando eles se reportam à Sociedade, por outro. No primeiro caso, as interpretações sociológicas teriam o hábito de permitir que os atores falassem livremente das entidades envolvidas em suas atividades, o que equivaleria a dizer que, em termos de Natureza, esta era tomada como algo incerto, a ser desvendado. Contudo, quando os atores “falam sobre si mesmos, seus aliados, seus adversários ou seus backgrounds sociais” (CALLON, 1986, p. 2), os cientistas sociais atuavam como censores, substituindo as explicações dos atores pelas suas próprias definições, tomadas *a priori*, evidenciando um entendimento de que “a Natureza é incerta, mas a Sociedade não é” (CALLON, 1986, p. 2). Significa, para Callon (1986), que os estudos sociológicos tenderiam a estabelecer, previamente

¹⁷ Sobre essa questão, uma passagem parece esclarecedora em Latour (2012, p. 139): “a ANT não é o ramo da ciência social que *conseguiu* estender os seus métodos à atividade científica e depois ao resto da sociedade [...]. nós concluímos que, globalmente e nos detalhes, no domínio da ciência a teoria social falhou *tão radicalmente* que se pode postular com segurança que ela *sempre* falhou em qualquer outro domínio”.

às análises empíricas, forças explicativas que em muito abreviariam uma adequada consideração dos achados em campo.

Revelado esse paradoxo - isto é, essa assimetria na forma de abordagem sociológica, tomada como dificuldade teórica para o alcance de uma análise adequada dos fenômenos -, Callon (1986) propõe três princípios metodológicos para evitá-lo, fundamentando-se no pressuposto de que “[...] Sociedade não é algo mais óbvio ou menos controverso do que Natureza” (CALLON, 1986, p. 3). Tais princípios, resumidamente discutidos a seguir, são fundamentais para a compreensão da TAR desde o seu início.

2.2.1 Princípios fundamentais: agnosticismo, simetria generalizada e livre associação

O *agnosticismo* é o primeiro pilar metodológico naquela proposição feita por Callon (1986), assumido como o compromisso em não censurar os atores ao expressarem-se sobre suas próprias explicações. Significa, desse modo, não tomar pontos de vista como privilegiados, nem ignorar quaisquer deles numa postura de conceber previamente identidades fixas. Mais tarde, Latour (1999; 2012) proporia a utilização de uma *infralinguagem* para descrever os fenômenos, sem lhes impor a metalinguagem das ciências sociais, o que pode ser compreendido como o esforço agnóstico de empregar modos de teorização que não estabeleçam, de antemão, parte das explicações.

Conforme Callon (1986), o pesquisador pode escolher um vocabulário de descrição entre um infinito número de repertórios possíveis, desde que ele seja simples o suficiente para não excluir os ingredientes presentes nas controvérsias em que os atores se encontram envolvidos, seja em relação à Natureza ou à Sociedade. Esse último ponto corresponderia ao princípio da *simetria generalizada*¹⁸, entendido como a manutenção do mesmo modo de registro das experiências, sem mudá-lo “quando nós nos movemos dos aspectos técnicos ao social do problema estudado” (CALLON, 1986, p. 4). O caráter simétrico reivindica que a postura agnóstica não se limite apenas a supostas categorias de fenômenos (sociais ou naturais), mas impõe o mesmo agnosticismo a todos os aspectos envolvidos no objeto em estudo.

¹⁸ A ideia de Simetria é inspirada em David Bloor. Porém, Latour (1994) faz uma importante distinção: o princípio da Simetria, em Bloor, busca explicar tanto o verdadeiro quanto o falso pela sociedade, o que faz de sua explicação algo assimétrico, na medida em que exclui o polo da natureza do processo explicativo. Por sua vez, o princípio da simetria generalizada na TAR poria sociedade e natureza como elementos a serem explicados em si, partindo dos híbridos. Em Latour (2012), há uma ressalva quanto à questão do princípio da Simetria, quando o autor afirma que se equivoca quem o entende como a manutenção de Natureza e Sociedade como categorias relevantes, porém estudadas sob os mesmos princípios, dotando-as de simetria. Em vez, disso, a TAR compreende o próprio esvaziamento dessas categorias, “uma *dissolução conjunta de ambos os coletores*” (LATOUR, 2012, p. 114. Nota de rodapé nº 90).

Por fim, o estudo de Callon (1986) propõe o princípio da *livre associação*, bastante conhecido como a máxima da TAR de “seguir os atores”, mas que pode ser identificado como o intuito de tomar distinções apenas como resultantes da análise (quando isso se mostrar adequado às experiências estudadas) e nunca como pontos de partida que se sobreponham ao empírico, a exemplo da inquestionável divisão entre natural e social.

A separação natural-social seria um tipo sagrado de divisão ou distinção lançado às chamas pela TAR, conforme Law (1999). Livre associação seria, por conseguinte, o compromisso metodológico pelo qual “o observador segue os atores a fim de identificar a maneira pela qual estes definem e associam diferentes elementos, pelos quais eles constroem e explicam seus mundos” (CALLON, 1986, p. 4). Nas palavras posteriores (em quase duas décadas) de Latour (2012, p. 82), o desafio passa a ser: “como explorar a metafísica dos próprios atores?”. Com isso, Latour pretende direcionar o esforço de sua abordagem para a compreensão do que seria a estrutura básica dos mundos desses atores, o ponto de chegada de suas controvérsias, mediante uma metafísica reconhecidamente empírica, prática.

Desses três princípios básicos (agnosticismo, simetria generalizada e livre associação), presentes já nos primeiros passos da TAR, algumas outras questões podem ser entendidas como centrais na abordagem. Aqui, parece oportuno destacar especialmente aquelas relacionadas aos conceitos de *controvérsias*, *associações*, *social* e *construção progressiva do mundo*. Os próximos parágrafos, nesse sentido, dedicam-se a essas questões de modo mais detido, a iniciar pela noção de controvérsias, presente já nos textos iniciais da TAR.

2.2.2 Controvérsias: *loci* de relacionabilidades e de produção de identidades

A ideia de que, nas controvérsias, inúmeros ingredientes estão misturados, sem distinções prévias à resolução dessas controvérsias pelos próprios atores, contrapõe-se à grande divisão Natureza-Sociedade, criticada de modo mais amplo no clássico “Jamais fomos modernos” (LATOUR, 1994). Essa segmentação seria, para Latour, uma questão-chave na experiência da modernidade, envolvida numa fundamental e paradoxal definição de imanência/transcendência.

Num primeiro paradoxo da chamada constituição moderna, o pensamento moderno tomaria a Natureza como algo transcendente (não construída pelo homem), opondo-lhe a ideia de uma Sociedade imanente (construída pelo homem), o que autorizaria o cientista social a adotar uma postura construtivista para a última, mas racionalista para a primeira. Num segundo paradoxo, a Natureza seria tomada como imanente (via construção artificial em laboratórios),

mas a Sociedade seria vista como transcendente (ultrapassando infinitamente a capacidade de ação do homem).

Por qualquer um daqueles dois posicionamentos mencionados no parágrafo anterior, Latour (1994) ressalta que o tratamento assimétrico Natureza/Sociedade estaria autorizado pelo pensamento modernista, enfatizando as *purificações* e não os *processos de mediação* entre os elementos desses dois pretensos domínios. Igualmente, isso impossibilitaria a análise de *híbridos* (embora acelerando sua proliferação), isto é, de conjuntos de elementos em que tais purificações não fossem visualizadas, desde que a distinção ciências naturais - ciências sociais tornou-se inseparável da questão discutida.

Por sua vez, o conceito de *controvérsias*, como estados nos quais os elementos ainda não ganharam uma identidade clara (se naturais ou sociais, por exemplo), sugere um modo de abordar a hibridação em vez das purificações e, por conseguinte, de favorecer tratamentos simétricos em vez modos analíticos específicos para cada categoria purificada (a exemplo da criticada divisão entre postura construtivista para o social e análise racionalista para o natural).

Pela tomada da noção de controvérsias sugerida pela TAR, desse modo, tal hibridez (indistinção natureza-sociedade; social-técnico, etc) poderia ter seu devido lugar na análise. Numa controvérsia, as considerações sobre elementos naturais ou sociais encontram-se “misturados” e identidades resultam apenas do processo de negociação nessas controvérsias e, especialmente, decorrem do seu fechamento (CALLON, 1986). Controvérsias estariam, portanto, instaladas “no coração da atividade coletiva” (LATOUR, 2004, p. 200), envolveriam processos em que “são criados os mistos que irão tornar-se, muito mais tarde, coisas naturais ou sociais” (LATOUR, 1994, P. 86). Seria a partir da consideração desses pontos assumidos como *magmáticos* (de mistura, de indefinição, de hibridez), que o pesquisador deveria se aproximar, a fim de evitar a postura assimétrica e o paradoxo imanência/transcendência que a acompanha na modernidade.

Nessa elaboração, controvérsia é o lugar do confuso, da presença de entidades indefinidas, da denominada hibridez. Ela não está nos extremos da purificação (Natureza ou Sociedade), visto que as entidades circulam entre eles. Na TAR, a consideração das controvérsias não distingue entre controvérsias científicas (sobre fatos) e controvérsias ideológicas (sobre valores), mas trata de todas as incertezas em discussão com as variadas formas de porta vozes, que procuram representar *entidades candidatas à existência* (CALLON, 1986; LATOUR, 2001; 2004A).

É aqui que a TAR busca, na Semiótica, bases analíticas para tratar as *relacionalidades* entre o que circula nas controvérsias, inspirando-se na ideia de mediação da linguagem, mas extrapolando esse processo de mediação para todos os atores, não o restringindo apenas ao campo da linguagem (LAW, 1999).

Conforme Latour (1994) expõe, na Semiótica, a linguagem não é vista como uma transportadora de sentidos entre o natural e o social, mas como uma produtora de sentidos, independente desses extremos, que ao tempo em que relaciona, põe em contato os elementos de ambos os lados. Nas palavras de Law (1999), a TAR compreende uma *semiótica da materialidade*, na medida em que estende o *pressuposto da relacionalidade* para todas as coisas. Concebe-se que as relações, em questão, podem se manifestar em diferentes “*gradientes de durabilidade*”, possibilitando tratar de “como as coisas correspondem-se para gerar *durabilidades relativas*” (LAW; MOL, 1995. p. 280). Em outros termos, pode-se dizer que enquanto a semiótica, no campo da linguagem, compreende essa última em sua capacidade de produção de sentidos, na TAR, a semiótica material propõe que as mediações, que operam nas controvérsias, envolvem variadas possibilidades abertas de produção de novas entidades, não somente meras articulações entre coisas já definidas como técnicas ou sociais, por exemplo.

Com essa pressuposição fundamental, a TAR se inscreve como uma das *abordagens não essencialistas* do final do século XX (LATOUR, 1999; RECKWITZ, 2002; HASSARD; COX, 2013), na medida em que nenhuma entidade é vista como portadora de propriedades fundamentais. As propriedades observadas nos fenômenos não derivam, assim, de atributos advindos de identidades transcendentais, mas da relacionalidade entre os elementos presentes nos processos de formação de outras entidades. Nas palavras de Law (1999, p. 7), a TAR “tem sido uma máquina para travar guerra contra diferenças essenciais”. Na ausência de qualquer essência, apenas o relacional, por conseguinte, passa a ser tomado com a devida centralidade analítica. Sem relações, sem propriedades, poderíamos dizer.

Callon (1999, p. 186), ao seu turno, fala de “*identidades de geometria variável*” na TAR, o que se desdobra na ausência de definições apriorísticas ou tipologias sobre os atores envolvidos nas controvérsias. Há, nesses termos, uma recusa em propor uma “teoria estável do ator, assumindo a indeterminação deste” (CALLON, 1999. p. 181). Pelo contrário, compreende-se que uma definição prévia ou tipologia dos atores relevantes seria um equívoco, pois “*qualquer coisa* que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha figuração, um actante” (LATOUR, 2012, p. 108). O ator, nessa abordagem, deriva de associações que inter cruzam as fronteiras do que se poderia chamar de natural ou social,

produzindo entidades estáveis apenas em certos espaços e por determinados períodos de tempo (CALLON, 1986).

2.2.3 Associações: operações básicas de constituição de novos elementos em coletivos heterogêneos

Por esse motivo, *associações* também compreendem uma questão central na teorização da TAR, que poderia mesmo ser denominada por uma sociologia das associações, como propõe Latour (2012), inspirando-se na definição de social defendida por Gabriel Tarde.

Tomando a metáfora da Semiótica, na qual “um sintagma é um conjunto de palavras que podem ser associadas numa frase” (LATOURE, 2001, P. 345), a associação na TAR é a operação básica que permite a conexão entre atores, não apenas humanos, mas entre os elementos heterogêneos presentes nas controvérsias¹⁹. Nesses intermitentes processos, “papeis ‘atoriais’ provisórios podem ser atribuídos” (LATOURE, 2001, p. 210), redistribuindo a ação em cadeias de associações, nas quais *os actantes permutam competências e oferecem novas possibilidades, objetivos e funções uns aos outros*. Daí que o social não possa ser entendido razoavelmente como um domínio, por não residir numa suposta natureza das coisas em si, mas podendo se manifestar no tipo de conexão entre elas (LATOURE, 2012).

Mantendo-se fiel à noção de um *social das associações*, em vez de social como um domínio específico ou um tipo de material, a TAR prefere falar de *coletivos* para evitar o termo *sociedade* e a ideia naturalizada que ele implica (LATOURE 1994, 2001, 2004, 2012). A ideia de sociedade carregaria uma confusão entre o que deveria ser explicado e aquilo que pode ser tomado como explicação, na medida em que faria alusão a elementos “contextuais” que explicariam os fenômenos. Ignoraria, conforme Latour (2012, p. 340), que “[...] a sociedade é a consequência; não a causa das associações. [...] não é o social que explica as associações, mas as associações que explicam o social”.

Consistindo, portanto, no terceiro conceito aqui enfatizado, *coletivos*, ao contrário de sociedade, comportam associações entre humanos e não humanos, em variadas composições sempre reversíveis, capazes de agregação e desagregação, em medidas variáveis. A ideia de ator-rede, desse modo, permite um modo de compreensão desse movimento, embora incorra no perigo de empregar uma metáfora técnica de uso comum (rede) e na possibilidade de que esse acoplamento de termos (ator-rede) se assemelhe ao clichê estrutura-agência da teoria social

¹⁹ “Humanos podem, mas não necessariamente são, atores; e atores podem ser, mas não necessariamente são, humanos” (LAW; MOL, 2011, P. 277).

convencional (LATOUR, 1999). Apesar disso, o termo hifenizado também comportaria a *tensão entre os movimentos de centralização (ator) e de descentralização (rede)*, como aborda Law (1999).

2.2.4 A indefinição do ator, a incerteza quanto à ação e as operações de translação

Nessa tensão entre movimentos de centralização e de descentralização, o termo ator-rede assume a já mencionada *indefinição do ator*, que não é reduzido a indivíduo nem a qualquer elemento singular, mas apenas compreendido pela inseparabilidade da noção de rede, por isso a hifenização. Se mantém a indefinição do ator, a TAR também o faz em relação à ação, cujas causas/fontes permanecem incertas (LATOUR, 2012). Distingue-se ação e intencionalidade (LATOUR, 2012), compreendendo-se que a ação não é apenas humana, mas desdobrada, deslocada, delegada e formatada em redes de ingredientes heterogêneos (CALLON, 1999; LATOUR, 2012).

Assim, o *locus* da ação, nessa abordagem, não reside apenas no humano, mas está distribuído na própria rede de atores, cujas formas de conexão implicam também em diferentes possibilidades de ação. Conforme Sayes (2014), a ação intencional é apenas um tipo de ação pressuposta pela TAR, não excluindo outros modos. Ainda, isso nos permite destacar que essa teorização não se esforça em apresentar uma *teoria geral da agência*, senão que adota a própria *incerteza da ação* como um princípio metodológico (SAYES, 2014; LATOUR, 2012).

Presumir uma causa, uma fonte da ação, significaria, conforme os autores da TAR, tomar os participantes de uma rede como meros transportadores dessas causas, como intermediários em cadeias do tipo causa-efeito. Esse argumento deriva do pressuposto difusionista (LATOUR, 1986), pelo qual o movimento de uma entidade no social contaria com alguma *força inercial* que continuaria o deslocamento deflagrado por algum impulso prévio (causa). Caberia, nesse sentido, estudar apenas eventuais resistências a esse movimento ou compreender eventuais acelerações ao longo da cadeia de intermediários em que a coisa é transportada.

Contrariamente a essa compreensão, a TAR aborda os atores em rede como *mediadores* e não como *intermediários*. Em vez da surpresa por eventuais resistências, o entendimento é de que são as próprias continuidades (ou aparentes continuidades) que merecem maior atenção e que exigem dos atores maior engenhosidade, visto que a rede é assumida como *locus* de transformações e não de meras repetições. Em vez de transporte sem alteração, a noção de translação é que constitui um ponto chave para a TAR.

Por sua vez, o conceito de *translação* compreende necessariamente deslocamentos, porém não transferências da mesma entidade, mas sim deslocamentos que implicam a produção de diferenças, metamorfoses, transformações. Por isso, metodologicamente, a fixação de identidades *a priori* - e não a observação de como elas tomam forma nas práticas - torna-se uma das principais críticas da TAR à sociologia do social. Esse seria um processo geral, contínuo, nunca uma realização completa, no qual “a identidade dos atores, a possibilidade de interação e as margens de manobra são negociadas e delimitadas” (CALLON, 1986, p. 6). Conforme Latour (2001, p. 106), “a operação de translação consiste em combinar dois interesses até então diferentes [...] num único [novo] objetivo composto”.

Translação, pode-se dizer, é o próprio movimento pelo qual as associações entre elementos ocorrem, possibilitando deslocar algo na rede ao mesmo tempo que esse algo é modificado (LATOURE, 2012), dado que a conexão entre diferentes não pode reproduzir mais do mesmo, o que contrariaria o pressuposto relacional da Semiótica. Explicando melhor, assumir que algo possa permanecer igual mesmo associando-se a coisas diferentes, podemos dizer, indicaria que aquele ser deslocado carrega propriedades inerentes, essências fundamentais, que não se modificariam mediante as distintas relacionalidades às quais esse algo se submete em sua trajetória.

Tal qual a própria ideia de “tradução” da linguística não comporta a defesa de transportar iguais, de total equivalência, a translação assumida pela TAR carrega o que Callon (1986) chama de dois mecanismos inseparáveis: o deslocamento e a transformação. Em outras palavras, “da tradução para a traição, há apenas um pequeno passo” (CALLON, 1986, p. 19). Essa é uma implicação de tomar analiticamente a ideia de mediadores e não intermediários, visto que os primeiros são definidos pela “capacidade de traduzir aquilo que eles transportam, de redefini-lo, desdobrá-lo, e também de traí-lo” (LATOURE, 1994, P. 80).

Se o processo de translação é necessariamente um processo de *produção de diferenças*, numa rede de entidades heterogêneas cujas identidades permanecem em constante negociação, pode-se dizer que atores são resultantes dessas operações em redes, ou, de outro modo, “atores são efeitos de redes” (LAW, 1999, p. 5). Isto é, trata-se de assumir que aquilo que circula em uma rede não é apenas o que já está lá, de antemão, concebendo-se a rede como um *locus* de produção do novo. Essa compreensão abre espaço para a discussão daquilo que Law (1999) chama de uma segunda história da TAR, ao lado da Semiótica, qual seja, a história da performatividade, abordada com maior detalhamento na próxima seção.

Por ora, cabe ampliar em outro sentido a discussão sobre a capacidade do processo de translação em produzir as entidades que constituem os coletivos, construindo-os na medida em que “induz dois mediadores à coexistência” (LATOUR, 2012, p. 160).

2.2.5 O processo de composição progressiva do mundo

Desde suas primeiras abordagens sobre ciência e tecnologia, os estudos da TAR enfrentaram a dificuldade de falar sobre o *processo de construção* implicado na noção de translação. Isso porque, para muitos, dizer que as entidades que povoam os coletivos são construídas relacionalmente, em redes de ingredientes heterogêneos, significou, também, afirmar que “tudo é socialmente construído”, isto é, repetir o jargão do *construtivismo social*. Por isso, pode-se verificar em boa parte das obras (a exemplo de LATOUR, 1994; 2001; 2012) um significativo esforço em esclarecer aquilo que os autores da TAR vêem como um equívoco, isto é, tomar, inadvertidamente, a sociologia das associações como uma vertente do construtivismo social. Conforme Latour, esse entendimento equivocado teria contribuído para reforçar a ideia do *real e verdadeiro*, de um lado, e do *subjetivo e socialmente construído*, de outro.

Um ponto central para a compreensão desse mal-entendido pode ser a forma como a TAR e sua sociologia das translações (ou associações) difere do modo pelo qual o construtivismo social lida com a relação natural-social. A ideia de *representações* seria fundamental ao construtivismo, compreendida como uma elaboração subjetiva de estados mentais compartilhados, internos aos indivíduos, em contraposição a um mundo externo, onde o real se encontraria. Nessa abordagem, seriam centrais as oposições palavras-coisas, linguagem-mundo; sociedade-natureza; subjetivo-objetivo; racional-irracional. Na TAR, porém, a distinção Sociedade-Natureza, bem como todas essas demais dicotomias, encontra-se erodida, em nome da oposição às purificações presentes no chamado Acordo Moderno (LATOUR, 1994; 2012).

Conforme Latour (1994), é necessário escapar da contradição incorrida pela consideração de uma natureza universal, de um mundo objetivo mantido lá fora e dotado de unicidade, paralelo a uma pluralidade de distintas representações sociais desse mesmo mundo (mononaturalismo/multiculturalismo). Para o autor, semelhante equívoco seria conceber a natureza apenas como resultante da “construção social da ciência”. Em vez de pensar os extremos (natureza-cultura), Latour propõe pensar os *processos de mediação e de hibridação*,

considerando a *produção de naturezas-culturas* pelos distintos coletivos, que arregimentam diferentes elementos em suas composições.

Em Latour (2004, p. 157), essa capacidade dos atores é denominada de *composição progressiva do mundo comum*, aqui também enfatizado como um conceito fundamental. Nesse processo compreendido como *composição progressiva do mundo comum*, não há espaço para o binômio representação-realidade, de modo que afirmar o caráter construído de algo não implica, automaticamente, em admitir, sobre esse algo, um déficit de realidade, pela pretensa oposição inventado *versus* objetivo (LATOUR, 2012).

Em lugar dessa oposição, Latour prefere endereçar-se para a discussão das diferenças entre o que é bem e o que é mal construído ou *articulado*, argumentando que quanto mais uma entidade encontra-se bem articulada na composição coletiva do mundo, sua existência tende a ser mais reconhecida. A pergunta relevante, nesse caso, residiria no entendimento da boa fabricação como condição para a realidade: “o que é fabricar bem para tornar possível a autonomia?” (LATOUR, 2001, p. 313). Em outros termos, assume-se a ideia de que tal autonomia consiste no *status* de realidade conquistado por uma dada entidade, o que não se pode assegurar sem um adequado processo de fabricação, de construção, ou melhor, de suficiente *articulação a um dado coletivo*.

Não haveria, dessa maneira, razão para opor artificialidade e objetividade, visto que, “em todos os domínios, dizer que uma coisa é construída sempre esteve associado a uma apreciação de sua robustez, qualidade, estilo, durabilidade, valor, etc” (LATOUR, 2012, p. 132). Conforme o autor, a denominação *construído* comporta um sentido de real, daquilo que perdura, que não emergiu de fonte misteriosa, ao contrário do chamado acordo moderno, o qual nutriria a fixação por um impossível acesso às coisas como elas são, sem instrumentos intermediadores e sem filtros (LATOUR, 2001).

O acordo moderno, assim, assumiria como valor negativo o fato de que cadeias de intermediações (entre os pretensos sujeito e objeto) são necessárias ao processo de conhecimento. Para a TAR, o dilema fabricado *versus* real seria desnecessário, caso artificialidade e verdade deixassem de ser vistos como contrários e passássemos a compreender que tudo que alcança *status* de real precisou de um robusto processo de construção, portanto, de artificialidade.

Para tratar daquele mencionado processo de composição progressiva do mundo, sem opor a construção relacional do que existe à objetividade, Latour (2001; 2012) propõe deslocar-se da prisão representada pelas *questões de fato*. Seu entendimento é de que as chamadas

questões de fato sempre foram utilizadas pelo empirismo tradicional (aquele da oposição natural-social) como recurso contra à subjetividade, numa alusão à ideia de fato como matéria-prima básica, algo sólido, indiscutível, fundindo realidade e unidade. Todavia, Latour (2012) observa que essa maneira de tomar esse tópico não resiste a um simples exame da experiência prática de emergência dos próprios fatos, bastando observar os ensinamentos trazidos pelos estudos da ciência.

Conforme esses estudos, aquilo que pode ser tomado como questões de fato, sejam sobre espermatozoides, proteínas, chimpanzés, solos ou computadores (LATOURE, 2012, p. 170-171), não tem nada de indiscutível, visto que as práticas dos cientistas são intensamente pautadas em calorosas discussões, nas quais a multiplicidade das coisas (e não meramente de pontos de vista) é o ponto de partida, exigindo esforços do coletivo para a unificação.

Seria pelas articulações diversas, nas quais são envolvidas, que as entidades que compõem o mundo “ganham voz e existência” e já não são acessíveis apenas pelo recurso de uma “mente extirpada”, que acessaria uma realidade que lhe é alheia. Quanto mais articulado, mais visível, isto é, existir nunca é algo alcançado em definitivo, existir demanda articulações (LATOURE, 2001).

Em vez de uma ciência que empreende um acesso às coisas por meio de um deslocamento para fora das conexões ditas sociais, isto é, para um mundo externo, a qualidade do seu fazer estaria muito mais assentada em seus vínculos com a variedade de entidades que compõem o mundo comum. A referência científica, em outras palavras, teria como base suas mediações e interlocuções, sua “capacidade de tornar os não-humanos acessíveis às palavras, de sua habilidade em interessar e convencer os outros, e de sua institucionalização rotineira desses fluxos” (LATOURE, 2001, p. 115-116).

Assim, a noção de “questões de fato objetivas naturais” não consistiria num modo adequado de compreender o não-humano (dimensão pretensamente dotada de objetividade), mas seria apenas uma versão simplificada daquelas questões que participam mais intensamente do povoamento do mundo: as questões de interesse, múltiplas e discutíveis²⁰. Muito longe de serem algo incontrovertido, “os fatos são praticamente a composição o menos primitiva, mais complexa, mais elaborada e mais coletiva que existe!” (LATOURE, 2012, p. 165).

Num mundo composto por questões de interesse mais do que por supostas questões de fato, desse modo, dever-se-ia abandonar a ideia de representação subjetiva, visto que a oposição

²⁰ Para usar os termos de Latour (2001, p. 319), nenhum fato é calvo (completamente transcendental), mas é algo imanente, um fatiche (cabeludo, híbrido). Eles não proliferam espontaneamente, mas demandam sim muita mão-de-obra.

real *versus* construído e objetivo *versus* subjetivo é inócua, por não oferecer um vocabulário razoável para tratar da experiência de formação dos coletivos. Nas palavras de Latour (2012, p. 171-172),

quando passamos do mundo das questões de fato para os *mundos* das questões de interesse, já não podemos ficar satisfeitos com a *indiferença* em relação à realidade que acompanha as representações ‘simbólicas’ múltiplas da ‘mesma’ natureza, nem com a *unificação prematura* operada pela ‘natureza’.

Sem o esquema conceitual mononaturalismo/multiculturalismo, de uma realidade objetiva e muitas representações subjetivas (LATOUR, 1994; 2001; 2012), pode-se abrir um caminho fértil, na argumentação da TAR, para tratar das múltiplas ontologias presentes na construção do mundo. Conforme Law (1999), isso compreende a noção de variadas ontologias regionais que performam múltiplas realidades, tópico esse que será melhor apresentado na próxima seção.

Por ora, cabe dizer que parte significativa dos estudos que procuram abordar o *organizing*, tem feito uso dessas ferramentas teórico-metodológicas da TAR. E isso tem possibilitado, no âmbito desses estudos, tomar ideias como híbridos natureza-sociedade, associações sociotécnicas, coletivos heterogêneos, atores-rede, constituição relacional, processos de translação, dentre outras, como formas de lançar maior atenção sobre as práticas presentes em processos de organizar do que sobre identidades previamente definidas das organizações e de seus supostos componentes. Em decorrência, apesar da diversidade analítica que essa inspiração tem propiciado, isso tem possibilitado uma compreensão das organizações como *estabilizações parciais* em processos de composições sempre mutantes (em maior ou menor intensidade), as quais envolvem elementos diversos, humanos e não-humanos.

2.3 Performatividade e *enactment*

Do debate anterior, sobre a TAR e sua ideia de “construção”, em divergência à noção de *representação social* presente na noção de “socialmente construído” do construtivismo, podemos declarar que, pressupondo um mundo de translações e de questões de interesse, a questão da multiplicidade das coisas não pode ficar restrita ao que se poderia chamar de flexibilidade interpretativa. Abordagens como o *perspectivismo*, de acordo com Mol (1999), não incorporam a realidade como múltipla, multiplicando apenas os olhos de quem a vê.

Em tom semelhante, ao falar de *pluriverso*, Latour (2012, p. 171. Grifos do autor), afirma que “isso nada tem a ver com ‘flexibilidade interpretativa’ facultada por ‘pontos de vista

múltiplos’ adotados sobre a ‘mesma’ coisa. *É a própria coisa que se permitiu ser desdobrada como múltipla*”. Declarações desse tipo já estavam presentes mesmo em obras anteriores do autor, desde que a oposição à noção de uma natureza única e de representações plurais mostrava-se frequente também em Latour (1994; 2001; 2004), em que o absolutismo do “natural” encontrava-se criticado em conjunto com o relativismo do “cultural”. Na versão mais recorrente de relativismo, conforme Latour (1994, p. 103), “a natureza está presente mas fora das culturas; todas as culturas possuem um ponto de vista mais ou menos preciso sobre ela”. Tomando a oposição objetivo/subjetivo, consistiria em manter o apego à ideia de “*um mundo físico* ‘lá fora’ versus *muitos mundos mentais* ‘aqui dentro’” (LATOURE, 2001, p. 325).

Assim, a ideia de *representações* mantém a questão da pluralidade apenas no campo da epistemologia, isto é, restrita à questão do acesso, pela mente humana, a uma realidade situada lá fora (LATOURE, 2004). A esse modo “epistemológico” de abordar a questão objeto-sujeito, o autor atribui a denominação de “polícia epistemológica” (LATOURE, 2004, p. 38), vista como um dispositivo de vigília da separação Natureza-Sociedade, que descredenciaria a política. Esse descredenciamento ocorreria na medida em que tal separação situa, de um lado, um conjunto unificado de coisas mudas (os seres naturais) e põe, de outro lado, um conjunto plural de seres que têm voz, mas que apresentam apenas representações subjetivas mais ou menos aproximadas sobre o real.

Ao patrulhar essas fronteiras que dispõem *crenças múltiplas* de um lado e *realidade única* de outro, a polícia epistemológica continuaria o trabalho da modernidade em isolar as chamadas *duas câmaras*, “das quais uma teria autoridade e não a palavra [a câmara da Natureza e seus fatos inquestionáveis], e a outra a palavra, mas não a autoridade [a câmara da Sociedade e suas intermináveis representações subjetivas]” (LATOURE, 2004, p. 38). Em síntese, epistemologia e ontologia corresponderiam a dois “reservatórios fabulosos” (LATOURE, 2001, p. 325), apenas possibilitados pela oposição fatos *versus* valores, aquela mesma que permite falar de naturais e incontestes *questões de fato*.

2.3.1 Realidades localizadas e múltiplas: as implicações ontológicas das práticas

Se o mundo, como abordado pela inspiração na Semiótica, é construído por associações em/de atores-redes, com diferentes conexões levando a diferentes entidades e não apenas incorrendo na reprodução de entidades mesmas, logo se compreende que a questão da multiplicidade não pode ficar presa à epistemologia. O pluriverso, dessa maneira, seria

composto por múltiplas ontologias, por diferentes formas pelas quais as entidades que compõem o coletivo ganham existência, conformando múltiplas realidades.

Mol (1999) reforça essa compreensão ao destacar a razão para a abordagem de como as realidades são produzidas, deslocando-se da segmentação epistemológica entre *referência* e *representação*, para *tratar das práticas em suas implicações ontológicas*: “Ontologias, note-se. A palavra tem agora que vir no plural. Porque, e trata-se de um passo fundamental, se a realidade é feita, se é localizada histórica, cultural e materialmente, também é múltipla. As realidades tornaram-se múltiplas” (MOL, 1999, p. 75).

Significa dizer, também, que tratar dessa multiplicidade não implica em afastar-se do empírico, mas sim em seguir os atores, mais uma vez, em suas experiências, visto que a produção dessa realidade não está no subjetivo, mas nos cursos de ação em que conexões variadas também permitem a composição de realidades variadas (Latour, 2012). Seria nas operações de uma metafísica prática, empírica, que a “mobília do pluriverso” (LATOUR, 2004, p. 118) seria continuamente definida, e não em um acordo prévio que simplificaria de antemão essa variedade em alguma dicotomia como social-natural, relegando a pluralidade apenas para o campo epistemológico. Assume-se, desse modo, “que a realidade não precede as práticas mundanas nas quais interagimos com ela, antes sendo modelada por essas práticas” (MOL, 1999, p. 75).

O pluralismo, conforme podemos observar, seria ontológico. A realidade é múltipla. E não se trata de diferentes atributos subjetivamente percebidos em diferentes práticas, para uma mesma coisa (essencialismo), mas sim de formas múltiplas da realidade, como tratado por Mol (1999). Se a multiplicidade, no perspectivismo ou no construcionismo - ou talvez seja mais apropriado falar em pluralismo nessas abordagens em vez de multiplicidade²¹ - é derivado de olhares plurais, no primeiro, e de diferentes versões históricas, no segundo, a *performance* seria o termo de referência da pluralidade ontológica trazida pela TAR (LAW, 1999; MOL, 1999).

Performance seria o termo que desloca do debate da epistemologia para a ontologia (LAW, 2007; LAW; URRY, 2004), indicando que práticas apresentam um caráter que se pode chamar de produtivo, na medida em que trazem novas entidades à realidade para muito além de serem meramente objetos passivos em um meio no qual se relacionam com entidades pré-estabelecidas (MOL, 2002). Diferentes performances, diferentes realidades. A

²¹ Para Mol (1999), no perspectivismo a pluralidade é de olhares alternativos, representando realidades diversas, mas alternativas. No construcionismo, a pluralidade é algo localizado no passado, entre diversos cursos de ação/construção que uma história poderia ter tomado (histórias de construção), mas que, por razões de contingência, uma determinada versão dentre elas sobressaiu, seja em virtude de elementos sociais ou materiais.

performatividade, então, permitiria tratar da generatividade das práticas, de sua capacidade para produzir alteridades (LAW; LIEN, 2010; WOOLGAR; LEZAUN, 2013).

Law (1999) diz que, ao passo em que a materialidade relacional pode ser identificada como uma primeira história sobre a TAR ou até uma primeira denominação sua, a performatividade seria, para a TAR, seu “segundo nome, a segunda história sobre a teoria do ator-rede” (LAW, 1999, p. 4). Latour (2012, p. 60) fortalece esse entendimento, quando afirma que “para os sociólogos de associações, a regra é a *performance* e aquilo que tem que ser explicado [...] é qualquer tipo de estabilidade a longo prazo e em larga escala”. Assim, se aquela primeira história chama a atenção para o *não essencialismo* e para a *produção relacional* de entidades e seus atributos, a segunda história enfatizaria o *caráter localizado, incerto e reversível de entidades constituídas*, ou melhor, performadas através de relações entre outras entidades. Para o autor, algumas implicações desse aspecto estão na questão de que distintas performatividades estariam associadas a diferentes condições de durabilidade e de fixidez.

Diferentes relações materiais poderiam ser performadas, podendo-se falar de estratégias que conduzem a diversos gradientes de durabilidade (LAW; MOL, 1995)²². Isso nos permite, conforme Johansson e Metzger (2016), empregar a TAR para repensar o estatuto da materialidade, compreendendo essa última como uma realização prática.

2.3.2 O aspecto espacial implicado na performatividade das práticas

A performatividade das práticas implicaria um *aspecto espacial* ou um tipo de “regionalismo”, dada a noção de produção de espacialidade presente na metáfora da rede, a qual não consistiria em uma espacialidade natural (euclidiana), mas seria caracterizada por *diferentes possibilidades topológicas* (LAW, 1999), ou pelo que Law e Mol (1995, p. 287) chamam de diferentes “arranjos locais e descentralizados”. Esse caráter espacial levaria a uma reformulação das noções convencionais de micro/macro ou interior/exterior (LATOURE, 1999; 2012), em vez de assumir a recorrente ideia de um global como contexto mais amplo ao qual um suposto local pertence, ideia essa que pressupõe uma topografia hierarquizada com relações de causalidade, pelas quais a ação seria automaticamente transportada entre níveis.

Aqui, a TAR faz sua crítica à ideia convencional de micro/macro. À semelhança das noções de *estrutura* ou *contexto*, a tradicional compreensão de relações do tipo parte-todo, ou micro-macro, evocaria à cena uma *sociedade* pronta *a priori*, que causa determinados efeitos

²² “[...] a co-existência de uma semiótica estratégica múltipla implica, então, a co-existência de múltiplas formas de materialidade” (LAW; MOL, 1995, p. 286).

alegados. Naquela compreensão, *sociedade* não é reconhecido como algo produzido/performado apenas mediante conexões/associações. Para a TAR, a sociedade não estaria presente como contexto “por trás” das ações individuais, mas “à nossa frente, como uma tarefa a ser cumprida” (LATOUR, 2012, p. 246).

Em vez da dicotomia micro-macro, entendida como uma moldura apriorística que ignora a variedade de conexões entre entidades, seria necessário atentar para uma topografia analítica plana, oligóptica, em que operam veículos diversos, enquanto condutos que medeiam, que transportam transformações (novas e múltiplas realidades). Nessa compreensão, não existe local maior ou mais amplo que se possa chamar global e comportar o micro, ou, nas palavras do próprio Latour (2012, p. 261), “não existe lugar que se possa considerar não local”. Significa compreender que, nessa abordagem, o macro é sugerido como algo que se faz presente em muitos micros ou, em outras palavras, “a TAR tende a assumir que o mundo inteiro pode ser descoberto dentro de qualquer cena específica ou configuração de práticas” (LAW; SINGLETON, 2013, p. 500).

Aquela topografia plana envolvida na performatividade das translações (LATOUR, 2012), desse modo, não deve ser tomada como um recurso para desconsiderar as diferenças entre lugares. A proposição assume claramente que “alguns [lugares] se beneficiam de conexões bem mais seguras com *mais* lugares” (LATOUR, 2012, p. 255), de modo que a planificação sugerida consiste em um aparato analítico e “não significa que o próprio mundo dos atores também foi achatado” (LATOUR, 2012, p. 316). Esse aparato evitaria um escalonamento prévio e ressaltaria “[...] muito mais vividamente as conexões, fios, meios de transporte e veículos que ligam lugares” (LATOUR, 2012, p. 255).

A ideia de topografia analítica plana, por conseguinte, viabilizaria a tarefa de “detectar o tipo de conexões que proporcionam o transporte de ações a grande distância” (LATOUR, 2012, p. 318). Em argumentação similar, Law e Mol (1995) defendem uma observação do fenômeno da performatividade a partir de investigações que dêem a devida atenção para o *caráter localizado das conexões*, movendo-se entre lugares, mas sem a expectativa de algo como um padrão inteiro, um todo ou, poder-se-ia dizer, um contexto macro.

Conforme Law e Singleton (2011, p. 776), “o geral, nós estamos sugerindo, é, geralmente, feito localmente”. Em outros termos, “micro e macro são efeitos locais” (LATOUR, 1999, p. 19), resultantes das conexões traçadas pelas entidades que circulam nas redes de mediadores, em associações que performam novas realidades a partir das transformações, por meio das translações intrínsecas aos deslocamentos operados.

Porém, uma ressalva aqui é importante, na medida em que fazer menção aos aspectos de localização numa rede de atores - ou dizer que performances são processos locais -, não significa assumir a preponderância de *interações locais*, diretas, ou, muito menos, face-a-face. Remodelar a ideia de local, por conseguinte, aparece como tão importante para a análise quanto o foi a modificação na ideia de macro ou global. Como diz Latour (2012, p. 244), “se ‘estrutura’ é uma abstração, interação o é igualmente”.

Se o global precisa ser localizado, o local precisa ser redistribuído, conforme Latour (2012). Isto é, torna-se necessário compreender o local para além daquelas interações enclausuradas em um *locus* implausível, chamado de modo bastante abstrato de *local*. Nesse esforço de redistribuição do local, as interações, em vez de diretas, seriam reconhecidamente assumidas como *não isotópicas* (confluência de atuações originárias de vários lugares, diversos e distantes materiais e muitos atores); *não sincrônicas* (performances envolvendo atuações de entidades distintas em termos de idades e de durações); *não sinóticas* (nem todos os participantes da ação tornam-se simultaneamente visíveis num determinado ponto); *não homogêneas* (ao longo do percurso, as entidades participantes são diversas em termos de qualidade/propriedade material); e *não isobáricas* (as interações envolvem entidades com distintas formas de pressão em suas participações nos processos, desde as que possuem atuação mais forte até aquelas de atuação mais moderada).

Dito de outro modo, trata-se de assumir aqui a mesma incerteza sobre a ação e o ator, uma questão central desde as origens da TAR (CALLON, 1986; 1999; SAYES, 2014). Dessa maneira, localizar o global e redistribuir o local, envolvidos na performatividade das redes, implicaria assumir, para as interações, que

um número fabuloso de participantes atua ao mesmo tempo nelas, deslocando suas fronteiras de todos os modos possíveis, redistribuindo-as e tornando impossível começar no que possa ser chamado de “local”. [...]. Na maioria das situações, as ações são afetadas por entidades heterogêneas que não têm a mesma presença local, não se originam na mesma época, não são imediatamente visíveis e não as pressionam com o mesmo peso (LATOUR, 2012, p. 292).

Com tal modo de compreender as interações, torna-se mais razoável o pressuposto de que, por serem caracterizadas por tamanhas especificidades, sem o enclausuramento de molduras prévias do tipo ator-sistema ou micro-macro, performances também conduzam a configurações muito específicas daquilo que é performedo. Reprodução (transporte sem alteração) e unicidade, então, não podem ser questões-chave na performatividade, mas o são as

questões relacionadas à mudança e à multiplicidade. É disso que tratam Law e Singleton (2011, p. 776), ao afirmarem que “desde que performances são específicas, elas também conduzem à multiplicidade, então aquilo que parece ser uma coisa [...] pode ser compreendido como um conjunto de performances relacionadas”. Afirmção semelhante é feita por Mol (1999, p.81), quando afirma que tal multiplicidade ocorre “porque os objetos performados não vêm sozinhos: trazem consigo modos e modulações de outros objetos”.

2.3.3 Termos de referência na abordagem da multiplicidade ontológica

A ideia de unicidade dos objetos só é possível, para Mol (2002), quando esses são tomados isoladamente às práticas das quais participam. Ao fazer isso, torna-se possível conceber entidades independentes e estabilizadas, supostamente materializadas em objetos estáveis, cujas identidades seriam indiferentes aos distintos modos em que são mobilizados em diferentes práticas. Em oposição a essa concepção, que compreende práticas como meras reprodutoras dessas estabilidades e de “uma realidade por si só. Sozinha e auto-suficiente” (MOL, 2002, p. 36), seria mais razoável falar de identidades praticadas, em vez de dadas de antemão, produzidas por meio das performances.

Alguns dos trabalhos associados à TAR têm também feito uso do termo *enactment* para se referirem ao caráter gerador das práticas, situando esse debate na mesma discussão ontológica à qual a performatividade faz menção. Esse uso pode ser observado, por exemplo, em Law (2007); Law e Lien (2010); Law e Singleton (2000; 2013); Law e Mol (1995); Woolgar e Lezaun (2013); Marres (2013); Mol e Law (2004); Mol (2002). Geralmente, observa-se nesses trabalhos o uso simultâneo dos termos performatividade e *enactment*, para abordar o referido caráter generativo das práticas.

Woolgar e Lezaun (2013), tratando especificamente dessa questão no campo dos estudos de ciência e tecnologia, afirmam que *enactment* seria um termo chave pelo qual o léxico ontológico é apropriado no debate sobre a generatividade das práticas. Conforme esses autores, “em princípio, não parece haver limites ao tipo de coisas que podem ser tratadas como suscetíveis ao enactment. Objetos, pessoas, coisas, fatos, teorias, instrumentos e assim por diante todos podem ser enactados” (WOOLGAR; LEZAUN, 2013, p. 325). Para se referir a esse mesmo tópico, os autores também fazem uso do termo performatividade, isto é, para se reportarem ao fato de que *práticas performam o mundo*.

Embora, no âmbito da TAR, tenha sido Michel Callon (1999) quem primeiro chamou atenção para a performatividade, o conceito está aqui enfatizado no sentido mais comumente

encontrado em textos de Annemarie Mol e John Law (MOL, 1999; MOL, 2002; MOL; LAW, 2004; LAW, 1999; LAW; SINGLETON, 2000; LAW; URRY, 2004; LAW; LIEN, 2010; LAW; MOL, 1995). Callon (1999), inicialmente, o utilizou para se referir à compreensão de que o exercício da Ciência Econômica, enquanto disciplina, envolvia a produção de efeitos em termos da configuração dos mercados. Isto é, pela capacidade de performatividade, a disciplina da economia participaria de algo bem mais complexo do que a mera investigação, pretensamente neutra, de “realidades econômicas”. Ela participaria da própria produção dos mercados que toma como objeto de estudo.

Diversos estudos sobre a performatividade têm sido realizados nas últimas décadas, bastante alinhados aquele foco atribuído por Callon sobre os efeitos das práticas em diferentes disciplinas (CZARNIAWSKA, 2011; 2016; D’ADDERIO; POLLOCK, 2014). Todavia, na presente discussão, privilegia-se a ênfase do conceito na abordagem sobre práticas em geral. Performatividade, desse modo, como aparece nos textos de Annemarie Mol e John Law, pode ser compreendido como uma propriedade presente em práticas sociomateriais, desde que essas práticas carregariam a possibilidade de performar realidades.

Em um texto posterior às abordagens iniciais, entretanto, Mol (2002) prefere desvencilhar-se do emprego da palavra *performance*, argumentando haver nessa metáfora algumas conotações inapropriadas, a exemplo da ideia de uma realidade escondida em bastidores; do foco no desempenho em alguma tarefa; ou do aspecto efêmero de algo “meramente performativo”.

De toda maneira, vale o alerta de Latour, 2012 (p. 193), quando trata da própria escolha da expressão hifenizada *ator-rede* para a TAR, ao afirmar que “de qualquer forma, não existe palavra boa, apenas uso sensível”. Por conseguinte, afastando-se das sugestões que a palavra “performance” carrega por ter se tornado um “termo da moda [*buzzword*]” (MOL, 2002, p. 41), essa última autora diz ter encontrado no termo *enact* uma palavra que pode ser empregada de modo mais livre, um termo para o qual não há muitas referências e que, por isso, não sugere demais.

O termo *enact*, nessa compreensão, permitiria simplesmente afirmar que “na prática, objetos são enactedos” (Mol, 2002, p. 41), indicando a ocorrência de alguma atividade, de algo sendo enactedo, ao tempo em que deixa em aberto a questão dos atores envolvidos. Ao mesmo tempo, tal qual o uso da performatividade, abordar o *enactment* possibilitaria dirigir-se para muito além do campo da epistemologia, possibilitando abordar a construção de realidades, sem o recurso à dualidade entre um referente externo e uma representação subjetiva. Esclarecendo,

Mol (2002, p. 44) afirma que “assim como sujeitos (humanos), objetos (naturais) tomam forma como partes de eventos, em que ocorrem e nos quais são encenados. Se um objeto é real, isto é assim porque ele é parte de uma prática. Ele é uma realidade *enactada*”.

Com esse recurso teórico, que possibilita dizer que “realidades são enactadas em relações” (LAW; LIEN, 2010, p. 2), a abordagem ator-rede assume o *enactment* como um processo pelo qual as redes de entidades heterogêneas e suas translações “produzem e reorganizam todos os tipos de atores, incluindo objetos, sujeitos, seres humanos, máquinas, animais, ‘natureza’, ideias, organizações, desigualdades, escalas e tamanhos, e arranjos geográficos” (LAW, 2007, p. 2).

No *enactment*, deve-se insistir, a multiplicidade é palavra de ordem, desde que toda prática *enacta* realidades singulares e desde que eventuais impressões de unicidade podem ser apenas devidas ao fato de que toda realidade *enactada* sombreia outras (LAW; LIEN, 2010). Não se pode, em decorrência, compreender a existência de práticas específicas sem que isso também implique a coexistência de múltiplas e sobrepostas realidades, conectadas ou não (MOL, 2002).

Pode-se dizer que práticas implicam formas de compreensão das coisas, de se relacionar com elas e/ou de fazê-las relacionarem-se entre si, de forma que praticar é necessariamente criar. Um *objeto* seria um efeito dessas práticas, portanto, não seria algo dado *a priori* (LAW; LIEN, 2010; MOL, 2002).

Para alguns autores, a entrada da performatividade e do *enactment* no vocabulário da TAR marca um ponto importante no curso de ação dessa abordagem teórico-metodológica, especialmente no que diz respeito à relação dessa teorização com algumas críticas que lhe foram direcionadas, a exemplo da suposta indiferença às desigualdades e às questões de ordem política (CAMILLIS; ANTONELLO, 2016; CAVALCANTI; ALCADIPANI, 2013; ALCADIPANI; HASSARD, 2010). Esse ponto, assim, corresponderia a uma ampliação do repertório da abordagem para muito além do foco na noção de translação que teria caracterizado seus primeiros passos.

A ideia de translação pode sugerir, de acordo com essa crítica, uma ênfase no processo de articulação de uma única e estabilizada realidade, resultante das associações em curso nas redes de atores heterogêneos, sendo a não estabilização dessa realidade associada a translações fracassadas. Todavia, essa compreensão, ao destacar aquilo que a teoria chama de encerramento de controvérsias, ou fechamento de *caixas-pretas* (estabilizações) poderia, como consequência,

eclipsar a existência de múltiplas realidades *enactadas* em diferentes práticas, não sendo razoável tratá-las apenas como translações fracassadas.

Visto que, sem recorrer às noções de performatividade e *enactment*, o foco de análise pode se tornar demasiado na explicação das mencionadas *caixas-pretas*, das realidades estabilizadas, isso custaria a atenção para os demais desdobramentos dos cursos de ação, para outros campos de possibilidades, para o que está emergindo e para o caráter sempre inacabado do processo. Assim, a noção de performatividade/*enactment*, ao enfatizar a presença de múltiplas realidades performadas em práticas, parece oferecer novos modos de compreensão dos fluxos, processos e movimentos, em um afastamento maior ainda em relação ao domínio analítico que preza por essências, substâncias, padrões e estruturas.

2.4 Modos de existência

Desde os textos mais clássicos da TAR, como observamos, faz-se presente a insatisfação de seus autores com a distinção Sociedade-Natureza. A TAR insurgiu-se contra essa dicotomia e sua pretensão de ser exaustiva em relação aos tipos de elementos presentes no mundo: sociais ou naturais. A argumentação em torno dessa divisão e todas as demais dicotomias a ela associadas (matéria-mente; objeto-sujeito; crença-fato; mundo-linguagem; realidade-representação; racional-irracional; exterior-interior; ontologia-epistemologia; demonstração-retórica; etc) passou a ser vista, especialmente em Latour (1994), como um pilar central na constituição daquilo que se convencionou chamar de Modernidade.

Os modernos, conforme Latour (1994), seriam aqueles que se definem enquanto racionais e materialistas, o suficiente para basearem sua existência numa separação supostamente muito nítida entre aquelas duas dimensões Sociedade/Natureza. Pretensiosamente entendida como uma forma suprema de vida coletiva, as suas instituições deveriam ser expandidas para todo o globo, alçando outros agrupamentos a um patamar superior de vida coletiva em que, por exemplo, Razão e Crença estão devidamente separadas. Essa consideração, todavia, não seria condizente com a própria experiência dos auto-intitulados modernos, não resistiria a um exame minucioso de suas práticas. Tal paradoxo, entre a experiência e as alegações sobre ela, foi bastante explorado por Latour (1994), originando a máxima que intitula um dos textos mais clássicos da TAR: “Jamais Fomos Modernos”.

A compreensão de que “jamais fomos modernos”, dessa maneira, está assentada, sobretudo, na verificação de que *as práticas* da denominada civilização ocidental em nada se orientam pela distinção social-natural. Pelo contrário, o que essas práticas demonstrariam seria

um intenso *trabalho de hibridização*, de mistura de elementos heterogêneos, em procedimentos para os quais a dicotomia Sociedade-Natureza pouco ou nada tem a dizer ou orientar. Em outras palavras, a mediação entre aqueles supostos extremos seria a regra, em vez da purificação que a consideração modernista evoca.

Para Latour (1994; 2001; 2004; 2012; 2013), se as considerações dos modernos sobre si mesmos insistem em alicerçar-se naquelas usuais distinções desconectadas das práticas, isso se deve, em boa medida, à recusa deles em examinarem a si mesmos com escrutínio semelhante ao que utilizam para abordar o *outro*. Assim, de acordo com o autor, a ausência desse exame levaria a uma incompreensão de si e, em decorrência, uma incompreensão de outros coletivos, visto que esses últimos sempre tendem a ser julgados tomando como referência aquelas equivocadas considerações sobre “a modernidade”.

Diante disso, é basicamente uma investigação antropológica sobre a modernidade o que sugere Latour (2013), quando passa a centrar sua abordagem naquilo que denomina por “modos de existência”. Essa investigação teria o propósito de abordar a experiência moderna no intuito de uma definição positiva sobre ela, em vez da insistência na máxima que nega o estatuto da modernidade. Isto é, “se nunca formos modernos, então o que temos sido?” (LATOUR, 2013, p. 104). Essa passa a ser a linha mestra na abordagem latouriana, que sugere fazer um “*recall* da modernidade” (LATOUR, 2013, p. 15).

Para Latour (2013), isso exige afastar-se do exotismo ocidentalista que sempre reservou a ideia de *estranhamento* apenas para o outro (ou para aquilo que resistiu como exótico no seio mesmo de sua própria “cultura”). Para ele, olhar-se com estranhamento foi uma experiência nunca feita pelos modernos, motivo pelo qual seria mais do que necessário empreender essa “aventura antropológica”, direcionada para o seio das instituições da modernidade.

Apesar do caráter recente dessa noção de *modos de existência*, em Latour (2013), é possível dizer que tal abordagem se orienta para a compreensão de um aspecto presente nas obras da TAR desde o seu início. Esse aspecto poderia ser entendido como a insatisfação da TAR com o agrupamento dos seres do mundo em apenas dois coletores (ou compósitos) – Natureza e Sociedade –, ao tempo em que, por outro lado, inexistia uma proposição satisfatória, que fosse feita pela própria TAR no intuito de fornecer um vocabulário mais adequado, um novo sistema de coordenadas para tratar da heterogeneidade de entidades existentes.

Não são poucas, em diversas obras, às menções àquela insatisfação com os dois coletores inquestionados do Acordo Moderno (Latour, 1994), assim como são frequentes

noções que visam fazer justiça à ideia de *pluralidade ontológica*, sem, contudo, fornecerem uma linguagem alternativa e "capaz de absorver o pluralismo de valores" (LATOUR, 2013, p. 19). Exemplificando esse ponto, não parece muito arriscado dizer que é nessa direção (da pluralidade de modos de existência) que, em *A Esperança de Pandora*, Latour (2001) contrapõe-se ao que chama de fixação de uma *limitada lista de ingredientes* para as combinações possíveis aos atores (p. 134); chama atenção para os processos pelos quais novas entidades são arregimentadas ao coletivo (p. 189); e defende a ideia de que, na multiplicidade, as entidades não compartilham das mesmas especificações ontológicas, tipos ou fases de existência (p. 326).

Semelhantemente, em *Políticas da Natureza*, Latour (2004) trata da composição de *objetos de risco* na expansão do coletivo (p. 73); aborda a noção de uma *mobília do universo em constante experimentação* (p. 118; p. 319); enfatiza os mecanismos que envolvem *novas e múltiplas entidades candidatas à existência* (p. 128; p. 129; p. 201; p. 305; p. 311; p. 362); e afirma a possibilidade de *distintos níveis e degraus de existência* (p. 202), naquilo que denomina por *metafísica experimental* (p. 207; p. 212), em que proposições diferentes estão sempre pleiteando um lugar no coletivo (p. 275).

Por sua vez, a recorrente ideia de ampliação da existência, para além das fronteiras Sociedade ou Natureza, aparece na introdutória sistematização da TAR realizada no livro *Reagregando o Social*. Ali, Latour (2012)²³ é bastante claro quanto à posição contrária às agregações apressadas com base em critérios de similitude, defendendo a ênfase na diferença e não redutibilidade (p. 61; p. 201); privilegiando novamente a metafísica empírica e não a pré-definição de uma estrutura básica do mundo (p. 81). Também, menciona a necessidade de investigar aquilo que chama de inúmeros matizes metafísicos (p. 108); recorre à ideia de variados modos pelos quais entidades ganham pertença ao coletivo (p. 125), envolvendo variegadas vidas materiais (p. 164) e uma variedade de panoramas na metafísica dos atores (pp. 271-273). Latour (2012), ainda, trata do que compreende como etapas ontológicas entre o ser e o nada (p. 282), bem como discute a necessidade de abordar diferentes maneiras de associação entre os elementos, como um ponto crítico para o entendimento da multiplicidade ontológica (p. 341).

Esse conjunto de termos, exemplificado acima, não é aqui exposto para sustentar a ideia de que a abordagem dos modos de existência já estava presente em obras anteriores a Latour (2013), apresentando-se nesse último apenas como sistematização, reformulação ou ampliação.

²³ Embora 2012 seja o ano da publicação da obra em língua portuguesa, a publicação original data do ano de 2005.

Pretende-se, apenas, explicitar que a defesa de uma realidade múltipla, para além de existências confinadas no material, no social ou em combinações entre eles - os três modos de que fala Latour (2012, p. 125) -, acompanha a TAR há bastante tempo, o que se pode perceber pela compreensão que aqueles termos listados evocam. Ainda assim, é apenas com o *Modes Of Existence* (LATOURE, 2013), que se propõe um método – ou um dispositivo de navegação, como prefere o autor – para a investigação dessa variedade ontológica.

2.4.1 A necessidade de novos aparatos analíticos: desvencilhando-se de algumas armadilhas

Para a elaboração desse dispositivo de navegação, que pretende subsidiar um novo sistema de coordenadas e uma nova linguagem para tratar da experiência moderna, Latour afirma que o vocabulário de redes, fornecido pela TAR, não se mostra suficiente. Para ele, a variedade de modos de existência seria melhor abordada a partir da ideia de *diferentes modos de verificação*, isto é, pela compreensão de que o discernimento entre o verdadeiro e o falso não têm, na experiência coletiva, uma única maneira de ser alcançado. Pelo contrário, “existem vários tipos de verdade e falsidade, cada um dependente de condições muito específicas, práticas, experienciais” (LATOURE, 2013, p. 18). Assim, a distinção verdadeiro/falso apresenta variações quando se tratam de operações conduzidas sob diferentes instituições (ciência; direito; religião; política; economia; etc).

Uma evidência dessa pluralidade de condições de verificação residiria naquilo que Latour denomina por *erros de categoria*, isto é, pela tentativa de, a partir de um modo específico de discernimento, julgar a veracidade ou falsidade em relação a algo cuja condição de veracidade é outra. Isso seria, por exemplo, o caso de um erro de categoria que talvez seja o mais comum na modernidade: a utilização das condições de verificação da Ciência como metalinguagem para todo o resto. Um erro de categoria desse tipo incorreria, assim, na ideia de um modo de julgamento, que se pretende privilegiado, como chave interpretativa para toda uma variedade de outros modos de existir, os quais possuem suas próprias condições de veracidade. Latour (2011, p. 6), afirma que “quando você usa a ontologia de um modo como uma pedra de toque para avaliar a agência de outro, isso produz erros de categoria”.

Essas declarações podem, se tomadas muito apressadamente, levar à armadilha de conceber a pluralidade aludida apenas como variações de modos de falar ou, ainda, ao problema de traçar fronteiras entre domínios definidos por modos específicos de verificação. Pela primeira armadilha, voltar-se-ia a dizer que a mudança ocorre tão somente entre linguagens, entre uma maneira científica de falar e outra maneira, religiosa, por exemplo; ou entre um modo político

de falar e outro qualquer, como o do direito. Novamente, bastaria tratar de questões epistemológicas, das muitas representações e da oposição entre palavras e coisas. Pela segunda armadilha, por sua vez, a ideia de domínios seria reconstituída como ponto de partida de qualquer investigação, atentando-se para fronteiras pré-estabelecidas (economia, política, direito, religião, ciência, etc), em lugar da ênfase nas conexões, privilegiadas desde o princípio da livre associação na TAR.

A começar pelo intuito de desvencilhar-se dessa segunda armadilha, qual seja a da ideia de domínios, as ressalvas feitas por Latour são esclarecedoras. Seu argumento é de que é preciso manter-se fiel à noção de redes e de associações que produzem hibridez e não purificações, motivo pelo qual demarcações, como domínios, não fazem sentido para o estudo das práticas. Contudo, a própria experiência evidencia que algo há de haver, por exemplo, em práticas ditas religiosas que as diferenciam de práticas ditas econômicas, que por sua vez se distinguem de práticas ditas científicas e assim por diante. Portanto, mesmo que “não existam bordas entre domínios, [...], ainda assim existem diferenças reais entre eles” (LATOUR, 2013, p. 35). Em outras palavras, bordas não podem ser entendidas como fronteiras rígidas que separam diferenças fundamentais entre as entidades, agrupando homogeneidades em lados opostos.

Porém, negar essa ideia não significa ignorar outros modos de distinção: “uma borda indica menos uma linha divisória entre dois conjuntos homogêneos do que uma intensificação do tráfego entre elementos estrangeiros” (LATOUR, 2013, p. 29). Partir dessa compreensão é permanecer fiel à ideia de livre associação, pela qual torna-se inconcebível dizer que o domínio científico, ou qualquer que seja, é feito de algum material que lhe confere homogeneidade. O domínio científico, por exemplo, não é feito de material científico, mas das mesmas heterogeneidades que circulam em outros tantos pretensos domínios. Para Latour (2013, p. 38), “certamente, todos os elementos interconectados pertencem a mundos diferentes, mas o modo de conexão, por sua vez, é completamente específico”.

Assim, a variedade de modos de que fala o autor não residiria em características comuns dos elementos formadores de um domínio, supostamente agrupados pelo critério da homogeneidade fornecida por essas características e assim isolados de outros domínios. A metáfora da rede continua válida, as associações são feitas entre heterogeneidades. A variedade de modos, então, residiria em outro aspecto, qual seja, a forma como os elementos encontram-se conectados em diferentes tipos de práticas. Haveria, nesse entendimento, notáveis diferenças entre agir cientificamente, religiosamente, tecnologicamente, politicamente, legalmente ou organizacionalmente. Cada agir desses compreenderia um modo de conexão específico, uma

maneira peculiar de associar heterogeneidades. Nesse sentido, a elaboração latouriana parte da ideia de que há *modos de existência* específicos, relacionados a *modos específicos de agir*, uma vez que "modos de ser são sempre modos de tornar-se" (GARFORTH, 2016, p. 141).

A identificação dessas diferenças entre modos tornaria necessário compreender as particularidades entre os tipos de conexão típicos de cada uma daquelas maneiras de agir. É aqui que Latour apresenta a limitação que a linguagem de redes carrega, desde que ela permite dar a devida atenção às associações e identificá-las, porém, não possibilitaria qualificá-las, no sentido de explorar as distinções qualitativas presentes em cada modo.

Procurando explicar melhor tal restrição, pode-se partir da ideia de Latour (2013) de que essas diferentes maneiras de conectar distinguem-se pela capacidade de produzirem valores específicos, cada um apreciado nas práticas em que é produzido, isto é, em seu modo de existência. A maneira política de associar, de conectar entidades, por exemplo, se distinguiria por meio de um determinado valor particular que pode ser performado por essa maneira de conexão. Entender as singularidades dessas associações, portanto, exigiria a detecção desse valor. Redes, então, por mais que sejam ferramentas analíticas propícias à identificação dos ingredientes heterogêneos presentes nos coletivos, não seriam adequadas para a qualificação de valores.

Compreende-se que, enquanto a noção de redes capta a diversidade de elementos heterogêneos presentes nas associações, a ideia de valores pode apenas ser captada pela recorrência a outras ferramentas de investigação. Em outras palavras, a ideia de rede leva a "dizer a mesma coisa sobre todas as atividades" (LATOUR, 2013, p. 36), reforçando que todas são compostas de elementos heterogêneos e suas implicações, quando o que se carece agora é determinar os valores que circulam naquelas redes, a fim de capturar suas singularidades.

Conforme Choat (2016, p. 136), "simplificando, a irredução da ANT é, à sua maneira, redutora: se tudo é uma rede, então tudo começa a parecer o mesmo". Identificar os valores singulares em cada modo de agir, para que se possa qualificar as diferentes associações, passa a ser, em decorrência, um empreendimento que demanda outro instrumento analítico, que Latour (2013) denomina por *preposição*.

Antes de adentrar mais a fundo no que Latour (2013) sugere como preposição, é oportuno voltar aqui àquela primeira armadilha, conforme dito anteriormente, que se pode incorrer sem uma análise mais minuciosa daquilo que é denominado como *modos particulares de verificação*. Ela pode levar à equivocada ideia de que tais modos compreendem tão somente questões circunscritas ao campo da linguagem, formas distintas de falar (falar religiosamente,

organizacionalmente, cientificamente, politicamente, etc). Para além da questão linguística, a proposição dos modos de existência é de que tais condições variadas de verificação implicam não somente modos de falar, mas também de agir, são modos com *condições práticas de verdade e de falsidade*.

O mesmo argumento sobre epistemologia/ontologia, tomado pela ideia de performatividade/enactment, caberia aqui, em defesa de que os modos de verificação não podem se resumir a questões de representação (epistemologia) e não de seres reais (ontologia). Isto é, desde que tais modos são praticados e que nenhuma prática é neutra em relação aos seres que envolve, sua performatividade implica na produção de entidades diferentes das entidades performadas em outras práticas. Há, em consequência, alteridade e não somente reprodução. Latour (2013), entretanto, lança mais um elemento na argumentação sobre o caráter ontológico da pluralidade dos modos de verificação, destacando o papel que “a [moderna] obsessão com o enigma da correspondência” (LATOUR, 2013, p. 83) tem, nessa insistência em separar coisas e representações.

A “ordinária” noção de *correspondência*, conforme Latour (2013), está na argumentação moderna de que há um modo de conhecer que permite falar diretamente das coisas, estabelecendo uma relação igualmente direta entre coisas e seus correspondentes, os dois polos desse processo, em pretensa situação de equivalência. Esse modo, portanto, teria um acesso privilegiado ao mundo das coisas, chamado de mundo material. Consistiria numa relação tão especial “entre as coisas e o intelecto” (LATOUR, 2013, p. 78), que isso garantiria a esse conhecimento “a posição de julgamento supremo” (LATOUR, 2013, p. 72), absorvendo tudo da realidade e deixando para outros modos “apenas o papel secundário de ‘jogos de linguagem’” (LATOUR, 2013, P. 72).

Haveria, nessa “confusa noção de correspondência” (LATOUR, 2013, p. 71), entretanto, uma série de equívocos, consistindo numa “verdadeira trapalhada” (LATOUR, 2013, p. 72). Ela partiria, conforme o autor, de uma visão idealizada da prática científica, ignorando as cadeias de referência utilizadas pelas ciências no processo de conhecimento, cadeias essas nas quais, longe de uma relação de equivalência direta entre uma coisa e seu correspondente, há um elevado número de intermediários, bastante heterogêneos, pelos quais o acesso ao que se deseja conhecer é construído²⁴.

²⁴ Haveria um déficit de realismo, de acordo com Latour, nas descrições dos defensores da racionalidade, um “imenso abismo [...] entre a teoria da Ciência [instituição e considerações sobre ela] e a prática das ciências [experiência, onde se podem qualificar seus valores particulares]” (LATOUR, 2013, p. 71).

Não há *correspondência* ou algo como *falar diretamente*, mas a fala e o fazer científicos são mediados por um conjunto heterogêneo de elementos, numa cadeia de referências, a qual tem o desafio de conciliar mobilidade e imutabilidade (LATOUR, 2013, p. 77), isto é, deslocar algo ao longo dessa cadeia de dissimilaridades materiais (mobilidade) permanecendo o mais fiel possível ao que se pretende referenciar (imutabilidade). “Essências”, desse modo, são resultados produzidos pelas operações de referência e não algo dado *a priori* e transportado sem alterações entre dois polos objeto e sujeito. Esses polos, por sua vez, só passam a ser evidenciados como os únicos participantes do fazer científico após resolvidas as operações de referência e depois de estas terem atingido o seu propósito de conciliar, tanto quanto possível, mobilidade e imutabilidade²⁵.

Uma cadeia de referência “não estabelece qualquer tipo de relação entre a coisa e o intelecto, mas ela nunca pára de erguer pontes entre uma inscrição e a próxima” (LATOUR, 2013, p. 78). A razão é instrumentalizada e equipada, num itinerário de formidável efetividade, que permite que o conhecimento possa ser verificado em sua qualidade. Com isso, não há, conforme Latour, possibilidade alguma de falar diretamente, como pretende a noção de correspondência. Falar bem, falar com rigor, nada tem a ver com a capacidade pretensa de traduzir coisas idênticas, de fazer os fatos falarem por si. Falar já é alterar, pois “dizer algo é dizer diferentemente” (LATOUR, 2013, p. 139). O que importa em termos de rigor é falar bem, em tonalidade correta, algo que as cadeias de referência procuram cumprir ao seu modo²⁶.

Desconsiderando aquela impossibilidade de *falar literalmente*, então, a ideia de correspondência autoriza a instituição de um mundo material com propriedades essenciais (qualidades primárias), fielmente traduzidas pelo engenho de sua *Ciência* (idealizada, por isso a sugestão da inicial maiúscula), enquanto ignora as *práticas científicas* em si (das ciências, conforme suas experiências mundanas). Por contraste, ao lado dessa “instituição extremamente bizarra” chamada *matéria* (Latour, 2013, p.98), institui-se a ideia de *mente*, essa última responsável pela proliferação de representações, associadas às qualidades secundárias (não essenciais) do mundo material. Isso, portanto, o par mente-mundo, compreende uma

²⁵ Em vez de reconhecer as mediações que os processos de conhecimento exigem, através de longas cadeias de referência, os modernos teriam adotado a ideia do Duplo Click (DC) como algo que traduziria esses processos. O DC, presente na ideia de uma fala direta (do conhecimento objetivo) nega as associações necessárias às conexões sobre os hiatos numa trajetória, idealiza “fatos que falam por si mesmos” tornando-se certezas indiscutíveis. O DC gera a impressão que entre um comando e outro tudo opera automaticamente, que nenhum esforço é necessário entre esses dois passos para que as descontinuidades possam ser cruzadas.

²⁶ Para Latour (2013, p. 155), “seria preciso compreender que os fatos são construídos e tão mais confiáveis quanto melhor a qualidade dessa construção”. Compreendido isso, entende-se que “porque algo é bem construído, ele pode ser bastante verdadeiro” (LATOUR, 2013, p. 157).

institucionalização e não tem nada a ver com a experiência, a atividade de conhecer, tem a ver apenas com o resultado estabilizado dessa atividade. Na atividade, o fazer ocorre com as cadeias de referência, não com uma correspondência entre sujeito e objeto, entre coisa e palavra²⁷.

Abordar a ideia de modos de verificação apenas como de modos de fala, em consequência, restringindo-se a discursos e representações, significa não problematizar aquela noção instituída de matéria, que se encontra “no coração da história dos Modernos” (LATOUR, 2013, p. 118) e que não é condizente com a experiência. Quando se diz que a pluralidade está apenas nas falas, se está aceitando que “matéria” é algo unitário e se está tomando de modo inconteste a separação mente-matéria, elementos que se corresponderiam diretamente apenas em um pretensamente privilegiado e supremo modo de conhecer.

Em aceitando tal hipótese estaríamos negando a existência (ou negando-lhes ao menos um status ontológico digno) para aqueles seres agora relegados apenas aos jogos de linguagem, ao plano dito subjetivo das representações, enclausurados em mentes. Criam-se os dois mundos que permitem falar de ontologia e epistemologia, de objeto e de sujeito.

Autoriza-se, com isso, dizer que tudo que não é demonstração é apenas retórica, a separação entre um fato incontestável, que fala por si, e muitas crenças. Uma linguagem racional é assim assumida como metalinguagem e em nome dela se pode acusar todo o resto de irracionalidade, pela incapacidade desse restante em traduzir literalmente, sem transformar, isto é, pela sua dificuldade de acesso ao mundo e sua restrição a mero multiplicador de crenças. E, “ainda mais estranhamente, os outros modos começam a duvidar de si mesmos e de sua própria capacidade de distinguir entre verdade e falsidade” (LATOUR, 2013, p. 127-128). A ideia de estabelecer uma distinção verdadeiro/falso inquestionável e em definitivo carrega, por conseguinte, a pretensão de um único modo em impor uma metalinguagem a todos os demais²⁸.

Ao desamalgamar a ideia de matéria, essa importante instituição moderna, rompe-se com “o idealismo da bifurcação matéria-mente” (LATOUR, 2013, p. 125) e se torna possível compreender que não há motivo para nos referirmos exclusivamente a modos de linguagem em vez de modos de existência; a multiplicidade, apenas de palavras, em vez de multiplicidade de seres. A questão passa ser, então, sobre qual seria o método adequado para a identificação dos diferentes modos de existência, visto que a linguagem de redes permite, como discutido

²⁷ Sujeito conhecedor e objeto conhecido seriam resultados *a posteriori* e não pontos de partida: “Uma vez que todos os passos intermediários tenham desaparecido, apenas as duas extremidades permanecem para serem consideradas: a mente e o mundo” (LATOUR, 2013, p. 93).

²⁸ Isso inviabilizaria a política, como já destacado, por exemplo, em Latour (1994; 2012). “Os Modernos são aqueles que seqüestraram a Ciência para resolver um problema de encerramento em debates públicos” (LATOUR, 2013, p. 129).

anteriormente, identificar as associações, mas não as pode qualificar, na medida em que tal linguagem não permite detectar os valores que singularizam redes específicas. Torna-se necessário, como afirma Latour (2013), um dispositivo de navegação que torne o observador sensível à experiência. É com esse objetivo que a ideia de preposição entra em cena.

2.4.2 A preposição: um novo dispositivo para a análise das práticas

A *preposição*, sugerida por Latour (2013), comportaria o mecanismo de identificação de um *valor específico* em uma rede de associações, uma *qualidade peculiar*. Possibilitaria a identificação de uma tonalidade distinta e específica a um determinado tipo de prática, indicando que ali há condições singulares para a definição do verdadeiro e do falso. Também significa que, em sendo assim, julgar verdade e/ou falsidade nessas práticas, a partir de critérios externos a essas condições, significaria incorrer num erro de categoria, pelo qual um modo de verificação acaba se utilizando de suas particularidades, para julgar os demais.

Tal qual no sentido textual, a *preposição* “marca uma tomada de posição que vem antes que uma proposição seja declarada, determinando como a proposição deve ser apreendida e, portanto, constituindo sua chave interpretativa” (LATOUR, 2013, p. 57). Assim, quando se diz que algo é científico, por exemplo, isto funciona como uma preposição, algo que indica uma posição prévia pela qual o que vem a seguir deve ser interpretado. Logo, não se trata de um *domínio*, mas da indicação de uma *condição de verificação*, particular a um modo de existência.

Identificar, ao longo de uma rede de elementos heterogêneos, a passagem de uma preposição para outra, implica, por definição, na identificação de *modos de existência específicos*. É por esse motivo que a linguagem das redes de associações não basta, visto que apenas complementando-a, com a noção de preposição, a investigação pode ganhar em atenção e sensibilidade, favorecendo a capacidade para perceber as mudanças em termos de qualificação de uma rede, dos valores que ela performa.

Sem esse complemento fundamental, corre-se o risco da indiferença, do não reconhecimento da alteridade e do uso de uma metalinguagem, advinda de um modo específico de existência, para um esforço de compreensão do outro. Conforme essa abordagem, é esperado que cada modo procure ler os demais a partir de suas formas próprias de verificação, uma armadilha da qual o pesquisador deve escapar. Ele deve ter mente que “compreender racionalmente qualquer situação é, de uma só vez, desdobrar sua rede e definir sua preposição, a chave interpretativa na qual ela deve ser compreendida” (LATOUR, 2013, p. 66).

Essa complementação entre *redes* e *preposição* compreende o que Latour (2013) chama do cruzamento entre dois modos de existência: NET (notação que o autor usa para rede) e PRE (notação utilizada para preposição). Essa forma de compreender, utilizando-se do cruzamento entre o par NET-PRE, permite explorar a multiplicidade de associações entre os elementos, por meio da abordagem da teoria do ator-rede, ao tempo em que também podemos explorar a pluralidade de valores presentes nas conexões (respeito aos diversos valores nas práticas dos atores). Isto é, permite fugir da ideia de domínio, sem com isso reduzir todas as redes à mesma coisa (uma profusão de conexões entre elementos heterogêneos), mas possibilitando tratar qualitativamente das redes em suas distinções.

Uma rede ao longo da qual uma única preposição é identificada indicaria, por assim dizer, a presença de um único modo de existência em suas associações, ao passo que a mudança indicaria alteridade, transformação, a presença de seres associados mediante outros valores, outras qualidades. Esse tipo de declaração marca o alinhamento a uma ideia de *existência baseada na subsistência*, em vez de uma transcendência fundada sobre algum estoque de existência exterior às práticas, tal qual na ideia de *mundo exterior* da metalinguagem moderna. Trata-se da diferença entre o que Latour (2013, p. 162) chama de filosofia do “Ser como Ser” *versus* a filosofia do “Ser como Outro” (*being-as-being* x *being-as-other*).

A ideia de existência baseada na filosofia do *being-as-being* implicaria um sentido de transcendência convencional, cuja fonte de existência estaria nas suas fundações, como advinda de uma substância originária que lhe garantiria existir. Na filosofia do *being-as-other* é assumida apenas uma denominada “pequena transcendência”, baseada numa trajetória de imanências pouco dependente de fundações, numa experiência que percorre uma trajetória de *produzir-se por meio da passagem por outros*.

Aqui, estaria o que Latour chama de pequena transcendência combinada com estranha imanência, baseada numa trajetória que busca constituir continuidades forjadas sobre hiatos, assumindo os próprios riscos na produção da existência. Nas palavras do próprio Latour (2013, p. 62), “a fim de existir, um ser não deve apenas passar pelo caminho de outro [rede/net], mas também [deve fazê-lo] de outra maneira [mudança de preposição/pre], explorando outros modos, por assim dizer, de alterar a si próprio”. Passar sem outra preposição, dessa forma, significa não alterar, não diferir, manter-se o mesmo. Contudo, “existir é diferir” (LATOUR, 2012, p. 205).

O dispositivo de navegação proposto por Latour (2013), portanto, consiste, a grosso modo, em manter o abandono da noção de domínio e atentar para as redes de associações

presentes nas práticas. Porém, em vez de contentar-se com a listagem de ingredientes heterogêneos presentes nas conexões de redes, caberia ao observador identificar o modo pelo qual tais associações são estendidas, de modo a captar mudanças de tonalidades (preposições), que indiquem novos valores nessas trajetórias. Identificadas tais mudanças, tratar-se-ia de enfatizar os hiatos, as discontinuidades, os *gaps* que precisam ser transpostos, em uma rede específica, a fim de manter a subsistência dos seres que, através de uma trajetória de continuidades, ela performa.

Haveria, em síntese, três critérios para se reconhecer um modo de existência, conforme Latour (2013): 1) identificar a existência de um tipo de preposição que singularize valores e que implique a possibilidade de *erros de categoria*; 2) identificar algum tipo de *descontinuidade/hiato* sobre a qual um tipo particular de conexão tem que ser empreendido, traçando uma trajetória; e 3) verificar se há *condições de felicidade e infelicidade* que possibilitam um idioma próprio para a definição do verdadeiro e do falso.

Para Latour (2013), uma investigação orientada por esse dispositivo de navegação mostra-se extremamente importante, pois possibilita a exploração das instituições modernas com o devido estranhamento. Estranhamento esse que se faria necessário à tarefa de contrastar os valores suportados/performados em suas experiências (práticas) com as considerações que os modernos fazem sobre suas instituições. Essas considerações, de acordo com o autor, mostram-se, em geral, divergentes em relação às experiências.

Assim, o método de investigação sugerido permitiria evidenciar essa lacuna “entre o fio de experiência e sua renderização institucional” (LATOUR, 2013, p. 478). Isso explicitaria que, ao não reconhecer a variedade de modos, os modernos teriam compreendido mal a si próprios e a outros coletivos, na medida em que a compreensão desses últimos sempre foi operada por meio da comparação com as próprias instituições ditas modernas. Evidentemente, os equívocos cometidos na compreensão de si e dos outros teriam, também, sido estendidos à compreensão do mundo comum.

Esse conjunto de más compreensões teria implicado, conforme Latour (2013), uma extrema dificuldade em admitir a convivência com a diversidade de fontes de verificação, resultando na adoção de uma metalinguagem que condena à irracionalidade um enorme conjunto de práticas e valores. Sobre tais práticas, julgadas exteriores à racionalidade, aquela metalinguagem nada mais teria a dizer além daquele rótulo de irracionalidade atribuído a elas: “se o domínio do que é chamado ‘irracional’ é tão vasto, é porque os racionalistas adotaram uma definição de ‘racional’ que é tão pouco razoável e tão polêmica” (LATOUR, 2013, p. 128).

Ao compreenderem mal sua própria experiência, como afirmado, isso teria também levado a modernidade a compreender mal outros coletivos (compreendidos pela comparação com a modernidade). Disso decorreria uma problemática ideia de modernização, pela recomendação das (mal entendidas) instituições modernas a outros povos. Para Latour (2013, p. 482), “a frente da modernização é um estado de guerra, não declarado”, isto é, um *front* repleto de “zonas superaquecidas de conflitos entre valores” (LATOUR, 2013, p. 484). O *front* de modernização, por conseguinte, não consistiria numa proposta de coexistência, mas de uma pretensa redução da diversidade de modos de existência para poucos *templates* ontológicos assumidos.

Por isso, Latour (2013) propõe a investigação sobre os modos de existência como algo para além da filosofia, como um esforço de diplomacia, uma denominação já presente em obras anteriores, em especial no livro *Políticas da Natureza* (LATOUR, 2004, p. 344; p. 352), quando a figura do diplomata fora evocada em suas competências em prol da composição de um mundo comum. Pela diplomacia, segundo Latour (2013, p. 483), pode-se empreender “uma negociação que nos redefina (eliminando o *gap* entre nossa experiência e nossas instituições) e redefina as nossas relações com outros coletivos”. Além disso, o autor chama a atenção para a tarefa de enfrentar Gaia, isto é, enfrentar a tarefa de conciliar-se com esse mundo comum que a crise ecológica há muito teria desautorizado denominar apenas por Natureza.

Cabe registrar que, além de apresentar o seu método ou dispositivo de navegação para a compreensão do pluralismo ontológico do mundo, Latour (2013) discute, de modo significativamente pormenorizado, as particularidades daqueles que seriam 15 modos de existência, quais sejam: a) o modo Reprodução (REP); b) o modo Metamorforse (MET); c) o modo Hábito (HAB); d) o modo Tecnologia (TEC); e) o modo Ficção (FIC); f) o modo Referência (REF); g) o modo Política (POL); h) o modo Lei (LAW); i) o modo Religião (REL); j) o modo Apego ou Interesses Apaixonados (ATT); l) o modo Organização (ORG); m) o modo Moral (MOR); n) o modo Network (NET); o) o modo Preposição (PRE); e p) o modo Duplo Click (DC).

O autor esclarece que essa listagem não se pretende exaustiva, importando mais a abertura proporcionada por sua investigação, para que esse conjunto de modos seja ampliado ou reformulado. Contudo, também avalia que esses 15 modos permitem uma razoável *resolução* (metáfora no sentido das imagens em fotografias e vídeos) para um registro adequado da experiência pesquisada, isto é, da aventura moderna. No presente ensaio, não será dedicada atenção para cada modo específico dentre os abordados por Latour. Todavia, a próxima seção

está reservada para uma discussão mais detalhada daquilo que o autor compreende como o *modo organizacional* de existência.

2.5 O *organizing* a partir da abordagem dos modos de existência

Na sua abordagem dos modos de existência, Latour (2013) chama a atenção para o discurso mestre representado pela *The Economy*, um composito curioso que desempenharia o papel de *segunda natureza*. Essa ideia da Economia como uma segunda natureza decorreria da observação de que o vocabulário da economia é proposto como pretensa linguagem comum a todos os coletivos do mundo, numa unificação semelhante àquela ensaiada pelo mononaturalismo e que teria sido arruinada com a crise ecológica.

Assim, depois da crise ecológica e da descrença na Natureza comum, seria a Economia a única a promover um mundo unificado, um repertório comum, propondo um entendimento mútuo com base em seus instrumentos de cálculo.

Porém, entre as considerações compartilhadas pelos modernos quanto à instituição da “The Economy” e as práticas que ela envolve, haveria importantes contrastes a serem observados numa *antropologia da modernidade*. Entre esses contrastes, um que seria central diria respeito ao lugar das *organizações*.

Conforme Latour, quando a metalinguagem da economia aponta para organizações (as mais diversas, de corporações até Estados-nação), parece haver algo empírico em que a *The Economy* opera. Porém, ao tentar abordá-las, seria possível perceber que nem mesmo podemos estabelecer, com razoabilidade, as fronteiras do que seriam estas entidades. Em vez das “substâncias reais” que a linguagem da Economia parece sugerir sobre as organizações, “apenas acúmulos sem fim de desorganizações sucessivas” (LATOUR, 2013, p. 388) podem ser observados.

A existência dessa lacuna, desse *gap* entre o instituído e a experiência, seria razão suficiente para que a investigação se debruçasse sobre o que Latour (2013) chama de *ação de organizing*, deixando em segundo plano a ideia de *seres* organizados, da *organização*. Isso permitiria abordar a imanência das organizações em vez de tomá-las de modo naturalizado, investigando um modo especial de existência ao qual Latour atribui a notação “ORG”. Dessa maneira, trata-se de fazer, em relação ao chamado mundo organizacional, uso do mesmo dispositivo de navegação anteriormente discutido. Como para os outros modos, isso implicaria tomar a organização não como resultado, mas como *preposição*, indagando “o que significa falar e agir organizacionalmente” (LATOUR, 2013, p. 389), pois “existe uma enorme, uma

abissal diferença entre falar *sobre* uma organização e falar ou agir *organizacionalmente*” (LATOURE, 2011, p. 6).

Nas palavras do autor, significa passar da ênfase no substantivo (organização) para dedicar-se ao sentido do advérbio (organizacionalmente), a fim de compreender as práticas relacionadas ao verbo (organizar). Por esse caminho, a intenção seria “seguir um ser particular que transporta uma força capaz, em seus deslocamentos, de deixar a sua volta algo de organização, independentemente da escala; este é o ponto crucial” (Latour, 2013. p. 389-390).

Na ideia de organização como modo de existência, o ato de *organizing* necessário à produção de seres organizados teria como elementos fundamentais aquilo que Latour chama de *scripts* (LATOURE, 2011; LATOURE, 2013). A palavra *script* designaria a situação pela qual personagens, autores e *frames* são designados (ou melhor, seriam performados) de uma forma muito peculiar.

Os *scripts* teriam a *orientação* como principal propriedade, isto é, a capacidade de “dirigir a atenção dos atores designados pelos papéis” (LATOURE, 2013, p. 391), porém não de modo retilíneo ou em meio a uma total coerência. A narrativa envolvida nos *scripts* seria performativa de eventos, nos quais os sujeitos estão posicionados ora acima (como autores, agindo), ora abaixo (como personagens, sendo *agidos*), em relação ao *script*.

Essa alternância de posicionamentos dos atores, em relação aos *scripts*, se daria sequencialmente, nunca simultaneamente. Também, não significaria dizer que a distribuição é equitativa, com iguais oportunidades de alternância para todos os envolvidos.

A movimentação entre os papéis de autor/personagem nem se daria ao mesmo tempo, nem na mesma capacidade, mas indicaria que nunca se está nem completamente acima (protagonismo puro) nem completamente abaixo (obediência servil). A metáfora seria a de uma permanente ‘variação rítmica’. Em vez da dicotomia indivíduo-estrutura, um “*flip-flopping* de posições distribuídas no tempo e variadas em capacidade” (LATOURE, 2012, p. 9).

Outra importante característica dos *scripts* seria a sua capacidade de promover um triplo deslocamento dos envolvidos, em termos de tempo, espaço e actantes (*triple shifting out*). Dito de outro modo, consistiria na capacidade de orientar a ação em relação ao *quando*, ao *onde* e ao *como* (em que posição, ou personagem, a ação seria performada). Essa orientação, assim tomada, parece favorecer a ideia de que um *script* fornece algo como um quadro completamente coerente para a atuação. Todavia, seria necessário considerar que *scripts* se acumulam, empilham-se em emaranhados que desafiam a ideia de organização e a tornam inseparável daquilo que parece ser o seu oposto, isto é, o ato de desorganizar.

O empilhamento de *scripts* não garante, conforme Latour (2011; 2013), qualquer coerência ao processo. Quando não contraditórias, as atribuições advindas dos distintos *scripts* seriam ao menos distintas, quando não também ambíguas. Desse modo "organizar não é, não pode ser, o oposto de desorganizar" (LATOURE, 2013, p. 393) e "a organização é sempre, de cima abaixo, do começo ao fim, uma série de rupturas que obtêm continuidade em cursos de ação, através de constantes descontinuidades" (LATOURE, 2013, p. 394)".

A organização poderia ser entendida como um resultado, como aquilo que decorre de uma "exaustiva reinjeção de atos de (re)organização" entre múltiplos *scripts*²⁹. Lidando com atribuições distintas, oriundas de diversos *scripts*, quando não também ambíguas ou mesmo muitas vezes incompatíveis, os atores não possuem nenhuma garantia de *isotopia*, isto é, de permanecerem os mesmos ao longo de um curso de ação. Pelo contrário, a palavra-chave em função desse acúmulo de *scripts* seria a *heterotopia*.

Essa dinâmica do ato de *organizing* levaria a importantes implicações sobre a noção de transcendência ou essência, em se tratando de organizações. Isto é, apenas o processo de repetição, de constante reprise do agir organizacionalmente, entre os múltiplos *scripts*, permite a existência daquilo que se concebe como organização. Para Latour (2013, p. 396), "a organização pode ser impossível, mas ainda estamos sonhando em organizar bem e definitivamente, até o dia seguinte, quando devemos começar tudo de novo".

Essa *organização sempre em reprise* seria uma consequência do fato de que *scripts* têm *due dates* (LATOURE, 2013) ou *deadlines* (LATOURE, 2011), desaparecendo tão logo alcancem seu resultado. As estabilizações possíveis são, portanto, provisórias, com durações variadas, e só podem ser alcançadas graças ao que seriam as "operações de *framing*" performadas pelos *scripts*.

Para Latour (2013), uma vez que um *script* se põe sobre os envolvidos, ele define para eles um *frame/framing* em comum, em relação ao qual esses personagens estão "dentro". Os frames definidos por cada script estabelecem fronteiras às entidades envolvidas e ainda que essas fronteiras definidas por cada frame possam ser variadas, elas promovem alguma estabilização:

Claro, essas fronteiras variam de acordo com cada script, e é tão impossível delimitá-las definitivamente no espaço, como é garantir que elas alcançarão

²⁹ Nas palavras de Latour (2013, p. 393), seria "impossível para qualquer humano unificar em um todo coerente os papéis que os scripts lhe atribuíram." Essa seria a ambiciosa ideia de organização, quando há "um único corpo para suportar o peso de mil personagens" (LATOURE, 2013, p. 400).

seus resultados no mesmo momento no tempo. No entanto, eles têm a função de estabelecer limites, funções, definições (LATOUR, 2013, p. 397).

O frame, por consequência, seria o responsável pelo *efeito de continuidade* e por alguma *estabilização*, porém sem compreender um estoque de existência por trás de qualquer outro mundo (filosofia do ser como ser), mas através do exercício de constante instituição (filosofia do ser como outro). De acordo com Latour (2013, p. 398), “são os *frames* que alcançam os efeitos de continuidade, estabilidade, essência, inércia, cuja importância nunca deve cessar de inspirar toda esperança de estabilidade”.

Assim, em vez de completa transcendência, a organização seria produzida pela prática, pelo exercício, através de um “*zigue-zague entre scripts*” (LATOUR, 2011) ou de um “*escalonamento relativo entre scripts*” (LATOUR, 2013). Nessa abordagem, “a organização tem consistência, resiliência e presença, mas não terá continuidade se não for continuamente performada” (LATOUR, 2011, p. 6). Como consequência, “essência é a consequência e não a causa da duração” (LATOUR, 2011, p. 7). Os efeitos de continuidade e as estabilizações precisam ser continuamente alcançados, instituídos, desde que não haverá um *script* maior para dar organicidade aos demais, nem um *framing* absoluto que possa funcionar como “metadespachante racional” (LATOUR, 2013, p. 400), designando atribuições e fronteiras definitivas para todos os participantes da ação.

Não cabe ao observador, desse modo, esperar por “essência/substância” advinda de um ser chamado *organização*, mas desvencilhar-se deste equívoco, dirigindo a atenção para os *gaps* na natureza dessa suposta entidade, isto é, orientando-se para o ato de *organizing*, para a experiência, a qual produz, através dos *scripts*, a organização. Essa última seria aquilo sobre o qual se fala após (provisoriamente) concluído o *organizing* (LATOUR, 2011). Caberia, apenas, falar em pequenas transcendências, essas consistindo nas operações pelas quais o ato de *organizing* consegue performar a organização, por meio da ultrapassagem de dois tipos de hiatos. O primeiro seria aquele que se põe entre o lançamento de um *script* e a o ato de segui-lo, por parte dos envolvidos (hiato horizontal). O segundo, por sua vez, consistiria na passagem *entre scripts*.

Dito de outro modo, essas pequenas transcendências não sustentariam qualquer ideia de organização sem um exigir algum tipo de imanência. Dessa maneira, “os atores devem trabalhar arduamente para evitar a dissipação da organização, reunindo-a em um arranjo durável cuja duração é indeterminada” (LATOUR, 2011, p. 6).

3 Sobre os procedimentos metodológicos

“Na verdade, talvez agora é que começasse o aprendizado, quando ele saísse de volta ao mundo, para ver tudo o que já conhecia como se fosse a primeira vez”³⁰.

Nesse capítulo de considerações metodológicas, trataremos de apresentar (e refletir sobre) o modo como a presente pesquisa foi conduzida e suas implicações para a compreensão dos resultados, a serem explorados no próximo capítulo.

3.1 Um estudo baseado na prática, com uso etnográfico da TAR

Nosso propósito de discorrer sobre as especificidades do modo de organizar, em práticas que se propõem como práticas de Convivência com o Semiárido, nos conduziu à opção de realizar um estudo no qual as experiências dos atores em campo ganharam ênfase. A nossa relação com o mundo empírico no qual essas experiências são operadas, desse modo (ou, melhor dizendo, com *o mundo que essas experiências operam*), tornou-se, dessa forma, uma questão central para a pesquisa.

Esse entendimento, que põe em relevo o campo prático dos processos que nos interessam, está relacionado com nossa escolha de abordar os tópicos em estudo a partir de lentes teóricas alinhadas àquilo que denominamos por *estudos baseados em prática* e, mais especificamente, pelas lentes da *Teoria do Ator-Rede*.

Assim, uma vez que utilizamos a TAR, no esforço de compreensão daqueles processos de organizar, as implicações dessa escolha precisam ser consideradas, nos termos daquilo que Tsoukas e Chia (2011) compreendem como *macro-questões de ordem superior*. De início, cabe dizer que o uso que fizemos da teoria não compreendeu a formulação de modelos de análise apriorísticos. O uso dos aportes teóricos teve o sentido de possibilitar a focalização temática e a própria formulação das questões que nos interessariam em meio às múltiplas possibilidades que o campo apresenta.

³⁰João Ubaldo Ribeiro (2011). Viva o povo brasileiro. Rio de Janeiro: Objetiva.

O emprego da TAR, nesses termos, procura preservar aquilo que é caro para essa tradição teórico-metodológica, isto é, a riqueza empírica que envolve as práticas dos atores (LATOUR, 2012). Teorização, nessa compreensão, é algo mais relacionado a um vocabulário específico para tratar dos processos em estudo, descrevê-los ou tecer considerações sobre eles, do que um arsenal de modelos gerais que estabeleçam, de antemão, formas de relações entre os elementos que se pressupõe encontrar em campo.

A TAR, nesse propósito, nos forneceu tanto um repertório para que nos referíssemos às questões sob nosso interesse nessa pesquisa, quanto possibilitou diversas contribuições, em termos do método pelo qual entramos em campo, produzimos e analisamos os dados com os quais os resultados foram construídos. Ainda, há implicações desse modo de usar a teoria que se fazem sentir na maneira de apresentação desses resultados.

Quanto ao método para a realização do trabalho de campo, que, obviamente, também está intrinsecamente relacionado à produção/análise/apresentação dos dados, é preciso que digamos que o presente estudo foi construído sob inspiração etnográfica. Orientar-se etnograficamente permitiu a este trabalho o alinhamento necessário aos pressupostos da TAR, em sua ênfase na tarefa de *seguir atores* em suas trajetórias complexas de composição dos coletivos heterogêneos, empregando analiticamente uma infralinguagem que resguarda a multiplicidade presente na metafísica empírica daqueles que participam da ação (LATOUR, 2012). Em outras palavras, o caráter etnográfico se coadunou aos princípios daquela orientação teórica, sobretudo em relação ao princípio do *não reducionismo*, no esforço de não restringir a variedade potencial que se presume encontrar no trabalho de campo.

Ao assumir essa estratégia, tomamos a *etnografia* compreendendo-a como algo para além de uma forma de coleta de dados, para além do que Ingold (2008, p. 88) chama de “tirania do método”, não podendo se limitar a um modo de adjetivar o trabalho de campo (INGOLD, 2016). Concebemos, assim, a etnografia como uma atitude, uma maneira de pensar, um tipo de esforço intelectual ou postura investigativa, que é indissociável de um modo de desenvolver o trabalho de campo propriamente dito e uma prática específica de descrição (CLIFFORD, 2002; MARCUS, 2007; SPENCER, 2007; JAIME JÚNIOR, 2003).

Nosso entendimento é de que a tradição etnográfica, no que pese a pluralidade de perspectivas que lhe tem acompanhado, caracteriza-se pelo esforço de produção de conhecimento ancorado no compartilhamento de uma experiência, suficientemente duradoura, com os interlocutores (VAN MAANEN, 2011; JAIME JÚNIOR, 1993; 2017). Trata-se de uma postura que privilegia o esforço de interpretação a partir desse *viver com* o outro, nutrindo a

ambição de produzir descrições elaboradas mediante essa imersão (BATE, 1997; VRASTI, 2008).

Embora não seja nosso propósito interpretar o modo de vida de um grupo a partir do conceito de *cultura* ou de significados simbólicos (referentes a *ethno*) - como mais à frente deveremos tornar mais claro -, é cara para nós a exigência etnográfica de proximidade física e social, seja pelo seu esforço de compreender a alteridade numa perspectiva *insider*,êmica (JAIME JÚNIOR, 2003; DE VOLO; SCHATZ, 2004), seja pela possibilidade aberta para olhar com estranheza o que se costuma ver como familiar (LINSTEAD, 1997; BATE, 1997; LATOUR, 1997; 2012; 2013).

3.2 A questão da familiaridade com o campo

Nossa entrada em campo, para o contato com as práticas de Convivência, se deu a partir do acompanhamento de atividades desenvolvidas no meio da região do Semiárido brasileiro, especialmente no município de Juazeiro, município ao norte da Bahia, onde esse estado faz divisa com o estado de Pernambuco (Figura 3.1, a seguir).

Apesar desse aspecto curioso, isto é, o fato de o município em questão estar, espacialmente, no coração do Semiárido, isso é menos determinante para que ele tenha sido nossa porta de entrada na CSab do que a nossa relação anterior com atividades que ali são desenvolvidas.



Figura 3.1: Delimitação oficial do Semiárido brasileiro (2017)

Fonte: Sudene.

Nossa aproximação com atividades desenvolvidas nas localidades que se encontram no entorno de Juazeiro remonta há mais de dez anos, quando houve o primeiro contato. Desde então, alternando períodos em que tivemos maior presença junto aos atores que participam dessas atividades e períodos de menor envolvimento em suas experiências, desenvolvemos uma razoável familiaridade com o conjunto de questões que cercam aquele mundo. Essa familiaridade compreendeu um elemento fundamental para viabilizar a presente pesquisa, não apenas em termos das negociações referentes ao acesso e permanência em campo, mas também no que diz respeito à compreensão necessária à elaboração de nosso modo de problematizá-lo. Face a essa relevância, tentamos apresentar no quadro 3.1, a seguir, a trajetória na qual essa proximidade se desenvolveu:

Quadro 3.1

O primeiro contato com o Semiárido e depois

Nosso primeiro contato com aquela região ocorreu no ano de 2005. Foi quando recebi um convite para participar de um curso de formação a ser realizado no município de Juazeiro-BA, localizado a aproximados 350 km de minha região de origem. O convite chegou a mim por meio da Pastoral da Juventude Rural (PJR) da Igreja Católica, de cujas atividades eu participava na região do Cariri, sul do estado do Ceará, na qual nasci e onde eu então vivia, numa propriedade rural, com meus pais e irmãos. Naquele momento, eu era um dentre dezenas de jovens oriundos da agricultura familiar que, em várias partes do Nordeste, recebiam aquele convite.

Foi assim que, meses depois, eu me encontrava em Juazeiro, a 350 km de minha comunidade de origem, para participar, durante duas semanas, da 13ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido, ofertada pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, uma ONG que já possuía décadas de atuação naquela região.

Lembro o quanto me tornei maravilhado com o Semiárido, que só vim a conhecer durante aquela formação. Havia ali uma maneira de tratar o Sertão que até então eu não conhecia e que agora me encantava. O Sertão, mais comumente referido ali como Semiárido, estava no centro de todas as atividades. Parecia impossível já ter existido por quase duas décadas sem saber daquelas coisas sobre a região em que eu vivia; ter cursado metade de um curso superior em Ciências Econômicas sem tomar conhecimento d'A riqueza dos Sertões. De repente, em poucos dias, parecia muito esdrúxulo que só então um jovem com a minha origem, apenas àquela altura, viesse a saber tais coisas sobre seus aspectos climáticos, os solos, as águas, os animais e as plantas no Sertão; sobre sua história de colonização, seus conflitos fundiários e seus movimentos políticos; sobre as técnicas de convivência humana com todos os seus aspectos, da escassez hídrica às desigualdades no acesso à terra.

Não se tratava apenas de ter a informação sobre aquelas coisas, era algo diferente, que, por exemplo, não se encerrava em saber quais os tipos de solo no Semiárido. Avançava-se sobre as implicações destes tipos de solos para questionar sobre as melhores estratégias em encontrar água no Sertão; para discutir a adequação principal destes solos à atividade pecuária ou à agricultura; para abordar como diferentes animais e vegetais se mostravam mais ou menos apropriados à região; para pensar como esses tipos de solos, combinados a regimes específicos de chuvas e modos de exploração econômica, estavam associados a problemas diversos, como desertificação e salinização de solos; como tudo isso permitia julgar determinadas atividades

como apropriadas ao não apropriadas ao Semiárido. Definitivamente, não se tratava apenas do acesso à informação.

No Cariri cearense, desde criança, a vida envolvia, por exemplo, as dificuldades relacionadas às incertezas quanto à chuva e, conseqüentemente, quanto à produção de nossas lavouras familiares, quanto às possibilidades de sustentar os pequenos rebanhos de animais, quanto à disponibilidade de água para o consumo doméstico. Enfim, os temas da Escola de Convivência não me eram de todo estranhos, obviamente. Porém, havia ao mesmo tempo muitos elementos que não me eram familiares, mas que pareciam bastante cotidianos para boa parte dos demais jovens participantes, como era o caso dos conflitos entre algumas de suas comunidades de agricultores e grileiros de terra. De modo semelhante, as atividades de criação de cabras e ovelhas apresentavam uma importância fundamental para a maioria dos participantes em suas comunidades, enquanto essa não era uma atividade das mais relevantes no meu local de origem. Ainda, espécies da vegetação nativa, como o Umbu, eram desconhecidas por mim (embora conhecesse frutos semelhantes), mas para quase todos os demais tratava-se de uma árvore com presença notável na vida de suas famílias ou que muitos conheciam muito bem, em termos de seus usos potenciais.

Em síntese, durante aquela Escola de Convivência, fui apresentado a um amplo repertório de saberes e de práticas, que era muito novo para mim, apesar de não se tratar de um mundo de todo estranho. Esse mundo estava distribuído em falas de especialistas, de jovens de outras comunidades, em cartilhas, livros, manuais, projetos de organizações não-governamentais, movimentos populares, técnicas de captação de água da chuva, técnicas agrícolas, técnicas de criação de animais, modos de produção de adubo, dentre tantos outros. Posteriormente, eu compreenderia melhor que a CSab não estava circunscrita ao trabalho do Irpaa no Sertão baiano, mas se fazia presente nas atividades de centenas de organizações e em muitos diferentes lugares espalhados pela região do Semiárido.

Após aquele primeiro contato, muitas coisas ganhavam novos contornos. Eu nunca mais, para citar um exemplo, veria cabras e ovelhas como meros animais que se pode criar para fins domésticos ou comerciais. Agora, um bode carregava a CSab em cada passo, cuja ancestralidade, cujos modos de beber água, de se alimentar, de procriar, de andar e de viver faziam dele um dentre os vários agentes da CSab. Um doutor em Convivência.

Após duas semanas na Escola de Convivência, retornei ao Cariri cearense. Voltei entusiasmado para as discussões que deveria suscitar a partir daquela experiência, especialmente junto aos grupos da Pastoral da Juventude Rural e numa ONG à qual,

voluntariamente, eu me dedicava à época. Na vida rural, no âmbito familiar, a experiência não teve maiores repercussões, visto que, naquela época, eu dividia meu tempo entre a nossa residência no campo e os estudos de graduação e trabalho na cidade, de modo que as atividades da agricultura já não contavam muito com minha presença.

Contudo, penso que foi nas atividades acadêmicas onde pude, com mais intensidade, inserir elementos advindos do novo repertório que havia conhecido. Dali em diante, eu não me distanciaria mais da CSab, como posso perceber melhor agora. No mesmo ano, um professor do curso de graduação aprovaria um projeto de pesquisa junto ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade. Eu havia me candidatado para a bolsa vinculada ao projeto, sem conhecer do que se tratava, mas pela vontade de me inserir nas práticas de pesquisa. O projeto foi aprovado e tinha por título “Demanda e Oferta de Carne de Caprino no Estado do Ceará”! E eu virei o estudante bolsista nessa pesquisa!

O projeto era de autoria do professor que me orientaria e não envolvia aquelas questões que faziam do bode um agente da CSab. Abordando a carne de caprino como um bem econômico, o projeto tratava de explorar, econometricamente, os determinantes da oferta e da procura daquele produto, a serem estimados a partir de séries históricas de dados. Uma vez atuante nessa pesquisa, entretanto, pude continuar em contato com a CSab, desde que pude pesquisar mais a bibliografia sobre as questões referentes à Convivência, tendo a caprinocultura como ponto de contato com essa literatura. Se essas questões não compreendiam o cerne da discussão pretendida pelo projeto no PIBIC, ao menos podiam constar nos devidos espaços textuais para justificativas e contextualizações quanto à temática.

Caprinos continuaram envolvidos com minha temática de pesquisa por quase três anos a partir dali. Após encerrado o projeto inicial, um segundo foi aprovado, ainda destinado a tratar do mercado de carnes, embora agora mediante pesquisa com dados primários na região do Cariri e também incluindo a carne ovina. E o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) seguiu esse enredo, mas buscou tratar dos “incrementos tecnológicos” em propriedades rurais que realizavam a ovinocaprinocultura.

Alguns anos depois, eu me encontrava novamente em viagem para Juazeiro-BA. A finalidade era participar, como candidato, de concurso público para o cargo de professor auxiliar de Economia na Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf. Tendo sido aprovado, fui posteriormente nomeado para o cargo ao qual me candidatei e entrei em exercício no início do ano de 2009. Voltei, agora para Petrolina – PE, *campus* no qual eu seria lotado, e passei a residir ali desde então. Apesar das muitas atividades de ensino que ficaram sob a minha

responsabilidade no primeiro semestre de docência na Universidade, lembro que fiz contato com a secretaria do Irpaa e agendei uma conversa. Minha intenção era me apresentar como aquele jovem cearense que havia participado do curso de formação ofertado em 2005 e que agora retornava para aquela região, interessado em colaborar através de minhas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

A ideia de colaborar foi bem recebida pelo Irpaa. Entre as responsabilidades na docência, comecei a participar de alguns eventos promovidos pela ONG junto a agricultores familiares da região, quase sempre auxiliando no debate sobre Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo. Eu possuía certa compreensão dessas temáticas e elas eram vistas como fundamentais para o fortalecimento da organização dos agricultores em suas comunidades.

Essas atividades conjuntas, entretanto, não foram muito além. Em 2010, ingressei como aluno no Curso de Mestrado em Administração, na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Passei a conciliar as atividades docentes em Petrolina, com as idas semanais ao Recife (cidade localizada a mais de 600 km da primeira), motivo pelo qual as já esporádicas colaborações com o Irpaa foram ainda mais reduzidas. Para o estudo que levaria à dissertação, concentrei-me no processo de construção de cisternas domiciliares de captação e armazenamento de água da chuva, uma das principais técnicas utilizadas no âmbito da CSab e que, desde o início dos anos 2000, integrava a política pública de segurança alimentar do Governo Federal, através do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC. Não tratei de compreender a CSab propriamente dita, mas a experiência do P1MC na microrregião de Juazeiro-BA, enquanto uma ação de política pública que entrelaçava Estado e Sociedade Civil em torno do problema hídrico do Semiárido.

Assim, a pesquisa de campo demandada pelo mestrado possibilitou uma maior familiaridade com agentes atuantes naquele campo, tanto na microrregião de Juazeiro – BA, como junto a outras organizações relevantes para o P1MC, em outras cidades. Além disso, a interação com agentes que atuam diretamente nas áreas rurais e com famílias de agricultores familiares, participantes do programa, foram fundamentais para uma melhor compreensão daquele mundo de atividades.

Finalizado o curso de mestrado, pude ampliar minha participação como colaborador na relação com o Irpaa. A presença em reuniões de trabalho desenvolvidas pela ONG, a oferta de minicursos ou palestras em eventos, a realização de discussões com turmas de estudantes da graduação, as visitas técnicas junto a cooperativas de agricultores ou propriedades rurais

apoiadas pelo Irpaa, a presença dos estudantes envolvidos nos projetos de pesquisa e extensão realizando pesquisas de campo, eram algumas das principais formas de interação mantidas.

De 2012 a 2015, estive envolvido em três projetos de pesquisa voltados para a compreensão da presença de ONGs, como o Irpaa, em políticas públicas de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro. Também, nesse período, coordenei um projeto de extensão com o intuito de colaborar com os processos organizativos de fortalecimento da agricultura familiar no Vale do São Francisco. Ainda, em equipes multidisciplinares, integrei equipes de projetos extensionistas de outros colegas docentes, dedicados à promoção da agroecologia junto aos agricultores.

A partir do ano de 2015, ingressei no Curso de Doutorado. Afastei-me das atividades docentes a partir do ano de 2016 e, especialmente desde o ano de 2017, iniciei o trabalho de campo necessário a esta tese. No processo de reelaboração do projeto submetido ao doutorado, compreendi que, até então, meu raciocínio sobre aquele campo não ia muito além de sugerir o estudo de *como alguns tópicos* (interação Estado-Sociedade, Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional e/ou Rural, ou Redes Interorganizacionais, temas para os quais haviam teorizações mais gerais) *tomavam forma naquela realidade do Semiárido*. A CSab, nesse sentido, não passava de *elemento contextual*, de um campo específico no qual eu me voltaria para a compreensão de temas gerais.

A busca por aprimorar o projeto, ao longo dos dois primeiros anos do doutorado, levou-me ao entendimento de que a CSab, *em si*, deveria ocupar o centro de minha curiosidade na investigação. Seria a particularidade de sua existência no Semiárido brasileiro que eu deveria compreender, não apenas tomá-la como um contexto específico no qual foram desenvolvidos outros processos, ditos gerais.

Na construção dessa compreensão, foi fundamental o avanço das minhas leituras sobre perspectivas teóricas que permitem novos modos de problematização da experiência empírica, no que destaco o meu contato com a literatura que aborda a Teoria da Rede. Além disso, o programa de estudos proporcionado pela disciplina intitulada *Sociomaterialidades Organizacionais*, ofertada no Curso de Doutorado pela minha orientadora, Profa Jackeline Andrade, foi crucial na abertura de novas possibilidades de relacionar o tipo de teorização da TAR, os estudos organizacionais e o campo empírico com o qual tenho me envolvido.

Desse modo, a partir de 2017, pude entrar em campo com as questões de pesquisa que deram origem a esta tese de doutorado.

Diante desse percurso, no qual fomos ganhando maior aproximação com os atores e as questões envolvidas nos processos que estudávamos, não nos pareceu que a questão da necessidade de familiaridade com o campo se tornaria uma questão limitante para o desenvolvimento da pesquisa. Por outro lado, fomos levados a reconhecer que, tal como já discutia Bruno Latour em um dos trabalhos etnográficos de mais relevância para a TAR (LATOUR, 1997), o mais complicado nesse tipo de empreendimento investigativo não é ganhar a devida *familiaridade*, mas estar em condições concomitantes de exercitar o também necessário *distanciamento*.

3.3 O trabalho de campo: do acesso às formas de produção dos dados

Com o avanço da investigação, o imperativo de ultrapassar os discursos ordenados e chegar às práticas (LATOUR, 1997, p. 29), passava a ser nossa principal preocupação no processo de pesquisa. Assim, adentramos em um intenso trabalho de campo, procurando atentar para a necessidade de nos movermos entre dois extremos que deveríamos evitar: nem o noviço em campo, nem o membro da equipe (LATOUR, 1997). Deveríamos, então, encontrar um modo que permitisse manter uma “desconfiança respeitosa” em relação àquele mundo que tínhamos a pretensão de compreender. Um modo no qual pudéssemos fazer uso da TAR como um *conjunto de sensibilidades teóricas e empíricas* (LAW; SINGLETON, 2013) enquanto circulássemos por entre os atores envolvidos nas práticas.

Desse modo, buscamos desenvolver o estudo com base em uma experiência de campo que permitisse estar junto a partícipes da CSab, com a atenção voltada para o modo como suas práticas constroem o mundo no qual circulam, para os “laços entre a prática e os objetos que nela são produzidos” (LATOUR, 1979, p. 20). É nesse sentido que compreendemos quando Law e Singleton (2013) afirmam que a ANT é indissociável da pesquisa prática, não preexiste para ser aplicada. Nas palavras desses autores, “a ANT é *grounded*” (LAW; SINGLETON, 2013, p. 500). Ainda conforme eles, a etnografia consiste em uma “experiência incorporada”, que permite fazer cuidadoso uso dessas sensibilidades para tratar das práticas pelas quais os atores trabalham *no* e *o* mundo onde vivem.

Frente a esses desafios e propósitos metodológicos, as atividades da CSab desenvolvidas em Juazeiro e nas localidades vizinhas, nas quais atuam os profissionais do Irpaa, tornaram-se nosso *principal campo no processo de investigação*. No início do ano de 2017, após certo período sem contato com as pessoas daquela ONG ou com outros envolvidos com a Convivência, voltei a participar de alguns eventos realizados pelas organizações da região ou

por universidades, na condição de espectador. Nessas oportunidades, encontrei interlocutores conhecidos, bem como fui apresentado a outros. Com alguns participantes do Irpaa, conversei sobre a pesquisa de doutorado, que eu estava a iniciar. Foi quando comecei a negociar o meu acesso ao campo, agora de um modo mais sistematizado.

Especialmente ao coordenador institucional do Irpaa, propus acompanhar algumas atividades do Instituto, na condição de espectador, mas podendo colaborar com eventuais ações, onde os profissionais avaliassem que minha contribuição fosse bem-vinda. Quando ele me perguntou quais as atividades eu gostaria de acompanhar, falei que não gostaria de defini-las *a priori*, pelo menos não por completo, mas que eu gostaria de estar junto, especialmente, das chamadas *atividades de formação*.

Minha escolha quanto às ações desse grupo (atividades de formação) se deveu ao fato de que, nelas, costumam participar equipes de todos os “eixos” que compõem o Instituto (Clima e Água; Terra; Produção; Educação; e Comunicação). Além disso, eu sabia que essas atividades são, geralmente, desenvolvidas com uma significativa interação com agricultores, suas associações e comunidades, além de envolver parceiros externos ao Instituto. Eu supunha, portanto, que as atividades de formação trariam a possibilidade de me fazer circular por lugares nos quais se faria presente elevada diversidade de atores que participam da Convivência.

Com a concordância do coordenador, resolvemos que eu poderia realizar esse “acompanhamento” e que, à medida que a agenda do Instituto fosse apresentando outras atividades que me interessassem, eu poderia solicitar acesso também a elas. Eu perguntei a ele se, além das ações mais rotineiras e de projetos que estavam em curso, havia algum projeto sendo iniciado naquele período, pois eu gostaria de acompanhar alguma iniciativa desde suas etapas iniciais. Então, ele me falou do Programa Semiárido Produtivo, que havia sido recentemente aprovado junto ao BNDES e que iniciaria suas atividades naquele ano, envolvendo a “estruturação produtiva” em propriedades da agricultura familiar em cinco estados. Combinamos que ele me encaminharia, por e-mail, o texto do projeto, e que tão logo as atividades iniciassem, eu também poderia acompanhá-las.

A partir de março/2017, iniciei o trabalho de campo propriamente dito, com a facilidade de já conhecer alguns dos colaboradores do Irpaa, que, por sua vez, passavam a me apresentar a outros. Além da presença em “cursos de formação”, passei a estar presente em reuniões internas; reuniões de trabalho com pessoas de outras organizações; visitas a propriedades de agricultores, associações e cooperativas; inaugurações de espaços de comercialização de

produtos; feiras de agricultura familiar; cerimônias de lançamento de projetos; e seminários e conferências sobre temas relacionados à CSab.

Nas atividades de formação, minha presença se deu na condição de *observador participante*, se é que há observador que não o seja. Cabe explicar melhor: nesses ambientes, minha participação envolvia a colaboração em conduzir a discussão com os demais, em alguma parte da programação. Nesses casos, eu era responsável pela abordagem da temática de *organização socioproductiva*, que contemplava os tópicos sobre desafios na formação de associações e cooperativas entre os agricultores familiares. Quando isso ocorria, eu solicitava aos membros da equipe organizadora, durante as reuniões de preparação, que essa temática fosse alocada ao final da programação. Isso fazia com que eu pudesse ter as primeiras interações com os participantes de um modo mais espontâneo do que eu acreditava que aconteceria caso eu fosse apresentado como “professor Cordeiro, facilitador do tema organização socioproductiva”.

Dessa maneira, durante esses processos de formação, a parte da programação em que eu me tornava “o professor” ocorria apenas após vários dias de convívio. Antes disso, minha participação se dava de outro modo. Eu integrava a turma em formação como alguém que também “faria o curso”, sem ser apresentado como professor ou como estudante de doutorado. Durante os dias em que as atividades eram desenvolvidas, eu participava das mesmas atividades que os demais, integrando grupos de discussão, interagindo em aulas práticas, realizando e apresentando trabalhos com as equipes, executando tarefas diárias como limpeza do auditório, servir lanches e refeições ou zelar pelo abastecimento de água nos espaços utilizados.

Para a tomada de notas decorrentes da observação, fiz uso de cadernos de campo, cuja utilização geralmente transcorria discretamente, visto que eram ambientes nos quais todos portavam algo para fins de anotação. Além desses cadernos, sempre que julguei oportuno, utilizei a câmera do telefone celular para registrar fotografias que poderiam ilustrar determinadas situações e que me serviriam para um posterior resgate de elementos contidos na experiência daquele momento. O uso do celular também foi facilitado pelo fato de que, nas formações, os participantes têm o hábito de fazer fotografias com certa frequência, seja para registrar sua presença no local, seja como forma de “anotar” coisas expostas em projeções, demonstrações de campo, variedades vegetais ou animais estudadas, etc.

Nos outros tipos de momentos, como reuniões de trabalho e participações em comunidades rurais, o uso do caderno de notas e do aparelho celular se tornava menos frequente. Nesses casos, muito do que era visto, ouvido, pensado ou sentido era recuperado na

primeira oportunidade durante ou após essas experiências e registrado de modo escrito ou em gravações de áudio.

Os dados produzidos mediante *observações* foram posteriormente organizados nos diários de campo. Além deles, mas em menor proporção, pudemos recorrer aos dados gerados por *entrevistas*, realizadas posteriormente às observações e decorrentes do registro anterior de tópicos que demandaram outros desdobramentos. Ainda, *dados documentais* foram explorados, no mesmo sentido que as entrevistas, como fontes às quais recorreremos quando a necessidade de buscá-las foi apontada pela observação e seus desdobramentos. Há uma grande variedade entre os documentos mais relevantes que utilizamos no nosso trabalho: foram cartilhas; livros didáticos; relatórios de projetos; manuais de instruções de equipamentos e técnicas; relatórios de desempenho de organizações; artigos e livros; matérias jornalísticas; vídeos e outros materiais de divulgação; conteúdos veiculados em redes sociais na *internet*; e apresentações de *slides* referentes a palestras e cursos ministrados por profissionais específicos.

O período de permanência em campo se estendeu até junho de 2018. Desde março de 2017, quando iniciamos essa experiência, a pesquisa envolveu a estadia em diferentes locais do Semiárido (Figura 3.2), muito embora Juazeiro e seu entorno tenha sido a região na qual se deu a maior parte do trabalho. Por entorno, referimo-nos aos municípios próximos, como Sobradinho, Casa Nova, Uauá e Curaçá, no estado da Bahia. E Petrolina, Lagoa Grande e Casa Nova, no lado pernambucano. Em alguma medida, todavia, tudo no Semiárido está no entorno de Juazeiro, visto que este município se encontra na parte central da região.

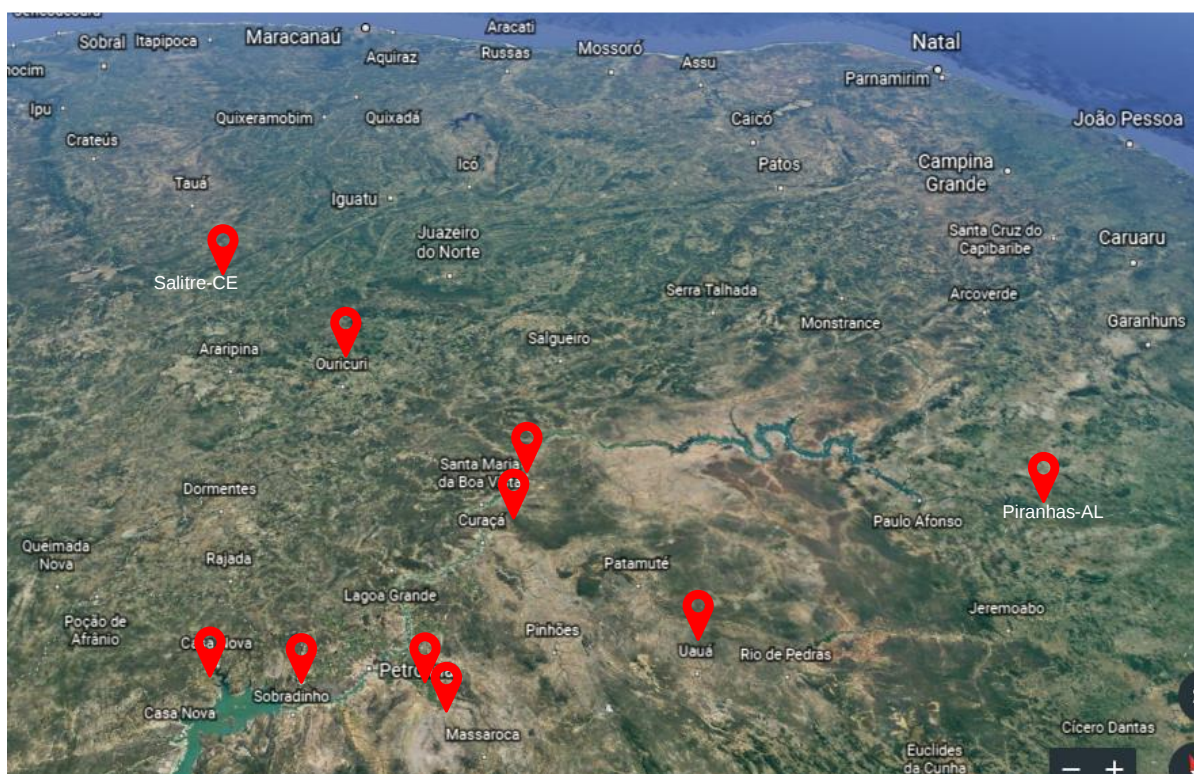


Figura 3.2: Localização aproximada dos municípios em que houve atividades da pesquisa de campo.
Fonte: <https://earth.google.com>

Como fica visível na Figura 3.2, algumas oportunidades de ter acesso a modos de lidar com a questão da Convivência, em lugares mais distantes de Juazeiro, levaram-nos a interagir com atividades em outros municípios de Pernambuco, no sertão de Alagoas e no Ceará. Isso não significa que tenhamos tratado como material referente às mesmas práticas os dados coletados em todos esses lugares. Procuraremos deixar isso melhor explicado no próximo capítulo, ao discutirmos o que alcançamos com o trabalho de campo.

3.4 O campo como um campo de práticas: uma rede mais que uma delimitação espacial

A dimensão espacial do trabalho de campo, contudo, parece-nos exigir algumas considerações adicionais. Nosso processo de produção dos dados não seguiu uma definição anterior quanto à localização específica na qual aconteceria a experiência de pesquisa, apenas tomamos atividades que são realizadas na região de Juazeiro como *ponto de partida*.

Em nosso processo de *seguir práticas*, especialmente as atividades de formação, procuramos nos orientar conforme o caráter móvel dessas atividades. Isso envolveu acompanhá-las em variados locais e conforme a diversidade das tarefas que elas exigiam, como a preparação de eventos, a realização de cursos, reuniões de orientação entre agentes de Ater e

agricultores, demonstrações de determinadas técnicas, palestras e seminários. Como consequência, figuram escritórios, auditórios, propriedades rurais, lavouras, campos de demonstração de tecnologias como alguns dos ambientes nos quais estivemos na trajetória de investigação, em vários municípios.

Essa variedade de locais, aos quais a nossa prática de pesquisa nos levou, tem relação com o *aspecto móvel* (CZARNIAWSKA, 2008; 2017) ou com a *dispersão espaço-temporal* das práticas, conforme Bueger (2014). Isso implica a necessidade de concebermos o campo mais como algo que toma a forma de uma rede do que uma abrangência geográfica no sentido mais costumeiro (LATOUR, 1997; LAW; SINGLETON, 2013), visto que um único local determinado não nos permitiria observar a diversidade de atores e atividades envolvidos nos processos que nos interessam³¹. Nosso campo, nesse sentido, assemelha-se àquele da etnografia das ciências em Latour (1997), cujas *malhas* atravessam diferentes lugares, nos quais a existência das entidades é performada.

Em vez de lugares “confinados”, nosso campo é compreendido como um campo de práticas (BISPO, 2013; 2015). Em vez de determinarmos localizações específicas no planejamento prévio da pesquisa, permitimos que as práticas acompanhadas nos levassem a locais em que elas se desdobram e onde os atores são formados, transformados e estabilizados (LAW; SINGLETON, 2013).

Relembremos que nosso propósito, nesse estudo, é propor uma forma de compreender o modo de organizar presente nas práticas da CSab. Nossa escolha por iniciar mediante o acompanhamento das chamadas “atividades de formação”, nesse sentido, não significa uma opção por enfatizá-las como único centro de nossas atenções ao longo de toda a pesquisa. Nossa

³¹ Essa mesma *dispersão espaço-temporal* é uma das razões que levam autoras como Czarniawska (2017) e Bueger (2014), a evitarem o uso do termo etnografia para se referirem a investigações baseadas na prática. Esse aspecto seria, conforme essas autoras, uma questão importante na diferenciação desses estudos, preocupados em compreender um campo ou comunidades de prática, interessados em modos de trabalhar e não em estudar nações ou pessoas (CZARNIAWSKA 2017; BUEGER, 2014). Haveria uma particularidade em termos de foco e de ênfase, uma vez que esses estudos não estariam preocupados em explicar cultura, “ethno” ou “antropos”, mas focalizar certas práticas ou projetos. Essas autoras aderem a termos como *etnologia* e, seguindo Mol (2002), *praxiografia*, como formas de se reportarem ao trabalho de campo que julgam adequado aos estudos baseados em prática, enquanto reconhecem a inspiração antropológica incorporada nesses trabalhos.

Compreendemos que essa distinção faz sentido se tomamos a etnografia como uma tradição de pesquisa que exige, tal qual em estudos mais “clássicos”, a ideia de um trabalho de campo realizado em locais confinados, ou que ambicionam a noção de etnografias como *descrições totais*. Porém, pensamos que podemos manter a ideia de orientar-se pela tradição etnográfica se compreendemos que essa tradição não está associada a um modo fixo de pesquisa, mas tem se caracterizado pela *pluralidade de perspectivas* (SPENCER, 2007). Dentre os debates que têm movimentado esse campo, estão os estudos etnográficos que se distanciam do “modelo de etnografia total” (JAIME JÚNIOR, 1993; 2003), e se voltam, por exemplo, para a análise de determinados aspectos do grupo, rituais específicos ou mesmo práticas. Compreendendo dessa forma, portanto, o presente estudo não deixa de ser um trabalho etnográfico e não há razões para deixar de adjetivá-lo como tal.

estratégia de pesquisa, pelo contrário, pressupõe que essas atividades se encontram conectadas a outras. Assim, entendendo que “qualquer prática está imersa em uma rede de práticas” (FELDMAN; WORLINE, 2016, p. 10), tomamos esse caminho como forma de perceber interconexões que nos levem a outras partes do arranjo que procuramos explorar.

Uma vez que nossa atenção se dará sobre esses arranjos de atividades como *loci* de vida organizacional (BOXENBAUM *et al*, 2018), não temos a pretensão de explorar a fundo os detalhes referentes a uma única prática específica, naquilo que Nicolini (2009) chama *zooming in* sobre a *granularidade* de uma prática. Embora, a exemplo do modo como abordamos as atividades de formação, nós estejamos interessados em compreender os participantes que elas mobilizam e identificar características que elas manifestem, nosso esforço maior se voltará para o trabalho de *seguir as conexões entre diferentes práticas*. A ênfase estará em identificar eventuais associações entre elas, no tempo e no espaço, bem como explorar o modo pelo qual essas conexões são forjadas e mantidas, num processo mais próximo daquilo que Nicolini (2009) chama de *zooming out*.

3.5 Questões de escala e de contexto

A nossa opção metodológica nos leva à necessidade de mais um esclarecimento quanto ao que poderíamos chamar de *escala*, seja em termos temporais ou espaciais. Não faz parte de nosso método definir qualquer limite de tempo ou de espaço para restringir as práticas sob nosso interesse. Em outras palavras, não nos preocupou delimitar um horizonte de tempo ou de espaço para a identificação das interconexões que seriam levantadas naquele esforço de *zooming out* a partir das atividades de formação. Alinhamo-nos à ideia de que prática é um *conceito aberto em escala* e que estudar um conjunto de práticas não significa explorar igualmente toda a sua complexidade (BUERGER, 2014; CZARNIAWSKA, 2017). A orientação, portanto, foi seguir as redes de associações que a pesquisa empírica desdobrasse, sem antecipar maiores filtros de relevância que pudessem comprometer o princípio da *livre associação*.

Tal qual essa ausência de organização de escala no nosso planejamento da pesquisa, também evitamos qualquer princípio organizador que definisse esquemas do tipo micro-macro, local-global ou mesmo interno-externo. Certamente, a noção de *contexto* é uma presença marcante em muitas pesquisas etnográficas (INGOLD, 2008; 2014; JAIME JÚNIOR, 1993; 2003), mas essa tradição de pesquisa também tem assistido a esforços para redefinir e reconceitualizar contexto (BATE, 1997; SPENCER, 2007). No nosso caso, essas diferenças de escala e a formação de configurações diversas são compreendidas como *efeitos* das associações

praticadas (LATOUR, 1999; 2012; LAW; MOL, 2011; LAW; SINGLETON, 2011), indicando que contextos como totalidades, assumidas a princípio, impediriam uma adequada compreensão dos arranjos compostos pelos próprios atores. Local e global são, por conseguinte, efeitos das associações a serem rastreadas e suas eventuais considerações precisam ser formulados por meio do trabalho empírico, sem incluir na análise nenhuma dimensão de profundidade que possa antecipar explicações (NOBRE; PEDRO, 2010).

Nesse sentido, nosso estudo dispensa aquilo que Woolgar e Lezaun (2013) chamam de *recurso padrão ao contexto*, visto que, além do argumentado anteriormente, isso limitaria a nossa fundamentação empírica no tratamento do *enactment*, na medida em que anteciparíamos determinadas definições sobre o que um objeto é, por meio da “invocação de condições gerais, circunstâncias pictóricas mais amplas, origens e bases” (WOOLGAR; LEZAUN, 2013, p. 328).

Essa opção pela não contextualização presumidora de um *sistema político-econômico* no qual se insere o *locus* pesquisado ou um *contexto sociohistórico* local, regional, nacional e global (JAIME JÚNIOR, 2003), nos aproxima dos princípios daquilo que Marcus (1995; 2007) chama de *etnografia multisituada*. Conforme esse último autor, o caráter multisituado, quando presente na etnografia, diferencia-se do foco tradicional na localização única, ou seja, na focalização de um local delimitado, contextualizado como *parte de uma totalidade* que lhe é externa. Na etnografia multisituada, o esforço primordial está em “colocar questões para um objeto de estudo emergente, cujos contornos, locais, e relacionamentos não são conhecidos de antemão” (MARCUS, 1995, p. 102). Não há reivindicação à tradicional *relação local-global*, pois a ideia de global como contexto é colapsada em privilégio da tarefa de *traçar as conexões entre situações locais*, assumindo o global apenas enquanto “uma categoria emergente do argumento sobre a conexão entre locais” (MARCUS, 1995, p. 99).

3.6 O lugar do organizacional no campo

Nosso processo de entrada em campo, no presente estudo, tomou as *atividades de formação* realizadas por profissionais do Instituto Irapa como um importante ponto de partida, como dissemos anteriormente. Todavia, se isso não significou um lugar privilegiado para aquelas atividades, tampouco significa que aquela organização (a ONG) seja o ponto nodal de nosso interesse quando nos referimos ao *organizing*. Em termos metodológicos, caso ainda não tenhamos deixado suficientemente claro, isso implica dizer que nosso estudo não está alinhado à ideia de etnografia *em* ou *de* organizações, muito embora organizações (no sentido comum do termo) permeiem todo o nosso campo empírico.

É válido lembrar que um ator quase sempre mencionado quando o assunto é CSab é o Fórum Asa Brasil. Como já apresentamos em outro lugar, esse Fórum congrega centenas de ONGs, associações e sindicatos rurais, que se reúnem em torno da defesa da Convivência. São organizações, nesse sentido, que se encontram espalhadas por diversas partes do Semiárido, onde muitas têm décadas de atuação, como é o caso do Irpaa.

Esse instituto, como mencionado anteriormente, foi fundamental no nosso contato com a CSab. Quanto ao Fórum Asa, também, é impossível não mencioná-lo algumas vezes ao longo de nossa pesquisa. Para além deles, esse é um campo no qual há fundações de pesquisa, universidades, órgãos diversos ligados a governos estaduais, entidades com sede em outros países, dentre outros. Entretanto, nosso itinerário de pesquisa, no que pese seu intuito de abordar *processos de organizar*, não tomou qualquer *organização*, nesse sentido, como unidade de análise.

O foco primário de nossa atenção foram as *práticas*. São elas que determinam, como efeitos, as organizações, e não o contrário, visto que as compreendemos como um modo de *organizing* (BISPO, 2015). Em outras palavras, trata-se da opção por uma forma de teorização que estabelece o fenômeno organizacional como efeito de arranjos complexos em “uma textura de práticas interconectadas” (NICOLINI, 2009, p. 1392).

Seguimos, dessa forma, as recomendações de Clegg (2006), quando afirma que devemos nos deslocar, em termos metodológicos, em direção aos processos através dos quais uma organização existe, para as zonas cinzas ambivalentes em que estão as micropráticas de *organizing*. Na medida em que esse entendimento nos permitiu um modo específico de formulação de nossos tópicos de interesse, ele também nos conduz a modos específicos de engajamento em campo e formas particulares de relacionamento entre a teorização e os dados etnográficos (YANOW, 2009; CZARNIAWSKA, 2012).

A ideia de abordar o organizacional em seus processos - e não compreendê-lo como delimitado em unidades discretas (organizações) – alinha o nosso estudo, portanto, às pesquisas inspiradas pela etnografia *envolvendo* organizações, mas não *de* organizações (VAN MAANEN, 2011). Aqui, a estratégia para a abordagem do processo de organizar requisitou que trouxéssemos para o primeiro plano as práticas que pretendíamos investigar e não configurações supostamente estáveis, as quais desejamos compreender e não assumir como elemento explicativo. Significa dizer que o campo, para o trabalho etnograficamente orientado, não esteve constituído por qualquer organização escolhida enquanto unidade de análise

privilegiada, embora não se tenha ignorado que tais organizações sejam elementos relevantes nos arranjos de práticas interpretados.

3.7 Questões de reflexividade sobre o trabalho de campo

Certamente, os resultados aos quais chegamos, no trabalho ao qual nos propusemos, é inseparável de nossas escolhas em termos metodológicos e do lugar que ocupamos em campo, não apenas em termos de nossa conduta durante o processo, mas, especialmente, em decorrência mesmo de quem somos e das expectativas que isso pode suscitar entre os demais. Dentre as muitas questões que, a esse respeito, mereceram nossa consideração durante o percurso, procuraremos discorrer sobre algumas, a seguir.

Como temos observado na discussão do presente capítulo, o modo como se deu nosso contato com o campo nos levou a realizar uma pesquisa com um ponto de partida muito específico: a região em volta de Juazeiro e atividades que envolvem profissionais da ONG Irpaa. Isso pode parecer problemático em face de um objeto de estudo que tem forte vinculação a uma região de dimensões geográficas tão amplas como o Semiárido brasileiro. Afinal, estamos nos referindo a uma região com mais de 1 milhão de km², com mais de 1,2 mil municípios e dezenas de milhões de pessoas.

A diversidade de territórios nessa região não é nada desprezível e, neles, não podemos presumir que a CSab tome exatamente os mesmos contornos. Isso, contudo, não se configurou como uma dificuldade para nosso empreendimento de investigação, desde que nossas preocupações estão em particularidades e nossa orientação ontológica nos distancia da ideia de perseguir homogeneidades, alinhando-nos à obsessão da TAR por *especificidades* e *multiplicidades* (LAW; SINGLETON, 2013; WOOLGAR; LEZAUN, 2013).

Dito de outra maneira, os resultados de nossa trajetória, enquanto inseparáveis dos lugares e práticas singulares em que estivemos, não estão limitados pela fragilidade representativa dos dados com os quais lidamos. Essa suposta fragilidade só poderia ser tomada como tal desde que abandonássemos nosso pressuposto de que práticas singulares *enactam* objetos singulares. Mantendo nossa compreensão quanto à multiplicidade ontológica do mundo, nossa preocupação esteve em assegurar os esforços para que os nossos dados permitissem produzir uma boa compreensão sobre as práticas que estudamos, entendidas como irreduzíveis a qualquer agregação que pretenda homogeneizá-las com outras.

A denominação “práticas de CSab”, desse modo, pretende somente fazer menção ao nosso campo mediante uma denominação que tem uso entre os próprios atores. Não implica,

todavia, que as tenhamos tomado como *reproduções locais de um conjunto homogêneo de atividades que se deem em todo o Semiárido*, sob esse rótulo. A suposição de que o Fórum Asa Brasil, por exemplo, constitua um aglomerado de formas de praticar a mesma CSab não fundamenta o presente trabalho, embora se reconheça a circulação de elementos comuns entre aquelas formas.

Além disso, mesmo entre as práticas que acompanhamos em campo, nossa atenção muitas vezes esteve nas diferenças e não na repetição de padrões, como poderemos deixar mais claro no capítulo 4. Os dados que produzimos, nesse sentido, não procuram atender a critérios de representatividade quantitativa, mas de alinhamento ao nosso problema de pesquisa. Começando por Juazeiro e pelas atividades que envolvem o Irpaa, portanto, estamos sob uma realidade tão específica quanto estaríamos por qualquer começo. Então, importou apenas que os nossos dados nos fossem úteis para compreender o modo singular pelo qual as especificidades em nosso campo *enactam* ontologias também singulares, as quais são distintivas dos processos de organizing que ocorrem em suas práticas.

Ao afirmar que práticas são ontologicamente generativas, temos que incluir nesse entendimento os efeitos de nossas próprias práticas de pesquisa (MOL, 1999; 2002; LAW; MOL, 1995; LAW; URRY, 2004; LATOUR, 2012; 2013). Não podemos supor que, enquanto as práticas que estudamos são ativas na produção do mundo, as nossas apenas constituem um registro de um mundo externo com o qual nossas descrições seriam diretamente correspondentes. Trata-se, por conseguinte, de tomarmos o *caráter performativo de nossos próprios textos* (LINSTEAD, 2017; MOL; LAW, 2004; LAW; SINGLETON, 2000; 2013).

Assim, dizer que nosso trabalho é fortemente empírico em sua orientação etnográfica não colide com a consideração de que os resultados aos quais chegamos são decorrentes de uma “sensibilidade seletiva” (LAW; SINGLETON, 2013). As descrições que produzimos a partir de nossos dados envolvem, necessariamente, escolhas quanto ao que seguir nas cenas que acompanhamos, o que deixar fora e como contextualizar, não no sentido do “recurso ao contexto padrão” (WOOLGAR; LEZAUN, 2013), mas na perspectiva de que todas as descrições “descrevem em modos particulares” (LAW; SINGLETON, 2013, p. 500), produzem distintos *frameworks*.

Isso torna oportuno manifestarmos mais explicitamente algumas reflexões sobre o modo *como* estivemos em campo, além do já manifestado sobre os locais *onde* estivemos. Acreditamos que vários aspectos favoreceram-nos compartilhar de experiências com os demais

atores com os quais interagimos, não obstante seja pouco realista dizer que vivemos essa experiência *tal qual* um deles.

Muito embora eu tenha minha origem na agricultura familiar, é preciso considerar que para muitas das pessoas com as quais interagimos, agricultura familiar não é um mundo na *origem* de suas trajetórias, é uma *condição muito presente* em suas práticas. Agricultores, sejam aqueles com quem estivemos em suas propriedades e comunidades rurais ou em outros espaços durante cursos de formação, por exemplo, estão cotidianamente imersos em processos específicos, nos quais nossa participação em alguns momentos não nos torna “um deles”.

Em nossas interações, ao me apresentar como filho de agricultores, vindo do Ceará, eu procurava ser recebido como alguém que entendia algo daquele mundo, não apenas pela origem na vida rural, mas porque esse rural era cearense e, portanto, semiárido. Isso, contudo, certamente não tornou invisível o “professor universitário” ou o “estudante de doutorado”, cuja ausência de calos nas mãos denunciava ter na agricultura familiar não mais do que *origens*. Por outro lado, essas mesmas raízes possibilitaram circular, sem embaraços, por entre dizeres e fazeres que mobilizavam elementos que me eram, então, razoavelmente conhecidos.

O modo como agricultores e profissionais especializados se referiam a plantas, animais, construções, equipamentos ou fenômenos “naturais” não me impunha barreiras para a interação. Quando Seu Pedro mencionava o *pai de chiqueiro* ou me falava de épocas em que *as chuvas faziam a barragem sangrar*, por exemplo, eu não precisava pedir esclarecimentos para entender que ele estava falando, respectivamente, algo sobre o bode reprodutor que ele possuía no seu rebanho caprino e sobre chuvas capazes de fazerem a represa da localidade encher e transbordar.

Posso dizer o mesmo quanto a tarefas e procedimentos que são comuns naquele mundo, a exemplo do manejo de instrumentos de trabalho como facões ou enxadas ou da necessidade de cortar pastagens ou lidar com animais. Eu podia, nesse sentido, ouvir a orientação de que era preciso cortar alguns “pés de leucena” e saber não apenas qual daquelas variedades de plantas à minha frente eu precisaria decepar, mas também demonstraria alguma destreza para empunhar o facão e saberia a altura adequada da planta a ser cortada. Ou ouvir instruções sobre o processo de armazenamento de forragens em fenos e silos e compreender que se tratava de modos de guardar alimentos para fornecimento aos animais.

Alguns momentos do trabalho de campo, entretanto, tornaram evidente que não bastava aquele tipo de desenvoltura para retirar de cena o “acadêmico”, aos olhos dos nossos interlocutores. Durante uma das “formações” acompanhadas, após dias participando das

atividades junto a um grupo de jovens agricultores, uma das profissionais do Irpaa entrou no salão onde eu estava com alguns integrantes da turma. Após um cumprimento geral, ela disse um “bom dia, professor!”, dirigindo-se a mim. Alguns jovens ali, mesmo após alguns dias de convivência, olharam com um certo estranhamento: “ah, você é professor?”. Provavelmente, esses jovens estiveram pouco atentos quando das apresentações iniciais. Ou, o que também é provável, minha conduta durante a experiência pode ter tornado a informação pouco relevante a ponto de ter sido aparentemente esquecida até aquele “bom dia”. Em outros momentos, o modo de tratamento dispensado a mim por integrantes do Irpaa surtiu efeito semelhante. Isso foi pouco recorrente, mas me fez pensar que eu deveria ter alinhado, com aqueles profissionais, o entendimento de que eles não deveriam me dispensar aquele tipo de cumprimento.

Nas turmas de formação, em que eu participava como “formando” e também como “facilitador”, procurava manter uma convivência mais espontânea possível com todos. Com os outros “formandos”, eu buscava participar dos diálogos usando o linguajar compartilhado por eles, integrar as equipes de trabalho, realizar as mesmas atividades e me vestir do modo bastante próximo ao deles. Durante as atividades em que as turmas ficavam hospedadas no Centro de Formação mantido pelo Irpaa, em uma propriedade rural afastada da cidade, eu também permaneci no local durante a mesma quantidade de dias que as turmas permaneceram. Nas formações mais longas, foi possível construir relações de amizade, fazendo-me conhecer pelo nome e conhecendo os demais da mesma forma. Isso permitia que eu me envolvesse em diálogos com grupos pequenos ou apenas a dois. A maioria parecia apreciar falar sobre suas comunidades de origem e eu recebi muitos convites para conhecê-las.

O convívio com os profissionais do Irpaa, nesses dias de formação, não parecia ser motivo de estranheza para os demais, isto é, ser visto dialogando com os “facilitadores” não parecia gerar nenhum estranhamento. Isso pode ser atribuído ao fato de que aqueles profissionais também tinham uma conduta de estarem bastante próximos dos “formandos” nesses ambientes, envolvendo-se em diálogos descontraídos durante os momentos de lanches, refeições e outros horários livres de atividades teóricas ou práticas. O modo de se portarem, permanecendo bastante tempo entre os participantes das formações, parecia estimular quase todos a terem momentos de conversa com eles. Além disso, como algumas formações duram semanas, havia significativo tempo de convívio para aquelas interações, em um clima agradável e descontraído.

Em algumas atividades didáticas realizadas durante as formações, eu sentia a necessidade de equilibrar minha presença entre os extremos do excesso de participação e de

não participação. Isso se dava principalmente naquelas tarefas, realizadas em equipes, que exigiam habilidade de elaboração textual, de escrita ou de argumentação sobre assuntos específicos. Participar demais soava como restringir o espaço para que os formandos se expressassem a partir de suas próprias experiências e poderia ser visto, também pelos integrantes do Instituto, como um problema pedagógico a ser contornado. Por outro lado, não participar seria indicativo adicional de que eu era um “falso” participante dos cursos e talvez estivesse ali para monitorar as atividades.

Então, eu procurava participar desses momentos de modo a não interferir muito. Participava das discussões sem procurar antecipar formulações elaboradas, enquanto estimulava os demais a apresentarem suas considerações sobre os assuntos solicitados pelos “facilitadores”. Na maioria das vezes eu consegui estimular as conversas enquanto me dispunha a fazer anotações dos diálogos que, posteriormente, serviriam para que o grupo elaborasse as formulações que iria apresentar para os demais participantes. Mas, isso nem sempre foi fácil. Alguns profissionais do Irpaa chegaram a solicitar que eu fosse mais ativo, enquanto outros propuseram que eu limitasse minha participação, a fim de garantir que os demais se expressassem de seus próprios modos.

Nas relações com os integrantes do Irpaa, por sua vez, para além desses momentos específicos de formação, pode ter gerado alguns contratempos a decisão por não delimitar, de início, o tipo de atividades que eu acompanharia. Algumas vezes, a diversidade de eventos acontecendo simultaneamente fez com que eu tivesse que recusar alguns convites para colaborar em determinadas tarefas, porque havia escolhido acompanhar uma equipe específica em outro lugar. Ainda, a oferta que fiz ao negociar meu acesso a campo, dispondo-me para auxiliar em tarefas como a condução de momentos específicos nos cursos de formação, pode ter gerado, para alguns, expectativas quanto a uma disponibilidade maior do que pude manter, embora tenha sido possível atuar como “facilitador” por algumas vezes, além de prestar algum auxílio em momentos como visitas a cooperativas e associações.

Não se tratava, porém, de uma expectativa generalizada e nem primordial para assegurar minha permanência junto aos atores, visto que a relação com eles não estava ancorada apenas naquilo que Cunliffe e Alcadipani (2016) chamam de *perspectiva transacional* na relação entre pesquisador e os participantes da pesquisa, sustentada sobre a ideia de uma agência contratual com trocas recíprocas. Podemos dizer que nossa relação com o campo se deu mais numa perspectiva que aqueles autores chamam de *relacional*, em que a pesquisa se insere num relacionamento de longo-prazo com o campo, havendo envolvimento pessoal e uma relação

engajada por parte do pesquisador, mediante o desenvolvimento de valores como integridade, mutualidade e confiança. É preciso que se diga, porém, que esse modo de se relacionar com o campo varia na interação com diferentes participantes da pesquisa. Essa mutualidade ou a compreensão de mútuo engajamento não se deu por igual em todas as interações e precisou ser paulatinamente estendida na medida em que nos movimentávamos em campo.

Parecia haver, da parte de alguns atores, uma certa valorização da atividade de pesquisa que eu desenvolvia, talvez porque julgassem que os resultados dela poderiam vir a contribuir para a visibilidade de suas práticas em outros ambientes. Outros, entretanto, pareciam pouco convencidos de que isso tivesse alguma importância para suas atividades. Essa impressão não foi objeto de qualquer conversa entre nós, mas eu supus que esse tipo de ambivalência teria relação com o fato de que a atividade acadêmica, nas universidades, quase sempre se orienta por um idioma diferente do que ocorre naquelas práticas. Então, há um certo ceticismo quanto à contribuição de pesquisas acadêmicas para aquele campo, que, por outro lado, convive com alguma expectativa de que essas mesmas pesquisas possam colaborar na defesa de suas pautas.

Essa ambivalência não chegou a gerar entraves significativos ao trabalho de campo. Todavia, foi necessário manter a devida atenção quanto a essa questão, visto que os atores vinculados à organização são muitos e se a minha relação com alguns conta com o benefício de uma trajetória de longo prazo, em que alguma confiança foi construída, é claro que isso não se estendia a todos na mesma intensidade. Estar “continuamente sensível a atitudes de suspeição e de confiança” (CUNLIFFE; ALCADIPANI, 2016, p. 14), nesse sentido, foi necessário ao percurso, numa contínua negociação e renegociação do acesso e da permanência em campo. Quando alguma atitude era entendida como sinal de suspeição, portanto, eu procurava dialogar com o ator em questão, de modo a esclarecer sutilmente sobre a pesquisa e evidenciar minha presença de longa data naquele campo. Isso, em geral, mostrou-se suficiente para evitar maiores problemas.

3.8 Sobre a análise dos dados e a apresentação dos resultados

Uma vez produzidos os dados ao longo de nossa trajetória em campo, nós os organizamos conforme o tipo de atividade ao qual eles *predominantemente* se referiam. Nesse estágio, os dados observacionais (diários de campo, fotografias, vídeos e registros de áudio) foram os inicialmente agrupados e, a partir deles, fomos segmentando dados oriundos de fontes documentais e de entrevistas, também conforme o tipo de atividade às quais estavam associados.

Em um primeiro olhar sobre esses dados agrupados, nossa atenção se concentrou na *identificação dos elementos que se mostravam relevantes para o desenvolvimento das atividades correspondentes, estudadas no campo, e para as conexões entre esses elementos, naquelas atividades*. Em muitas das vezes, no percurso dessa identificação, o trabalho sugeriu o refinamento e/ou acréscimo de informações a respeito dos elementos identificados. Isso exigiu recorrer a releituras atentas das notas de campo, a um novo exame de fotografias, vídeos e registros de áudio, à revisão do material resultante de entrevistas e a novas análises do material documental. Ademais, quando se percebeu a insuficiência de informações para uma compreensão razoável de determinados tópicos, buscamos incluir documentos adicionais no conjunto de dados, o que foi possível na medida que encontrávamos novos materiais, sobretudo coletados em sítios na *internet*.

Uma vez que essa análise inicial permitiu a identificação de *atividades*, seus *atores participantes* e *conexões entre esses atores*, procuramos, em um segundo momento, selecionar trechos dos diários de campo que, juntos, pudessem contribuir para formar narrativas sobre aquelas atividades. O critério de seleção exigiu que os relatos evidenciassem, no curso de determinadas ações, a participação daqueles ingredientes e aquelas conexões que havíamos anteriormente identificado. Esse processo de seleção permitiu, à luz de um retorno aos dados agrupados, reavaliar a pertinência de manter determinadas compreensões sobre as atividades identificadas, seus atores e suas cadeias de associações. Assim, ao passo que a seleção se dava, também pudemos refinar os entendimentos anteriores a partir da supressão de determinados aspectos eventualmente considerados equivocados e da inclusão de outras considerações que não haviam sido formuladas no estágio anterior. Só após esse trabalho, é que passamos a lidar com um volume menor de material empírico, agora restrito aos *trechos de diários selecionados*, com as devidas indicações, para cada um deles, de materiais que lhes complementavam (documentos, fotos, vídeos e trechos de entrevistas).

Na medida em que esse material trabalhado delineava algumas narrativas sobre a experiência em campo, pudemos compreender que havíamos desdobrado importantes redes de associações entre partícipes heterogêneos (pessoas, textos, animais, plantas, equipamentos, técnicas, lugares, memórias, etc), nas trajetórias do campo de práticas que estávamos estudando. Isso nos permitia, então, uma razoável descrição do campo e também possibilitava tecer algumas declarações sobre suas *peculiaridades*, indo além da menção ao caráter diverso dos ingredientes que o compõem e das conexões espaço-temporais que se apresentam entre eles.

Se os agrupamentos selecionados eram suficientes para o intuito de “desdobrar as redes”, por outro lado não pareciam bastar para o desafio de qualificar aquelas práticas quanto às suas singularidades ontológicas, algo necessário para distinguir qualitativamente o *modo de organizar* que elas performavam. Isso exigiu, na sequência, examinar as narrativas construídas na primeira parte do trabalho, mediante o uso do dispositivo metodológico sugerido por Latour (2013): a *preposição*.

Guiando-nos pela proposição latouriana, por conseguinte, concentramo-nos em voltar ao material agrupado em busca de verificar a eventual manifestação dos três elementos da *preposição*, de modo consecutivo. Isto é, só faria sentido buscar o segundo elemento se encontrado o primeiro, bem como só poderíamos nos deter na tarefa de encontrar o terceiro, caso os dois anteriores estivessem devidamente localizados.

Esses elementos, necessários à identificação de uma preposição específica: as evidências *erros de categoria* (ou conflitos), sugerindo o cruzamento entre trajetórias de existência ontologicamente distintas; os *hiatos* ou *gaps* presentes na trajetória de nosso campo de práticas e que precisam ser cruzados de um modo próprio, a fim de que o campo exista como tal; e *condições práticas de verificação*, que tornem o nosso campo capaz de produzir de valores singulares. Cumprida essa tarefa, referente à identificação dos componentes dessa tríade, procuramos identificar partes do material trabalhado (as narrativas construídas a partir do material empírico da pesquisa) que se mostrassem úteis em explicitar textualmente a presença dos erros de categoria, dos hiatos e das condições práticas de verificação encontrados.

Num estágio posterior, sobrepondo os agrupamentos de materiais realizados até então, passamos a ter os dados de campo relativamente codificados quanto ao tipo de evidência que eles nos permitiam explorar (*atividade* do campo de práticas; *partícipes* da atividade; *conexões* entre elementos; *erros de categoria*; *cruzamentos de gaps*; e *condições de verificação*). Evidentemente, determinadas partes desse conjunto de dados foi codificada com mais de uma dessas categorias analíticas, por permitir explorar duas ou mais evidências dentre aquelas que nos interessavam. Essa codificação mútua ocorreu, predominantemente, com os trechos dos diários de campo, mas se estendeu aos demais tipos de dados na medida em que todos os outros tipos estavam associados a alguma parte de nossas observações em campo, visto terem sido essas últimas o nosso ponto de partida na investigação empírica.

Após esse trabalho, que permitiu reunir e organizar as evidências empíricas que nos permitiriam falar de nosso campo, de modo a atender ao que havíamos proposto com a investigação, ocupamo-nos do esforço de completar a travessia *em direção ao texto*. Em outras

palavras, restava o desafio de expressar nossos achados de modo a comunicar nossas considerações sobre as práticas estudadas em um texto inteligível, que igualmente cumprisse o propósito de falar sobre as peculiaridades daquele campo, de numa maneira adequada, de modo a lhes fazer justiça.

Nesse estágio final, resolvemos organizar nossas considerações ancorando-as, de modo mais visível que pudéssemos, nos trechos de relatos da experiência de campo associados às categorias analíticas a serem abordadas. Visto que um mesmo trecho poderia ser ancorado às considerações sobre mais de uma categoria, procedemos a uma nova organização do material codificado, com vistas à construção do texto.

Assumindo o critério de produzir um texto razoavelmente didático, passamos a priorizar uma codificação, dentre as existentes, para cada relato, enfatizando a categoria analítica que avaliamos estar mais intensamente relacionada a ele. Isso, ao mesmo tempo, funcionou como uma indicação de qual parte do texto, que se encontrava em construção, mostrava-se mais pertinente para incorporar o uso daquele material codificado.

Passamos, então, a revisar a redação das narrativas sobre a experiência de campo, dentre as selecionadas e codificadas, no intuito de obtermos um acabamento mais apropriado à apresentação dos achados no texto que comunicaria os resultados da pesquisa. Não incluímos, nessas narrativas, quaisquer elementos além dos identificados em campo. Apenas melhoramos a versão contida nos diários, aperfeiçoando a redação e acrescentando itens capturados quando da revisão do material complementar (como fotos, vídeos e registros de áudio), referente aos seus respectivos relatos. Os itens associados, que, por sua vez, foram encontrados em documentos e entrevistas, mas que não foram explicitamente manifestos quando da experiência de campo, foram reservados às considerações textualmente tecidas fora dessas narrativas e apresentados sequencialmente a elas, no corpo do capítulo 4.

Feito isso, selecionamos alguns dos relatos aprimorados, abrindo mão daqueles que avaliamos como de menor potencial ilustrativo, e os agrupamos em conjuntos que, além de compartilhar a mesma codificação prioritária, também permitem encadear uma narrativa coerente sobre uma parte da trajetória de pesquisa. Esses conjuntos de relatos descritivos encontram-se expostos no capítulo 04, mais adiante, intercalados pelas nossas considerações adicionais sobre as categorias a que eles se referem.

Trazer alguns desses relatos descritivos para o texto final tem o propósito de dar maior *multivocalidade* ao trabalho resultante, de torná-lo *polifônico* (SPENCER, 2007; JAIME JÚNIOR, 2003; 2017). Isso também permite uma tentativa de configurar nosso texto como

aquilo que Bate (1997) chama de *janela para a experiência*. Ainda, o fato de serem descritivos não deve ofuscar o caráter analítico e interpretativo que toda descrição contempla, na medida em que descrever também é um ato performativo (LATOURE, 2012; 2013; LAW; SINGLETON, 2013).

Assumir essa performatividade na pesquisa e nos textos que dela resultam significa compreendermos que se aplica às nossas práticas a mesma dimensão política que envolve o *enactment* em todas as práticas. Isto é, a multiplicidade ontológica do mundo é indissociável das preferências dos atores. Se a ideia de que a pluralidade de “visões de mundo” pode conviver com uma abrangente tolerância e não implicar escolhas, o mesmo não se pode dizer quando concebemos o próprio mundo como múltiplo (MOL, 1999; 2002).

Nas palavras de Woolgar e Lezaun (2013, p. 326), assumir tal caráter performativo leva um estudo a incorporar, mais intensamente, preocupações normativas e desejos de intervenção, associados ao questionamento do tipo “em qual mundo você gostaria de viver, e o que você pode fazer para trazer esse mundo à existência?”. Nesse sentido, o esforço para descrever, com a maior fidelidade possível, as experiências vividas em campo e para formular compreensões fiéis a essas experiências, não expurga as referidas preocupações e desejos.

É com entusiasmo, portanto, que enxergamos o caráter performativo dos resultados de nossa pesquisa, conforme apresentados nas páginas que seguem.

4 A Convivência com o Semiárido a partir do campo de práticas: apresentação e discussão dos dados produzidos

“Quando se vem vindo sertão adentro, a gente pensa que não vai encontrar coisa nenhuma”³².

No presente capítulo, temos o propósito de apresentar o campo pesquisado, a partir dos atores heterogêneos que o permeiam e suas cadeias de associações, além de caracterizar a singularidade dos modos de conexão que encontramos nas experiências estudadas. Com isso, discorreremos sobre os processos de *montagem local de organizings* que envolvem as atividades pesquisadas. Nesses processos encontraremos, como efeitos, a estabilização de práticas, nas quais são performadas as multiplicidades ontológicas que as singularizam.

Adotamos uma orientação ultra-empírica para guiar a pesquisa, lidando com a “lógica concreta” das quais participam os elementos envolvidos nas práticas estudadas. Por essa razão, houve um esforço para que esse capítulo se constituísse a partir de vários relatos da experiência em campo, numa tentativa de trazer à cena uma compreensão mais clara do mundo dos atores com os quais interagimos.

Não se trata de isentar tais relatos dos repertórios teóricos pelas quais abordamos os dados empíricos, mas de reforçar o emprego da teoria numa perspectiva de infralinguagem, capaz de preservar o modo com que os próprios atores descrevem seus mundos. Isto é, evitamos aqui a ideia tradicional de teoria como uma explicação do que seja a vida social, de modo apriorístico ao trabalho empírico, e buscamos fazer uso da teorização mais no sentido de explorar um vocabulário específico que nos guie pelo mundo em estudo.

Como viemos argumentando nos capítulos anteriores, nossa opção de ponto de partida para a entrada em campo foram as práticas, mas não naquilo que Schatzki (2001) chama de um

³² Guimarães Rosa. Buriti. In: Rosa, G. (2016). Noites do Sertão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

subdomínio específico, senão que nos guiamos pela ideia de abordar “um campo de práticas”. Mais interessados nas interconexões entre elas, não temos a pretensão de tratar exaustivamente de subdomínios específicos ou, como diria Nicolini (2009), de explorar a fundo a granularidade de uma prática em especial.

Ainda, nesse mesmo sentido, embora haja organizações presentes na nossa experiência de estudo, a ênfase deste trabalho esteve na tarefa de privilegiar as ações e interações pelas quais as organizações ocorrem. Organizações, dessa maneira, são mais uma *questão* do que um *dado* em campo, um dentre os vários estados estabilizados que nos propomos compreender melhor. Por isso, o uso do termo “organização” não está, no presente texto, carregado do significado recorrente que o associa a uma estrutura coerente de elementos, geralmente vista como ponto de partida para a explicação dos fenômenos. Quando muito, poderemos fazer uso do termo para designar entidades formais como a ONG Irpaa, um dentre os vários atores que participam dos processos de *organizing* abordados.

Dividimos esse capítulo em duas seções. A primeira inicia nossa discussão partindo da apresentação das heterogeneidades presentes nos fluxos e movimentos que se dão nas experiências sob nosso interesse. Algumas considerações já são apresentadas, nessa primeira seção (seção 4.1), a respeito da multiplicidade ontológica que se pode compreender no *enactment* das práticas em campo. Feito isso, a segunda seção (seção 4.2) propõe uma caracterização dessa multiplicidade, mediante o recurso de identificar *a preposição* que qualifica as redes de associações em uma determinada trajetória, *a la* Bruno Latour (2013). É por meio do recurso a esse método, que ousaremos explorar as singularidades ontológicas que tem lugar nas cadeias de conexões descritas na primeira seção.

4.1 Encontrando atores e/em atividades, na trajetória da pesquisa de campo

Nosso percurso em campo nos possibilitou diversas experiências em encontros com participantes da CSab. Essas experiências, ao tempo em que permitiram ganhar familiaridade com esses atores, também possibilitaram conhecer atividades nas quais eles se encontram envolvidos. Na verdade, esses dois elementos (atores e atividades) são inseparáveis em campo, de modo que seria pouco plausível declarar que se pôde compreender um sem que o mesmo se aplique ao outro. Desse modo, nosso itinerário metodológico não teve como propósito apenas nos colocar em condições de identificá-los, mas, sobretudo, conduzir-nos a momentos em pudéssemos estar *com os atores em atividade*.

Uma vez que, em momento anterior (capítulo três), já nos detivemos na discussão sobre os contornos do nosso trabalho de produção e coleta de dados, vamos agora dedicar alguns parágrafos para apresentar, de modo mais detalhado, um dos lugares de maior importância para a trajetória em campo. O motivo de trazermos uma apresentação mais detalhada desse lugar se deve ao fato de que, nas páginas seguintes, boa parte dos dados que escolhemos, como porta de acesso às redes que desdobramos, foram constituídos em experiências vividas ali. Estamos nos referindo ao *Centro de Formação Dom José Rodrigues* (CFDJR), uma propriedade rural do Irpaa, que está localizada na zona rural de Juazeiro.

Algumas vezes, os profissionais do Irpaa se referem àquele local como *Centro de Treinamento*, pois é ali que acontecem muitas das *atividades de formação* realizadas por eles. O Centro dispõe de uma área total de 30 ha, na qual há alojamentos, auditório, refeitório, áreas de cultivos e de criação de animais, dentre outras presenças, que participam das referidas atividades.

Mas, na maioria das vezes, aquele lugar é referido pelas pessoas como *a roça do Irpaa*. Na propriedade, há também famílias residindo permanentemente: elas praticam agricultura e criação de animais na localidade. Também, há uma *república de estudantes*, formada por jovens agricultores que residem ali enquanto estão cursando ensino técnico e/ou superior em alguma instituição de ensino do município de Juazeiro, quase sempre em cursos de Agronomia ou relacionados às ciências agrárias. A *roça* os auxilia na articulação teoria-prática durante seus estudos, enquanto também os abriga durante aqueles anos em que permanecem distantes de suas comunidades de origem.

Visto que serão muitas as vezes em que, ao longo do presente capítulo, faremos menção a esse lugar, vale a pena investirmos em proporcionar, nessa leitura, alguma familiaridade com o CFDJR. Por isso, apresentamos a seguir uma imagem aérea que nos permitirá indicar alguns elementos importantes na composição daquele cenário (Figura 4.1). Evidentemente, os pontos destacados não incluem todos os espaços do Centro, mas apenas aqueles que nos parecem mais centrais para a compreensão de eventos que estarão descritos nas narrativas ao longo deste capítulo.

Também, isso não significa que toda a nossa experiência de campo tenha sido vivida no espaço que a imagem apresenta, mas apenas que, como dissemos, o CFDJR consta na maioria dos relatos que selecionamos, numa tentativa de lidarmos, de modo razoavelmente didático, com a necessidade de tornarmos inteligível o nosso enredo. Podemos mesmo dizer que, da maneira como figura em nossa pesquisa, o Centro se aproxima daquilo que Latour (2012)

chama de *centro de cálculo*. Esse conceito, conforme Buerger (2014), faz referência a *loci* de atividades que permitem ao pesquisador a identificação ou visualização de grande parte dos elementos e processos relevantes no seu campo empírico. Conforme essa última autora, todavia, o conceito é pouco usado em trabalhos fora dos estudos da ciência e da tecnologia, campo original da TAR.

Enfim, embora não possamos dizer que planejamos nossa pesquisa tomando o conceito de *centros de cálculo* como princípio orientador, a trajetória de investigação mostrou que aquela *roça do Irpaa* constitui, de fato, um local de entroncamento no qual vários fluxos de atividades importantes se cruzam. Talvez, esses intercruzamentos ali se façam até mais visíveis do que aqueles que ocorrem no escritório do Irpaa, localizado na zona urbana de Juazeiro. Algumas razões para pensarmos desse modo poderão ser percebidas quando da leitura das descrições e análises que apresentaremos. Outras, podemos compreender desde já, mediante uma breve descrição dos pontos que selecionamos na Figura 4.1. Vamos a eles:



Figura 4.1: Vista aérea do CFDJR.
Fonte: <https://earth.google.com>

As áreas construídas na propriedade do CFDJR são, como podemos ver, espacialmente dispersas. Do ponto 1 (portão de acesso) ao ponto 11 (cultivo de pastagens para alimentação de cabras), são aproximadamente 500m de distância, percorridos pela estrada de terra que cruza aquele espaço. À direita do portão de entrada, temos algumas residências (ponto 2), habitadas pelas famílias rurais que vivem no lugar. Alguns metros à frente, encontramos um amplo

refeitório (ponto 3), contíguo a uma sala de estudos e a uma cozinha. Atrás desse ponto, há plantios de hortaliças, leguminosas e frutas, como se fosse um quintal bastante cultivado, que antecede os quartos da república estudantil (ponto 4). Esses cultivos se estendem até um pouco depois daquela república, incluindo também um galinheiro, coberto com um pequeno telhado e apresentando paredes vazadas, revestidas com telas de aço.

Mais distante dali, há o barreiro trincheira, um reservatório de água escavado no chão, em formato retangular (ponto 5). Para chegar até ele, é preciso seguir pelo caminho que atravessa uma área praticamente sem vegetação, de solos semi-descobertos. Esse espaço de chão quase nu contrasta com o verde em uma de suas laterais (ponto 6), onde há uma reserva de vegetação com espécies arbóreas de porte médio, estendendo-se até mais adiante (ponto 8). Serpenteando ao longo desse trecho (entre os pontos 6 e 8), há um riacho, cujas águas devem contribuir para manter verdejantes as árvores vistas na imagem, mesmo em períodos de estiagem³³.

Próximo dali, à esquerda da curva da estrada iniciada no portão, estão localizados os chiqueiros (ou apriscos) onde se encontra um rebanho de algumas dezenas de cabras (ponto 7). Também é ali, sob a copa de uma grande Umburana, que estão depositados os materiais utilizados na produção de adubo orgânico, destinado aos cultivos da propriedade e também como parte das atividades de formação, como logo veremos.

Mais adiante está o local que abriga atividades como reuniões e discussões, isto é, o auditório (ou salão), cujo telhado em formato quadrado (ponto 9), está ladeado pelas construções em formato retangular, os dormitórios. Nos fundos do salão, na área de solos pouco cobertos, está uma cisterna calçadão (ponto 10), cuja estrutura é constituída tanto pelo retângulo cinza sobre cuja imagem inserimos a marcação, quanto pela circunferência branca que lhe é adjacente. Também são cisternas as diversas circunferências brancas que se encontram próximas às construções do ponto 9. Elas são muitas no Centro e, apesar de não estarem muito visíveis na figura, também podem ser identificadas no entorno dos pontos 2, 3 e 4.

Certamente, essa breve descrição não encerra a diversidade de participantes de nosso campo empírico. Muitos deles, só encontraremos quando deixarmos essa imagem estática - que não é mais que um recurso inicial - e adentrarmos no mundo em movimento, posto em ação pelas práticas que o constituem.

³³ Não se trata de um riacho perene, mas apresenta cursos de água frequentes, em virtude de aquela região se encontrar entre perímetros irrigados com águas do Rio São Francisco. Desse modo, as águas escoadas dos grandes trechos de irrigação, que estão próximos, encontram no riacho um caminho para cruzar as terras do CFDJR.

4.1.1 Um primeiro olhar sobre variedades sociomateriais e suas conexões

Convidamos para uma observação sobre o que acontece quando atividades de formação são realizadas no Centro Dom José Rodrigues, espaço com o qual já nos familiarizamos, razoavelmente, através da subseção anterior. Optamos por fazer uso dos registros especificamente decorrentes do acompanhamento das atividades de formação, como porta de entrada para nos imiscuirmos na complexidade dos coletivos híbridos que abordamos. De modo razoavelmente didático, a variedade de elementos que encontramos nas atividades de formação proporciona certa riqueza de possibilidades para, desse ponto inicial, seguirmos por trilhas de outras evidências encontradas em outros momentos da pesquisa.

A seguir, temos a primeira narrativa selecionada para compor esse capítulo. Ela foi produzida a partir dos diários de campo e a utilizamos com o intuito de levar nossa atenção preliminar para alguns aspectos importantes do campo pesquisado. A partir de alguns recortes da experiência de investigação, portanto, começemos pela descrição de uma agradável atividade ao ar livre:

Quadro 4.1

Narrativa I

“Os doutores da Convivência”

São 16h30 do dia 13 de Julho de 2017. É o quarto dia da 25ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido (25ª EFCSA). Em um espaço a céu aberto e chão de terra, um engenheiro agrônomo, profissional do Irpaa, está de pé em frente ao refeitório do Centro de Formação Dom José Rodrigues, localizado em uma propriedade rural, em Juazeiro-BA.

O momento estava previsto na programação da 25ª Escola de Formação. O engenheiro porta uma folha de papel na mão, enrolada em formato cilíndrico e está rodeado por 50 jovens, homens e mulheres, todos de pé e portando cadernos e canetas, a fim de tomarem notas do que está prestes a acontecer. Apesar de ser quase fim de tarde e a temperatura estar relativamente amena, a maioria dos presentes protege-se do sol pelo uso de chapéu de palha sobre as cabeças. Eu sou um deles nessa turma. E, a partir daquele momento, atentamos para o que aponta, para o que diz e para o que faz o engenheiro.

Após uma breve apresentação pessoal, Alexandre (o profissional) informa que conduzirá o grupo em um percurso pela propriedade, a fim de conhecermos algumas tecnologias

de captação e armazenamento de água da chuva, que têm sido experimentadas ali. Há um clima de curiosidade e de animação!

Para iniciar, o profissional diz que quer nos fazer uma pergunta, visto que nos encontramos naquele Centro de Formação há mais de três dias, participando de discussões sobre a CSab. Ele fala: “Aqui, neste local, estamos entre três doutores da Convivência. Alguém saberia me dizer quais são?”

Os jovens não permitem que muitos segundos de silêncio sucedam à pergunta. “O Mandacaru!”, um dos presentes aponta. “O pé de Umbu”, destaca outro alguém. “E o pé de Juá!”, diz uma terceira participante. Rapidamente, essas três espécies de plantas, que circundam nosso grupo, são detectadas por todos os presentes: há ali, como se fossem vértices num triângulo imaginário, um *umbuzeiro* de porte médio sem folhas; um *juazeiro*, numa copa bastante frondosa e verde; e um esguio e alto *mandacaru* (Imagem 4.1, apêndice A).

Alexandre nos acena positivamente com a cabeça. “E vocês saberiam dizer qual a especialidade de cada um?”, ele indaga.

“O Umbuzeiro armazena água nas batatas dele, nas raízes”, sugere uma participante. “E perde folhas em boa parte do período seco”, acrescenta um segundo. “O Mandacaru é espinhoso, ele tem espinhos em vez de folhas pra não perder água por evaporação”, diz mais uma voz. “O Juazeiro vai fundo com a raiz para encontrar água no subsolo”, finaliza outra jovem.

“Ah, rapaz, aqui tem é um monte de doutor”, sorri o engenheiro, fazendo os demais se sentirem devidamente aprovados na arguição. E prossegue: “Então, vamos ao nosso percurso!”.

Começando a caminhar pela lateral esquerda do prédio do refeitório, o engenheiro é seguido por todos nós. Ele pára alguns metros adiante, aos fundos do prédio, onde há um plantio de leguminosas e verduras. Ali, uma estaca de madeira de cerca de um metro de altura está fincada ao chão e na sua extremidade superior está preso um pequeno recipiente de metal, obtido de uma embalagem como as de leite em pó, sem a tampa. “Esse é o pluviômetro, que nos ajuda a fazer a medição de cada chuva que cai aqui na propriedade. Quem de vocês já construiu um desses?” (Imagem 4.2, apêndice A).

Alguns dos jovens já possuem experiência com aquele tipo de pluviômetro. Juntamente com estes, o engenheiro explica o procedimento pelo qual, após cada chuva, uma régua é utilizada para verificar quantos centímetros alcançou a água acumulada no recipiente. “Cada centímetro que a água acumulada marcar na régua corresponde a um milímetro de chuva. E

cada milímetro de chuva significa que 1 litro de água, por metro quadrado, caiu naquele lugar”, ele esclarece.

Há algumas dúvidas, respostas e tomadas de notas, por alguns. Nosso especialista indica que o agricultor que possui o pluviômetro em sua propriedade deve esvaziar aquele recipiente após cada medição e manter uma planilha de registros, a fim de somar as quantidades anotadas periodicamente, possibilitando, por exemplo, saber quanto de chuva caiu na sua roça a cada ano.

“Vamos seguir”. Passando por entre o plantio, acompanhamos Alexandre até a próxima parada. Agora, estamos num campo menos cultivado, sem árvores, onde há uma profunda fenda retangular escavada no solo (cerca de 6m de largura por 25m de comprimento). Em dois lados da fenda, há terra amontoada, predominantemente de cor avermelhada, que foi removida quando da perfuração. No fundo da fenda, há certa quantidade de água acumulada, que, segundo nosso guia, foi originada das últimas chuvas no local. Sobre o monte de terra ao lado esquerdo, há uma placa de energia solar, conectada a um motor e a um conjunto de canos e mangueiras que parecem servir para bombear água daquele local para outras partes da propriedade (Imagem 4.3, apêndice A). “Por que esse reservatório hídrico tem esse formato?”, ele indaga.

Há certa hesitação entre os jovens. “Onde há mais perda de água por evaporação: em reservatórios profundos ou rasos?”, questiona Alexandre. “Em águas rasas”, indica uma participante. “Exatamente, vocês fizeram a experiência do copo e do prato”.

Ali, ao mencionar essa experiência, ele fazia referência ao fato de que, no segundo dia no Centro de Formação, um outro colaborador reuniu todos e depositou 400 ml de água em um copo sem tampa; 400 ml de água em um copo que em seguida foi coberto; e 400 ml de água em um prato, todos de vidro, deixando-os sobre uma mesa, a céu aberto, por cerca de 24 horas. Ao fim desse tempo, essas quantidades foram novamente verificadas, quando percebemos que o copo tampado praticamente não havia perdido água, que o copo aberto havia perdido certa quantidade e que a água do prato, por sua vez, havia sofrido a maior redução. Então, conforme discutido com a turma, aquilo indicava algo sobre o formato de reservatórios de água na região Semiárida: que os reservatórios mais profundos, e sobretudo os cobertos, mostravam-se mais apropriados.

“Essa fenda que estamos vendo aqui, se assemelha mais ao copo tampado, ao copo descoberto ou ao prato?”, pergunta o engenheiro. “Parece mais com o copo aberto”, afirmam vários dos presentes, quase simultaneamente. Alexandre explica que aquele é o chamado *barreiro trincheira*, cuja profundidade se contrapõe aos tradicionais açudes no Semiárido, que

costumam ter menor profundidade e acumular a água de modo mais espalhado, expondo-a mais às temperaturas quentes, aos ventos e ocasionando maiores perdas por evaporação. Ele explica, ainda, outros aspectos do barreiro trincheira, como a necessidade de localizá-lo em parte do terreno cujo declive favoreça o escoamento da água da chuva em sua direção e o requisito de que a profundidade alcance um solo de aspecto mais rochoso, dificultando o sumiço das águas depositadas, por infiltração.

O profissional aponta características do barreiro e do solo, visíveis na área da fenda aberta, para reforçar algumas afirmações. Questionamentos feitos e anotações realizadas, a turma segue o colaborador, após ele ter perguntado “E para reduzir ainda mais a perda de água, que tipo de reservatório a gente poderia ter?”. “Um reservatório coberto”, alguns respondem, enquanto caminham de volta em direção ao refeitório.

Mais alguns minutos e uma nova parada é feita. Ali, há uma construção branca parecida com o teto de uma igreja, em formato cônico, mas achatado na parte superior. Mediante a curiosidade dos jovens, o engenheiro conta que se trata de uma experiência realizada há quase 30 anos: uma cisterna produzida com tijolos de alvenaria e cal, com cerca de 2,5m de altura acima do solo. Ele mostra que aquela fora uma das variedades de cisternas experimentadas até que se chegasse ao modelo mais comumente conhecido pelos participantes: as cisternas de placas de cimento, em formato arredondado na base e completamente cônico na cobertura. Porém, tal qual essas últimas, o exemplar exposto tem destacada a sua característica de se constituir como um reservatório coberto. Nele, as águas são captadas de telhados, durante as chuvas, e mantidas no seu interior, ao abrigo das elevadas temperaturas da região.

Os jovens apresentam outras curiosidades sobre o reservatório, tocam nela com as mãos, abrem a porta de acesso ao seu interior, de onde se percebe que cerca de um terço da estrutura fica abaixo do nível do solo. Olham-na por dentro, conferem os dutos que conduzem a água do telhado até a parte interna, atentam para as explicações do engenheiro, tomam notas (Imagem 4.4, apêndice A). E seguem o percurso, sob a orientação do mesmo condutor.

Distanciando-se do refeitório, nosso agrupamento segue pela estreita estrada de terra, ainda no interior da propriedade, sempre com Alexandre à frente. Agora, são por volta de 17h10 e a luz do Sol já diminuiu bastante no lugar, com as sombras das árvores cada vez mais alongadas, à medida que o fim da tarde se aproxima. Agora, vamos em direção à parte do Centro onde estão o auditório e os dormitórios, a cerca de 300m do refeitório.

Nesse trecho, ladeando a estrada pela qual caminhamos, há áreas de vegetação nativa, plantios de pastagens, locais de preparação de adubo orgânico, equipamentos de trituração de

alimentos para animais, currais do rebanho de cabras, entre outras instalações, que não são alvo da exposição daquele momento.

A nova parada fica atrás dos dormitórios e lateral do auditório. Há uma outra cisterna ali, diferente da primeira. Distribuindo-se em torno daquele reservatório, os presentes ouvem que ela fora construída com cimento e telas de arame, tal qual as cisternas contemporâneas que muitos possuem nas suas residências. Diferentemente da anterior, essa cisterna não possui o formato de teto de capela, sendo redonda na base e apresentando uma cobertura achatada e sem altura, tal qual a tampa de uma panela. Semelhantemente à anterior, contudo, a captação de água também é feita por meio de dutos conectados aos telhados (Imagem 4.5, apêndice A). O engenheiro explica que os diferentes formatos fizeram parte de aperfeiçoamentos buscando maior resistência a rachaduras e vazamentos, bem como redução de custos.

Apenas a uns três metros dali, o guia chama a nossa atenção, minutos depois, para uma cisterna com pouco mais de um metro de altura acima do solo, bem mais baixa que as anteriores, mas também com captação d'água via telhados. Nessa cisterna, há uma estrutura anexa que consiste em um filtro de camadas carvão, areia e pedras, além de uma bomba manual, produzida com canos de PVC e utilizada na extração da água que se encontra guardada no seu interior. Ao pressionar a bomba com as mãos, a água sobe por sucção até a parte externa da cisterna, sendo ali jogada no filtro anexo. Dentro do filtro, a água bombeada atravessa as várias camadas de carvão, pedras e areia até escoar por uma torneira, onde é amparada em recipientes adequados e destinada para o consumo no auditório e dormitórios (Imagem 4.6, apêndice A).

Os jovens já se encontravam habituados a essa última cisterna demonstrada, visto que faziam uso dela desde sua chegada ao Centro, revezando-se em equipes diárias nas tarefas de verificar e repor o nível de água disponível nos galões dos bebedouros elétricos, instalados no auditório e no pátio dos dormitórios.

Já se aproximava das 18h quando o engenheiro nos convidou a conhecer a quarta demonstração, a uns 20 metros dali, em direção aos fundos do auditório. Uma cisterna bastante distinta, embora também construída a partir de telas de arame e placas de cimento. Apenas sua cobertura, em formato cônico, ficava aparente, acima do nível do solo. Ela se conecta a uma grande área retangular de solo coberto com cimento e cujas bordas possuíam uma elevação de cerca de 15 cm. Conforme explicava o engenheiro, essa área coberta, chamada de calçadão, possui a função que o telhado apresenta nos equipamentos anteriormente apresentados. O calçadão, desse modo, permite o escoamento da água da chuva para o interior do reservatório numa propriedade rural, em partes que não dispõem de construções com telhados.

Todas as cisternas que encontramos nesse percurso se encontravam pintadas com cal, assumindo a cor branca que tinham em comum. A cal, explicou o guia, é necessária devido as suas propriedades na manutenção da estrutura física da cisterna e para proteger a água guardada da proliferação de micro-organismos nocivos à saúde. Todavia, em vez do consumo humano direto, a água dessa última cisterna destina-se para a irrigação de hortaliças e pequenas leguminosas cultivadas em canteiros, ao seu lado, bem como para a alimentação de animais. Enquanto as anteriores são capazes de um armazenamento de até 16mil litros de água, essa última comporta até 52 mil litros. Por esses motivos, é uma cisterna conhecida como “de produção”. Ali, uma bomba elétrica e uma mangueira conduziam a água até os canteiros ou tanques (Imagem 4.7, apêndice A).

Sob os últimos raios de sol do dia, alguns jovens em pé pelo calçadão, outros sentados nas bordas dele, fazem as últimas indagações junto ao condutor do percurso, e realizam suas últimas anotações. Alguns fotografaram as instalações visitadas enquanto o engenheiro encerrava a visita, destacando que aquelas eram algumas das *tecnologias de captação e armazenamento da água da chuva*, sobre as quais ainda teríamos outras discussões ao longo da formação.

Antes de deixar o grupo, ele lembrou sobre os doutores da Convivência e perguntou como tais doutores inspiravam na elaboração daquelas tecnologias... Muitas sugestões apareceram nas falas: “os doutores mostram como proteger a água e evitar de ela ir embora”; “sempre a ideia de acumular água no período chuvoso e se preparar para as estiagens”; “ter várias águas na propriedade para vários usos”; “a cisterna é para nós o que a raiz do umbuzeiro é para o umbuzeiro”... Alexandre parecia satisfeito.

Encerrada aquela atividade, todos nos destinamos aos dormitórios, onde teríamos alguns minutos antes de irmos ao refeitório, para o jantar. Como todas aquelas noites, às 19h30 haveria nova sessão do Curso no auditório, após a qual nos recolheríamos aos dormitórios, para retomar as atividades às 5h45 da manhã seguinte.

Esse relato parece um bom início de conversa para a discussão sobre a nossa vivência em campo, mas haveria tantos outros que, semelhantemente, são bons candidatos à tal função. Quando acompanhamos uma experiência como a descrita acima, é possível perceber variados aspectos das atividades desenvolvidas.

Enfatizar alguns aspectos em relação a outros, atribuindo-lhes relevâncias diferentes, certamente é uma questão que envolve elevada margem arbitrariedade e dependerá do propósito

com o qual se faz a leitura daquele relato. Aqui, pretendemos explorar, mais detidamente, três elementos daquela experiência, a saber: a compreensão da *variedade sociomaterial* envolvida nessas atividades; a *identificação de atividades* que nos parecem centrais naquela experiência; e a discussão sobre a existência de *conexões*, tanto entre atividades que têm lugar naquela experiência, mais diretamente, quanto entre elas e outros atores e atividades não necessariamente presentes no momento relatado. Para isso, além de nos valermos do recurso às informações que constam na narrativa anterior, traremos elementos advindos de outras observações, além contarmos com dados oriundos de entrevistas e análise de documentos.

É possível sintetizar o que ocorreu na tarde daquele dia 13 sob uma nomenclatura que se pretenda representativa do momento. Podemos, por exemplo, utilizar a própria denominação que constava na programação da 25ª EFCSA, para indicar a seção em que aconteceria aquele instrutivo passeio pela propriedade do Centro de Formação. Lá, na programação, constava: “as tecnologias de captação e armazenamento de água”. Então, todo o momento relatado pode ser referido como “uma demonstração de tecnologias de captação e armazenamento de água”.

Todavia, temos o intuito de lançar um olhar mais pormenorizado sobre aquela experiência, evitando a pretensão de abranger muito com poucos rótulos, de modo a abrir espaço para a maior diversidade possível de elementos que pudermos visualizar a partir do segmento de relato da investigação, ora trazido. Cabe-nos evitar termos que funcionem como *grandes coletores*, reduzindo a riqueza da experiência a poucos agrupamentos homogeneizadores dos ingredientes com os quais interagimos. “Tecnologias” nos parece um termo que atuaria nessa direção em que não queremos ir, isto é, reunindo coisas bastante diferentes sob uma embalagem que diz pouco sobre o lugar de cada uma no coletivo ao qual pertencem. Igualmente redutor seria proceder a uma segmentação entre elementos naturais e elementos sociais identificados na narrativa.

É nesse sentido que pode ser útil mencionar, sem demasiadas agregações, alguns dos participantes envolvidos naquele percurso, que puderam ser visualmente observados ou que, mesmo quando isso não foi possível, foram mencionados como partícipes.

É o caso de lembrarmos não apenas os personagens que - de um olhar antropocêntrico a que estamos mais habituados e que, sem dúvidas, não deixa de permear o relato - parecem mais centrais à experiência, como o *profissional de engenharia* que guia a turma pelo percurso e os *jovens agricultores* que interagem com ele. Incluiríamos as *tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva*, lembrando que não estamos falando de um

conjunto homogêneo, mas que há uma grande distinção entre o *barreiro trincheira* e as *cisternas*. As cisternas, aliás, são quatro participantes com suas devidas peculiaridades, apesar de algumas semelhanças. Há distinções de formatos, de materiais constituintes, de tamanhos, de funções. Uma possui *calçadão*, enquanto outras possuem ligação com *telhados*. Umas estão associadas a *bombas elétricas*, enquanto há *bombeamento manual* em outra. Uma está conectada a um *filtro de areia e carvão*, enquanto as demais, não. Uma irriga *cultivos de plantas*, outra mata a *sede de pessoas* em auditórios e dormitórios. E por aí vai. Seguramente, não são participantes com a mesma presença no curso das ações das quais participam.

Não nos esqueçamos do *pluviômetro*, das *chuvas*, das *taxas de evaporação* e dos *solos rochosos*, que possibilitam haver barreiros trincheiras. Dos *micro-organismos* cuja atuação faz surgir a necessidade da *cal* aplicada às cisternas, além daqueles *micróbios* que tornam necessário haver um filtro repleto de camadas de carvão e de areia, quando a água tem como destino o consumo humano.

Não menos relevantes, lembremos das *raízes*, *folhas* e *espinhos* nas plantas identificadas no início do relato, que inspiram, segundo o nosso instrutor naquela trilha, a produção de tecnologias para lidar com a escassez de água. Aliás, diante da especificidade de cada uma delas, chamadas de *doutoras da convivência*, a menção a “plantas” parece fazer pouca justiça às propriedades que apresentam, seja pelos grandes tubérculos armazenadores d’água no Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*); seja pelas profundas raízes do Juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), que buscam os veios d’água no subsolo; seja pela astúcia do Mandacaru (*Cereus Peruvianus* ou *Cereus Jamacaru*) ao driblar, com seus espinhos, a perda de água por evaporação.

De modo semelhante a essa heterogeneidade de partícipes, podemos compreender a existência de *diversas atividades mobilizadas pela ação deles*, em diferentes composições e modos de atuar, conforme pensamos em uma atividade ou em outra. Medir chuvas; captar águas de chuva; armazenar águas; proteger águas contra a evaporação; deslocar água entre locais; irrigar canteiros; filtrar águas; proteger cisternas; dessedentar pessoas; demonstrar técnicas de convivência; são algumas das atividades que têm lugar naquele percurso. Torna-se claro que a variedade dos elementos presentes está envolta em movimentos nos quais se lida com muitos e distintos personagens: com diferentes espécies vegetais, com micro-organismos, com construções, com solos, com especialistas, com agricultores, numa indicação inicial da miríade de coisas que compõem o campo em questão.

Mantendo-nos compromissados com esse esforço simétrico de não segmentarmos nossos personagens, atribuindo-lhes supostas características essenciais que nos autorizariam a

aglutiná-los, podemos avançar, também mediante o *princípio da livre associação*, para considerarmos os processos de *mediações* nos quais eles são envolvidos. Assim, além do reconhecimento inicial do caráter heterogêneo que permeia o coletivo de coisas em que adentramos, pretendemos ainda expor algumas conexões entre muitos desses elementos e entre eles e uma variedade de outros, conforme se pôde observar durante a investigação.

Algumas conexões se tornarão visíveis quando avançarmos na exploração de outros relatos de campo sobre as próprias atividades na 25ª EFCSA, mas, por ora, propomos nos concentrarmos em algumas associações que envolvem as cisternas, dada a impossibilidade de procedermos a uma demonstração exaustiva das conectividades que envolvem cada um dos atores, tomados individualmente. Isso nos leva, como veremos a seguir, a mencionar outros momentos da pesquisa de campo.

No dia 22 de março de 2017, acompanhei algumas atividades do Irpaa, realizadas em alusão ao Dia Mundial da Água. Um Seminário intitulado “*em defesa da água de chuva*” ocorreu na manhã daquele dia, na Universidade Estadual da Bahia (Uneb/Campus Juazeiro-BA). Durante o Seminário, que dentre outros tópicos abordava a importância das cisternas como formas de captação e armazenamento da água de chuva, foi executado um trecho de uma música, que reproduzimos abaixo:

Quadro 4.2

Canção “Água de Chuva”

Água de Chuva

Colher a água,

Reter a água,

Guardar a água quando a chuva cai do céu

Guardar em casa

Também no chão

E ter a água se vier a precisão

No pé de casa você faz sua cisterna

E guarda a água que o céu lhe enviou

É dom de Deus, é água limpa, é coisa linda

Todo idoso, o menino e a menina

Podem beber que é água pura e cristalina.

Você ainda vai lembrar dos passarinhos

E dos bichinhos que precisam de beber

São dons de Deus, nossos irmãos, nossos vizinhos

Fazendo isso honrará a São Francisco, a Ibiapina, Conselheiro e Padre Cícero.

Você vai lembrar que a seca volta

E vai lembrar do velho dito popular

É bem melhor se prevenir que remediar

Zeze os barreiros, os açudes e as aguadas

Não desperdice sequer uma gota d'água.

Autor: Roberto Malvezzi (Gogó)

É possível afirmar que essa música se tornou uma espécie de *hino da cisterna*, sendo bastante presente em atividades que se dão em torno da temática da água da chuva no Semiárido. Na pesquisa de campo, eu a encontrei em momentos como aquele seminário, em mobilizações de rua pela continuidade de políticas públicas de segurança hídrica, em momentos de sensibilização de plateias durante cursos, além de constar em panfletos e diversos materiais didáticos produzidos. A composição da canção, cuja letra é bastante conhecida pelas pessoas naqueles espaços, é de um ativista e músico, que reside em Juazeiro e é popularmente conhecido como Gogó.

Pois bem, vamos recorrer àquele hino a fim de trazermos outras associações a essa nossa discussão. Ali, na segunda estrofe da canção, podemos perceber uma associação entre a cisterna e a religiosidade: *no pé de casa você faz sua cisterna; e guarda a água que o céu lhe enviou; é dom de Deus, é água limpa, é coisa linda*. Não é uma associação que aparece apenas na letra da música, visto que é comum chuvas serem recebidas como bênçãos, especialmente nas comunidades rurais do Semiárido. A propósito, uma agricultora presente no mencionado Seminário do Dia Mundial da Água, na oportunidade em que conversava comigo sobre as dificuldades de sua comunidade com a escassez de chuvas, dizia:

há seis ou sete anos, quando chovia bem, a gente tava aproveitando [água da chuva] pra tudo: beber, lavar roupa, animais... Hoje a gente não tem, dependemos do carro pipa. Mas, semana passada tivemos uma noite de chuva e já ficamos satisfeitos. E estamos aguardando porque a gente sabe que o *Pai Bondoso* não vai nos abandonar.

Noutra ocasião, uma senhora do município pernambucano de Santa Maria da Boa Vista, cuja cisterna na residência se mantinha há anos abastecida com carro-pipa (e as atividades agrícolas de sua família praticamente interrompidas), manifestava alguma confiança: “A gente tem que ter *fé*. Eu mesmo não perdi a *fé* não. É porque muita gente não tem, aí atrapalha. Só *Jesus*, mesmo”.

Numa das vezes em que estive na propriedade familiar de Seu Pedro, numa comunidade de fundo de pasto localizada na zona rural de Juazeiro-BA, ele falava sobre o mesmo assunto, em meio às atividades com seu rebanho de cabras: “Você tá vendo aí a questão da estiagem. A gente tava esperando a chuva breve, mas se não chover a situação tá difícil. Mas, isso é *uma coisa que pertence a Deus*, e tamo esperando e breve ela vai chegar!”.

De algum modo, as variadas formas que as pessoas podem vislumbrar para obter água, no Semiárido - e talvez em qualquer lugar -, são alternativas dependentes de acessar e deslocar estoques de água preexistentes e que podem se tornar disponíveis: *águas subterrâneas* encontradas via poços tubulares; *águas de superfícies* represadas; *águas de uma bacia hidrográfica sendo transpostas entre regiões* (como é o caso da iniciativa que integra o Rio São Francisco a outras partes do Semiárido, via “canais de transposição” cujos primeiros trechos iniciaram a operar em 2017); *águas precipitadas do céu* conduzidas para o interior de cisternas; *águas de algum rio ou grande reservatório local* (açudes) sendo levadas em caminhões pipa e depositadas em cisternas domiciliares ou outros pequenos reservatórios; etc. Mas, como dizia um especialista em um dos debates que presenciei, “não há água que não seja da chuva”, seja chuva de nossos dias ou de tempos muitos remotos. A afirmação parecia demarcar o que deveria parecer óbvio: que o processo de produzir água de outro modo permanece inacessível, enquanto o fenômeno da chuva, por mais mapeado, medido, monitorado ou comparado entre épocas e regiões, permanece com certa aura de mistério³⁴.

Em termos da capacidade para “fazer chover”, a agricultora pobre de Santa Maria da Boa Vista, que faz orações, vê em si a mesma impotência que percebe nos políticos de seu estado, que ela provavelmente supõe poderosos em outras tarefas. Um deles, integrante da

³⁴ Já houve quem pensasse em bombardear nuvens com substâncias específicas para fazer chover no Sertão, mas ao que tudo indica, isso não parece ter atendido ao quesito da viabilidade (CAMPOS, 2014).

assembleia legislativa do estado de Pernambuco, enquanto discursava na abertura de um dos eventos que acompanhei, na Embrapa Semiárido (Petrópolis-PE), reconhecia: “A gente aprendeu a fazer a água cortar o Pernambuco e chegar no Rio Grande do Norte, mas não aprendeu a fazer chover”. Essa limitação, como parecia concluir o parlamentar, faziam da questão hídrica uma pauta da qual nenhum dos presentes poderia se eximir.

4.1.2 Introduzindo a dispersão espaço-temporal na nossa compreensão sobre o campo

Retornemos à “Água de Chuva”, a canção anteriormente apresentada. Na terceira estrofe daquele hino, a ligação entre a guarda da água na cisterna e a religiosidade volta a aparecer, nos versos em que são mencionados *São Francisco, Ibiapina, Conselheiro e Padre Cícero*. Enquanto o santo italiano parece ter uma relação menos íntima com o mundo das cisternas³⁵, talvez evocado mais por seu apelo de proteção à Natureza, os três últimos personagens, em especial, têm uma relação mais direta com o assunto.

Ibiapina é José Antônio de Maria Ibiapina (1806-1883), padre cearense que, na segunda metade do século XIX, tornou-se conhecido por sua atuação na Igreja Católica, que incluía uma forte atenção à construção de reservatórios de água para abastecimento das comunidades pobres. Em alguns achados da pesquisa de campo, Padre Ibiapina aparece como um dos precursores na produção de cisternas.

Nos diálogos que tive com os profissionais fundadores do Irpaa, por exemplo, recebi a informação de que uma delegação de profissionais daquela ONG havia visitado, há quase quatro décadas, regiões em que o padre Ibiapina atuara. De lá, teriam advindo inspirações para o processo experimental com variados tipos de cisternas no Centro de Formação Dom José Rodrigues. De fato, das cisternas que estão no percurso relatado na narração que abre esta seção (Quadro 4.1), a primeira foi construída a partir da visita às antigas experiências cearenses do Padre Ibiapina.

Conselheiro, também evocado na música, é Antônio Conselheiro (1830-1897), o líder religioso e figura carismática que conduziu, no Sertão baiano, uma experiência coletivista de moradia e produção, que chegou a abrigar e ocupar dezenas de milhares de sertanejos no Arraial de Canudos, no final do século XIX. Massacrada em operação militar nos anos de 1896 e 1897, essa experiência é hoje cercada de certo caráter lendário, celebrada anualmente numa romaria que reúne multidões. Em 2017, marcando 120 anos desse massacre histórico, aconteceu a Romaria de Canudos de número 30, sob o tema “*Canudos: memória, caatinga e vida*” e foi

³⁵ Apesar de também nomear o rio que cruza o Semiárido brasileiro, o Rio São Francisco.

divulgada em muitos espaços nos quais estive presente em função da pesquisa. O evento, que conta com alguns dias de programação, é organizado pelo Instituto Popular Memorial de Canudos (IPMC), juntamente com a paróquia local da Igreja Católica e outras organizações da região.

A documentação sobre aquelas romarias mostra que, ao longo das suas dezenas de edições, a programação foi organizada em torno de temas como: “O povo organizado descobre jeito de conviver com a seca e a falta de terra” (1990); “Sertanejo conquista sua água” (1994); “Cuidar da terra e da água é cuidar a vida” (2000); “Canudos renasce, noutro tempo, noutro chão” (2005); e “Canudos: uma experiência de vida e natureza sustentável” (2016), para citar alguns. Durante a pesquisa de campo, não foram raras as referências a Canudos, mencionado como *uma experiência histórica pioneira de CSab*. Não é difícil compreender as razões para isso, visto que, frente ao cenário de recorrentes secas, a comunidade liderada por Conselheiro logrou sustentar-se com suas atividades agrícolas e de criação de rebanhos, desafio que permanece atual para muitas famílias do Semiárido, mesmo após tantos anos³⁶.

Na primeira noite acompanhando a Escola de Formação no Centro Dom José Rodrigues, Maria, uma das profissionais pioneiras no Irpaa, recomendou que eu fosse até a cidade de Canudos e conhecesse mais sobre o que acontecera ali. “Porque isso que a gente faz é o que eles começaram”, disse ela, enquanto jantávamos, no refeitório do Centro Dom José Rodrigues.

O terceiro personagem, citado naquele mesmo verso da canção que inclui as referências a Ibiapina e Conselheiro, é o Padre Cícero Romão Batista (1834-1944), liderança religiosa do Sul do estado do Ceará. Com elevada influência política naquela região à sua época, o Padre Cícero é frequentemente mencionado como um inspirador da ideia de Convivência com o Semiárido, em virtude do seu incentivo a práticas de preservação do solo, proteção dos cursos e reservas d’água, plantio de árvores, dentre outras. São comuns as referências àqueles que seriam os “preceitos ecológicos do Padre Cícero”, os quais incluem orientações como “faça uma cisterna no oitão de sua casa para guardar água de chuva”; “não plante em serra acima, nem faça roçado em ladeira que seja muito em pé: deixe o mato protegendo a terra para que a água não a arraste e não se perca sua riqueza”; e “aprenda a tirar proveito das plantas da Caatinga: a maniçoba, a favela e a jurema, elas podem ajudar a conviver com a seca”. Essas

³⁶ É ironicamente cruel constatar que as ruínas daquele povoado, famoso pela maneira encontrada de lidar com a severa escassez hídrica, encontrem-se, hoje, submersas em grandes volumes de água, em decorrência da construção, ao final da década de 1970, do chamado Reservatório Luiz Gonzaga. O enorme reservatório, antes chamado de “Barragem de Itaparica” faz parte do complexo hidroelétrico da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf.

recomendações do religioso encerram com a assertiva de que “se o sertanejo obedecer a estes preceitos, a seca vai aos poucos se acabando, o gado, melhorando, e o povo terá sempre o que comer. Mas se não obedecer, dentro de pouco tempo o Sertão todo vai virar um deserto só”.

As *cisternas* estão, assim, relacionadas a experiências históricas de séculos anteriores, no Semiárido. Também estão relacionadas a experiências muito mais distantes, em termos espaciais, como iniciativas com a gestão das águas no México, na China ou na Austrália, países que também possuem regiões semiáridas. Profissionais atuantes nesses países participam da *International Rainwater Catchment Systems Association* (IRCSA), na qual também estão presentes, desde a década de 1990, alguns integrantes do Irpaa. Essa associação realiza conferências bienais, que parecem constituir importante meio de intercâmbio de experiências entre os países participantes, tendo uma das edições ocorrido no Brasil, no ano de 1999, mais precisamente no município de Petrolina. No acompanhamento aos trabalhos de profissionais do Irpaa é costumeiro observar a menção a documentos, eventos e tecnologias relacionadas a essa entidade internacional, bem como a alusão a experiências consideradas exitosas, incluindo o uso de cisternas, em outras partes semiáridas do mundo.

De modo semelhante, as cisternas brasileiras, de enorme popularidade após o início do *Programa Um Milhão de Cisternas Rurais*, em 2003, têm participado de associações com elementos de outros países, vez ou outra recebendo visitantes de delegações de profissionais estrangeiros, interessados em conhecer o que as águas das chuvas têm feito no Sertão Brasileiro e o que tem sido feito delas (ou “com” elas).

Apesar da popularidade no Brasil, havendo quase 620 mil cisternas instaladas em diferentes paisagens do Semiárido (do tipo com capacidade de 16 mil litros), o P1MC não alcançou ainda o emblemático *milhão de cisternas* que nomeia o programa. Se a associação entre telhados, dutos de PVC, telas de arame, placas de cimento, cal, bombas d’água e filtros, calçadões e canteiros, parece razoavelmente bem sucedida, conforme discutem os profissionais que lidam com essas materialidades, o mesmo não se pode exatamente dizer quanto às associações com gestores públicos, gabinetes de governos e recursos em planos plurianuais, para citar alguns.

Assim, se tomarmos a questão dos vínculos que vínhamos ressaltando, há variados elementos, mesmo distantes no tempo e no espaço, que parecem ter “*inspirado*” as *políticas públicas* que envolvem as cisternas no Semiárido brasileiro, sob a defesa de organizações como o Irpaa e de outras várias que se reúnem no Fórum Asa. O termo *inspirado as políticas públicas* pode parecer vago e certamente encobre uma infinidade de possíveis *links* entre esses elementos

ao longo do tempo e do espaço, cuja conexão muito provavelmente exigiu mediadores bastante “concretos”, sejam pessoas, textos, imagens, objetos, eventos, ou o que mais possa ter servido à ocasião de deslocar elementos - por anos e por quilômetros - até que tomassem a forma com a qual os vemos existir hoje.

Significa dizer que, nas redes de associações em que estão as cisternas, nem todos os participantes das conexões são visíveis em um dado momento, como no intervalo de mais de uma hora em que acompanhamos o percurso descrito, guiado por Alexandre (Quadro 4.1). As cadeias de associações se espalham por tempos e lugares inimagináveis a princípio, tornando inexoravelmente incerta a ação que se desenvolve nessas cadeias, desautorizando-nos à descoberta ingênua de *fontes*. Mesmo porque, atribuir a um único ator, ou conjunto de atores, a fonte de determinada ação seria ignorar o caráter complexo do coletivo inquieto de coisas que compõem a rede, a confluência de elementos que precisou acontecer para que um outro elemento, hoje aparentemente unitário como *uma cisterna*, viesse a tomar seu lugar no mundo, podendo, nos dias de hoje, figurar na lateral de tantas casas rurais do Semiárido brasileiro.

Registrar essas associações, por conseguinte, possibilita compreendermos, para o nosso campo de estudos, o *caráter não isotópico, não isobárico, não sincrônico, não sinótico e não homogêneo* (LATOUR, 2012) das interações importantes ao nosso propósito de perceber a variedade sociomaterial que participa nas práticas do campo da Convivência. Implica, também, atentar para o fato de que os acontecimentos que registramos durante a pesquisa, apesar de assumirem grande relevância para a investigação, talvez importem menos pelo que nos permitem perceber *in loco* e de imediato, do que pelo que apontam para as conexões à distância. Ao mesmo tempo, isso atribui elevada relevância às escolhas metodológicas quanto à decisão sobre quais práticas acompanhar em campo, visto que as alternativas apresentarão diferentes possibilidades de desdobramentos na investigação. Ainda em termos metodológicos, esse tipo de reflexão nos leva a considerar, uma vez mais, como o *caráter não localizado* das interações que importam à investigação, reconfiguram a nossa noção de “campo” em relação ao modo mais tradicional de conceber o *locus* em estudo.

Ainda nesse intuito de ampliar nosso olhar sobre as associações em torno das cisternas, podemos recorrer novamente aos versos da música “Água de Chuva”, para registrar a associação entre as cisternas e outros elementos importantes a este mundo de coisas, como é o caso da qualidade da água para consumo humano, destacada no verso “*pode beber que é água pura e cristalina*”. Em um dos eventos acompanhados ao longo dessa pesquisa, um pesquisador da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), assegurava: “água de chuva é boa e

confiável”. Ele dizia isso enquanto expunha e discutia dados sobre amostras de água de cisternas do Semiárido, obtidos mediante análises realizadas nos laboratórios da universidade em que atua, e cujos resultados mostravam-se bastante satisfatórios quanto à ausência de contaminação, desde que essa água fosse proveniente das chuvas. “Veio do céu, cabe à gente não sujar”, reforçava o pesquisador, acrescentando que as nuvens de poluição comuns nas regiões industriais do país não habitam os céus no Semiárido, livrando a chuva do contato com substâncias perigosas.

A qualidade das águas da cisterna requer, ainda, a fim de que seja mantida, um manejo adequado quando da sua retirada do interior dos reservatórios, além de uma correta manutenção da estrutura da cisterna. Isso amplia a relevância de itens que, à primeira vista, podem parecer meros anexos à cisterna, como é o caso da pequena *porta de acesso* ao seu interior (que deve garantir um isolamento completo em relação a elementos externos como a poeira); da *bomba manual*, cuja utilização permite que a água seja retirada sem uso de baldes que podem transportar impurezas; da *cal* e da necessidade de manter o reservatório sempre com um volume mínimo de água, a fim de que a estrutura não venha a sofrer rachaduras, em função das elevadas temperaturas; da *cerca no entorno da cisterna*, que restringe os animais domésticos e silvestres do acesso à área; do curioso *mecanismo nos dutos de ligação com os telhados, que desvia para fora do equipamento os primeiros volumes de água das chuvas*, com o propósito de receber a água apenas depois de a chuva “lavar os telhados”; dentre outros. Sem esses partícipes, nesses cuidados, comprometer-se-ia a associação entre a cisterna e a qualidade da água que ela fornece, o que, conseqüentemente, abalaria os vínculos entre *cisternas* e *saúde*.

A cisterna, podemos dizer, é *uma composição de um elevado número de outras coisas*, as quais possuem diferentes “gradientes de durabilidade” e de fixidez, variações em termos da materialidade que apresentam (LAW; MOL, 1995; LATOUR, 2012). Nesses termos, torna-se impossível buscar equivalência entre dutos de PVC, para tomarmos um caso ilustrativo, e o volume mínimo d’água que deve permanecer do reservatório para que ele cumpra sua função nas práticas em que é mobilizado, ou entre estes componentes (dutos e água) e os itens menos visíveis que as práticas também fazem associar-se e compor a cisterna. Há muitas conexões, ainda, que relacionam as cisternas com outros tantos elementos, em tópicos diversos. Abaixo, ousamos fazer uma breve menção a alguns deles.

A insuficiência na quantidade de reservatórios disponíveis às famílias, para os múltiplos usos, bem como o prolongamento de algumas secas, leva a que muitas comunidades necessitem abastecer suas cisternas com águas fornecidas por *caminhões pipa*, adquirida

mediante pagamento pelo serviço ou advinda de ações públicas de emergência operadas por prefeituras locais ou pelo Exército Brasileiro.

A discussão sobre a necessidade de estimular a captação e armazenamento de água para uso produtivo, além do consumo familiar, pressiona pela complementação da cisterna de tipo mais comum (16 mil litros) com a cisterna do tipo calçadão (52 mil litros, a última que aparece na nossa narrativa, no Quadro 4.1), cujo número ainda é bem reduzido no Semiárido (cerca de 103,5 mil unidades construídas). A construção dessas últimas, pelas organizações da Asa e famílias rurais, foi incluída em um programa governamental federal chamado P1+2, mas isso apenas se deu após anos de iniciada a experiência com as primeiras (no programa P1MC). Além disso, o P1+2 possui um ritmo bem menor de expansão, quando comparado ao P1MC.

Na medida em que vão sendo construídas apoiadas por programas governamentais, as cisternas vão também se tornando conectadas a elementos da burocracia estatal: projetos pilotos, orçamentos, auditorias, outros programas públicos, cadastros das famílias participantes (como o CadÚnico da Política Nacional de Assistência Social), sistemas de informação gerenciais, etc. Manuais sobre o processo de construção de cisternas, relatos de experiências em alguns territórios, manuais e relatórios gerenciais, publicações com balanços periódicos da iniciativa são exemplos de documentos que registram as muitas evidências nesse sentido.

Por fim, nessa nossa listagem – que não ousa se dizer exaustiva-, acrescentemos a interessante ligação entre as cisternas e as *mulheres sertanejas*. Em locais da região sem abastecimento público e regular de água, é comum que as pessoas precisem se deslocar diariamente, algumas vezes por quilômetros, a fim de coletar água em fontes que se mantêm nos períodos de estiagem. Essa necessidade é bastante conhecida, e embora já tenha sido mais comum em um passado não muito remoto, a prática não está eliminada do cenário, como se pode atestar em reportagens jornalísticas sobre áreas específicas do Sertão em períodos recentes de seca.

Durante a 25ª EFCSA, numa tarde, um dos profissionais que falava aos jovens, comentando sobre os “estigmas injustos” que o Semiárido carregava como “região de mazelas”, questionou aos presentes: “quem é das meninas aqui que ainda anda com lata d’água na cabeça?”. A indagação foi feita num tom que previa “ninguém” como única resposta. Para a surpresa dele, mas nem tanto da turma, uma das jovens presentes ergueu o braço e falou: “Eu!... Eu ando!”.

Aquela jovem não é um caso tão à parte. A tarefa de buscar água no Semiárido para abastecer o consumo doméstico é predominantemente operada por mulheres, na divisão

familiar das atividades, sendo frequente a reivindicação de que as cisternas em residências rurais têm o mérito de liberarem mulheres dessa atividade penosa. As cisternas, conforme essa reivindicação, proporcionam às crianças, inclusive, maior tempo da atenção de suas mães e permitem que as mulheres possam se dedicar a outros afazeres naquelas horas do seu dia antes ocupadas com a busca de água. Por essas e outras razões, mas certamente não apenas em função delas, é comum encontrar *questões de gênero* ou *debates sobre feminismo* em pautas de atividades relacionadas à CSab, assunto que também constou na programação da 25ª EFCSA, tendo para ele sido reservada uma tarde na agenda dos participantes.

Essas associações vão, portanto, exemplificando como os elementos do campo pesquisado podem ser concebidos a partir de suas redes sempre inacabadas, que permitem mantê-los em constante transformação, na medida em que permanecem abertas as possibilidades de vinculação com outros variados atores. A heterogeneidade em cena nos leva a compreender o caráter híbrido e composto dos seres que habitam o campo de práticas estudado, com suas diferentes durabilidades relativas (de placas de cimento e telhados a saúde, infâncias e questões de gênero), num contínuo *tornar-se* das coisas. Não à toa, quando a turma de jovens foi instigada, na primeira manhã da 25ª EFCSA, a apresentar “o que compreendia sobre a CSab”, a mesma profissional que fazia aquela sondagem, acrescentou: “*ensem além... porque quem pensou nessa coisa da Convivência não pensou uma coisa fechada. Ela é uma construção, temos que pensar **mais coisas***”.

4.1.3 Ampliando a lista de atividades e dos partícipes de nosso campo de práticas

Nosso convite, agora, é para a leitura de uma segunda narrativa sobre a experiência em campo. A seguir, com a ideia de continuar fazendo uso dos dados coletados durante a 25ª EFCSA, nossa porta de entrada para outros dados da pesquisa, temos um novo relato.

Quadro 4.3

Narrativa II

“*Como se faz solo?*”

São 16h30 do dia 12/07/2017. É o terceiro dia da Escola de Convivência com o Semiárido. Estamos no Centro Dom José Rodrigues e ainda há muita luz do sol, mas o calor já está se reduzindo com a chegada ao final do dia. Caminhamos em direção ao *barreiro trincheira*, todos munidos de chapéus de palha, cadernos de anotações, canetas e a cartilha “A

roça no Semiárido” (Imagem 4.8, apêndice A), distribuída pela coordenação da Escola, juntamente com outros materiais didáticos.

À frente de todos nós, caminha Moacir, um dos profissionais do Irpaa, responsável por conduzir a atividade que irá acontecer. Moacir carrega numa das mãos uma caixa de ferramentas cinza, que não parece muito leve. Na outra mão, ele leva alguns panos dobrados e um balde preto, segurado pela alça.

Ao chegar à grande fenda aberta no chão, que é o barreiro trincheira, Moacir desce pela fenda, caminhando em direção à água que está mais ao fundo do barreiro. Ali, junto da água, ele pára e põe os materiais que carregava no chão. Nós, que o seguíamos, também adentramos até ficarmos próximo dele. Muitos se sentam ao chão para esperar que ele comece a falar, enquanto outros ainda se posicionam para ouvi-lo ou fazem fotografias do lugar.

Praticamente todos estamos à sombra, em virtude de estarmos abaixo do nível do solo e pelo fato de que, na parte superior, há amontoados de terra em ambos os lados do barreiro-trincheira, provavelmente oriunda da escavação daquela fenda. O amontoadado que está à nossa direita auxilia na ampliação da sombra sobre o interior do barreiro. Sobre o amontoadado à nossa esquerda, há uma prateada placa de energia solar, conectada ao que parece ser um motor de bombeamento de água, cuja mangueira alcança a água no fundo da fenda.

Todos devidamente acomodados, Moacir explica que o propósito de estar ali é falar sobre a “Vida do Solo”, para compreendermos como *o solo é um ser vivo* e para que se possa pensar adequadamente sobre as atividades a serem desenvolvidas em uma propriedade rural como aquela. Apontando para as laterais no interior da fenda em que estamos, ele nos pergunta se saberíamos diferenciar *solo* e *subsolo*, naquela estrutura. A partir dos comentários de alguns, Moacir explica que a camada mais superficial é o solo, cuja profundidade varia conforme o perfil da área em questão, mas que ali, como se pode perceber pela coloração diferente da camada da superfície, parece ter em torno de 20 cm.

Essa camada, conforme ele explica, costuma ser de pouca profundidade no Semiárido, o que torna muito importante saber como manejar o solo, pois é justamente dessa camada que dependerão todas as atividades de agricultura e de criação de animais que podem ser desenvolvidas. É ali que se concentram os elementos necessários, especialmente para o desenvolvimento das plantas, tornando-se muito importante conhecer o tipo de solo adequado para cada tipo de cultivo numa determinada área.

Enquanto discorre sobre esse assunto, Moacir desdobra um dos panos que ele havia deixado ao chão, o qual contém uma ilustração sobre a estrutura do solo e do subsolo, indicando

as respectivas camadas e características. O pano funciona como um cartaz. Um dos jovens da turma voluntaria-se para segurá-lo aberto, sendo auxiliado por Karine, profissional de comunicação do Irpaa, que acompanha e fotografa as atividades naquele dia. Moacir fica com as mãos livres para continuar sua aula, podendo melhor apontar os elementos mostrados naquela ilustração.

Moacir pede que comparemos a camada de terra mais superficial (o solo), com as camadas que vemos mais abaixo, naquela fenda. Com os comentários que surgem, ele explica que, conforme se pode observar ali, o subsolo tem uma aparência mais compactada, mais rochosa. Daí, aproveita aquela comparação visual para lançar uma pergunta: “de que é feito o solo?”.

Moacir pede que todos abram a cartilha que carregam na página 13, na qual um gráfico em formato de pizza pode ser encontrado, indicando aqueles que seriam os quatro componentes básicos do solo (minerais; água; ar; e matéria orgânica). Ele abre mais um cartaz de pano, que passa a ser segurado pelos ajudantes voluntários, mostrando uma tabela com uma listagem de micro-organismos e outros pequenos seres vivos presentes no solo, a exemplo da informação de que há cerca de 1,5 bilhões de protozoários em cada 1m² de solo (Imagens 4.9 e 4.10, apêndice A).

Além de outros cartazes abertos e discutidos a partir das ilustrações que apresentam, aquele momento progride para algumas demonstrações. De sua caixa de ferramentas, Moacir retira alguns pedaços de solo e pergunta como se pode mostrar que haja ali, além de minerais, componentes como ar e organismos vivos. Numa das demonstrações, ele mergulha um torrão pequeno em um copo de água, que ele levava no balde. Em poucos segundos, a água no copo passa a formar borbulhas e essas borbulhas passam a subir à superfície. Mediante a atenção de todos nós, Moacir explica que as borbulhas são uma evidência da existência de ar na composição do solo, evidenciando, também, que o solo não é algo compacto, mas poroso.

Essa porosidade também é ali observada mediante outro procedimento, feito com o uso de uma lâmpada incandescente, preenchida com água. A lâmpada, assim preenchida, passa a funcionar como lupa, para que possamos visualizar com mais detalhes a estrutura dos blocos de terra. Aquela lâmpada com água e os torrões, uma vez apresentados por Moacir, passam a circular por entre os presentes, que se esforçam em enxergar os aspectos do material, enquanto outros fotografam e/ou fazem anotações (Imagem 4.11, apêndice A).

Numa terceira demonstração, uma solução com peróxido de hidrogênio (água oxigenada) é derramada sobre um dos torrões. O contato com a terra faz com que haja um efeito efervescente, indicando o contato da substância com organismos vivos.

“Para ter solo, basta reunir esses ingredientes (água; minerais; ar; e matéria orgânica) e bater no liquidificador. Solo é isso!”, diz Moacir em seguida, mas chama a atenção para a necessidade de que essa combinação de elementos respeite uma proporção em que os minerais sejam cerca de 46%; haja 25% de ar; 25% de água; e cerca de 4% de matéria orgânica para que o solo *possa produzir bem*. Ele destaca que aquela informação também consta nas páginas 12 e 13, das cartilhas ali presentes.

Além dos aspectos físicos e da composição do solo, Moacir discute que os solos costumam ser rasos no Semiárido e apresentar um reduzido percentual de matéria orgânica, em virtude das elevadas temperaturas. Isso faz com que haja uma fragilidade maior dos solos na região, mais vulneráveis à erosão e a outros fenômenos de desgaste. Há, portanto, necessidade de maior preservação dessas áreas, para manter no solo os minerais, os micro-organismos e os demais componentes necessários à vida. “No Semiárido, o percentual orgânico é muito baixo, por causa da temperatura. Então, quem tem roça tem o dever de fornecer alimento para a terra”.

“Fazendo as bactérias trabalharem para a gente”

Dia 15/07/2017. Sexto dia de Escola. São 6h00 da manhã. A equipe que eu integrava era a responsável por participar da atividade matinal de *preparação do composto* naquele dia, antes do café. Naquele horário, chegamos ao local indicado: uma pequena área da propriedade, localizada entre os dormitórios e o refeitório, a cerca de 70m dos primeiros e aproximadamente 220m do último. O local fica muito próximo (algo como 15 metros) do aprisco e curral das cabras.

No local, prontos para iniciar a atividade, já nos esperavam três estudantes (dois rapazes e uma moça) da república que há no Centro. Eles estavam de pé, em torno do que parecia ser um monte de terra e palhas, medindo cerca de 30 cm de altura, por meio metro de largura e uns 2,5m de comprimento.

Nós também nos posicionamos ao redor daquilo. Havia ainda alguns amontoados de terra e amontoados de palhas ao lado, mangueiras de água no chão, enxadas, rastelos e outras ferramentas, além de uma grande lona azul, disposta na lateral (Imagem 4.12, apêndice A).

Daivid, um dos residentes que nos aguardava - e que já conhecíamos de momentos anteriores-, percebendo que todos haviam chegado ao local, resolve nos perguntar se sabemos o que é o *composto* e para o que serve.

Alguns jovens ensaiam dizer que se trata de *uma forma de enriquecer o solo*; de produzir adubo orgânico... e coisas semelhantes.

David explica que o ponto principal da compostagem é “fazer as bactérias trabalharem para a gente”. “A ideia é a gente ajudar a acelerar o que a natureza já faz sozinha”. Contudo, vai bem além disso, ele ressalta. Sim, “fazer o composto é um ato político. Porque quando a gente escolhe fazer isso, a gente está se recusando a comprar os adubos químicos produzidos pelo agronegócio”, acrescenta Júlio Cesar, um outro residente.

Em seguida, mediante algumas explicações, somos convidados a pegar as ferramentas e iniciar o processo de preparação. Alguns de nós nos envolvemos no procedimento de molhar o monte de restos de pastagens, sobras de alimentos oferecidos aos animais, que está ao lado; outros misturam e umedecem um monte de esterco caprino que também está amontoado próximo, proveniente do curral de cabras do Centro.

Na sequência, seguindo instruções, crescemos ao monte inicialmente existente (de cerca de 30 cm de altura), uma camada da matéria vegetal molhada com cerca de 15 cm de altura. Acima desta, formamos uma camada do esterco molhado, com mais ou menos 5cm de altura. Os residentes explicam que essas camadas devem ser continuamente sobrepostas, de modo alternado, conforme a disponibilidade do material existente, no mesmo monte ou em montes adicionais.

Feito o monte, a mangueira ao chão é usada mais uma vez para umedecê-lo com água. A lona de plástico é, por fim, usada para cobrir o material amontoado em camadas, mantendo-o aquecido, mas à sombra. Uma tenda de palhas de coqueiro, auxilia na manutenção daquele material de forma protegida do sol, além da sombra da Umburana, uma árvore de grande porte que há no local (Imagem 4.13, apêndice A).

Aquele material deve ainda ter suas camadas misturadas a cada 15 dias, a fim de garantir ventilação e oxigenação, necessárias para manter vivos e atuantes os micro-organismos que trabalham na produção do composto.

Com o objetivo de atestarmos a ação daqueles micro-organismos, somos convidados a tocar o interior de um outro preparo de composto que se encontra próximo, em estágio mais avançado - provavelmente iniciado por outras equipes da escola em dia anterior. Ao colocarmos a mão por entre o material misturado, podemos perceber que sua temperatura está bem mais

elevada que no exterior, mesmo estando o composto à sombra e mesmo naquele horário, em que há apenas os primeiros raios de sol da manhã.

O ambiente aquecido, conforme explicam os residentes, é um sinal de que os micro-organismos estão ali decompondo o material acumulado, produzindo um adubo orgânico a partir de material pré-existente na própria roça (matéria vegetal e esterco) e que poderá, em breve, ser utilizado para enriquecer o solo. O ponto de utilização, eles esclarecem, ocorre com cerca de 30 dias, quando se percebe que o composto esfriou, indicando que o processo está completo e o material já pode ser fornecido ao solo dos plantios.

Dar ao solo de beber e de comer

Às 14h do dia 15/07/2017, sexto dia de Escola, somos recebidos por Moacir no salão, para o início das atividades da tarde. A nossa chegada ali, como todos os dias, é marcada por bastante entusiasmo, apesar de ser a primeira atividade após o horário de almoço. Com os instrumentos musicais que sempre estão disponíveis no local, a equipe responsável pela animação do auditório naquele dia passa a executar músicas, cantando e convidando todos a dançarem pelo salão. Isso acontece por cerca de uns 10 minutos, quando Moacir sinaliza que irá iniciar. A música pára e passamos a ocupar nossos respectivos lugares nas cadeiras, que sempre estão organizadas em semicírculo.

Moacir nos comunica que as duas horas seguintes serão dedicadas a conversarmos mais sobre o *manejo do solo*, especialmente sobre as maneiras de alimentá-lo com água e com material orgânico. Moacir nos fala, por exemplo, que “com as tecnologias para reduzir o escoamento da água e a evaporação, a gente aumenta em 60 ou 70% a chance de ter sucesso da roça”. Então, ele fala que inicialmente exibirá um vídeo de alguns minutos sobre uma experiência de agricultores com *plantios em curvas de nível*. E que, em seguida, todos iremos ao campo, nas proximidades do auditório, para conhecermos aquela e outras formas de armazenamento de água no solo.

Um aparelho de projeção de imagens e um *notebook* são utilizados para exibir o vídeo ao qual Moacir havia se referido. O vídeo apresenta didaticamente uma maneira de nivelar o solo em terrenos agrícolas acidentados, a fim de que as partes niveladas (chamadas de curvas de nível) possam reter a água das chuvas por mais tempo, junto às plantas cultivadas. Sem essas curvas, as águas escoariam na direção das partes mais baixas do terreno, acelerando processos de desgaste do solo e impossibilitando um maior aproveitamento hídrico pelas plantas cultivadas no local.

Após a exibição, Moacir pergunta se todos compreenderam a técnica exposta no vídeo. Algumas indagações são feitas, bem como alguns jovens falam de experiências com técnicas distintas de realizar o plantio em curvas de nível. Após alguns minutos de conversa sobre o assunto, Moacir diz que é hora de observar aquele processo no campo, convidando a todos nós para nos dirigirmos à parte externa do auditório, devidamente equipados com nossos blocos de anotações, canetas, chapéus de palha e o exemplar da cartilha “A roça no Sertão”.

Cobertura seca

Seguimos Moacir por alguns metros, até o espaço entre a lateral da ala feminina de dormitórios e o aprisco. Moacir está munido de alguns tecidos de pano, com ilustrações. Mais à frente, ele pede que alguns jovens carreguem outros objetos que encontramos no caminho (picaretas e alguns regadores com água). Por uma pequena cancela, cruzamos uma cerca de arame farpado e chegamos a uma área aberta, com pouca vegetação.

Naquela área, Moacir pára e nós formamos um círculo em torno dele, que passa a apresentar aquele pedaço da propriedade, destacando que ali o solo está mais exposto ao Sol e mais vulnerável do que nas partes em que há vegetação. Apesar disso, pede para que observemos que naquele local há, por sua vez, parcelas mais expostas do que outras, e pergunta se percebemos isso. Começamos a identificar que, de fato, alguns trechos daquele solo estão quase que completamente nus, sem qualquer material sobre ele, enquanto em outros trechos o solo está revestido com palhas, folhas secas e galhos de árvores (Imagem 4.14, apêndice A).

Moacir abre um dos tecidos que levou. Nesse tecido, há a ilustração de uma tabela, intitulada “Aproveitamento da água da chuva: 560mm ou litros /m²”. Na tabela, o tecido expõe dois tipos de solo, um chamado “capinado” e outro com “cobertura seca”, indicando que enquanto o primeiro perde, por escoamento e por evaporação, 377 l/m² de cada 590 l/m² de água da chuva, o segundo tem uma perda de apenas 29 l/m². Considerando-se os percentuais de água que vão para o subsolo em cada um, o cartaz também informa que para os mesmos 590 litros precipitados pela chuva, as plantas do solo desprotegido aproveitariam 203l, enquanto 441l seriam aproveitados no solo coberto (Imagem 4.15, apêndice A).

Apontando para o chão no meio do círculo que fizemos, Moacir mostra dois trechos onde derramou quantidades iguais (20 litros/cada) de água na tarde do dia anterior. Num deles, sem cobertura, podemos perceber que há poucos sinais da água que fora derramada, enquanto que no segundo trecho, após removermos parte da cobertura seca, o solo se mostra bastante úmido e com uma cor distinta. Ele pede para tocarmos o solo nos dois locais.

Com as mãos diretamente sobre a terra, atestamos que o segundo apresenta uma temperatura muito mais amena em relação ao primeiro. Moacir pede para que usemos as picaretas para fazer perfurações nos dois trechos, levando-nos a perceber que enquanto a umidade praticamente sumiu abaixo da superfície do primeiro, o segundo se mantém bastante úmido mesmo alguns centímetros abaixo da superfície. “Se você fosse uma planta, em qual dessas duas partes você ia preferir estar?”, indaga ele aos presentes, que respondem que obviamente gostariam de estar na terra mais protegida.

Moacir, então, estimula-nos a espalhar alguns amontoados de palhas, galhos e folhas de plantas sobre as áreas sem cobertura, bem como a molhá-las, em seguida, com os regadores posicionados à altura da cabeça, simulando a chuva. Feito! Fazendo o mesmo procedimento em uma área sem cobertura, percebemos que a água escorre mais pelo solo descoberto, aspecto que Moacir procura destacar, como demonstração de que os trechos sem cobertura seca são mais suscetíveis a processos de *lixiviação* e de *compactação* (Imagem 4.16, apêndice A), que empobrecem o solo. Ele acrescenta que além de a água ser melhor aproveitada quando há cobertura seca no solo, também os micro-organismos estão assim mais protegidos, tornando o solo mais rico e produtivo.

Curva de nível

Moacir nos chama para sair daquele espaço. Voltamos, seguindo-o, e paramos com ele num trecho de chão completamente sem cobertura, que fica ao lado da estrada que liga os dormitórios ao refeitório e à entrada do centro. Moacir abre um segundo cartaz de tecido, com ilustrações que apresentam o passo a passo para a confecção de um instrumento de trabalho chamado *pé de galinha* (Imagem 4.17, apêndice A). Esse instrumento é utilizado para a marcação das curvas de nível no solo, conforme a experiência vista no vídeo exibido no salão, alguns minutos antes.

No chão, há algumas estacas de madeira, cada uma com cerca de 3,0m de altura, que, como descobriremos, serão utilizadas para a confecção do *pé de galinha*. Seguindo as orientações do cartaz, que está sendo segurado de modo aberto por dois dos jovens da turma, Moacir repassa a instrução de que as estacas ali disponíveis sejam cortadas em pedaços de aproximadamente 1,5m. Feito isso, pedaços de arame de um rolo também disposto ao chão – cortados com a utilização de um alicate –, são empregados para amarrar as estacas uma a outra, em grupos de três e de modo que a junção delas forme um grande “A”, com a extremidade de

duas delas reunidas na parte superior, enquanto que a terceira interliga a parte mediana das duas primeiras.

Seguindo as instruções, um pedaço de corda é preso no vértice superior do pé de galinha, enquanto uma pedra, aproximadamente do tamanho de um punho fechado, é amarrada na outra extremidade dessa corda, formando um pêndulo ao meio do “A”. Esse pêndulo desce até a altura da estaca que está amarrada na posição horizontal.

Com o uso de várias das estacas de madeira, facões, cordões de arame, alicates, cordas e pedras, algumas unidades de pé de galinha são produzidas por nós, sob a supervisão de Moacir. Em seguida, ele mostra como o pé de galinha deve ser posicionado no chão, em busca de pontos no solo que tenham o mesmo nível, pois serão esses pontos que indicarão por onde as diferentes curvas no solo deverão ser feitas. Se numa mesma curva houver desnível, a água retida pela chuva não irá ser recebida pelo solo de modo uniforme, favorecendo mais as plantas localizadas no nível mais baixo, para onde a água escoará. Desse modo, busca-se alinhar os pontos do terreno que fazem o pêndulo, uma vez posicionado o pé de galinha, estabilizar-se ao centro da vareta horizontal (Imagem 4.18, apêndice A).

À medida que o pé de galinha é posicionado em vários pontos contíguos do terreno, fazemos marcas no chão, com a finalidade de registrar os pontos de mesmo nível. Moacir indica que produzamos, a partir das estacas que restam, pequenos piquetes, e, utilizando pedras, que esses piquetes sejam fincados ao chão, para uma marcação mais permanente dos locais de mesmo nível identificados. Cumprido esse passo, uma pequena área do local ficou repleta dessas marcações, com vários piquetes sinalizando os trechos por onde as curvas de nível passariam.

Na sequência, somos orientados a utilizar as enxadas para produzir pequenas valas no chão, em formato curvo, que passam pelos pontos de mesmo nível. Moacir toma uma enxada pela mão e produz a primeira curva, sendo observado por nós. Alguns jovens tomam outras enxadas e completam o procedimento com as demais curvas nas devidas demarcações.

Produzidas essas valas ou curvas, Moacir esclarece que a ideia é fazer o plantio seguindo-as, de modo que as plantas nasçam no interior das curvas, que reterão a água das chuvas por mais tempo. Além disso, a adição de cobertura seca, anteriormente demonstrada, aumenta o potencial para guardar a água no solo e para um maior aproveitamento pelas plantas.

Moacir pede que alguém derrame a água de um regador sobre uma das curvas, mostrando-nos que, uma vez caindo ali, a água tende a não escoar para as partes mais baixas

do terreno, bem como tende a se distribuir uniformemente pela extensão da vala (Imagem 4.19, apêndice A).

Respondendo a algumas perguntas feitas, Moacir orienta para abrimos nossas cartilhas à página 29 (Imagem 4.20, apêndice A), onde aproveita uma ilustração de uma lavoura em curva de nível, para reforçar a discussão sobre alguns dos aspectos daquela técnica.

O Zé

Terminada aquela demonstração, Moacir solicita que o acompanhem um pouco mais, até o local onde é diariamente preparado o *composto orgânico*. É a mesma parte da propriedade onde estivemos com os estudantes da república, três dias antes. Lá, mais uma vez nos reunimos em torno dos montes de esterco e de matéria vegetal.

Há um monte em preparo, em que os ingredientes já estão dispostos em camadas, umedecidos e cobertos com uma lona. E há montes de ingredientes ainda numa etapa pré-preparo.

Moacir abre um terceiro cartaz de pano, cuja ilustração apresenta uma plantação na metade superior, enquanto a metade inferior ilustra um recorte abaixo do nível do solo, em que aparecem as raízes. Na parte superior, percebemos que as plantas do canto esquerdo da ilustração mostram-se mais viçosas e com um aspecto mais vigoroso do que as plantas na parte direita, que têm um aspecto de fraqueza e folhas de cor menos intensa. Na metade inferior, também se percebe que as raízes das primeiras são maiores e mais ramificadas do que as das segundas, além do fato de que o solo tem uma coloração mais intensa do lado esquerdo, onde parece haver maior densidade de materiais e seres vivos.

Naquela ilustração, um personagem cruza o espaço intermediário entre o lado esquerdo e o lado direito, atuando abaixo do nível do solo. Ele é arredondado, de cor cinza e carrega um objeto perfurante, que ele pressiona contra o solo, batendo nele com um martelo (Imagem 4.21, apêndice A). Moacir nos pergunta se alguém quer dizer o que está acontecendo naquela cena da ilustração. “O adubo está preparando o solo”, afirma alguém. “Ele está ajudando as plantas a se nutrirem”, diz uma outra jovem. “O esterco tá afrouxando a terra do segundo lado”, um dos presentes acrescenta.

“Muito bem”, diz Moacir, “esse personagem nós chamamos de *Zé Bostinha*”. O personagem, de fato, tem a aparência oval que se vê nas fezes das cabras e ovelhas, principal ingrediente naquele processo de produção do adubo. Ele chama a atenção para o contraste entre

os solos na parte direita e na parte esquerda da figura. “Qual a diferença entre essas duas partes?”, ele indaga.

Um dos jovens, próximo a Moacir, fala: “o lado esquerdo recebeu o composto orgânico e o segundo lado, não”. O instrutor do grupo ressaltava outros contrastes entre as duas partes e afirma que fornecer o composto é exatamente “*dar de comer* para a terra”. “Se as formas de guardar água no solo são modos de dar de beber para a terra, aqui é uma forma de dar de comer, oferecer matéria orgânica”, ele ressaltava, lembrando-nos dos ingredientes que formam o solo, conforme estudamos no interior do *barreiro trincheira*.

Além desse enriquecimento com material orgânico, que favorece a nutrição das plantas, Moacir esclarece que o composto atua descompactando o solo, tornando-o mais poroso e facilitando também a retenção de ar e de água.

Moacir pede que todos observem, na cartilha, o intervalo entre as páginas 46 e 51, onde há ilustrações e instruções sobre o aproveitamento do esterco animal nas propriedades rurais e o passo a passo para a produção do composto orgânico pelos agricultores/as (Imagem 4.22 e 4.23, apêndice A).

Por esse segundo conjunto de relatos, somos apresentados a *novos partícipes e atividades* do campo em estudo, que, por sua vez, integram outros conjuntos de associações, seja acrescentando conexões com elementos que conhecemos da experiência descrita anteriormente, seja envoltos em movimentos que agora podemos perceber.

Além de personagens com os quais já tivemos o primeiro contato, como a grande fenda no chão - que ora é um reservatório de água, ora um recurso didático para aprender sobre a estrutura do solo -, percebemos a entrada em cena de cartilhas; cartazes; vídeos; amontoados de terra solta; sombras (ora abrigando os jovens e o “professor”, ora auxiliando na produção de adubo); rochas (ora evidenciando a composição do solo, ora servindo para fincar piquetes ao chão e mapear o nível do solo); lâmpadas, torrões e borbulhas em copos com água. Aos poucos, vamos nos apercebendo que adentramos em um “terreno” em que os elementos assumem aquilo que Callon (1999) nomeia por *identidades de geometria variável*.

Fomos apresentados a novos micro-organismos, além daqueles já conhecidos que exigem a cal ou dos que fazem necessários os filtros de areia e carvão. Agora, sabemos que outros micróbios também participam dos processos, seja produzindo adubo orgânico, sofrendo sob a ação da água oxigenada ou mantendo os solos capazes de nutrir plantas. Erosão e outros processos de destruição dos (rasos) solos do Semiárido (lixiviação, compactação) também nos

são agora mais familiares, bem como fezes caprinas, restos de pastagens, lonas, curvas de nível, folhas secas e galhos que, por outro lado, atuam na preservação desses mesmos solos.

Estacas, piquetes, arames, pêndulos, regadores. Nossas mãos, que carregam e abrem cartilhas; seguram lâmpadas que são lupas; tomam notas; operam facões e alicates; além de tocar a terra e o esterco, para sentir a água retida no chão sob a cobertura seca, ou para sentir o trabalho dos seres microscópicos que estão a preparar o composto. Sabemos de enxadas e outras ferramentas agrícolas, utilizadas conjuntamente com gráficos, tabelas e outras ilustrações para executar técnicas que visam prolongar a guarda das águas no solo, evitando que escoem para longe ou que sumam para o subsolo sem serem devidamente aproveitadas nas roças dos agricultores.

4.1.4 Objetos diferentemente *enactados* ou apenas distintos modos de uso de um mesmo objeto?

A faculdade que uma *coisa* tem de desdobrar-se, de carregar multiplicidades (MOL, 1999; 2002; WOOLGAR; LEZAUN, 2013; LAW; LIEN, 2010; LAW; SINGLETON, 2013), é algo que podemos relacionar com as variações observadas em relação a alguns personagens daquele relato (Quadro 4.3). O solo, que é recurso pedagógico numa prática, e é reservatório de água em outra (quando guarda água nas curvas de nível, sob a cobertura seca, mediante aplicação do composto orgânico ou quadro abriga um barreiro trincheira) pode exemplificar esse tópico.

Poderíamos dizer que não se trata de uma *variação da coisa* (o solo), mas apenas de seu uso ou da representação subjetiva que se faz dele. Todavia, argumentar que esse solo se mantém o mesmo, com propriedades essenciais, seria dissociá-lo das práticas em que ele está envolvido, seria conceber a sua existência nos nossos coletivos ainda que sem práticas das quais ele participasse. Pelo contrário, assumimos que “se um objeto é real, é porque ele faz parte de uma prática” (MOL, 2002, p. 44) ou, dito de outro modo, que realidades são *enactadas* em relações (LAW; LIEN, 2010). Semelhantemente, dissociar realidade e práticas seria admitir que a composição/agregação de ingredientes, que formam algo, independem das performances das quais esse algo participa.

E isso não corresponde ao que observamos em campo: o solo mobilizado no processo de produção do barreiro trincheira (lembremos do relato “Os doutores da Convivência”, no Quadro 4.1) está presente em uma prática na qual inexiste lugar para percentuais de matéria orgânica ou para seu potencial de erosão ou lixiviação ou salinização, ou qualquer coisa dessa natureza. Ali, são importantes sua localização à frente de um curso d’água (rio, córrego, grotas);

sua disposição sobre camadas de subsolo o mais rochosas possíveis, com capacidade de reter água nas partes profundas; a possibilidade de manter a água em condições de ser bombeada para outros locais. Não há espaço para sua associação com esterco, galhos e folhas secas, nem com curvas ou vegetação.

No solo envolvido na prática de guardar água sob a cobertura seca, associado ao composto ou às curvas de nível, por sua vez, não há lugar para as características anteriores, sendo a existência do solo ocupada por componentes e propriedades diferentes, especialmente sua matéria orgânica; sua capacidade de manter água encharcada na superfície por tempo suficiente para o aproveitamento pelas plantas cultivadas sobre ele; e sua condição de resistência a processos que possam desintegrá-lo e levá-lo embora das roças dos agricultores.

Assim, a *existência*, sob um modo específico, depende das conexões que as práticas permitem (ou condicionam) a uma determinada *coisa*, tornando-se impossível existir sem associações. Por consequência, conexões diferentes implicam na produção de existências também diferentes. Em outras palavras, seria incoerente propor que a conexão entre diferentes produza mais do mesmo (LATOUR, 2012; LAW, 1999). Para nossa pesquisa, essa linha de compreensão nos leva a refletir sobre como distintas cadeias de associações, mobilizadas em uma prática, adquirem um *caráter organizado*, com seus partícipes sendo parcialmente estabilizados em determinadas configurações de si e em termos de participação em um suposto *todo*, mediante o que se poderia chamar de uma *institucionalização rotineira dos fluxos* (Latour, 2001).

Ainda, assumir a unicidade do solo em qualquer prática e recorrer à ideia de essencialidade, tomada de modo distinto apenas por diferentes “representações” que se façam dela, seria pressupor aquilo que Latour (1994) chama de *mononaturalismo*. Seria admitir a unicidade dos elementos da “Natureza”, enquanto de um outro lado, dito “social”, estaríamos imersos numa incerta elaboração subjetiva e múltipla de *estados mentais compartilhados*, inescapáveis em virtude da nossa inexorável limitação de acesso à *realidade lá fora*.

Toda multiplicidade, assim, não estaria *nas coisas*, *na existência*, mas tão somente no perspectivismo que cerca nossas pretensões de conhecimento. Esse criticado por *mononaturalismo/multiculturalismo* seria, desse modo, reivindicado para manter a ênfase da discussão sobre a ideia de epistemologia, ao tempo que a mantém como uma dimensão separada (embora não independente) da ideia de ontologia.

Por outro lado, na medida em que concebemos a existência de algo - como o solo - a partir das multiplicidades que a coisa em si se permite, ao desdobrar-se por diferentes cadeias

de agregação, em diferentes práticas, compreendemos que *a prática é o locus de produção da realidade*, em que os partícipes são enactados na existência (LATOUR, 2012; MOL, 2002; LAW, 2007; LAW; URRY, 2004). Seguindo essa orientação, o debate sobre a multiplicidade se desloca para a ontologia, desde que passa a fazer pouco sentido separar realidade e o acesso à realidade, quando a primeira não pode prescindir da prática e desde que toda prática também é um modo de conhecer, implicando formas de compreensão das coisas (LAW; LIEN, 2010; GHERARDI, 2013; 2016). Mundos físicos e mundos mentais, realidade e cognição seriam termos de um vocabulário com pouco a dizer sobre o mundo.

Na abordagem sobre os *processos de organizar*, essa discussão pode ser relacionada à nossa sugestão de que uma razoável compreensão da *organização* - que decorre como efeito das estabilizações parciais deixadas precariamente no curso de uma trajetória de conexões sempre inacabadas – exige identificar particularidades forjadas na *generatividade das práticas* (LAW; MOL, 1995; MOL, 1999; 2002; WOOLGAR; LEZAUN, 2013). Longe de se tratar apenas de particularidades referentes a variações culturais, pontos de vista ou versões historicamente sedimentadas, estaríamos nos referindo a *singularidades dos processos de organizing* em termos da multiplicidade ontológica que eles envolvem.

4.1.5 Registrando outras conexões em cena e nos mantendo a salvo dos contextualismos

Voltemos, todavia, a enfatizar o caráter empírico de nossa abordagem. Semelhantemente ao que pudemos observar após a descrição da primeira narrativa, ver esses novos partícipes em cena também ajuda a compreender *outras associações em movimento* no campo vivenciado. Parece oportuno mencionar algumas.

A atividade de produção do composto orgânico, por exemplo, nos leva a visualizar o modo “*livre de insumos químicos*” pelo qual os solos são manejados naquele Centro de Formação, seja no cultivo de hortaliças e leguminosas que depois irão à mesa no refeitório, seja na preparação de pastos que alimentarão o rebanho de cabras. A propósito, acrescentemos a informação de que aquela propriedade possui *selo de certificação orgânica*: é uma roça sintonizada às preocupações quanto ao aspecto saudável dos alimentos ali produzidos, além da atenção aos aspectos ditos *ambientais*.

Também são certificados como produção orgânica alguns produtos obtidos do *beneficiamento de frutos nativos*, em cooperativas de agricultores apoiadas pelo Irpaa em projetos diversos, como acontece em empreendimentos nos quais estive durante a estadia em campo. Não por acaso, a temática da *Agroecologia* (que não se encerra na questão da produção

orgânica) mostra-se presente em várias discussões que envolvem a CSab, dos seminários à formação de agricultores ou de agentes de assistência técnica e extensão rural (agentes de Ater).

Essa associação com a produção orgânica e com a Agroecologia é também uma das formas possíveis de chegarmos à maneira como os partícipes dessas práticas registram um contraponto ao chamado *mundo do agronegócio*. Como dizia um dos estudantes da república, enquanto nos orientava sobre a tarefa de fazermos as bactérias trabalharem para a gente: “*fazer o composto é um ato político*”. É curioso, nesse sentido, que o Centro de Formação esteja localizado na vizinhança das plantações de cana de uma grande agroindústria produtora de açúcar e de etanol, que faz uso de irrigação com águas do Rio São Francisco (Figura 4.2).

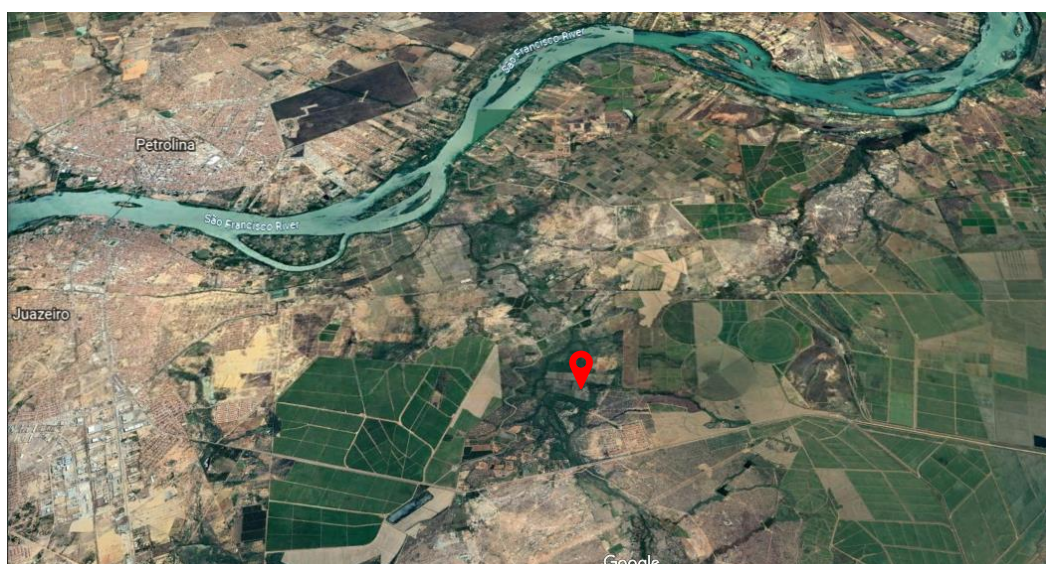


Figura 4.2: Vista aérea das proximidades do CFDJR

Fonte: <https://earth.google.com>

Não raramente, as instruções sobre produção orgânica ou sobre o uso adequado do solo, no Centro, contam com exemplificações negativas referentes “*aos plantios da empresa aqui ao lado*”. Esses últimos são tomados como ilustrativos de um tipo de produção que utiliza toda sorte de pesticidas, prejudicando a biodiversidade, além de utilizar métodos de irrigação que desgastam os solos e tornam a produção cada vez mais dependente de insumos químicos.

Numa das manhãs na 25ª EFCSA, a equipe de jovens que faria a limpeza do auditório foi surpreendida com uma grande precipitação de fuligem oriunda da queima de canaviais nos plantios da empresa vizinha. Não só no auditório, mas também nos beliches dos dormitórios, amanhecemos cobertos dos restos da queima dos canaviais, que ocorrera durante a noite. Houve relatos de alguns de nós com dificuldades para respirar, além de, na manhã seguinte, ser necessário muito trabalho para remover a fuligem.

O episódio foi rapidamente tomado como um exemplo de prática contrária à CSab. “Olha aí, nós aqui discutindo a Convivência e olha o que a Agrovale³⁷ faz”, disse, pedagogicamente, um dos profissionais do Irpaa, que chegou ao auditório enquanto a equipe de jovens se esforçava por deixar o local em condições para as atividades da Escola. “Nós não fazemos assim, nossos lotes não são tão grandes”, disse o jovem Moacir (não aquele profissional do Irpaa que conhecemos no relato, mas um dos integrantes da turma, cuja família cultiva cana para produção de cachaça e de rapadura, no Oeste da Bahia).

Outros tantos momentos vividos em campo reforçaram essa compreensão sobre a constituição daquelas práticas de CSab como um mundo que se proclama *oposto* ao mundo do *agronegócio* ou da *agricultura patronal*. Numa das formações voltadas para profissionais de Ater, em outro exemplo, uma das palestras fornecidas tinha como ponto de partida a distinção entre a *pequena agricultura* (denominada de *familiar* ou, em algumas definições, de *camponesa*) e a *agricultura patronal*. O Instituto Irpaa, como sinaliza a sigla, dedica-se ao que chama de *pequena agropecuária apropriada*.

Mais à frente, será interessante voltarmos a esse ponto. Nesse momento, todavia, pareceu pertinente expor um pouco como as atividades de produção orgânica, reconhecidas a partir da prática de produção do composto, acabaram por evidenciar esse caráter de oposição entre a *produção familiar* - com base em insumos produzidos localmente - e a *produção agroindustrial baseada em insumos químicos*. Isso também é um modo de demonstrar como, na experiência de formação de nossos coletivos, as articulações e composições também carregam uma forma de produzir um *mundo comum*, um *nós* que, concomitantemente, depende da uma construção do *outro*, em um aspecto que se poderia chamar de *político* (LATOUR, 2001; 2004; 2013).

Essa abordagem do trabalho com as bactérias, cabras, sombras, restos vegetais, curvas de nível, dentre tantas outras coisas, para proteger o solo (seja mediante o uso de adubo orgânico, do ato de reter a água no solo, ou da proteção contra erosões e outros processos destrutivos), também nos leva a outras associações, como a que vincula nosso campo com as questões de *combate à desertificação* e enfrentamento de *mudanças climáticas*.

³⁷ Nome da agroindústria produtora de açúcar, cujas instalações são adjacentes ao Centro Dom José Rodrigues. Episódios desse tipo (de ocorrência de fumaça e precipitação de fuligem), na verdade, são comuns nas cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, dado que o método de queima das áreas para o replantio da cana, pela empresa em questão, produz aquele efeito, tão mais nocivo quanto mais próximo se está dos locais das queimadas, como é o caso do Centro de Formação.

Conforme a ONU, processos de desertificação afetam cerca de 58% do Semiárido brasileiro, sendo que um dos chamados *núcleos de desertificação* compreende o Sertão do São Francisco, no norte do estado da Bahia.

Em 19 de junho de 2018, o Irpaa recebeu, em Brasília, o Prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais, organizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Embrapa e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/ONU). O prêmio visa reconhecer experiências “de salvaguarda e conservação dinâmica de bens culturais e imateriais, associados à agrobiodiversidade e à sociobiodiversidade presentes nos Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil”, conforme apresenta o sítio eletrônico da premiação³⁸.

O reconhecimento do Irpaa se deu em virtude de uma experiência denominada por *recaatingamento*, iniciada no ano de 2009 em *Comunidades de Fundo de Pasto* de municípios do norte baiano. Essas comunidades são comunidades tradicionais, reconhecidas pela legislação estadual da Bahia e caracterizadas por fazerem uso coletivo de áreas do bioma caatinga. Historicamente, essas áreas são compartilhadas pelas famílias da comunidade, sem posse individualizada. A degradação dessas mesmas áreas, com ocorrências de processos de desertificação, é o alvo das premiadas iniciativas de recaatingamento do Irpaa. No trabalho em conjunto com as comunidades, agricultores são apoiados no desenvolvimento de formas de proteção dos solos e da vegetação, juntamente com o uso produtivo dos fundos de pasto (a exemplo do beneficiamento de frutos da caatinga e comercialização dos produtos derivados).

Desse modo, a conexão entre as práticas do nosso campo e grandes temáticas como o avanço de processos de desertificação pelo mundo, uma das facetas das mudanças climáticas, é mais uma dentre as associações mobilizadas. Isso também se evidenciou quando o próprio Programa Cisternas (o P1MC) levou o Fórum Articulação do Semiárido (Fórum Asa Brasil) a ser premiado pela Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), por compreender que a iniciativa auxilia na manutenção das pessoas nas áreas rurais do Semiárido e possibilita formas renovadas de lidar com os solos e produzir alimentos. Com o segundo lugar mundial do *Prêmio Política para o Futuro (Future Policy Award)*, a Asa foi laureada na 13ª sessão Conferência das Partes da UNCCD (COP 13), em setembro de 2017, em Ordos, na China.

³⁸Ver <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/social/premio-bndes-boas-praticas-sistemas-agricolas-tradicionais>.

Algumas das observações acima, como aquelas sobre as conexões com questões como a produção orgânica e o combate à desertificação, poderiam apenas nos levar pelo caminho de atribuir *fontes contextuais* a determinados aspectos de nosso campo. Por exemplo, poderia nos conduzir a explicações que argumentassem que determinadas presenças observadas derivam da atuação em um suposto *contexto de avanço da temática ambiental pelo mundo* ou em decorrência da influência de um *contexto mundial* cada vez mais voltado para a atenção às implicações da produção de alimentos sobre a saúde humana e o equilíbrio dos ecossistemas. Diríamos que a CSab se encontra engajada nos processos relacionados à emergência do *novo regime climático* (LATOUR, 2017).

Esse recurso a fontes contextuais, entretanto, poderia se traduzir na pressuposição de que as presenças que atuam em nosso campo seriam oriundas de dois níveis distintos, algo do tipo micro-macro ou interno-externo, com *relações causais* entre esses níveis de profundidade. Isso nos levaria a pensar em termos de *fontes externas da ação* nos movimentos que buscamos explorar, o que implicaria tomarmos nosso campo apenas como reprodutor ou, contrariamente, como *locus* de resistência de determinadas influências, ao tempo em que associaríamos determinados atores como *causas* da ação à qual outros apenas *respondem*. Assim, relegaríamos vários atores ao nada nobre papel de meros transportadores dos conteúdos emanados pelas supostas fontes.

Com tal recurso, as diferenças encontradas na trajetória de algo posto em movimento por determinada *fonte* poderiam ser apenas entendidas como *resistências*, que criariam desvios em relação aos conteúdos iniciais (LATOUR, 1986; 2012; LAW; SINGLETON, 2013). Longe da ideia de compreendermos redes como *locus* de produção do novo, em que os atores são mediadores de transformações, estaríamos concebendo os movimentos como meros deslocamentos, a partir de um repertório concebido para um mundo com mobília fixa (LATOUR, 2004). Ao contrário disso, nosso estudo se mantém no intuito de não segmentar, por níveis, os atores em nosso campo, mantendo, para fins de análise, a ideia de uma *topografia oligóptica* ou plana (LATOUR, 1999; 2012), em que veículos diversos transportam transformações.

O recurso ao contexto teria, dessa maneira, o inconveniente de nos remover da ideia de uma *ação descentrada*, desdobrada, deslocada, delegada e formatada em redes e nos deixaria novamente na presunção de uma *ação monolítica* (provavelmente antropocêntrica). A reivindicação de fontes específicas da ação nos retiraria da possibilidade de atribuir ação ao conjunto de partícipes que se encontram mobilizados nas cadeias de associações que foram

chamando a nossa atenção. Essa recusa aos contextualismos não significa uma opção por tratar como equivalentes todas as participações, mas assumir nosso campo como um ator-rede, no qual a ação é uma condição do heterogêneo e sempre inacabado conjunto de ingredientes reunido, reconhecendo a desigualdade nos termos de participação de cada um. Trata-se, como esclarece Gherardi (2016), de associarmos *agência* às práticas e não a grupos específicos de atores.

O propósito de sair das amarras de um debate como aquele do internalismo *versus* contextualismo, propondo uma abordagem mais convergente com a ideia de *malha sem costuras* (LATOUR, 1994; CALLON, 1986), permite-nos olhar para o nosso campo de estudos a partir da experiência, sem mobilizar forças transcendentais (LATOUR, 2012) para explicar suas características. Isso permite uma ênfase em diferenças e não em padrões, na mudança como aspecto básico, na medida em que compreendemos as transformações operando por entre um mundo constituído por questões de interesse (múltiplas e discutíveis) e não por questões de fato (que se pretendem encerrados, impassíveis de discussão) (LATOUR, 2004b). Sem isso, compromete-se a atenção ao contínuo *tornar-se* das coisas.

4.1.6 Evidências de movimentos de expansão nos coletivos estudados: trajetórias de mudanças

Quanto a esse permanente caráter inacabado dos nossos coletivos, cabem alguns breves comentários relacionados ao campo que temos estudado. Uma primeira observação é a de que novos contornos para os agregados de elementos, que se encontram associados nas práticas estudadas, podem se dar mediante reformulações no modo de conectar personagens que já se encontram em cena. O *processo de organizar* que tanto nos interessa, dito de outro modo, não cessou nem está condenado à repetição do estado atual de coisas.

Cabras e ovelhas, por exemplo, participam de nosso campo com significativo destaque. O chiqueiro de cabras na roça do Irpaa consiste em um espaço onde se atesta que cabras são, por excelência, agentes de CSab, dentre outras razões, porque consomem volumes reduzidos de água por dia. Voltaremos às cabras e ovelhas, de modo mais detido, adiante. Mas, por enquanto, gostaríamos de ressaltar o fato de que, apesar de não serem originárias da região, elas estão no Semiárido desde a colonização do território, quando foram trazidas pelos colonizadores. Ao longo desses séculos por aqui, cabras e ovelhas desenvolveram uma impressionante familiaridade com os ecossistemas locais e com o mundo dos agricultores familiares, de modo que muitas raças hoje existentes já podem ser denominadas de *nativas*.

Elas estiveram juntas no processo de colonização. Elas ajudaram o Arraial de Canudos a surgir, a crescer e a resistir às batalhas até quando o massacre foi inevitável. Na roça do Irpaa, não se pode ignorar a presença delas, seja vendo-as nos currais ou citadas em publicações, havendo, inclusive, bastante espaço para se falar a seu respeito durante a programação. E há uma cartilha em que elas são personagens centrais (Imagem 4.24, apêndice A). As cabras, não há dúvidas, compõem o misto de coisas no nosso campo.

Sem gozar do mesmo lugar de destaque que as cabras ocupam, outros elementos participam do nosso campo de modo mais tímido. Alguns deles têm um ingresso recente, como as experiências durante a investigação indicam, e parecem ter algum futuro promissor no *mundo comum* da CSab. Tragamos um exemplo, valendo-nos dos nossos relatos anteriores, mais uma vez.

Tanto na primeira narrativa, que intitulamos “os doutores da convivência” (Quadro 4.1), quanto nessa última descrição, que nomeamos “como se faz solo?” (Quadro 4.3), a placa de captação de energia solar que há na borda do barreiro-trincheira permaneceu sem quaisquer comentários que a trouxessem ao centro do debate. Nem Alexandre, o profissional que nos explicou sobre os diferentes modos de captação e armazenamento de água, nem Moacir, que se dedicou a conversar conosco sobre o solo, nenhum deles deu àquela placa qualquer minuto de fama. Ambos estiveram no local, conosco, enquanto a placa era ignorada, ao tempo que nossa atenção tinha como foco o barreiro trincheira, a água, o solo, a porosidade e as evidências de vida microscópica nos torrões que analisávamos. Também não houve momentos no auditório em que tratássemos dela. Nem há cartilhas a seu respeito.

A placa, todavia, está ali porque participa de testes com a geração de energia solar na propriedade. Com a enorme disponibilidade de luz do sol no Semiárido, não precisamos muito para supor que ela pode, em breve, adquirir maior destaque no elenco com o qual estamos nos familiarizando. Em algum tempo, no processo de *composição progressiva* daquele mundo comum, podemos ver uma articulação mais firme entre painéis daquele tipo e vários partícipes de nossos coletivos.

Células fotovoltaicas poderão sair das bordas ignoradas do nosso campo, para torná-lo ainda mais heterogêneo e complexo. Com elas, inclusive, novas transformações terão lugar. Por exemplo, além de um Sol que evapora as águas do Semiárido, que acelera a destruição de solos, que fornece luz para a produção de alimentos, que ameaça destruir os micro-organismos que trabalham silenciosamente nos compostos, poderemos ter um Sol cuja luz participa de

outras performances, auxiliando a *enactar* outras realidades, que hoje apenas pairam no terreno das possibilidades, das *candidaturas à existência* (Latour, 2001; 2004a).

Semelhantemente às placas, há outras notáveis inserções recentes em práticas, a espera de assumirem posições de maior destaque no nosso campo. As *Pancs*, as *águas residuais* e as *cidades* são algumas delas. *Pancs* são uma abreviação para *Plantas Alimentícias Não Convencionais*. São espécies vegetais que pouco aparecem na alimentação humana, mas que são nutritivas e comestíveis - e até saborosas. Quando me deparei, num dos momentos de campo, saboreando sucos, bolos e geleias produzidas a partir de cactos, compreendi que o Mandacaru e outras espécies podem se tornar *pós-doutores* da Convivência. E isso pode, também, levar cozinhas a serem *enactadas* de outro modo no nosso campo, coexistindo com as cozinhas que presenciamos hoje ou levando-as a se transformarem também. Não apenas cozinhas, mas restaurantes, alimentação escolar, merendeiras e uma série de outros elementos relacionados à alimentação viriam a ser passíveis de articulação ou rearticulação aos coletivos que estamos conhecendo. Por ora, entretanto, as *Pancs* têm lugar bastante discreto nas práticas que percebemos na experiência em campo.

É o que também ocorre com as *águas residuais*, muito embora algumas organizações possuam experimentos recentes com a reutilização de águas na região, como é o caso de experiências produtivas de frutas e hortaliças no município de Ouricuri, no Sertão Pernambucano, em iniciativas conduzidas junto ao Centro de Assessoria e Apoio Técnico aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (Caatinga). Nessas iniciativas, estações domiciliares de tratamento de águas tomam lugar entre as conexões, participando, entre outras atividades, da produção de alimentos.

Quanto às *cidades*, é perceptível o fato de que há debates incipientes a respeito delas e sobre os componentes que permitiriam levá-las a contribuir mais efetivamente para a convivência. Apesar disso, a experiência de formação dos coletivos no nosso campo tem, compreensivelmente, sido eminentemente de *natureza rural*, com forte ligação ao mundo das populações humanas difusas e da agricultura familiar. As cidades, com as questões relacionadas ao saneamento básico e às grandes áreas de construções que podem captar e armazenar maiores volumes de águas da chuva - se comparadas às disponibilidades de construções no campo -, podem vir a participar da Convivência em conexões bastante distintas das que temos atualmente. Além dessas questões, há sem dúvidas outros pontos envolvidos na discussão sobre o ambiente urbano e sua contribuição potencial à CSab.

Os *processos de organizar*, desse modo, não podem ser tomados por nós apenas como processos em que elementos pré-concebidos são manejados, orientados, transpostos ou re-etiquetados. Nosso intuito se volta para compreender que os mesmos movimentos e fluxos em que a *montagem local de organizings* é operada também carregam a *produção de alteridades*, o que nos desautoriza a fixar identidades apriorísticas. Pressupor processos de *organizing* que se desenrolam apenas mediante conexões entre partes fixas, impede-nos de dar a devida atenção para movimentos que demonstram *identidades em negociação*. Nesse sentido, carece do devido escrutínio empírico qualquer tentativa de falar sobre as identidades e singularidades que permeiam o campo de práticas sob o nosso interesse, haja vista que, também, identidades são *praticadas*.

Continuemos, pois, o nosso esforço de reconhecimento inicial dos *atores*, das *conexões* e dos *movimentos* que se fazem presentes no campo que vivenciamos. Essa constitui uma tentativa preliminar de nos familiarizarmos com os coletivos com os quais estamos lidando. Temos feito isso a partir do desdobramento das observações que se deram em momentos de formação acompanhados durante a pesquisa de campo. Nosso propósito, vale lembrar, não se encerra com essa apresentação de tais desdobramentos. Trata-se de aprofundarmos esse reconhecimento inicial das complexidades e heterogeneidades nas práticas pelas quais nos interessamos. Mais adiante, ousaremos fazer uso desse reconhecimento para explorar a possibilidade de identificarmos um modo de *qualificarmos* a singularidade dessas práticas. Esse esforço, porém, não virá agora.

4.1.7 O *enactment* das práticas em outros objetos: jovens, Semiárido, Convivência e outros híbridos

Vamos, a seguir, nos debruçar sobre mais um conjunto de narrativas preparado a partir dos diários de campo, antes de nos aventurarmos naquilo que será a parte mais desafiante desse capítulo: a tentativa de visualizar uma *chave interpretativa* pela qual possamos capturar as particularidades do mundo que ousamos compreender. Por ora, a fim de desenvolvermos uma compreensão mais robusta sobre os elementos que nele circulam, não será exagero convidarmos para o terceiro (e mais longo) relato.

Quadro 4.4

Narrativa III

“Quem somos nós, jovens do campo?”

A chegada à “roça”

Dia 10 de Julho de 2017. Primeiro dia de Escola. Faltavam poucos minutos para as 19h00 quando cheguei ao auditório do Centro de Formação. Havia alguns presentes. Profissionais do Irpaa faziam alguns ajustes no local, conferiam conexões entre equipamentos e tomadas, conversavam entre si. Alguns jovens iam chegando, com materiais para anotações nas mãos (cadernos e canetas), procurando sentar-se nas cadeiras disponíveis.

Em instantes, aquele local abrigaria a sessão de abertura da 25ª EFCSA, conforme indicava a programação impressa em folhas e colada junto ao lado externo do portão de acesso ao auditório. Essas folhas já haviam sido consultadas com atenção pelos vários jovens que se encontravam no Centro de Formação e que participariam da formação.

Chegados de seus locais de origem, de vários estados do Nordeste, ao longo daquele dia, esses jovens foram recebidos e alojados nos dormitórios que ladeiam o auditório. A programação exposta à porta do auditório forneceu, para eles, uma primeira apresentação detalhada das atividades que seriam desenvolvidas ali pelas próximas duas semanas.

No Centro de Formação, eu havia chegado às 15h00 do mesmo dia, dirigindo um veículo de passeio. Eu estava acompanhado do jovem Geovane, que eu conhecera meia hora antes, na recepção do Escritório do Irpaa, localizado na área urbana de Juazeiro-BA, aproximadamente 12 km distante do Centro.

Eu havia saído da cidade vizinha de Petrolina-PE e passei pelo escritório do Irpaa, antes de me dirigir ao local da Escola, a fim de verificar, com a equipe de coordenação, se eu poderia auxiliar em algo mais naquele primeiro dia do evento. Não restando muitas atividades pendentes, dei carona ao jovem Geovane, que participaria da Escola e que aguardava no escritório para ir ao Centro. Assim como eu, ele estava devidamente munido de sua mochila com os objetos pessoais que utilizaria durante a estadia.

No caminho, perguntei se Geovane já conhecia o Centro de Formação para onde estávamos indo. Ele me respondeu que já estivera no local umas duas vezes, a fim de participar de eventos, mas que não se sentia seguro em orientar o caminho. Daí, contou que vinha da comunidade de Lagoa dos Jacarés, na zona rural de Juazeiro, onde sua família vivia da criação

de cabras e ovelhas, como quase todas as famílias do lugar. E que essa criação era praticamente a única atividade produtiva que restava viável no local diante do cenário de chuvas reduzidas que já durava sete anos.

No percurso, fui fazendo algumas perguntas a Geovane, que, apesar de sua aparente timidez, sempre respondia com boa vontade e até prolongava o assunto. Ele me falou sobre várias questões relacionadas à vida dele no campo; sobre os poucos milímetros de chuva registrados na sua propriedade no último ano; sobre o manejo dos rebanhos; os problemas com mortalidade ou com nascimentos em demasia dos animais; as oscilações nos preços, geralmente desfavoráveis aos criadores; a necessidade de suplementar a alimentação dos animais com rações; fornecer medicamentos e vitaminas; e a não rara ocorrência de verminoses e anemias.

Quando chegamos ao Centro, atravessamos a cancela principal e adentramos a propriedade. Parei e estacionei o carro na lateral da primeira ala de dormitórios. Descemos, pegamos nossas mochilas e nos dirigimos à parte da frente dos quartos. À medida que nos aproximávamos, era possível perceber que ali já circulavam vários jovens que, por certo, também participariam da Escola. Com trajes descontraídos (bermudas e camisetas, por exemplo), alguns descansavam sobre as camas com as portas abertas; outros ouviam músicas com seus *smartphones* e fones de ouvido; uns descansavam em assentos sob árvores no pátio; outros buscavam encontrar sinal de telefonia celular caminhando pelo lugar – provavelmente a fim de acessar seus perfis em aplicativos de mensagens ou redes sociais; outros jogavam dominó sentados ao redor de uma mesa no pátio.

Ao lado, três homens trabalhavam na construção de uma extensão dos dormitórios, um deles estava sobre um andaime, trabalhando numa das paredes levantadas de uma estrutura ainda sem teto. Além das conversas entre os presentes, também se ouviam notícias sobre política e futebol, emitidas por um rádio a pilhas, que os trabalhadores pareciam ter deixado em um dos locais da obra, sintonizado a alguma emissora local.

Eu e Geovane falamos rapidamente com os jovens presentes, cumprimentando-os. Eles perguntaram se também estávamos ali para participar da Escola e nos indicaram os quartos que estavam reservados para os integrantes da turma. Entramos em um dos quartos e deixamos nossas mochilas, escolhendo também as respectivas camas que ocuparíamos, entre as disponíveis nos beliches que mobiliavam o quarto. Feito isso, voltamos para junto do grupo que jogava dominó. Mas, o jogo foi logo interrompido, porque um barulho estridente, vindo de dois pedaços de ferro batendo um contra o outro, anunciava um lanche estava sendo servido naquele pátio.

Nisso, a informação foi sendo gritada para os menos atentos. E muitos que estavam no interior dos dormitórios saíram para se juntar aos demais. Outros largaram seus aparelhos celulares. “Não ouvi por causa dos fones de ouvido”, um deles dizia, rindo.

Enquanto lanchávamos, eu conversava com um ou outro. E percebi que alguns já tinham feito os primeiros contatos e se cumprimentavam pelos nomes, falavam de seus estados de origem, de futebol, do que já haviam identificado na propriedade do Centro de Formação, etc.

Moacir, jovem negro, de uns 20 anos de idade, que vinha de um município mais ao Sul da Bahia, falava num pequeno grupo sobre a atividade de produção de cachaça e de rapadura, que o ocupava na propriedade da sua família e que parecia orgulhá-lo. Havia bastante interesse por parte dos demais, que não demorariam a chamá-lo apenas por “cachaceiro”, num tom de brincadeira que pouco discernia a referência entre quem produz ou quem consome a cachaça. Moacir, por sua vez, não hesitava em discorrer sobre o cultivo da cana; a questão do teor alcóolico; dos preços; do volume de produção; o uso da água; a escassez da água; as necessidades de adubação do solo; os conflitos com os seus pais que desaprovavam certas mudanças que ele pretendia na propriedade...

No restante da tarde, em pequenos grupos ou individualmente, outros jovens continuaram a chegar ao Centro, a tomar seus lugares nos dormitórios e a fazer os primeiros contatos com os demais. No auditório, alguns profissionais do Irpaa preparavam o ambiente para a abertura das atividades programadas, outros estavam responsáveis por dirigir os veículos que levavam os recém-chegados da cidade de Juazeiro até o Centro.

Conversando com os jovens, bem como observando seus diálogos, percebi que vários se apresentavam como egressos ou estudantes de alguma determinada escola rural, especialmente das denominadas Escolas Família Agrícola (EFAs). São escolas no campo com uma organização curricular diferenciada do modo convencional, praticantes da chamada *pedagogia da alternância*, pelas quais são alternados períodos de atividades escolares e períodos de aprendizagem nas comunidades, de modo a integrar teoria-prática e a não exigir o desligamento dos estudantes em relação ao trabalho familiar na agricultura.

Alguns são estudantes de algum curso técnico ou superior relacionado à Agricultura (Engenharia Agrônômica; Agroecologia; Zootecnia; Técnico em Agropecuária, etc); outros identificam-se como vindos de grupos de jovens ligados à Igreja Católica (sobretudo vinculados à Pastoral da Juventude Rural); de sindicatos rurais; de associações ou movimentos sociais,

como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA).

Às 18h00, o bramido dos ferros, tal qual na hora do lanche, volta a ser ouvido. Não demora, começa a circular o informe de que todos deveriam se reunir no refeitório do Centro, onde seria servido o jantar. Ali, profissionais do Irpaa nos apresentam dona Eliza e sua filha. Responsáveis pela cozinha do local, elas residem no Centro, juntamente com outros familiares. Elas explicam sobre o caráter sagrado do alimento que a cada dia será servido, sobre o amor com que o estarão preparando e sobre a ausência de ingredientes processados nas refeições. Que não possuem remédios ali na “roça”, mas disponibilizarão ervas ou sementes para chás, a quem procurá-las com algum desconforto, conforme a situação. Acrescentam as nossas responsabilidades com as atividades de alimentação durante aquele período, que incluem buscar as panelas e recipientes com alimentos na cozinha e levá-las às mesas, além da limpeza dos utensílios após as refeições, das mesas e do refeitório em geral.

O refeitório é um espaço com alguns lados abertos (laterais direita e esquerda e, parcialmente, o lado da frente), com um alto telhado sustentado por colunas de tijolos. Ele abriga várias mesas grandes, acompanhadas de bancos sem encostos. Contíguos ao refeitório, estão a cozinha e dois banheiros, de um lado, e uma sala de estudos com alguns microcomputadores, de outro.

De modo centralizado, numa das paredes aos fundos do refeitório, há um notável porta-retrato em vidro, fixado em uma coluna de tijolos, a cerca de 2m de altura. Nele, há uma foto em que aparece a face de um senhor branco, magro e sorridente, com vestes simples. Abaixo da fotografia, pode-se ler: “Dom José Rodrigues”. Trata-se do senhor cujo nome identifica aquele Centro de Formação, que as pessoas no Irpaa chamam, na maioria das vezes, apenas por “roça”, bem como as mulheres que gerenciam a cozinha e os estudantes que ali residem.

Após solicitação de Dona Eliza, alguns integrantes se voluntariam para buscar o alimento na cozinha. Numa das mesas, sem bancos, eles colocam as panelas e outros recipientes, além dos pratos limpos e dos talheres, que os presentes usarão para se servirem. Antes disso, porém, uma das integrantes do Irpaa solicita que alguém da turma conduza uma oração de agradecimento pelo alimento e pela refeição.

Há um breve instante de silêncio, que um dos jovens interrompe para sugerir que nos déssemos as mãos uns aos outros, em torno da mesa. Ele sugere que um Pai Nosso seja rezado, pois diz acreditar que aquela é uma oração que respeita a diversidade de orientações religiosas

entre nós. Não há qualquer objeção, e a oração é imediatamente iniciada, com todos de mãos dadas, conforme sugerido. Após a oração, devidamente organizados em filas, por ambos os lados da mesa, todos passamos a nos servir da comida preparada (Imagem 4.25, apêndice A).

Após o jantar, num clima bastante agradável de encontro e confraternização, todos retornamos ao local do auditório.

Agora, aproximam-se as 19h, hora da abertura das atividades que constam na programação!

O salão

O auditório compreende uma estrutura bastante simples. Trata-se de um salão amplo, com uma pequena elevação do piso (cerca de 15 cm) na parte mais ao fundo. Os assentos são cadeiras de madeira do tipo escolar, que estão dispostas próximas às paredes num semicírculo, voltado para o centro daquele espaço. Uma mesa está ao fundo do salão, mas ainda na parte mais baixa do piso, no espaço sem cadeiras escolares e coberta com um tecido de estampa florida, comum. Sobre ela, há um vaso com flores ornamentais, algumas folhas impressas, um equipamento eletrônico de projeção de imagens e um notebook. Ao lado da mesa, há equipamentos de som (caixa amplificadora; microfones; e alguns instrumentos musicais – tambor, violão, triângulo, pandeiro).

À frente da mesa, no chão, em espaço mais ou menos centralizado no auditório, há diversos objetos que compõem a ornamentação, num arranjo especificamente montado para aquele momento (conforme pude observar, durante a tarde do dia 10, enquanto o ambiente era preparado para as atividades). Dois potes artesanais de barro estão deitados ao chão, com aproximadamente 1,5m de distância entre um e outro. Suas aberturas estão direcionadas ao portão central do auditório (Imagem 4.26, apêndice A).

Um tecido está estendido ao chão, à frente dos potes. Esse tecido tem uma estampa com cor predominantemente azul e está disposto de modo que cada extremidade sua adentra a abertura de um dos potes, o que o faz parecer um rio que circula de um pote a outro, ou que nasce deles. Sobre a largura aparente desse tecido (cerca de 0,5m) estão sobrepostos vários materiais impressos, a grande maioria constituída de publicações produzidas pelo Irpaa: cartilhas; manuais de equipamentos; panfletos de orientações sobre associativismo/cooperativismo; panfletos sobre processamento de frutos; sobre manejo de água e outros temas; jogos pedagógicos; relatórios anuais de atividades referentes a vários anos; livros didáticos; e cartazes de divulgação de eventos.

No espaço de 1,5m que separa os dois potes, há outros utensílios artesanais: vasos de cerâmica; dois jarros com galhos verdes de juazeiro; um pilão de madeira; um maracá e um outro pequeno vaso com pinturas indígenas. Ainda nesse espaço, junto ao pote do lado esquerdo, está a escultura de um bode, com cerca de 0,5m de altura e revestida com pelos naturais de caprinos, além de chifres também naturais. No espaço à frente dos potes, contornado pelo tecido que simula um rio, há um tapete marrom trançado com fibra de alguma planta. Após esse arranjo de coisas, existe um letreiro no chão, onde está escrito “25ª EFCSA”, sendo que os números e letras foram habilmente compostos pelo agrupamento de uma grande quantidade de pequenas sementes de feijão.

Na parede de fundo do auditório, centralizado, há um quadro para giz, retangular, que não parece ser usado com frequência. Ao lado direito desse quadro, há um grande painel em madeira, no qual está desenhado a parte do mapa do Brasil em que se localiza o Semiárido, constando nessa imagem as linhas divisórias dos estados do Nordeste, de Minas Gerais e de parte dos estados do Norte. Uma mancha alaranjada, sobre um fundo verde, destaca aquilo que seria a parte semiárida do mapa. Acima da figura, é possível ler: “onde atuamos”.

Ao lado esquerdo do quadro para giz, estão pendurados dois grandes panos, com outros dois mapas. Um, mais ao fundo, apresenta a mesma parte Semiárida do Brasil, mas as cores indicam diferenças entre regimes de chuvas. Um outro, mais à frente, com letras grandes e azuis, apresenta as palavras “Território Sertão do São Francisco”, destacando nove municípios baianos (Juazeiro, Curaçá, Canudos, Uauá, Sobradinho, Campo Alegre de Lourdes, Sento Sé, Pilão Arcado e Casa Nova). (Imagem 4.26, apêndice A).

Há seis grandes janelões de aço, três ao lado direito e três ao lado esquerdo do auditório. Eles estão fechados, aparentemente para evitar a entrada de insetos comuns naquela área rural, bem como pelo fato de que o tempo é agradável ali àquela hora da noite e àquele período do ano, podendo-se dispensar a ventilação que entraria pelas janelas. Nem o salão, nem os quartos, nem nenhum dos ambientes visitados no Centro dispõe de aparelhos de ar-condicionado.

O movimento de pessoas ali começa a aumentar com a chegada dos participantes ao auditório. Quatro profissionais do Irpaa se aproximam dos instrumentos musicais, tomam-nos pelas mãos e começam a tocar uma conhecida música de forró, enquanto um deles canta a letra da canção ao microfone. Rapidamente, um clima de animação toma todo o auditório, com os jovens se empenhando em acompanhar o canto, enquanto muitos também passam a

movimentar-se em gestos dançantes pelo meio do salão. Enquanto isso, muitos jovens que ainda estavam fora do auditório, adentram o salão e reúnem-se ao grupo.

“Quem somos nós, jovens do campo?”

Após executadas duas músicas, o som dos instrumentos é interrompido. Os presentes no meio do salão começam a caminhar de volta em direção às cadeiras do semicírculo. É quando entra no auditório uma jovem, gestante, em trajes simples. Impávida, ela pergunta com voz ativa, ao dirigir-se ao centro do auditório: “Quem somos nós, jovens do campo?!”

Há silêncio entre os demais. Ela repete por mais duas vezes aquele grito, enquanto gira em torno de si, olhando para os presentes: “quem somos nós, jovens do campo?!”... “Quem somos nós, jovens do campo?!”

O silêncio permanece. A moça caminha em direção aos homens que estão com os instrumentos musicais. Junto deles, ela pára, começando a cantar, com tranquilidade:

Caminhando e cantando

E seguindo a canção

Somos todos iguais

Braços dados ou não

Nas escolas, nas ruas

Campos, construções

Caminhando e cantando

E seguindo a canção...

Logo após esse início, o som dos instrumentos musicais acompanha o canto, enquanto praticamente todos no auditório passam a entoar a canção, especialmente no refrão.

Não há gestos dançantes, nem muita movimentação dos corpos pelo espaço, apenas a música sendo executada, sob semblantes bastante reflexivos.

Ao final da música, a moça que puxou o canto inicia por se apresentar. Tranquila, ela diz o seu nome, a comunidade rural de onde veio e informa que mora ali na república estudantil do Centro de Formação - que ela também chama de “roça do Irpaa”. Ela faz um curso superior na cidade de Juazeiro, para onde se desloca diariamente, a fim de assistir aulas.

Então, ela instiga os demais a se apresentarem de modo semelhante, dizendo o nome e sua comunidade de origem. Avisa que, para isso, chamará os presentes ao centro do auditório,

segmentando-os pelo estado do qual vieram. Ao sinal dela, aqueles que portam os instrumentos musicais começam a tocar, enquanto cantam:

Eu vou chamar o Piauí, pra fazer uma farinhada!
Eu vou chamar o Piauí, pra fazer uma farinhada!
Quem quiser fazer farinha, tem que peneirar assim...
Quem quiser fazer farinha, tem que peneirar assim...

Esse momento é bastante coreografado. As pessoas com os instrumentos giram pelo auditório em fila, juntamente com a moça que se apresentou primeiro. Especialmente ela, que porta apenas uma faixa de papel branco onde está escrito “Piauí”, movimenta-se como quem simula o ato de peneirar a farinha, com os braços, numa posição parcialmente curvada.

Rapidamente, os jovens piauienses presentes se somam à fila que serpenteia pelo espaço, também dançando. E, quando a música pára, eles são deixados ao centro do auditório, um deles segurando a faixa que identifica o seu estado. Um após outro, eles dizem o nome da comunidade rural onde residem e falam de sua principal ocupação.

Após essa apresentação, com os aplausos de boas-vindas de todos nós, os jovens voltam aos seus lugares nas cadeiras, deixando presa ao tapete de fibra vegetal, no chão, a faixa na qual está escrito “Piauí”, junto aos demais ornamentos ao centro do salão.

O clima é de bastante alegria e a música imediatamente recomeça, com o mesmo movimento coreografado de convite para outro estado. As apresentações seguem até que todos os estados com representantes no auditório tenham sido chamados. Os participantes oriundos do Piauí; Pernambuco; Rio Grande do Norte; Alagoas; Maranhão; Ceará; e Bahia foram, assim, devidamente apresentados, nessa ordem.

Ao fim, os integrantes do Irpaa que estão presentes vão à frente, ao som da mesma música e dos mesmos movimentos, e se apresentam para a turma.

Eu me apresentei junto aos integrantes do estado do Ceará, informando aos presentes que vinha da comunidade rural do Tabuleiro, no município de Nova Olinda-CE, mas que residia em Petrolina há alguns anos.

Com exceção do estado do Maranhão, com apenas um jovem presente, e do estado da Bahia - a delegação mais numerosa, com mais de 10 jovens -, os demais estados estavam representados por grupos que variavam entre dois e cinco participantes. Os estados da Paraíba e de Sergipe não tiveram representantes presentes. Ao todo, éramos 50 participantes.

Ao final desse momento, o tapete artesanal ao centro do auditório havia se transformado em um painel que registrava a participação dos sete estados, naquela Escola de Formação.

Não vivemos em uma bolha

Agora, um integrante da Coordenação Colegiada do Irpaa, um homem chamado Cícero, vai à frente e, conforme a programação, informa que irá fazer uma fala breve sobre a conjuntura política do país naquele momento, especialmente em relação aos povos do campo; que falará sobre o Irpaa; e também sobre os objetivos da Escola de Formação que se iniciava.

Cícero reforça as boas-vindas a todos e nos diz que é uma alegria participar da abertura de mais uma Escola que discutirá a Convivência com o Semiárido. Ainda na parte introdutória de sua fala, ele diz: “Nós não podemos conversar sobre água, clima, comercialização, agroecologia, terra, sem falar sobre *o golpe*, como se a gente estivesse em uma bolha”. E continua a conversar com os presentes, enquanto circula e gesticula pelo centro do auditório, dentro do semicírculo formado pelos participantes, à frente dos itens ornamentais arranjados ao chão.

Como esclarece mais adiante, ao tratar sobre a conjuntura política do país e como ela afeta os povos do campo, Cícero explicita que, com a palavra *golpe*, está se referindo ao processo de cassação - ocorrido no ano anterior (2016) - do mandato da presidente da república, Dilma Rousseff³⁹. O governo que sucedia Dilma Rousseff, sob a titularidade do antes vice-presidente Michel Temer, foi caracterizado por Cícero como um cenário de injustiças, especialmente em face da austeridade defendida pelo governo para o orçamento público e das propostas de reformas nas áreas previdenciária e trabalhista, além de outros esforços para reduzir a ação estatal.

Conforme Cícero, aquele era um cenário que fragilizava a vida dos povos do campo, para os quais seria vital o crescimento do investimento em políticas públicas em frentes diversas, a exemplo daquelas destinadas à agricultura familiar; da manutenção de um regime previdenciário diferenciado para os trabalhadores da agricultura; bem como uma atenção especial, para esses trabalhadores, pelas leis trabalhistas.

Com a atenção da turma, Cícero passa, em seguida, a nos apresentar o Irpaa, que ele destaca como uma organização dedicada ao tema da Convivência com o Semiárido: “nós somos

³⁹ Dilma Rousseff fora vitoriosa nas eleições presidenciais brasileiras de 2014 para exercer a presidência no período 2015-2018.

organização da sociedade civil. Nossa relação com o governo é para discutir propostas de políticas públicas que interessem às populações do Semiárido brasileiro”. Além disso, Cícero expôs brevemente a estrutura organizacional do Instituto, indicando seus órgãos administrativos superiores e os eixos conforme os quais sua atuação está organizada: Terra; Água/Chuva; Produção; Educação; Comunicação; e Administração. “Aqui na escola, vocês terão momentos com pessoas de todos esses eixos, ao longo da programação”, afirma Cícero.

Além de repassar algumas informações sobre aquele espaço em que a Escola aconteceria, isto é, o Centro de Formação Dom José Rodrigues (ou simplesmente “a roça”), Cícero destacou: “O objetivo da escola é ajudar nesse debate sobre a juventude no Semiárido brasileiro, numa perspectiva mais de possibilidades do que de desgraça; sobre como se pode viver bem, dignamente nessa região, a partir de um outro entendimento, outro olhar sobre essa região”.

As atividades na roça

Após a fala de Cícero, um outro profissional do Irpaa assumiu o centro do auditório para conversar conosco sobre as *regras de convívio* durante as semanas de estadia no Centro, sobre os horários das sessões na programação e sobre a formação de grupos para a distribuição das tarefas diárias.

Clérisson, o profissional que nos falava, explicou que deveríamos despertar no máximo às 5h45 de cada manhã, quando o alarme do pátio seria executado. Entre 6h00 e 6h30 de cada manhã, seriam desenvolvidas as atividades de limpeza do chiqueiro de cabras; preparação da ração desses animais; preparação do composto para adubação do solo; manejo do canteiro de hortaliças e legumes; e a hidroestesia – sendo que cada grupo estaria em apenas uma dessas atividades por dia.

Às 7h00 aconteceria o café da manhã, servido no mesmo local das refeições; às 8h seriam iniciadas as atividades no salão (auditório); ao meio dia, servido o almoço; às 14h00 seriam retomadas as atividades no salão ou em campo; às 18h00 haveria o jantar; e às 19h30, novamente, teríamos atividades no salão, que se encerrariam às 20h30. Haveria, também, um lanche no meio dos turnos da manhã e da tarde. Nosso recolhimento aos dormitórios não poderia ultrapassar o horário das 22h. Com exceção das visitas a ambientes externos, que constavam na programação, a saída do Centro só seria viabilizada em casos muito específicos, como a necessidade de atendimento de saúde.

Além das atividades matinais apresentadas (limpeza do chiqueiro de cabras; preparação da ração desses animais; preparação do composto para adubação do solo; manejo do canteiro de hortaliças e legumes; e hidroestesia), Clérisson ainda destacou a necessidade de participação ativa de cada um dos grupos em cinco tarefas, que deveriam ser diariamente revezadas entre as nossas equipes: a animação do auditório e a preparação da mística; o abastecimento de água do salão, sua limpeza e ornamentação; a tarefa de servir o café da manhã e as refeições preparadas na cozinha, além de manter a limpeza do refeitório após a saída da turma; a limpeza das panelas e demais utensílios utilizados no preparo dos alimentos, sendo que a limpeza de pratos, copos e talheres seria de responsabilidade individual; e a redação do registro diário de atividades realizadas na Escola.

Uma divisão rápida de grupos foi realizada entre os participantes, com a primeira distribuição de atividades matinais (aquelas previstas para as 6h de cada dia) e das tarefas diárias, conforme consta no quadro abaixo:

Grupo	Atividade matinal em 11/07/2017	Tarefa em 11/07/2017
01	Hidroestesia	Limpeza das panelas
02	Preparação do composto	Registro das atividades do dia
03	Limpeza do chiqueiro	Animação do auditório e mística
04	Preparar a ração das cabras	Refeitório (servir refeições e limpeza)
05	Canteiros de hortaliças e legumes	Abastecimento de água e limpeza do salão

Após essa divisão, Clérisson explicou que haveria profissionais do Irpaa, e/ou estudantes da república, aguardando-nos às 6h da manhã do dia seguinte, em cada local do Centro em que aconteceriam as atividades matinais, a fim de conduzir o momento. Tirou dúvidas e informou que, naquele instante, as atividades no salão estavam encerradas, mas que o grupo responsável pela animação e mística deveria permanecer um pouco mais no auditório, a fim de conversar com a coordenação da escola, sobre as atividades a serem desenvolvidas no dia seguinte.

Como eu estava integrando o Grupo 04, foi-nos orientado que, na manhã seguinte, deveríamos nos dirigir para o local das pastagens (localizado a pouco mais de 100m à esquerda dos dormitórios e auditório). Assim, quando Clérisson avisou que as atividades estavam encerradas, saí do salão com os demais.

Percebi que, fora do auditório, os integrantes de cada grupo se procuravam, como que para memorizar seus colegas de equipe e para confirmar as atividades que seus grupos desenvolveriam no dia seguinte.

Lá fora, no pátio, enquanto aguardávamos o horário de nos recolher aos dormitórios, os diálogos continuaram, com bastante troca de impressões sobre o centro e sobre a programação da escola. Joguei dominó com alguns deles, quando percebi que, sobretudo os que residiam mais próximo de Juazeiro (ou mesmo em alguma comunidade rural do município), já conheciam o lugar de outras experiências, como cursos ofertados e visitas técnicas à propriedade.

Outros, como Moacir, embora residindo distante, já haviam participado de visitas a iniciativas nas quais o Irpaa possuía participação ativa, a exemplo de algumas cooperativas de agricultores (“Eu conheci o trabalho da Coopercuc, em Uauá. Excelente, viu!?”), disse Moacir em uma das conversas). Ainda, outros vinham de comunidades nas quais profissionais do Irpaa atuavam junto aos agricultores locais (“tem umas dinâmicas de grupo que o Irpaa sempre utiliza nos encontros”, dizia um dos jovens, a fim de sugerir algo para que seu grupo realizasse no dia seguinte).

Pão, mel, terra... e mártires

Dia 16/07/2017. 8h00. Sétimo dia de Escola. Entro no auditório do Centro Dom José Rodrigues, onde os 50 participantes da 27ª Escola de Formação estavam se reunindo para mais uma atividade da programação. Oito deles encontravam-se sentados no chão, no centro do auditório, formando um círculo. Eles eram a equipe responsável, naquele dia, por conduzir a *mística* de abertura dos trabalhos no salão. Junto deles havia velas, cestos artesanais e alguns potes de barro.

Maria e Nilton, os profissionais da equipe do IRPAA que conduziriam atividades de formação com a turma naquele dia, estavam presentes. Eu e os demais nos mantivemos sentados nas cadeiras do auditório, dispostas em um grande semicírculo. Maria e Nilton estavam, conosco, igualmente sentados.

Alciara, um dos oito integrantes do grupo da *mística*, enquanto saiu do círculo maior, pediu que ficássemos de pé e nos déssemos as mãos. Os demais membros do grupo da *mística* permaneceram sentados ao chão, no centro. E o ambiente era de total silêncio.

Por fora do círculo maior, Alciara caminhava devagar, enquanto suavemente entoava o canto *Cio da Terra*:

*“Debulhar o trigo,
recolher cada bago do trigo,
forjar do trigo o milagre do pão,
e se fartar de pão”.*

Algumas das pessoas da equipe de mística, dentre as que estavam sentadas no chão, levantaram-se e pegaram os cestos. Neles, havia pães, que foram divididos em pequenos pedaços e entregues a nós que estávamos no círculo maior, um por um, até que todos tivéssemos recebido o alimento.

Enquanto o pão era distribuído, Alciara permanecia a se movimentar e a cantar a mesma estrofe da canção. Muitos de nós a acompanhavam no canto, respeitando o mesmo ritmo, lento, com que ela cantava. Percebia que alguns estavam com as mãos sobrepostas enquanto seguravam o pão, em posição semelhante a que se costuma fazer ao segurar a hóstia, nas missas da Igreja Católica.

Alciara iniciou a segunda estrofe do canto, ainda caminhando em torno do nosso círculo, pelo lado de fora.

*“Decepar a cana,
recolher a garapa da cana,
forjar da cana a doçura do mel.
Se lambuzar de mel”.*

À nossa frente, outros integrantes do grupo de mística pegavam copos e colheres e passavam a distribuir melaço de cana, até que todos tivéssemos os nacos de pão umedecidos de melaço. O ambiente era de muita tranquilidade e concentração, de semblantes reflexivos e serenos.

Na sequência, pequenos torrões de terra molhada nos foram entregues pelos últimos membros do grupo de mística, que até aquele momento ainda estavam sentados ao chão.

Todos estávamos cantando os últimos versos da canção, como em um coral:

*“Afagar a terra,
conhecer os desejos da terra.
Cio da terra, propícia estação.*

De fecundar o chão”.

Com as mãos à altura do peito, à nossa frente, agora segurávamos o pão úmido de melação da cana numa delas, enquanto a terra molhada estava na outra mão. Nesse momento, Alciara nos solicita a gritar o nome de um mártir da luta pela terra. Ela inicia: “Dandara!!!”.

“Presente! Presente! Presente!”, é a resposta dos demais, que acompanho. Outros gritos se somam a esse primeiro: “Margarida Alves!”. “Presente! Presente! Presente!”. “Irmã Dorothy!”. “Presente! Presente! Presente!”. “Chico Mendes!”. “Presente! Presente! Presente!”. “Beato José Lourenço!”. “Júnior Mota!”. “Antônio Conselheiro!”. “Zumbi dos Palmares”. “Dom José Rodrigues!”.

Vários nomes como esses, quase sempre de pessoas assassinadas em decorrência de conflitos agrários pelo Brasil afora, foram trazidos ao salão, sempre tendo, como resposta, as palavras “Presente! Presente! Presente!”.

Após alguns segundos de silêncio, Alciara iniciou por rezar em voz alta, numa oração que dizia:

*“Pai nosso, dos pobres marginalizados
Pai nosso, dos mártires, dos torturados
Teu nome é santificado naqueles que morrem defendendo a vida
Teu nome é glorificado, quando a justiça é nossa medida
Teu reino é de liberdade, de fraternidade, paz e comunhão
Maldita toda a violência que devora a vida pela repressão
Pedimos-te o pão da vida, o pão da segurança, o pão das multidões
O pão que traz humanidade, que constrói o homem em vez de canhões”.*

Ao final, após ouvir a oração entoada por Alciara e por alguns poucos que a conheciam, pudemos nos sentar para a continuidade das atividades. O clima de tranquilidade permanecia. Comemos o pão com mel recebido e nos desfizemos dos torrões molhados.

Os membros do grupo de mística retiram do auditório os cestos e os outros utensílios usados e retornam para sentar nas cadeiras, juntos conosco. E Maria e Nilton estavam a postos para conduzirem o tópico agendado na programação daquela manhã: *comunidades tradicionais*.

“Chama o Pajé!”

Pajé é Dione! Ou melhor, é o apelido que o jovem Dione ganhou na Escola. É um jovem índio, um dos 50 participantes da turma. Ele é da tribo Tuxi, no norte da Bahia. De convívio agradável, a todo instante há amigos que o procuram nos momentos de descontração: “Chama aí o Pajé!”.

Além dele, havia também no grupo uma jovem índia da tribo Fulni-ô, que se chamava Josiane. Ambos se manifestaram quando Maria, na manhã daquele dia 16/07, perguntou quem ali vinha de comunidades tradicionais, especialmente de *tribos indígenas*, de *remanescentes de quilombos* e de *comunidades de fundo de pasto*. Ao todo, 10 jovens se apresentaram como residentes de comunidades como essas.

Maria e Nilton, que falariam conosco sobre o assunto, já haviam iniciado a temática em dia anterior, quando se detiveram nas questões mais gerais sobre a chamada “questão agrária” ou “luta pela terra” no Brasil. Agora, eles chamavam a atenção para as particularidades no modo de uso da terra nas comunidades tradicionais. “A questão é que o Estado quer tratar todo mundo como um povo só e esses povos e comunidades são grupos que têm suas especificidades”, afirmava Nilton.

Maria explicou que no território da Bacia do São Francisco havia cerca de 34 povos indígenas e 153 comunidades quilombolas. Além disso, o estado da Bahia possuía 600 comunidades de fundo de pasto, reconhecidas por lei estadual. Essas últimas são povoações rurais de agricultores. Nelas, as famílias possuem, além de suas áreas familiares de trabalho, áreas maiores de uso compartilhado. Essa área é, convencionalmente, de propriedade e de uso coletivos na comunidade. Uma vez reconhecidas pelo Governo Estadual, tais comunidades recebem a concessão de uso dessas terras, atribuída às suas associações locais.

Porém, como os profissionais presentes no auditório nos mostram, há, ainda, muitas dessas comunidades em luta para serem reconhecidas como tais, inclusive suscetíveis a conflitos externos, em virtude da não rara aparição de indivíduos de outras localidades reivindicando a posse dessas áreas. Práticas de *grilagem* de terras são frequentemente registradas, ameaçando a continuidade do uso tradicional da terra nesses povoados. É preciso, conforme os facilitadores, que as comunidades estejam fortalecidas para se defenderem das investidas de quem busca apropriar-se de suas terras (Imagem 4.27, apêndice A).

Alguns jovens como Lucas, entre os integrantes da turma, aproveitam a discussão para falar das dificuldades que as associações de moradores, em suas comunidades, tiveram no processo de reconhecimento e de regularização dos fundos de pastos. Esse processo, segundo Lucas, levou mais de 10 anos em sua comunidade.

“Por que você não trabalha nas fazendas?”

Raimundo, por sua vez, é um dos que vêm de uma comunidade quilombola, localizada nas proximidades do município de Senhor do Bonfim-BA. Numa das discussões sobre as relações com proprietários de terras e fazendeiros de sua região, ele disse:

“Meu avô foi o primeiro a criar associação na comunidade. Ele sempre ensinou. Eu não me curvo pra fazendeiro. Eu tenho curso de operador de máquinas. E as pessoas perguntam: ‘por que você não trabalha nas fazendas?’ E eu digo: ‘eu não trabalho pra eles não, porque a gente é índio, a gente é negro e é pobre. E eu sei que eles não gostam da gente’. Apesar que tem alguns deles são também, mas não se reconhecem. Então, na comunidade a gente tem trator, tem caminhão, que serve pra todo mundo. E é isso, a gente tem que trabalhar é pro social, não é olhar só pra gente não.”

Raimundo ainda contou aos demais que há aproximadamente um ano, um presidente da associação comunitária de sua localidade havia sido assassinado a tiros, em decorrência de conflitos com fazendeiros.

O jovem Moacir, por sua vez, mencionou vários conflitos de natureza semelhante em sua comunidade, como ameaças de grileiros de terras e eliminação de rebanhos de animais. Processos de grilagem de terras que afetaram comunidades vizinhas à sua fizeram com que a associação de seu povoado iniciasse a busca pela certificação de Fundo de Pasto, por meio da participação em um projeto da Central das Associações de Fundo de Pasto da Bahia.

Maria, a profissional do Irpaa que estava conosco, destacou que as comunidades precisam conduzir seu processo em busca do reconhecimento da condição de comunidades tradicionais. Isso, segundo ela, é importante para que se possa realizar os devidos encaminhamentos quanto à regularização das terras em que estão, pois diferentes legislações impõem questões e procedimentos diferentes, a depender do tipo de comunidade (a exemplo das indígenas, quilombolas e as de fundo de pasto).

Maria adentrava, em seguida, em uma série de questões legais e históricas que envolvem a temática, desde a Lei de Terras (1850); o Estatuto da Terra (1964); a Constituição Federal de 1988; o princípio legal da função social da terra; as legislações específicas sobre comunidades quilombolas e indígenas; além da legislação estadual baiana sobre os Fundos de Pasto, a exemplo da Constituição Estadual da Bahia (1989).

Além dessas legislações específicas quanto à questão fundiária, Sandri, uma integrante do Setor de Educação do Irpaa, presente no salão para fins de registro das atividades, pediu a palavra e chamou a atenção para o modo como são aplicadas, nas escolas do campo, duas leis nacionais da área educacional, que ela entende serem importantes naquele processo de reconhecimento, pelas próprias comunidade. Ela se referia à lei sobre o ensino de história afro-brasileira e à lei que trata do ensino de história indígena. Na visão de Sandri, tais legislações resultavam mais em *ações escolares folclóricas*, do que em envolvimento das escolas na efetiva discussão daquelas questões sobre os direitos das comunidades tradicionais.

O conjunto de narrativas acima permite-nos acrescentar outros elementos ao nosso elenco de partícipes das ações acompanhadas em campo. Em alguns casos, há personagens que já conhecíamos das descrições anteriores, mas agora tornamo-nos mais seguros quanto à participação deles nas práticas sobre as quais resolvemos lançar nosso olhar.

O reforço ao caráter heterogêneo daquilo que circula pelo campo vivenciado é uma das consequências mais identificáveis quando incluímos esse novo relato. Além disso, começamos a compreender que distintas práticas, naquele campo híbrido, vão dando uma existência muito singular a um *jovem do campo* ou *do Semiárido*, ao tempo em que trazem à realidade, também, um *Semiárido* igualmente singular, *no qual e com o qual* a Convivência é realizada. Esse jovem, esse Semiárido e essa Convivência existem nessas práticas, ou - talvez seja mais apropriado dizer -, *são praticados* em ambientes como aquele. Em diálogo com o nosso repertório teórico (LAW E MOL, 1995; MOL, 1999; 2002; LAW; LIEN, 2010; WOOLGAR; LEZAUN, 2013; MARRES, 2013; JOHANSSON; METZGER, 2016), podemos discutir que estamos a falar de entidades que não preexistem à performatividade das práticas do campo, nem se resumem a elaborações mentais referentes a algo inacessível numa realidade exterior. Entidades que são, portanto, inextrincavelmente *enactadas* pelas mediações decorrentes da coexistência em determinadas práticas, nas quais tomam forma pela conexão de uma grande variedade de outros seres.

Como essa e outras evidências em campo nos permitem perceber, Jovens, Semiárido e Convivência são praticados também fora dali, em práticas correlatas que mobilizam aqueles elementos, de modo mais ou menos próximo às maneiras expostas nos relatos. Isto é, tais entidades também são praticadas nas atividades de diversos tipos de assessoria a agricultores; no manejo de solos, águas, animais, frutos - por famílias ou por suas cooperativas; no desenvolvimento ou operação de tecnologias específicas; na preparação e uso de materiais

didáticos; nas intervenções em currículos escolares de escolas públicas do campo; na realização de feiras e exposições de produtos da agricultura familiar; no desenvolvimento de projetos; na gestão ou participação em políticas públicas; e na realização de atos políticos diversos.

Algo semelhante se pode dizer também quanto aos solos, as águas, a caatinga, os animais, as cisternas. Todos estão envolvidos em diversas práticas, nos quais suas existências ganham *contornos específicos*, a depender do modo como essas práticas são desenvolvidas, do tipo de associações que forjam. Referimo-nos àquilo que se pode chamar de *montagem local de organizings*, ao processo que estabiliza indivíduos, organizações e sociedade de maneiras específicas (CHIA, 1995), a partir da agregação e reagregação de um sem número de elementos. Estamos diante do que compreendemos por *enactment*, ou o processo pelo qual a rede e suas translações produzem e reorganizam atores, objetos e sujeitos (LAW, 2007; LAW; SINGLETON, 2013; MOL, 2002). Retornaremos a esse ponto.

Voltemos, entretanto, a tomar como ponto de partida o último relato. Com ele, podemos dirigir nossa atenção para *comunidades, movimentos sociais, orações, escolas, mártires, legislações, governos, povos tradicionais, sindicatos, associações de agricultores, músicas*. Partindo daquelas narrativas, compreendemos melhor outros momentos vivenciados na pesquisa e a contribuição deles para o nosso entendimento quanto ao campo. Cabem alguns comentários sobre isso na subseção a seguir.

4.1.8 Dos jovens agricultores às comunidades rurais, Escolas Famílias Agrícolas e educação contextualizada: deslocando-nos entre associações

A presença de jovens agricultores de tantos estados do Nordeste, durante a 25ª EFCSA, diz algo sobre a relação entre aquelas práticas localizadas e outras partes da região Semiárida. Também, permite compreender a relação daquelas práticas com muitas comunidades nos municípios baianos, que estão na área mais imediata de atuação dos profissionais do Irpaa.

A começar pela relação com essas comunidades mais próximas, são notórios os traços que registram a atuação dos profissionais do Irpaa junto delas, ao longo dos 30 anos de existência da ONG. Isso se dá, especialmente, naqueles municípios que compõem o chamado Território Sertão do São Francisco, ilustrado em um dos mapas presentes no auditório do Centro de Formação (Imagem 4.28, apêndice A). Naquele território, conforme observamos no mapa, além do município de Juazeiro, estão inclusos os municípios de Sobradinho, Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Curaçá, Canudos e Uauá.

Durante nossa trajetória de pesquisa, estive em campo em propriedades familiares na zona rural de Juazeiro, em empreendimentos cooperativos em Sobradinho e em Uauá, além de outros momentos que evidenciavam alguns modos como *comunidades rurais* do Território Sertão do São Francisco entram na associação de elementos envolvidos no nosso campo de estudo. Nessas conexões, são bastante importantes, por exemplo, as ações de *Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)*, que profissionais do Irpaa realizam em muitas comunidades, geralmente mediante cooperação com o governo baiano, principal financiador.

Na comunidade rural de Cachoeirinha, em Juazeiro-BA, por exemplo, criadores de cabras e de ovelhas, como o Seu Pedro (um agricultor em cuja propriedade e comunidade estive algumas vezes), têm recebido apoio do Irpaa em suas atividades produtivas. Isso oportuniza aos profissionais do Instituto, condições para o exercício de um diálogo permanente com os agricultores, o que envolve o conhecimento de *modos tradicionais de lidar com solos, com a água, com a vegetação e com os animais*. Essa aproximação auxilia os profissionais na ampliação do repertório de possibilidades em determinados procedimentos, como no caso do uso de determinadas espécies vegetais nativas para a preparação artesanal de medicamentos destinados a tratar enfermidades em cabras e ovelhas.

Em outras circunstâncias, como nos processos de formação desenvolvidos, isso permite ao Irpaa acesso a propriedades e empreendimentos, onde os agricultores se mostram disponíveis para receber turmas em formação e discutir com elas questões relacionadas aos assuntos que têm relação com suas atividades. Sobretudo, novas equipes de profissionais de Ater, quando constituídas pela ONG, passam por momentos de formação realizados em propriedades de agricultores. Como pude ouvir de alguns dos integrantes do Irpaa, isso mantém uma constante ligação entre as atividades de *formação* e as atividades de *produção*.

Além das conexões que se dão via Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), há outras frentes pelas quais as comunidades adentram nos processos estudados, com suas *associações de agricultores e sindicatos*. Uma dessas frentes é a *aprovação de projetos específicos* junto a órgãos de financiamento, cujos apoios, quando obtidos, permitem uma maior presença de profissionais do Irpaa junto às comunidades, para o desenvolvimento de determinadas iniciativas. Desenvolvida há mais de 10 anos, a premiada experiência de recaatingamento, conforme mencionamos anteriormente, é representativa desse tipo de iniciativa. E é em razão desses vínculos como esses, construídos ao longo de décadas, que se pode encontrar na 25ª EFCSA, como relatado, jovens agricultores que já possuíam certa familiaridade com as técnicas incentivadas pelo Irpaa e com a maneira de trabalhar do Instituto.

Na comunidade tradicional de fundo de pasto de Curral Novo, em Juazeiro-BA, encontramos homens e mulheres agricultores envolvidos em um coletivo que reúne equipamentos de processamento de frutos, *freezers*, cozinhas industriais, plantas e frutos nativos, uma cooperativa, chuvas e estiagens, projetos de assistência técnica, receitas de preparo de alimentos, ações de preservação da caatinga, doces, geleias, licores, normas sanitárias, processos de conservação de alimentos, manuais de boas práticas, contratos, tabelas de informação nutricionais, exigências contábeis, atas, quotas-parte, estatuto e registros legais da cooperativa, preços, transporte de mercadorias entre localidade e feiras, redes de colaboração com outras cooperativas, além de outros vários itens que compõem as práticas nas quais estão imersos (Imagem 4.29, apêndice A).

Aqueles agricultores em Curral Novo participam, há quase uma década, das iniciativas de recaatingamento desenvolvidas com o Irpaa, além de estarem presentes em outras experiências e projetos que levam a comunidade a manter constante interação com as pessoas da ONG. Um dos agricultores associados à cooperativa, enquanto trabalhava na fábrica comunitária, nos dizia: “o Irpaa chegou aqui em 2009 e ainda hoje a gente não quer que ele vá embora, porque melhorou muita coisa”.

Relacionada a essa conexão, entre o Irpaa e as comunidades, está a parceria do Instituto também com as *Escolas Famílias Agrícolas* (EFAs), a exemplo do que ocorre com a Escola Família Agrícola de Sobradinho. Na programação da 25ª EFCSA, houve um dia em que os jovens foram transportados até o município vizinho (Sobradinho), onde puderam conhecer experiências desenvolvidas na EFA local, o que incluiu diálogos com professores e estudantes e a apresentação de procedimentos ali realizados com apicultura, com polinização manual de flores e com recuperação de áreas degradadas.

Em virtude da dedicação dessas escolas a abrigar a vida escolar de jovens oriundos da agricultura familiar, além do desafio de articular teoria e prática em seus currículos, EFAs parecem se tornar um ambiente muito propício à experimentação de práticas como as incentivadas pelo Irpaa. Por essa razão, também é comum que jovens que estudam ou que estudaram em algumas EFAs da região registrem alguma participação em iniciativas desenvolvidas com a presença da ONG. Porém, a conexão entre Irpaa e EFAs vai além desses elementos inicialmente levantados, incluindo a participação da Rede de Escolas Famílias Agrícolas do Semiárido (Refaisa) na administração do Instituto. A Refaisa, enquanto pessoa jurídica, figura como um dos membros da Diretoria do Irpaa.

Além dessas escolas, há práticas das quais participam escolas públicas municipais, como no caso da execução do *Programa Cisternas nas Escolas*, pelo qual reservatórios de 52 mil litros são construídos em unidades escolares. Esses reservatórios são destinados a guardar água para consumo humano, mas também figuram como instrumentos pedagógicos sobre a Convivência. Em alguns municípios, ainda, o Irpaa tem logrado desenvolver experiências de *Educação Contextualizada*, modificando currículos escolares, juntamente com profissionais de educação locais, mediante a inserção de metodologias e conteúdos que se pretendem mais alinhados às características do Semiárido brasileiro e às questões que envolvem mais diretamente a vida das pessoas nessa região.

Nessas práticas de *educação contextualizada*, são mobilizados especialistas em educação, professores, gestores escolares, crianças e jovens, saberes, livros didáticos, prefeituras, secretarias municipais, orçamentos públicos da área de Educação, planos municipais de educação, etc. Pessoas envolvidas com essas práticas ao longo das últimas décadas criaram a *Rede de Educação do Semiárido Brasileiro* (Resab), articulada desde 1998 e que, dentre outras atividades, promove *workshops* nacionais para o debate sobre a Educação Contextualizada.

Conforme consta em publicações da Resab, a *Educação Contextualizada com o Semiárido Brasileiro* consiste em:

uma *proposta* que objetiva possibilitar ao *aluno* a oportunidade de compreender melhor suas *potencialidades e alternativas de convivência*. Além disso, proporciona o maior *contato* dele com o *lugar* em que vive, estimulando-o a valorizar as *potencialidades e especificidades locais*, despertando-o a ter maior interesse pelos *conteúdos* que dizem respeito a *sua realidade*⁴⁰(destaques nossos).

Esse debate, como compreendi em um fórum de discussão sobre o assunto, se contrapõe à “escolarização que fragiliza a identidade sertaneja... aquela em que aprendemos primeiro ‘maçã’ e só depois umbu, cajá, siriguela”, como dizia, em um dado momento, a educadora que representava a coordenação da Resab naquele fórum. A Educação Contextualizada compreende, nas palavras de um outro ativista, a “reafirmação do Semiárido possível”. “Uma educação que ajude na obtenção de justiça. Que ajude o nosso povo a andar de cabeça erguida por qualquer lugar do mundo. Não é pra prender ninguém aqui não”, complementava um terceiro. O evento reunia profissionais de instituições renomadas de pesquisa, de universidades,

⁴⁰ Texto presente em material impresso entregue durante o Encontro Semiárido e Educação, em 12 e 13 de Junho de 2017, em Juazeiro-BA.

de ONGs, de secretarias estaduais e municipais de educação, professores de escolas estaduais e municipais, estudantes e outros interessados.

No que pese a mobilização que a proposta de Educação Contextualizada com o Semiárido parece exercer sobre muitos educadores, um dos professores da Universidade Estadual da Bahia, naquele mesmo fórum mencionado, dizia: “Não dá para falar de Educação Contextualizada sem falar de sociedade civil organizada... Porque hoje Educação Contextualizada se tornou senso comum, mas nos anos 80, 90, era coisa de doido ou talvez de quem não tinha o que fazer!”.

Esse comentário nos permite supor que, assim como todas as coisas no coletivo híbrido que temos estudado, a educação contextualizada também precisou vencer na sua *trajetória de articulação* (LATOUR, 2004; 2012) ao mundo dos demais partícipes. Uma *boa articulação*, nesse sentido, foi aparentemente alcançada, permitindo-a credenciais para ter sua existência reconhecida.

Se existir é algo que demanda conexões (LATOUR, 2001), a não articulação a um coletivo passa a ser sinônimo de irreabilidade ou inexistência, ou, aproximando-se daquela fala do professor, significa “coisa de doido”, coisa que só pode existir no plano de uma imaginação, digamos, fértil. “Coisa de doido” parece, então, sugerir a *inviabilidade prática* da coisa, sua incapacidade de ser mobilizada em práticas e, portanto, de existir. Condições como essas não são incomuns, pelo contrário, ela parece ser frequente em tentativas de inserir *novidades* em agrupamentos razoavelmente estabilizados.

Reverendo as notas de campo, diversos momentos parecem sinalizar esse aspecto. Durante um seminário no Sertão alagoano, por exemplo, um ativista da CSab dizia aos presentes, com alguma preocupação: “são dezenas de práticas, mas a gente tem que se fixar em poucas, *pra ver se pega*”. Naquela ocasião, o debate em torno das experiências dos participantes enfatizava bastante essa dificuldade de fazer as *tecnologias sociais*, digamos assim, *pegarem*, indicando, também, a diversidade de modos pelos quais as coisas podem ser *arregimentadas aos coletivos*, as maneiras variadas pelas quais a pertença a esses coletivos pode ser conquistada (LATOUR, 2012). Desse modo, talvez se precipite demais quem, sem maiores considerações, sugere rotular proposições como “inviabilidades” ou “coisas de doido”, visto que as coisas *candidatas à existência* podem tomar cursos de ação inesperados, experimentar transformações, e lograrem alcançar (e manter) seu lugar no real.

Num mundo de *questões de interesse*, abertas e discutíveis (Latour, 2004b), a condição inacabada de tudo deveria ser suficiente para afastarmos a ideia de que qualquer coisa possa ser

definitivamente impossível. Encontrar a educação contextualizada sendo praticada, em configurações concretas que a articulam a uma série de outros atores na CSab, parece-nos uma constatação empírica que nos sugere esse tipo de reflexão.

Ainda quanto a esse tópico, como dissemos em momentos anteriores, o Irpaa tem um de seus eixos estruturantes denominado *Educação*, ao lado de quatro outros: Clima e Água; Terra; Produção; e Comunicação. Na programação da 25ª EFCSA, aquele eixo se faz presente em vários momentos da programação, em discussões sobre as políticas educacionais brasileiras e sobre a chamada Educação Contextualizada.

Já nos primeiros dias da Escola, Rafael, um dos jovens rurais naquele processo de formação, concluía, falando para os demais: “Na *escola normal*, a gente vive a história dos outros e esquece a nossa. A gente aprende a história dos outros países e a nossa aqui, que a gente precisa saber pra dar sentido à nossa vida a gente não sabe”. Rafael é estudante de uma Escola Família Agrícola (EFA) e reside em uma comunidade rural onde o Irpaa tem histórico de desenvolvimento de atividades de Ater. Isso ajuda, em muito, a explicar o fato de ele ser um dos jovens integrantes da Escola de Formação daquele ano, no Centro Dom José Rodrigues.

Feitas essas considerações a respeito da Educação Contextualizada, voltemos a ressaltar que as conexões que envolvem comunidades locais, agricultores, ações de Ater e EFAs, estão diretamente relacionadas à presença, na 25ª EFCSA, de jovens que residem em Juazeiro ou nos municípios vizinhos, como temos argumentado. Essas conexões nos levam, desse modo, à ideia de *ausências presentes*, que podemos compreender como uma decorrência do caráter descentrado da ação, de sua distribuição espaço-temporal (LATOUR, 2012; LAW; MOL, 1995; LAW, 1999). Conforme destacam Johansson e Metzger (2016), essas *ausências* se referem àquilo que não pode ser observado *in situ*, mas que são elementos cruciais para a constituição do objeto estudado.

Por isso, compreendemos serem necessários movimentos metodológicos como esses que temos exercitado: partir de elementos que pudemos identificar nas práticas, durante a experiência em campo, e seguir em direção a outros elementos, averiguando conexões sugeridas pelas observações realizadas. Isso tem repercussões não apenas no modo de configurar o trabalho de campo, na interação entre métodos de produção e coleta de dados e o decorrente processo analítico, mas também conduz a implicações quanto ao *modo de exposição* das compreensões resultantes.

Nesse entendimento, o modo como temos partido de descrições sobre atividades observadas para incluir considerações sobre dados obtidos por outros meios (documentos e

entrevistas) constitui uma tentativa de tornar aqueles deslocamentos espaço-temporais um aspecto característico do próprio texto, não o deixando apenas como um aspecto do trabalho empírico. Pressupomos, assim, que tal esforço, na apresentação textual dos resultados de pesquisa, possibilita-nos (à autoria e aos leitores) uma experiência de compreensão diferente da que obteríamos pela apresentação linear de um todo coerente, formulado previamente ao relato textual.

4.1.9 Outras conexões: “caráter religioso”, textos legislativos, governos e Estado, num modo específico de *enactment*

Compreenderemos melhor algumas outras conexões desdobradas a partir do nosso último relato (Quadro 4.4) se nos perguntarmos sobre a presença, na 25ª EFCSA, daqueles jovens vindos de lugares mais distantes (como Maranhão, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte) do que as comunidades do Território Sertão do São Francisco. Sobre isso, uma pista está na manifestação de um certo *caráter religioso* nas atividades desenvolvidas na Escola de Formação. Esse componente estaria evidenciado, por exemplo, na constante presença de *orações*, antecedendo todas as refeições ou em outras situações, como na *mística*, momento que sempre acontece na abertura diária dos trabalhos no salão, como registramos no relato intitulado “*pão, mel e mártires*”.

Referente a esse caráter religioso, ainda, podemos mencionar a presença de vários trechos bíblicos nas cartilhas e em muitos materiais publicados pelo Irpaa. São ilustrativas, por exemplo, as páginas 72 e 73 da cartilha *A busca da água no Sertão*: nelas, há um mapa da região árida que cerca o Vale do Rio Jordão, no Oriente Médio, com as indicações sobre as diferenças entre precipitações pluviométricas anuais, em diferentes partes daquele território (Imagem 4.30, apêndice A). A figura tem como título *A terra do povo de Deus* e destaca, sobre o mapa, versículos do livro bíblico do Êxodo, que dizem: “Eu lhes darei uma terra onde corre leite e mel”. O clima e o solo áridos daquela região, e a presença de um grande rio que a atravessa (analogia feita com o Rio São Francisco), justificam a afirmação, na cartilha, de que “a terra do povo de Deus, em muitos aspectos, é como o Nordeste [...]”. Por isso, quando a gente escuta uma história da Bíblia, a gente entende, porque a nossa vida é como a vida do povo de Deus”.

Os componentes religiosos nas atividades acompanhadas também podem ser entendidos como oriundos nas próprias circunstâncias históricas que envolveram o surgimento do Irpaa, relacionado ao histórico de atuação de alguns de seus profissionais pioneiros no âmbito das *Pastorais da Igreja Católica*, na Diocese de Juazeiro-BA. Não por acaso, o bispo daquela

Diocese, *Dom José Rodrigues*, que conduziu a Diocese entre 1974 e 2003, é homenageado no nome do lugar no qual ocorrem as Escolas de Convivência (Centro de Formação Dom José Rodrigues).

Dom José, falecido no ano de 2012, teve forte participação no apoio às comunidades rurais pobres da região onde hoje atua o Irpaa, com destacada inserção nos debates sobre os efeitos das secas e sobre a fome no Semiárido. Inclusive, atuou por meio das pastorais em frentes de construção de cisternas para amenização do quadro de escassez de água potável em comunidades pobres. A ele, que possui uma biografia intitulada “*O Bispo dos Excluídos*”, originalmente publicada em alemão⁴¹, é atribuída a seguinte frase: “No Semiárido não falta água, falta justiça”. Foi um dos incentivadores para a criação da ONG Irpaa, tendo ocupado, nas primeiras gestões do Instituto, funções importantes na sua cúpula decisória.

Ao que tudo indica, esse histórico de envolvimento com a Igreja Católica, permitiu ao Irpaa estabelecer e manter vínculos com outras organizações da região Semiárida, que possuem semelhante afinidade. O compromisso com questões históricas da região e do país, como as batalhas contra a concentração da propriedade da terra e contra a fome, por exemplo, parece funcionar como um eixo importante de integração entre organizações dessa natureza.

Sobre esse tópico, é oportuno mencionar que, durante a pesquisa de campo, acompanhando tarefas na preparação da 25ª EFCSA, pude presenciar a destinação de vagas naquela formação para entidades nos vários estados do Nordeste, por parte do Irpaa. Nessa destinação, as cartas-convite eram endereçadas para organizações e movimentos que atuam em temáticas semelhantes e que, na maioria das vezes, costumam enviar, anualmente, jovens para participar da Escola de Formação. Os gastos com deslocamento dos jovens, quando o convite é atendido, são de responsabilidade dos próprios participantes ou das organizações ou movimentos que os encaminham.

Enquanto estivemos no Centro de Formação, durante a realização da Escola em 2017, uma delegação enviada pela *Cáritas Ceará* esteve no local para conhecer a experiência do Irpaa. Na oportunidade, alguns minutos foram dados aos visitantes para falar aos jovens que participavam da Escola. A *Cáritas* é uma organização atuante em todo o Brasil, “na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável”, conforme sua

⁴¹ Obra de autoria de Siegfried Pater. Título original: “*Der Bischof der Geknechteten: Dom José Rodrigues*” (Alemán, Pasta blanda, 1992). Há uma versão em língua portuguesa, sob o título “*O bispo dos excluídos: Dom José Rodrigues*” (Editora Fonte Viva, 1996).

própria definição⁴². Foi criada em 1956, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Outra delegação, dessa vez internacional, visitou o Centro durante a realização da 25ª EFCSA. A visita ocorreu quando todos estavam reunidos no salão para o encerramento das atividades daquela formação, momento em que também seriam entregues os certificados de participação no curso.

Quadro 4.5

Narrativa IV

“Quando eu vejo tanto alemão junto...”

Três mulheres e três homens, todos distintamente muito brancos, entraram no auditório na companhia de Haroldo, um dos integrantes pioneiros no Irpaa. Haroldo nos informou que aqueles visitantes tinham procedência alemã e estavam conhecendo o Semiárido, que eles faziam parte de missões em paróquias alemãs, e auxiliavam, mediante parceria, no financiamento das atividades do Centro Dom José Rodrigues e da Escola de Formação, anualmente realizada. Em alemão, os visitantes fizeram breves saudações ao nosso grupo, enquanto contávamos com a tradução de Haroldo.

João, um dos jovens da turma, manifestou-se desconcertado frente aos alemães: “Quando eu vejo tanto alemão junto, eu só lembro do 7 x 1!”. Houve muitas gargalhadas, imediatamente, apesar da indigesta lembrança do placar no jogo Brasil x Alemanha, durante a Copa do Mundo de Futebol, em 2014. E houve as gargalhadas eufóricas, mas atrasadas, dos alemães, tão logo ouviram a tradução da fala de João, feita por Haroldo.

Moacir, o jovem produtor de cachaça, ousou revidar: “Vamos devolver em Berlim, em março!”. Mais gargalhadas. E, de fato, o Brasil venceria a Alemanha, por 1 a 0, no amistoso que ocorreu em março/2018, em Berlim.

A divertida passagem da comitiva alemã pela 25ª EFCSA é aqui trazida apenas para reforçar a evidência quanto à presença da Igreja na rede de associações que ousamos compreender. Não apenas mediante uma participação nas origens históricas das práticas que estamos estudando, mas fazendo-se presente por outras maneiras bastante atuais, o *cristianismo*

⁴² Para ver informações sobre a organização, acessar: <http://caritas.org.br/>.

católico é um dos partícipes nas conexões que dão vida ao mundo de coisas no campo de nossa pesquisa.

Em vez de tratarmos esse elemento como algo unitário que podemos localizar nos nossos coletivos pesquisados, talvez o mais apropriado seja recusar a noção mesma de que haja um *caráter religioso* nas práticas que estudamos. E assumirmos, tal qual a experiência aponta, que essa denominação é apenas uma limitada alternativa para nos referirmos a um conjunto bastante diversificado de partícipes mais ou menos associados entre si (orações; fé; cristianismo; catolicismo; legados históricos; compromissos com causas específicas; financiamentos a projetos humanitários; dentre outros).

Sigamos, portanto, ampliando a lista de atores que participam de nosso campo de investigação. Também tem presença marcante, nos coletivos estudados, um conjunto de documentos legais ou normativos, sem os quais as práticas que presenciamos, certamente, ganhariam outras configurações. Referimo-nos, aqui, a textos de Leis como as mencionadas nos relatos: Constituições (Federal e estaduais); O Estatuto da Terra; os atos legais que definem comunidades tradicionais e regulamentam o processo de reconhecimento e de regularização de suas terras; legislações da área de educação básica; dentre outras. É de parte dessa legislação (embora não apenas dela) que depende, por exemplo, a definição legal do que seja uma *propriedade de agricultura familiar*, um *agricultor familiar*, uma *comunidade indígena*; uma *comunidade quilombola*; ou uma *comunidade de fundo de pasto*. É ela que orienta nos processos de conflitos referentes à posse e à propriedade de terras, como nos casos relatados pelos jovens Moacir e Raimundo, sobre suas localidades. Poderíamos, também, incluir a Lei das Águas, que firma a definição da água como *um bem de domínio público*, indicando a dessedentação humana e animal como prioridades em situações de escassez da água, além de definir “a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo”, como uma das diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Estão nesse mesmo rol, ademais, *leis ambientais* como o Código Florestal, necessariamente implicado nas metodologias de intervenção produtiva na Caatinga; as *resoluções* como aquelas emitidas pelo Ministério da Integração Nacional, definindo os critérios para a delimitação espacial da região que compõe o Semiárido brasileiro⁴³; alguns atos normativos na área de *vigilância sanitária*, que determinam padrões e procedimentos para a

⁴³ Atualmente, a delimitação geográfica oficial do Semiárido (1.262 municípios) está estabelecida na Resolução nº 115, de 23 de Novembro de 2017, do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Esse Ministério é resultante da fusão, a partir de janeiro de 2019, entre os Ministérios das Cidades e da Integração Nacional.

comercialização de alimentos, envolvendo-se diretamente nas atividades junto a agricultores familiares, suas associações e cooperativas; o marco legal referente às *organizações da sociedade civil*; enfim, uma extensa lista de documentos, *textos* sem os quais seria impensável que as práticas acompanhadas tomassem determinadas características⁴⁴.

Se nos mantemos na compreensão de que a *ação* é uma condição distribuída por nossos coletivos, em vez de centrada em um agente ou tipo de agente específico (LATOURE, 1999; CALLON, 1999; LATOUR, 2012; GHERARDI, 2016); se continuamos com o entendimento de que todo elemento que modifica uma situação é um *ator* (LATOURE, 2012; LAW; SINGLETON, 2013); os *textos normativo-legais* sobre os quais estamos tratando são atores, haja vista que o acompanhamento das práticas nos permite perceber que a presença deles implica na produção de diferenças, na alteração de situações nas quais eles são mobilizados. Fazer diferença, assim, significa atestar uma existência específica no mundo, significa estar envolto em práticas e conectado a outros partícipes.

Um dos textos legais dessa natureza, particularmente, entrou muito recentemente no nosso campo de estudo e se tornou um dos ingredientes a evidenciar outros movimentos que envolvem o Estado, governos, orçamentos e políticas públicas. Trata-se da *Proposta de Emenda Constitucional nº 241* (número da tramitação na Câmara) ou *nº 55* (registro no Senado). Aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, ao final de 2016, essa PEC fora uma proposição feita pelo Poder Executivo (Governo Temer, 2016-2019), com vigência iniciada no ano de 2017. Não foram raras as manifestações, acompanhadas em campo, que mencionavam essa emenda como *PEC da morte*, em consonância com outros movimentos pelo país.

O caráter fúnebre da medida era atribuído à limitação por ela imposta aos gastos públicos do Governo Federal brasileiro, ao estabelecer a manutenção de um investimento real nulo por 20 anos, por limitar o crescimento do *orçamento público* do período à correção inflacionária. Desse modo, a entrada daquela PEC em campo implicava em maiores limitações para o avanço de *políticas públicas* consideradas cruciais por organizações como o Irpaa e pelas entidades associativas de agricultores. Isso ameaçava a manutenção de programas públicos como o Programa Cisternas e o apoio necessário a outras várias iniciativas.

A oposição à PEC da Morte, todavia, não se baseava apenas no argumento quanto à estagnação de ações gerenciadas por essas organizações, mas, sobretudo, alertava quanto aos

⁴⁴ Os dois estados mais populosos no Semiárido, Bahia e Pernambuco, possuem leis específicas instituindo Políticas Estaduais de Convivência com o Semiárido. Tratam-se, respectivamente, da Lei Nº 13.572, de 30 de agosto de 2016 (BA) e da Lei Nº 14.922, de 18 de março de 2013 (PE), conforme mencionamos no capítulo introdutório desta tese. Apesar disso, não possuem, ainda, regulamentações para tais políticas.

impactos da restrição sobre a garantia de direitos importantes para os povos do campo, como *Saúde e Educação*. Na defesa da Educação, uma ativista se manifestava em dado momento com a seguinte afirmação: “Não dá pra fazer educação contextualizada com tantos direitos sendo tombados em tão pouco tempo, graças a canetas tão cruéis”.

Assim, a PEC da morte, ao ingressar na heterogeneidade que caracteriza o mundo daquelas atividades, colaborou para tornar mais evidente o quanto o Estado e outros elementos a ele relacionados (governos, orçamentos, programas públicos), estão presentes nas conexões. Não por acaso, vários registros de campo permitem tratar desse ponto, como *manifestações de rua* contra a referida PEC e também contra as proposições de reformas trabalhista e previdenciária feitas pelo Governo Temer; e declarações de agentes de organizações como o Irpaa, em eventos públicos ou em diálogos que mantínhamos durante a estadia em campo. Conversando sobre esse assunto, em julho de 2017, André, um dos profissionais do Irpaa, dizia para mim: “Nesse eixo [clima e água] estamos com o menor número de colaboradores trabalhando nesse momento, por conta da crise geral no país, como vocês devem ter discutido ontem”.

Esses últimos parágrafos talvez tenham sido, no presente capítulo, os que mais se dedicaram a discorrer sobre componentes que, de uma abordagem mais convencional, chamaríamos de *predominantemente sociais*. Contudo, uma vez que nossa orientação analítica se abstém de utilizar esses grandes coletores como “sociedade” e “natureza”, por esvaziá-los de sentido, podemos, em vez de rotular nossos partícipes de *mais sociais* ou *mais naturais* (ou tipologias semelhantes), comentarmos sobre as distintas e múltiplas ontologias presentes na heterogeneidade de nossos coletivos.

Abordar essa *pluralidade ontológica* implica reconhecer o *caráter generativo das práticas em nosso campo de estudos*. Consiste em enfatizar a capacidade dessas práticas em produzirem coisas diferentes mediante a especificidade das performatividades que apresentam. Compreende não tomá-las apenas como formas diferentes de pôr em movimento as mesmas coisas, cujas essências estariam determinadas de antemão.

Assim, precisamos ir além de repetir que nosso campo é formado por componentes com variados *modos de existência*, diferentes materialidades, distintas ontologias. Como temos visto, tal diversidade tem muita correspondência com o que verificamos nas experiências acompanhadas. Porém, mais do que fazer circular ou misturar heterogeneidades em um mundo híbrido, o nosso campo *produz* existências tão específicas quanto as práticas que o permeiam.

Ele não é apenas um espaço de circulação de heterogeneidades, ele é um *locus* que *acresce alteridades* ao mundo, que produz *diferenças*.

As práticas que nos têm interessado nesse estudo, portanto, carregam evidências do *caráter localizado da realidade*, da sua feitura em performatividades que não se dão em um suposto e abstrato *global*, implicando um *aspecto espacial* intrínseco (Law e Singleton, 2011; Latour, 1999; 2012). À medida que acontecem, essas práticas vão atribuindo realidade a elementos que inexistiriam como tais se desconectados dessas práticas. Ou melhor, essas práticas *enactam* esses elementos na existência.

Esse *caráter generativo das práticas*, por conseguinte, não apenas faz delas a base empírica por excelência para a compreensão dos processos de *organizing*, como também indica que esses processos podem ser **singularizados** pelas especificidades que envolvem o *enactment* das práticas envolvidas. Dito de outro modo, em face da multiplicidade ontológica possível ao mundo, as particularidades presentes nas existências que determinada prática *enacta*, tornam-se um **termo de referência** oportuno, a partir do qual podemos explorar a singularidade de diferentes processos de *organizing*. Se a prática é nossa base analítica para a compreensão do *organizing*, as particularidades ontológicas presentes na prática seriam nosso ponto de partida para **discernir qualitativamente** entre processos de *organizing*.

4.2 Elaborando uma compreensão sobre a singularidade do processo de organizar no campo de práticas estudado

Na seção anterior, ousamos explorar as heterogeneidades presentes em coletivos nos quais as práticas do nosso campo empírico são performadas. Pudemos compreender como essas práticas envolvem aquilo que Latour (1994) chama de *trabalho de hibridização*, na medida em que os objetos partícipes dessas práticas se encontram sempre inacabados, como *objetos de risco* (LATOURE, 2004; 2004b), *arredios* (PIERIDES; WOODMAN, 2012), sempre passíveis de redefinições mediante novas associações, que lhes confirmam contornos diferentes. Nas palavras de Latour (2004), temos uma *mobília em constante experimentação*.

Pudemos compreender como variadas práticas em nosso campo *enactam*, de modo distinto, os atores envolvidos, haja vista que envolvem diferentes associações, mobilizam elementos e propriedades singulares em cada ator, à revelia de outros elementos e propriedades existentes. Argumentamos que a estabilização dessas práticas, ao menos parcialmente, confere um *caráter organizado* ao nosso campo, uma vez que permite certa rotinização em muitos processos, nos quais os personagens passam a se apresentar conforme uma maneira peculiar de participação nos coletivos.

Ao mesmo tempo, isso possibilita que as múltiplas práticas, com suas eventuais interconexões, sejam generativas de uma multiplicidade de seres, aberta a desdobramentos diversos, face ao caráter *em expansão* dos coletivos, cada vez mais complexos em seus *inúmeros matizes metafísicos* e suas *variadas vidas materiais* (LATOURE, 2012).

Permanecemos, todavia, em um caminho que pouco tem de inusitado nos estudos que fazem uso da TAR com o intuito de abordar processos de *organizing*. Quando esses estudos adentram no tratamento do aspecto híbrido dos campos em observação, geralmente se detém nas considerações sobre o *caráter heterogêneo* dos atores e sobre as *estabilizações parciais* que são alcançadas nesses campos. Contudo, tivemos aqui a pretensão pouco comum, nesses estudos, de evidenciar não apenas tais questões, mas, adicionalmente, considerar a *pluralidade ontológica enactada* pelas práticas que nos interessaram naqueles processos de organizar.

Além disso, sugerimos que explorar a especificidade dos processos de *organizing* demanda uma adequada consideração da *pluralidade ontológica* presente no campo pesquisado. O que há de mais específico nesses processos, desse modo, não é a heterogeneidade que lhes é intrínseca, nem sua capacidade de produzir efeitos de estabilização dos atores. O que há de mais singular é o *modo* pelo qual as práticas de um determinado campo *produzem multiplicidades*.

Abordar a natureza peculiar do *enactment* exercido pelas práticas, da performatividade que produz *existências singulares*, é a nossa proposição para tratar dos processos de *organizing* naquilo que esses processos, conforme sugerimos, parecem apresentar de mais curioso: a condição de forjar novas *variedades ontológicas* e, com isso, expandir a mobília à disposição do mundo.

Lembremos, porém, que essa pretensão de explorar particularidades em um processo de *organizing* esbarra numa limitação teórico-metodológica, quando fazemos uso da Teoria do Ator-Rede. Esbarramos no fato de que o repertório da TAR nos leva a dizer basicamente o mesmo sobre todos os coletivos: enfatizar a heterogênea composição das redes de associações que tem lugar naqueles processos (CHOAT, 2016; EDWARD, 2016; LATOUR, 2013). E, em boa medida, foi isso o que fizemos, predominantemente, até aqui, em relação ao nosso campo de investigação.

Se queremos ir além do propósito de *descrever* redes, ousando adentrar em um esforço de *qualificação* dessas redes, o aporte teórico-metodológico da TAR, em sua versão mais clássica, mostra-se insuficiente. Se desejamos exercitar essa qualificação a partir da ideia de *variedades ontológicas*, esse esforço parece carecer daquilo que Bruno Latour (2013) chama de *um novo dispositivo de navegação*, cujo repertório nos permita falar das *distinções qualitativas* entre diferentes modos de associar.

É nesse sentido que, para o nosso campo de investigação, sugerimos fazer uso do dispositivo de navegação utilizado por Latour (2013) para abordar o que ele chamou de diferentes *modos de existência*. Em Latour (2013), o uso desse dispositivo se deu com o propósito de compreender as diferenças ontológicas entre diversos *domínios institucionalizados* na experiência moderna. O autor faz uso da ideia de *organizing* para se contrapor ao lugar idealizado das *organizações* na moderna “The Economy”, entendida como instituição que se arvora em propor uma linguagem comum para o mundo.

Ao nosso turno, propomos aqui um uso daquele dispositivo teórico-metodológico, adotando seus princípios fundamentais, com o intuito de distinguir qualitativamente a singularidade de um processo de *organizing*, a partir da exploração daquilo que diferencia, em termos ontológicos, as práticas que o permeiam. Sendo assim, partimos do entendimento de que esse tipo de pretensão exige a dupla tarefa de “desdobrar a rede e definir sua preposição” (LATOUR, 2013, P. 66).

Na seção anterior, pensamos ter cumprido o primeiro estágio dessa tarefa: desdobrar as redes que têm lugar no nosso campo de práticas. Senão todas elas, mas acreditamos tê-lo feito

suficientemente para uma familiarização razoável com aquele mundo estudado. Na presente seção, portanto, é chegada a hora de avançarmos pelo segundo estágio da investigação: buscar uma definição da *preposição* que seria a *chave interpretativa* dos processos sob nosso interesse.

Preposição é como Latour (2013) denomina o seu instrumento analítico capaz de qualificar diferentes associações, a partir da identificação dos *valores* que elas produzem. A partir desse instrumento analítico (ou dispositivo de navegação), compreendemos ser possível falar de *diferentes modos de praticar*, os quais ocorrem mediante tipos de conexões muito específicos. Desse modo, o que particulariza uma prática ou um campo de práticas não é qualquer pretensa homogeneidade ou exclusividade nos tipos de materiais que essa prática ou campo mobiliza, mas *uma maneira peculiar de associar* as heterogeneidades.

A ideia é que esse instrumento analítico, a preposição, auxilie em nos tornar *sensíveis à diferença*, reconhecedores da *alteridade*, em vez de fazermos uso de uma metalinguagem que pretenda reduzir a um só “os múltiplos templates ontológicos do mundo” (LATOUR, 2013). Trata-se, por conseguinte, de complementar o uso da *infralinguagem* utilizada na seção anterior, mas evitando o risco à indiferença, enquanto buscamos ampliar nossa atenção e sensibilidade para as *qualidades diferenciadoras* das associações, as *tonalidades distintas* que singularizam nossas práticas.

Para retornarmos ao mundo empírico de nossa experiência de pesquisa, parece uma boa estratégia direcionar o nosso olhar para o que podemos conceber como “zonas superaquecidas de conflitos entre valores” (LATOUR, 2013, p. 484). Embora Latour, na sua curiosa *antropologia da modernidade*, fizesse referência aos campos minados encontrados no caminho do *front de modernização* – nos choques decorrentes do avanço das instituições ditas modernas por sobre modos de vida considerados, pelo pensamento moderno, como irracionais –, não é esse o delineamento com o qual convocamos o termo *zonas superaquecidas*.

Nossa analogia às *zonas superaquecidas de conflitos entre valores* faz referência aos momentos, na experiência de pesquisa, em que uma prática parece destoar da outra, sugerindo uma espécie de *conflito entre modos de fazer*. Em termos mais analíticos, estaríamos fazendo menção ao momento em que percebemos que um mesmo *esquema interpretativo* não se aplica às duas práticas em questão sem que tenhamos que incorrer naquilo que Latour (2013) chama de *erros de categoria*.

Os erros de categoria, portanto, parecem tornar-se mais notáveis quando nosso trabalho de pesquisa registra a ocorrência das *zonas superaquecidas* e, em consequência, podemos identificar a necessidade de compreender a diferença entre as chaves interpretativas das

distintas práticas que se apresentam em uma mesma cena. Erros de categoria, em outras palavras, soam como uma evidência de que estamos diante de *modos diferentes de verificação* (LATOUR, 2013) e que não podemos julgar uma prática com base no modo de verificação de outra. Evidencia, dessa maneira, a necessidade de identificar as *preposições particulares*, isto é, o esquema interpretativo que indica o tipo de posição que deve ser tomada antes das proposições daquela prática.

4.2.1 Erros de categoria em cena: um primeiro passo na compreensão das distinções em nosso campo

Identificar manifestações de *erros de categoria* no material advindo do trabalho de campo atende ao nosso primeiro critério⁴⁵ metodológico, na busca por compreendermos a singularidade do *enactment* em processos de *organizing* da CSab. Vamos, então, a um relato da experiência em campo que parece nos apontar para um *conflito entre práticas*, para uma *zona superaquecida* que nos alerta para a presença de singularidades em cena:

Quadro 4.6

Narrativa V

“Qual é a realidade de vocês?”

Dia 11.07.2017. Segundo dia da Escola de Formação no Centro de Formação Dom José Rodrigues. 6h00. Eu havia acordado há cerca de 45 minutos, antes de soar o estridente alarme que fica ao lado dos dormitórios. Não me demorei no quarto. Com o aparelho celular fui, sozinho, até o chiqueiro das cabras, que não fica longe dos dormitórios. A equipe da qual eu participava, na turma de jovens, seria a responsável por preparar a alimentação das cabras naquele dia.

Cabras, energia, proteína e fibras

A temperatura do ambiente era bem amena em função do horário, e o ambiente era de muito silêncio. As cabras ruminavam quietas no aprisco, algumas de pé, outras deitadas. O rebanho não era grande, talvez algo em torno de 30 cabeças. Reparei nas instalações daquele

⁴⁵ Os outros dois critérios, conforme discutido no Capítulo 3, consistem na exploração de *gaps* ou *hiatos* que precisam ser transpostos nas trajetórias das redes estudadas e na compreensão das *condições práticas de verificação* que caracterizam tais redes.

curral de madeira: as cercas, a plataforma elevada a aproximadamente 1m do chão, sobre a qual algumas cabras permaneciam, os cochos feitos com pneus de veículos, usados, nos quais ainda havia restos de alimentos. Fiz algumas fotos (Imagem 4.31, apêndice A).

Aos poucos, o dia amanhecia completamente e a luz e o calor se tornavam mais intensos. Alguns jovens estudantes, que moram na República mantida pelo Irpaa, foram aparecendo no local e organizando algumas ferramentas de trabalho e equipamentos, reunindo-os e deixando-os em lugares de fácil acesso. Enxadas, mangueiras, rastelos, facões, triturador de forragens, carrinhos de mão, cordas, sacos.

Caminhando vagarosamente e um tanto sonolentos, alguns poucos jovens da turma da EFCSA começaram a comparecer ao local. Quando o alarme soou, às 5h45, muitos haviam chegado. Buscavam os companheiros de equipe, conforme divisão de grupos realizada na noite anterior (ver Quadro 4.4) e se encaminhavam para os locais onde as diferentes atividades matinais seriam realizadas, antes do café da manhã.

Meus colegas de equipe chegaram: duas moças e quatro rapazes. Cumprimentaram-me, ficaram próximo a mim e perguntaram como seria a preparação dos alimentos. Eu disse que não sabia, que também estava esperando orientações.

Instantes depois, um dos estudantes da república, com algumas ferramentas nas mãos, perguntou enquanto passava por nós: “quem é da equipe da ração?”. Ele estava acompanhado de duas moças, também residentes da república, e pediu que nós os seguissemos. Uma das moças também levava uma ferramenta de corte e a outra puxava um carrinho de mão.

Ao chegar em um local da propriedade que apresentava uma pastagem bastante densa e verde, o moço nos explicou que ali cortaríamos as plantas para alimentar as cabras (Imagem 4.32, apêndice A). Falou, enquanto ele e as moças iniciavam a adentrar na pastagem e a utilizar as ferramentas para fazer os primeiros cortes, que a alimentação dos animais deveria mesclar as duas espécies que podiam ser vistas no local: o *capim*, de folhas laminadas e compridas, e a *leucena*, planta de galhos ramificados e folhas pequenas. Enquanto manejavam os facões e a vegetação, reunindo freixos de folhas e galhos que eram levados para fora da pastagem densa, orientavam que a ração que prepararíamos não poderia ter mais de 30% de proteínas (ingrediente concentrado na leucena), enquanto os 70% restantes deviam ser constituídos especialmente por fibras (mais abundantes no capim).

Alguns de nós tomamos parte das ferramentas disponíveis e auxiliamos na tarefa de cortar a pastagem. Em alguns minutos, o moço da república sinalizou que já havia material

suficiente. Então, o pasto cortado foi amontoado e amarrado sobre o carrinho de mão e seguimos com ele de volta ao chiqueiro das cabras (Imagem 4.33, apêndice A).

Chegando no chiqueiro, percebemos que outro grupo, também sob a devida orientação, fazia a limpeza do local, removendo fezes caprinas e restos de alimentos acumulados pelos animais ao longo da noite, depositando esses materiais em sacos, medindo e registrando o peso de cada um. Próximo dali, um terceiro grupo se concentrava em torno de montes de terra, esterco e restos vegetais, misturando-os, molhando-os com água e organizando-os em camadas.

Ao lado de uma máquina elétrica de triturar, depositamos o pasto cortado. Um dos residentes separou a quantidade de leucena e de capim que seriam usados, na suposta proporção de 30 e 70%, respectivamente. Ele usou apenas o aspecto visual dos volumes de folhas como medida. O barulhento motor da máquina trituradora foi ligado e começamos a alimentar o equipamento com os volumes separados, enquanto outra parte da equipe recolhia o material triturado que a máquina depositava sobre placas de madeira ao chão (Imagem 4.34, apêndice A).

Após recolhida a matéria triturada, nós a acomodamos em sacos e a levamos até o chiqueiro, como devidamente orientado. Lá, depositamos os alimentos nos cochos que estavam espalhados pelo chão, os quais haviam sido higienizados pelo grupo que ali esteve antes de nós.

Percebemos que o chiqueiro possuía compartimentações que isolavam grupos de animais. Fomos explicados de que cabras não paridas e jovens machos castrados - ou os que ainda não alcançaram idade reprodutiva - ocupavam o espaço principal, por serem mais numerosos. Separadas deles estavam as cabras lactantes ou de prenhez avançada. Em um terceiro compartimento estavam dois machos reprodutores.

Deixamos alimentos nos cochos de todos os compartimentos e os animais rapidamente passaram a se aglomerar em torno da ração servida.

Nosso trabalho naquela atividade prática se encerrava ali. Reunimos as ferramentas utilizadas no trabalho e nos dirigimos para as pias próximas aos dormitórios, onde lavaríamos as mãos e andaríamos até o refeitório, para o café da manhã.

Higienizando os currais e medindo o esterco

Dias depois (13/07, quarto dia na Escola), nossa equipe foi a responsável pela atividade de limpeza do chiqueiro, novamente às 6h00. Nesse dia, utilizamos vassouras e rastelos para reunir e remover os restos de fezes e de alimentos que estavam depositados no chão do curral de cabras (Imagem 4.35, apêndice A). Fomos orientados a dar bastante atenção ao volume não

ingerido pelos animais e que permanecia nos cochos, de modo a reunir informações para identificar eventuais problemas com o apetite do rebanho, incidência de doenças ou alguma rejeição ao tipo de alimento servido.

Balanças manuais nos informaram o peso do material removido do chiqueiro, enquanto uma residente da república fazia a anotação das medidas em seu caderno, no qual era mantido todo o registro das quantidades diárias, a fim de auxiliar no monitoramento dos hábitos digestivos das cabras.

Enquanto deixávamos o chiqueiro, portando os sacos com os materiais coletados, a equipe que alimentaria o rebanho entrava no local, com a comida triturada, pronta para ser servida.

Depositamos o material removido em um local próximo, fora dos currais, onde ele seria posteriormente destinado para a produção de adubo, por sua vez destinado a enriquecer os solos onde as pastagens são cultivadas e onde se produzem alimentos (sobretudo hortaliças e legumes) para o consumo humano.

A criação do Sertão

Na tarde daquele mesmo dia (13/07), André, um dos profissionais do Irpaa, esteve conosco no salão do Centro, para tratar da *criação de cabras e ovelhas*. Ele distribuiu, para cada um de nós, um exemplar da cartilha “Cabras e ovelhas: a criação do sertão”.

André dividiu nossa turma em vários grupos e solicitou que cada um listasse quais seriam “as vantagens da criação de cabras, para os agricultores do Semiárido”. Após um tempo reunidos separadamente (em torno de 30 minutos), nossos grupos voltaram a ficar juntos no salão, para expor os itens listados.

Uma lista geral foi constituída pela reunião das contribuições dos vários grupos e incluía itens como “cabras são mais resistentes às secas”; “são animais mais prolíferos”; “o leite de cabra é mais próximo do leite humano”; “apresentam custo de produção menor”; “consomem menos água”; “fazem parte de nossa cultura”; “têm o esterco mais fértil”; “exigem menos terreno”; “porque a carne é mais saudável”. O profissional discutiu, com a turma, esses pontos e outros que foram levantados.

Além disso, num papel exposto em um cavalete de madeira, André iniciou a fazer alguns cálculos comparando *vacas* e *cabras*, em termos de consumo de água e de pastagens; do número médio de crias por ano; das exigências em termos de custos com cercas; dentre outros aspectos,

a exemplo da tabela similar que se encontra na página 11 da cartilha entregue (Imagem 4.36, apêndice A)..

À medida que os cálculos eram desenvolvidos, os jovens participavam ativamente, lançando ao debate informações solicitadas por André (preço médio de produtos; peso médio dos animais; produção diária de leite dos animais; consumo hídrico; etc). Eles discutiam os dados e comentavam sobre experiências, em suas propriedades familiares, com aquele tipo de criação.

A partir da tabela, tornava-se inequívoco, na discussão, que as cabras apresentavam inúmeras vantagens frente à pecuária bovina, no Semiárido. A tabela incluía o fato de que o consumo médio *per capita* de água é de 53 litros/dia, em se tratando das vacas, enquanto o consumo médio de uma cabra é de 6 litros/dia. A partir disso, a tabela comparava, para uma série de aspectos, a criação de uma vaca com a criação de oito cabras (48 litros/dia, juntas).

Construída conjuntamente com a turma, a tabela resultante apresentava a vantajosidade dos caprinos, em termos de números de crias por ano e de preços do leite e da carne. Além disso, registrava que eles resistem melhor às irregularidades nas chuvas da região; possuem sistemas digestivos apropriados ao consumo de plantas rústicas do Sertão, rejeitadas pelos bovinos; permitem “manter a caatinga de pé”, pois se alimentam de plantas nativas, não demandando devastar as áreas para a plantação de capim; além de serem, tradicionalmente, a criação dos pequenos agricultores do Sertão, enquanto os bovinos seriam, por tradição, “a criação do fazendeiro”.

Apesar disso, também era ali registrado que cabras demandam maiores custos com cercas (pois têm tamanho menor, além de um comportamento mais inquieto), bem como necessitam que o agricultor suplemente, nos currais, a alimentação que elas obtém diretamente na caatinga, além de necessitarem do preparo de reservas de alimentos nos períodos chuvosos, para o abastecimento nos meses de estiagem.

Bactérias, vírus, parasitas e garrafadas

Dois dias depois, André voltou a ter um momento na programação com a turma. Dessa vez, o propósito era discutir as principais doenças que acometem os rebanhos caprinos. Além de contar com as ilustrações existentes nas cartilhas, o profissional distribuiu fotos ilustrativas de animais acometidos por doenças e pequenos textos sobre o assunto.

Os presentes participaram ativamente, falando de experiências em seus locais de origem e comentando sobre *remédios caseiros* que são de uso comum nas suas regiões. Em geral, esses

tratamentos são referidos como *garrafadas*, visto que os remédios são comumente administrados por via oral, com uso de garrafas para manejar as substâncias diluídas em água. Os jovens também retiravam dúvidas e registravam suas anotações.

Nessa discussão, André dividiu a turma em pequenos grupos, distribuindo a cada um a tarefa de apresentar informações sobre um determinado problema de saúde dos caprinos. Clostridioses, linfadenite caseosa, raiva, parasitoses, broncopneumonia, diarreia, mastite, piolhos e infecções no umbigo foram alguns dos males abordados. Em muitos desses casos, há recomendações de utilização de plantas da caatinga para a preparação de medicamentos naturais. Alguns jovens sugeriram tratamentos que diziam funcionar em seus locais de origem, também à base de plantas conhecidas, como o Pau-d'arco (*Tabebuia impetiginosa*) e a Babosa (*Aloe vera* L. Burm. f.). Num dos casos sugeridos, André falou: “Esse tratamento aqui eu nunca experimentei. A gente vê relatos dele nas comunidades e não tem na literatura, mas quero tentar pra conhecer. Muita coisa vem disso, da experimentação”.

Reservas de alimentos

No dia 20/07 (Décimo primeiro dia na Escola), a programação contemplava, mais uma vez, a criação de cabras e ovelhas, sob o tópico *segurança forrageira*. André entrou no salão carregando vários sacos que continham, cada um, alguns quilos de alguma coisa.

Ele depositou esses sacos no chão do auditório, ao centro (Imagem 4.37, apêndice A). Então, dividiu novamente a turma em grupos menores. Aos grupos, indicou que deveriam estudar com atenção o intervalo entre as páginas 50 e 52 da cartilha “cabras e ovelhas: a criação do sertão”.

Quando estávamos reunidos nos grupos, fazendo a leitura indicada e discutindo-a, ele foi a cada equipe e entregou alguns dos sacos que havia levado para o auditório. Cada saco continha um único material, dentre sais, sementes, folhas desidratadas, cascas de ovos ou vagens. Com base na leitura, os grupos deveriam utilizar esses materiais para apresentar à turma diferentes técnicas recomendáveis para o manejo dos caprinos: produção de vermífugos; vitamínicos naturais; preparação de fenos para guardar alimentos para os meses de estiagem; silagens; e balanceamento da ração conforme as necessidades alimentares.

Especialmente os *fenos* e *silos* são bastante enfatizados na cartilha e também o foram na discussão conosco. Tratam-se de modos de armazenamento de parte da vegetação verde na época em que há chuvas, buscando manter o valor nutricional desses alimentos, para suprir a

necessidade alimentar dos animais na época de estiagens, em que há necessidade de suplementar a alimentação obtida diretamente do pastoreio na caatinga.

A produção de *feno*, conforme exemplifica a cartilha e o profissional - a partir dos materiais levados nos sacos -, consiste em cortar as plantas no momento em que estão verdes, mas em fase anterior à floração, visto que a existência de flores indicaria um estágio posterior ao pico de valor nutritivo. Uma vez cortadas, as ramagens obtidas são postas para secar ao sol, assegurando que a umidade das folhas seja reduzida a um ponto (em torno de 12%) que evite a ocorrência de fermentação durante o tempo em que o material vai ficar armazenado. Esse ponto pode ser reconhecido pela verificação da cor e do cheiro das ramagens, que devem estar ainda esverdeadas e sem odores desagradáveis. Quando torcidas, elas não devem liberar sumo. Nesse ponto, o alimento deverá ser guardado ao abrigo do sol e da umidade, devidamente enfardado (Imagem 4.38, apêndice A).

Por sua vez, a produção de *silos* é obtida mediante a trituração das plantas cortadas, sempre antes da floração. O material triturado é, então, compactado, a fim de obter volumes pequenos, concentrados. Nos silos, não há a perda de água que é exigida na elaboração do feno. Por isso, os silos compactados devem ser embalados em recipientes vedados, para que a conservação se dê na ausência de oxigênio e que os micro-organismos não proliferem em seu interior (Imagem 4.39, apêndice A).

Por isso, no resultado desses processos, “o silo tem bem mais água que o feno e perde bem menos energia e proteína também”, afirma André. Ele acrescenta: “se o feno não pode ver água, o silo não pode ver ar”.

Áreas amostrais de caatinga, matéria verde, matéria seca e capacidade de suporte

Naquele dia, após as apresentações dos grupos, André apresentou e discutiu, conosco, uma técnica para calcular o que ele chama de *capacidade de suporte da caatinga*, entendida como a quantidade de produção de matéria vegetal que uma determinada área de caatinga poderá fornecer aos animais durante um dado período de tempo. Essa informação, conforme ele ressaltava, é importante para que o agricultor não sobrecarregue uma área com uma quantidade demasiada de animais (*superpastoreio*) e também para que o criador planeje a quantidade de alimento que deverá cultivar, para fornecimento aos animais como suplementação.

Visto que diferentes áreas de caatinga terão diferentes características, André faz uma demonstração da técnica de cálculo da capacidade de suporte. A instrução começa pela

recomendação de que se escolha uma amostra (de 25m²) da área de caatinga. Nessa amostra, a orientação é coletar toda a folhagem que pode ser alcançada pelas cabras (na altura aproximada de “uma pessoa”) e toda a *serrapilheira* (matéria vegetal que estiver depositada ao chão, naquela área). Esse material coletado deve ser pesado e o número obtido deve ser incluído numa *regra de três*, que ele expõe em um cartaz.

No exemplo dado por André, 5kg de matéria vegetal são coletados numa hipotética área amostral de 25m² de Caatinga. A informação “x”, que se pretende, é a quantidade de matéria vegetal esperada em um espaço de um hectare (10 mil m²). Da regra de três, obtém-se a resposta de que um hectare deverá ter aproximadamente 2mil kg do material.

André continua: “esses 2mil kg são de matéria verde, mas nós precisamos saber a quantidade em matéria seca, que é o que importa para as necessidades alimentares das cabras”. Então, ele nos lembra que podemos trabalhar com uma proporção média de 30% de matéria seca e 70% de água nas folhas, como no caso da leucena, espécie vegetal que utilizamos na preparação da alimentação dos animais, conforme relato anterior. Desse modo, dos 2mil kg de “matéria verde” que estimamos para cada ha de nossa hipotética área de caatinga, 600kg seriam o que se poderia esperar de matéria seca.

Sabendo da informação anterior, André orienta sobre como calcular a necessidade alimentar em matéria seca de um rebanho, partindo do dado de que cada cabra adulta precisará, diariamente, ingerir o equivalente a 4% do seu peso vivo (PV) em matéria seca. Utilizando uma *cabra média* com supostos 30 kg, teríamos a necessidade de 1,2 kg de matéria seca, por dia e por animal. “O ‘1,2’ multiplicado pela quantidade de animais que você cria lhe dirá a necessidade do seu rebanho, que você vai comparar com a capacidade de suporte da caatinga”, esclarece André.

Uma área “real” de caatinga e o Pajé

De acordo com a programação da 25ª EFCSA, na manhã do dia 18/07/2017 (nono dia na Escola), a turma de jovens teria suas atividades na sede da Embrapa Semiárido⁴⁶, zona rural do município de Petrolina. Nesse dia, tomamos um ônibus cujo serviço havia sido contratado pelo Irpaa e chegamos ao local designado por volta das 8h30.

⁴⁶ A Embrapa Semiárido é uma das dezenas de unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e criado na década de 1970. A Embrapa Semiárido está localizada na zona rural do município de Petrolina e sua missão institucional está voltada para a pesquisa sobre sistemas de produção agrícola no Semiárido brasileiro.

Na recepção no prédio da Embrapa, fomos recebidos por um dos pesquisadores da instituição, à frente de um grande mapa do mundo fixado em uma parede, no qual o nosso anfitrião apontava para áreas com elevados riscos de desertificação, destacando o Semiárido brasileiro. Conforme ele, em nossa região estaria “o único bioma exclusivamente brasileiro, sobre o qual se sabe muito pouco”. O pesquisador fez menção ao fato de esse bioma, a Caatinga, possuir milhares de espécies vegetais e animais, mas ainda ser bastante desconhecido pelo mundo da pesquisa.

Dali, fomos convidados a fazer um passeio pela *Trilha da Caatinga*, numa área de mata preservada, mantida na propriedade da Embrapa e utilizada como área de demonstração do bioma, para visitantes. Acompanhados pelo pesquisador que nos recebeu, fomos à trilha, ao longo da qual ele conduziu algumas explicações sobre a caatinga e algumas de suas espécies vegetais e animais.

Também interagi com os jovens em relatos que eles fizeram sobre o uso de algumas espécies em suas comunidades, como ocorreu quando, de repente, Dione, o jovem índio tuxi arrancou duas grandes folhas de uma robusta Macambira (*Bromelia laciniosa*) e, ali mesmo na área preservada, dilacerou as fibras da planta para nos mostrar como seu povo a utilizava para fazer peças artesanais, como a *cataioba*.

Estávamos todos em círculo, sentados em bancos rústicos embaixo da copa de uma grande Umburana sem folhas (*Commiphora leptophloeos*), orientados a passar alguns segundos em silêncio, contemplando o local (Imagem 4.40, apêndice A). Foi quando, instantes depois dessa orientação, Pajé interrompeu o silêncio, alegre por ter encontrado a bromeliácea:

Dione: Aqui gente, do que é feita a cataioba! Aqui a gente mói e faz a cataioba – dizia, enquanto se esforçava na lida com as folhas já despedaçada em tiras. - Se tivesse mais tempo, eu ia ensinar todos vocês a fazer.

Pesquisador: O que é a cataioba? – perguntou, sem demonstrar espanto com aquele manuseio da área preservada.

Dione: São os trajes indígenas – respondeu, enquanto avançava na separação das fibras, aparentemente tão à vontade como se estivesse no mato de sua aldeia (Imagem 4.41, apêndice A).

Pesquisador: Qual o Povo?

Dione: Povo Tuxi, de Abaré-Ba.

Pesquisador: Legal, se houvesse tempo a gente ia fazer sim.

No caminho de volta, outros jovens interrompiam a caminhada em pontos específicos da trilha para mostrar a colegas algumas plantas, como Hudson fez com o *caroá*, explicando, em um pequeno grupo, sobre o seu uso na produção de cordas. Emerson, explicava sobre como reconhecer as diferenças entre a *coroa de frade* macho e a *coroa de frade* fêmea. Outros falavam de usos medicinais de algumas espécies encontradas.

“Você tem 50 cordeiros e quer engordá-los”

Por volta das 9h30, estávamos de volta ao prédio onde fomos inicialmente recebidos, na Embrapa. Fomos conduzidos a uma das salas, onde um outro pesquisador faria uma apresentação sobre a alimentação de pequenos ruminantes. A sala onde fomos acomodados assemelhava-se a uma sala de aula, com cadeiras escolares enfileiradas e, à frente delas, um aparelho de projeção estava sobre uma mesa, conectado a um *notebook*, antecedendo uma parede.

Era a primeira vez, em mais de uma semana de atividades diuturnas na EFCSA, que nós nos sentávamos em fileiras, ao modo tradicional.

O segundo pesquisador a interagir com o nosso grupo apareceu e se apresentou. Informou que apresentaria uma ferramenta de apoio ao *produtor rural*, a qual estava sendo desenvolvida pela sua equipe, ali na Embrapa. Chamada E-PlanFor⁴⁷, tratava-se de um *software* gratuito, cuja principal função seria auxiliar no planejamento da produção de alimentação e forragens necessárias para a alimentação de rebanhos animais. “Por exemplo, você tem 50 cordeiros e quer engordar...”, dizia o pesquisador, enquanto nos orientava a fazer a conexão de nossos aparelhos celulares na rede de *internet* sem fio e a realizarmos um cadastro individual no site do E-PlanFor, onde teríamos acesso ao *software*.

Enquanto poucos de nós conseguimos realizar o acesso solicitado, o pesquisador pediu atenção para iniciar uma simulação com o seu próprio perfil, projetando as imagens da tela do *notebook* na parede à frente.

Com a imagem projetada, após os passos iniciais de abertura do *software*, o pesquisador mostrou os campos que solicitavam, ao usuário, qual seria a espécie animal para a qual a alimentação deveria ser planejada, bem como o período de tempo para o qual o planejamento seria feito. Ele mesmo inseriu as informações: “Caprinos... 01/08 a 31/12”. No campo para nomear o plano a ser elaborado, ele digitou: “Fazenda Irpaa”.

⁴⁷ Uma referência ao planejamento para a produção de forragens, feito com suporte eletrônico.

Em seguida, o E-PlanFor quis saber o tamanho do rebanho. E o pesquisador inseriu: “100 cabeças”. Também acrescentou números referentes ao consumo *per capita* de água dos animais e ao consumo de matéria seca.

“Qual é a realidade de vocês?”

A turma estava em silêncio e o software pedia mais informações. Quis saber qual seria o método de criação, se em *confinamento* ou com *suplementação*. O pesquisador explicou a diferença entre os métodos, de modo bastante detalhado, enfatizando que no confinamento os animais recebem a comida nos apriscos e não pastam soltos. Na suplementação, considera-se que parte da necessidade dos animais é obtida pelo pastoreio direto na caatinga.

Quando ele orientou que deveríamos assinalar a alternativa *confinamento*, Karine, uma das profissionais do Irpaa que nos acompanhava, indagou se nós poderíamos fazer a escolha entre as opções. Ela estava aparentemente contrariada.

“Sim, aqui ó”, disse o pesquisador, enquanto mostrava o campo na tela em que a escolha poderia ser feita. “Agora...” - ele parecia ter uma objeção a apresentar -, “lembrando que o confinamento é considerando que nada vem da caatinga”.

Karine nos pergunta: “A realidade de vocês é qual?”

“Suplementação”. Muitos jovens responderam.

“Mas...”, quis esclarecer o pesquisador, “lembrando que às vezes tá tão seco na caatinga, que aquilo que o animal consegue comer não representa nada da necessidade dele”.

Um dos jovens ousou uma réplica: “mas isso vai depender do período do ano, né?”, disse Rubens.

Outro também questionou.

O pesquisador disse que havia períodos em que “sim, poderia ser usada a suplementação”, mas advertiu que “geralmente, nada vem da caatinga”. A execução do *software* ainda estava lá, na mesma tela, indagando “qual o método?”. Sem hesitar, o pesquisador assinalou *confinamento*. E passou para a próxima tela.

Zé, um dos residentes da República do Irpaa, quis saber: “ôh, moço, aí se eu fosse definir suplementação, teria que ver a capacidade de suporte de nossa caatinga”.

“Isso ele não faz”, respondeu o pesquisador. Também explicou que, nesse caso, a informação teria que ser processada “fora do sistema”.

Mensurar a demanda e simular a ração

Nas telas seguintes, o sistema pedia mais informações e o pesquisador foi gradativamente preenchendo os campos e comentando-os conosco.

Foram lançadas informações sobre o número de animais previstos a cada mês, com as variações esperadas para o tamanho do rebanho, em caso de nascimentos, de vendas, de aquisições e/ou de mortes de animais. Também, solicitava-se informar o peso médio dos animais, ao passo que o pesquisador explicava que o aumento do peso corporal das cabras induzirá a um maior consumo.

Quando o *software* cessou de pedir informações, foram calculados e apresentados os resultados, indicando que, no caso daquela simulação (*Fazenda Irpaa*), “o produtor” deveria se planejar para uma demanda alimentar de 18,3 mil kg de matéria seca e uma demanda hídrica de 91,8 mil litros.

João, um dos jovens da EFCSA, quis ir além: “Então, quanto de volumoso eu tenho que ter para obter esse total de matéria seca?”.

O pesquisador fez uma outra simulação como resposta. Usando a calculadora de seu *smartphone*, ele dividiu a quantidade necessária apontada pelo E-PlanFor (18,3 mil kg) por um quociente que, segundo ele, pode ser 0,1 (no caso de o produtor dispor de palma) ou 0,3 (no caso de o produtor utilizar capim de corte). Esses quocientes não nos são estranhos, visto que nos habituamos a eles nas instruções recebidas no Centro de Formação: 0,1 significa que a palma é uma espécie em que 90% de sua composição é basicamente água, por isso cada quilo da planta rende apenas 100 gramas de matéria seca; o 0,3 significa que o capim de corte é mais rico em matéria seca e menos abundante em água, se comparado à palma, disponibilizando 300 gramas de matéria seca para cada quilo cortado da planta.

Após a simulação do pesquisador na calculadora do celular, João volta a querer saber: “e aí eu faço o planejamento do plantio...”.

“Deixa eu mostrar o que mais ele faz”, pede o pesquisador, enquanto seleciona, na tela, a opção *simular ração*. O E-PlanFor abre uma janela com opções de *forragens verdes*, dentre as quais o pesquisador escolhe *palma forrageira*, entre um conjunto de espécies vegetais alternativas, como *mandioca*, *maniçoba* e *sorgo*.

Alguém pergunta se o criador pode escolher outras variedades.

“Quando vocês forem cadastrar uma nova variedade de ração, vocês têm que ter o preço, senão ele não aceita”.

“Então, a suposição é que o agricultor vai comprar?”, eu perguntei.

“Não. O foco é o plantio, mas aí tem que ver se dá tempo, se dá parcialmente. Por exemplo, se 30% vai ser comprado, quantas toneladas? Mas aí *quem vai decidir é o técnico*: ‘olha, minha orientação é que o senhor compre 30% e...’”, responde o pesquisador.

Seguindo com a simulação na tela, o nosso instrutor escolhe uma dentre as alternativas de sistemas de irrigação que o *software* apresenta, para a produção da matéria seca. A escolha dele é de um sistema que custa R\$ 16,2 mil, conforme a informação apresentada na projeção.

Na sequência, o E-PlanFor pede informações sobre a produtividade da palma forrageira, por hectare de terra plantada. Após inserir o dado de 60t/ha, o sistema apresenta uma necessidade de 0,3 ha plantado e um custo de aproximadamente R\$ 4,5 mil com o plantio.

Outros alimentos, conhecimento técnico e a melhor combinação

Rubens, um dos jovens, estava curioso: “Ele faz isso para outras coisas, também? Tipo, uma horta?”

“E se a gente for trabalhar com vários tipos de alimentos, ele faz?”, perguntou Moacir.

O profissional disse que sim e que precisaria de mais atenção de todos para a demonstração.

Zé, um jovem da República, acrescentou uma outra curiosidade: “Vocês têm algum estudo sobre as plantas da caatinga usadas na alimentação, que possa botar aí?”.

“Rapaz, não!”, o instrutor respondeu. “Mas o aplicativo te dá a liberdade de você, quando faz seu cadastro, poder acrescentar outras espécies. Porque tem uma infinidade de possibilidades na caatinga. Então, você pode acrescentar ou alterar alguma outra e isso só fica disponível pra você. É muito fácil, depois de fazer o primeiro. Mas, é claro que isso depende muito do *conhecimento técnico* de vocês”.

Na continuidade, o pesquisador fez uma alimentação de dados com uma combinação simulada para uma dieta animal que reunia cinco ou seis variedades de plantas e, depois, mostrou-nos que o *software*, a partir das informações fornecidas, calcula e apresenta uma sugestão da *melhor combinação* entre as opções, partindo do critério de menor preço.

A demonstração do E-PlanFor foi encerrada após aquela demonstração, pois ainda havia outras atividades a serem realizadas naquele dia, na Embrapa, antes de voltarmos ao Centro Dom José Rodrigues, em Juazeiro-BA.

Nessa narrativa, oriunda de nossa experiência em campo, pensamos haver uma evidência de que presenciamos momentos em uma *zona conflituosa de valores*, situações de

cruzamento entre duas redes de associações, distintas o suficiente para que o encontro entre elas produza possibilidades de *erros de categoria*.

Por meio do Quadro 4.6, é possível identificarmos algo curioso no contraste entre os relatos das cenas que se dão na Roça do Irpaa - referentes à prática de criar cabras -, e os relatos daquilo que ocorre na sede da Embrapa - relacionados aos acontecimentos na *trilha da caatinga* e durante a exposição do *software E-PlanFor*. Há, entre essas partes da narrativa, uma mudança significativa de *tonalidade*, de valores performados a partir do modo como as práticas relatadas conectam os elementos que delas participam.

Na primeira parte do relato, em que acordamos na Roça do Irpaa, ao lado dos currais de cabras que precisam ser alimentadas, estamos imersos em um conjunto de relações onde os participantes são *enactados* na existência de uma maneira peculiar, diferente do modo como isso acontece na instituição de pesquisa visitada, na segunda parte do relato.

Não estamos apenas nos referindo ao fato de que há atores diferentes entre as práticas, como as *pastagens de leucena* disponíveis para corte, na Roça do Irpaa, e o *software*, na Embrapa. Estamos dizendo, para além disso, que elementos supostamente comuns entre os relatos, estão performados em práticas bastantes diferentes, e, com isso, *enactados* à existência com contornos bastante singulares. É o caso da Caatinga, dos animais e dos percentuais de matéria seca e de água nos vegetais, ou os dados sobre o consumo *per capita* de água e de matéria seca, pelas cabras, para citar alguns exemplos.

Supor que, entre as duas partes mencionadas da narrativa, estamos a tratar exatamente da *mesma Caatinga*, ou dos *mesmos dados*, sugere que consideremos uma invariável existência desses atores em um mundo externo às práticas nas quais eles estão envolvidos. Estaríamos a imaginar uma *forma absoluta* de existência deles, independente da forma como eles são mobilizados nas cadeias de conexões que ocorrem numa prática. Seria, nesse caso, uma consideração pouco realista sobre a existência, visto que só em um plano completamente abstrato, essa possibilidade seria imaginável: uma elaboração hipotética de existência essencial, desprovida de qualquer vinculação a práticas que lhe afetassem (MOL, 2002; LAW; MOL, 1995; LAW; LIEN, 2010; HUMPHRIES; SMITH, 2014).

4.2.2 Caatingas, cabras e agricultores: começando a discernir sobre maneiras singulares de associar

Desde que nenhuma prática é neutra em relação aos seres que envolve (WOOLGAR; LEZAUN, 2013; GHERARDI, 2015; 2016), podemos compreender que a caatinga *enactada*

no conjunto de atividades de criação de cabras, como aquelas que têm lugar no Irpaa (preparo de alimentos; limpeza de chiqueiros; preparação de medicamentos; elaboração do composto orgânico; cálculo da capacidade de suporte da caatinga; etc), é bastante diferente da caatinga *enactada* em atividades como as que se dão na “trilha da caatinga”.

Na trilha, a Caatinga é o “único bioma exclusivamente brasileiro”, a ser preservado da desertificação, especialmente para fins de pesquisa, para que se reduza nossa ignorância em relação a essas matas, ao mesmo tempo tão nossas e tão pouco conhecidas. “Conhecer”, “preservar”, parecem ser as atividades principais nas quais aquela trilha se associa à Caatinga. Porém, o inusitado episódio em que o nosso amigo *Pajé* avança sobre as folhas da Macambira nos revela a diferença entre a Caatinga da trilha e a Caatinga das matas praticadas pelos povos tradicionais do Semiárido.

Praticar a Caatinga em aldeias tuxis como a de Dione, ou nas comunidades de muitos de nós naquela turma, significa, entre outras coisas, manusear plantas, conhecer seus usos tradicionais na comunidade, dilacerar folhas, produzir vestes, trançar cordas, produzir remédios, caçar, alimentar animais, numa lista grande de fazeres que *enactam* múltiplas caatingas. Nessas listas, também estão presentes contemplar a caatinga, conhecer propriedades de suas espécies, mas não como atividades isoladas de tantas outras⁴⁸. Um sinal disso, ao que parece, é que as placas ao longo daquela trilha - simulando um ambiente um tanto turístico, museológico, contemplativo -, não foram suficientes para alertar Dione de que aquela caatinga era outra que não a de seu povo. Nem o pesquisador nem ninguém, face à espontaneidade com que ele se entreteve com a planta, teve ânimos para repreendê-lo.

E quanto aos animais, as cabras? Também são múltiplas⁴⁹. Na roça do Irpaa ou em um laboratório da Embrapa, ainda que em ambos se considere um caprino que consome, diariamente, o mesmo percentual de seu peso vivo em termos equivalentes de matéria seca; que tenha o mesmo peso médio; ou as mesmas necessidades hídricas; ou se alimente de plantas com o mesmo percentual de proteínas em suas folhas; as cabras *enactadas* nas práticas do Centro Dom José Rodrigues e as cabras *enactadas* no planejamento de necessidades alimentares via *software* E-PlanFor, são seres bastante diferentes.

⁴⁸ Durante a trajetória da pesquisa de campo, foi comum ouvir o termo *caatingueiro*, utilizado para denominar aquela pessoa que vive na (ou da) Caatinga, geralmente na agricultura e criação de animais. Não nos detivemos em examinar as práticas às quais esse termo se associa, mas ele parece sugerir algo no sentido da inseparabilidade entre aquelas pessoas e a Caatinga, na direção que temos argumentado.

⁴⁹ “O bode múltiplo”, impossível não ver nisso uma sugestão para parafrasear o título da obra de AnneMarie Mol (2002): “The body multiple”.

Certamente, não teremos, tomando como base apenas esses trechos relatados sobre os momentos na Embrapa, condições de discorrer sobre as particularidades do modo de *enactment* nas práticas relacionadas àquela instituição. Nem, tampouco, esse é o objetivo aqui. Nosso foco analítico continua recaindo sobre o campo de práticas que vínhamos acompanhando. Entretanto, como o nosso dispositivo de navegação, a *preposição*, exige certo esforço comparativo, estamos fazendo uso do contraste oportunizado pelo encontro entre as práticas às quais estamos nos referindo (entre a primeira e a segunda parte da narrativa do Quadro 4.6), para chamar nossa atenção para as singularidades do *enactment* no campo de nosso interesse, mais do que para ousar uma apreciação detalhada de ambos os campos de prática.

Lembremos do nosso relato sobre as atividades relacionadas aos animais caprinos, no Centro de Formação. Desde o acordar, em dormitórios ao lado do chiqueiro de cabras, somos lembrados que estamos em um local *de produção*, mas também *de moradia*, sem falar da *formação*. Não se trata de um ambiente especializado no qual são produzidas cabras, um destinado a manter animais em *regime de engorda para posterior comercialização*. Trata-se de um local de *criação* e também de *moradia*, de produção de alimentos para as pessoas que vivem ali, semelhantemente ao que ocorre nas propriedades dos agricultores das comunidades rurais, envolvidos naquele universo de coisas. Lembremos que estávamos ali *de passagem*, durante a 25ª EFCSA, mas que há pessoas residindo permanentemente na propriedade, a exemplo dos estudantes da República e da cozinheira e sua família.

A denominação *Fazenda Irpaa*, digitada pelo pesquisador no E-PlanFor, portanto, não é apenas uma diferença de palavras, de modos de falar, em relação à repetida *Roça do Irpaa*, que aparece nas falas das pessoas que vivem ou lidam com aquele local. Não se trata apenas de uma pluralidade nos *modos de falar*, mas menções a seres muito diferentes entre os dois mundos aludidos, que também estão associados a emoções e afetos muito distintos (GHERARDI, 2013; 2016; 2017; LAW; LIEN, 2010; SCHATZKI, 2001; 2005; 2018).

Acordar cedo; envolver-se corporalmente com o trabalho; conectando a materialidade do próprio corpo com ferramentas; com pastagens orvalhadas (sim, há orvalho no Semiárido se você acorda cedo o suficiente, em alguns meses do ano); com máquinas como trituradeiras elétricas e balanças; com animais famintos; com esterco que você depois deverá utilizar na preparação de compostos orgânicos para hortas e outros plantios; são atividades em práticas que mobilizam seres com uma *qualidade ontológica peculiar*. Semelhantemente, são práticas que envolvem um *agricultor* que utiliza bastante os seus sentidos nas conexões com o restante dos partícipes da ação: que tateia solos para verificar a umidade; que sente odores para avaliar

o ponto de preparação dos fenos; que se baseia nas cores das folhas para decidir sobre o ponto de corte; que, visualmente, calcula o percentual de uma espécie vegetal na composição da ração do dia; etc. Quando nos referimos a essa peculiaridade, aqui, estamos querendo dizer da distinção em relação aqueles seres que uma suposta *Fazenda Irpaa* sugere⁵⁰.

Fazenda Irpaa, onde há 100 cabeças de caprinos em regime de engorda, ou onde “você tem 50 cordeiros e quer engordá-los”, é um universo de composição e conexões diferentes. Não só pelo tamanho dos rebanhos, pouco prováveis numa roça como aquela performada nas outras práticas que acompanhamos, mas também por todas as conexões nas quais esses animais - em uma *fazenda* ou em uma *roça* - estão entrelaçados. Isto é, há substanciais distinções nas redes de associações heterogêneas mobilizadas pelas práticas que os envolvem e, sobretudo, na maneira como essas conexões estão forjadas.

As cabras na *roça do Irpaa*, por exemplo, estão imediatamente *conectadas à Caatinga*. Isto se dá pela alimentação, evidenciada quando André nos sugeria considerar a capacidade de suporte da caatinga para suprir parte das necessidades alimentares daqueles animais. Mas, não só: também é uma relação que se pelo uso de plantas nativas para a preparação artesanal de medicamentos, destinados a combater males que acometem os animais. Ainda, configurava-se essa relação cabras-Caatinga quando André nos esclarecia que, embora uma criação de cabras demande cercas com nove fios de arame, elevando os custos da criação, os *fundos de pasto* nas comunidades tradicionais permitem o pastoreio coletivo em áreas comuns da caatinga. O pastoreio nessas áreas, por sua vez, reforça a necessidade de proteger o bioma dos processos de desertificação (“manter a caatinga de pé”), sob pena de, em caso contrário, as comunidades perderem esse importante elemento de suporte às suas criações.

Seu Pedro, na comunidade de Cachoeirinha, enquanto nos dizia que tinha confiança em um volume maior de chuvas, que ele esperava para os meses entre o final de 2017 e início de 2018, também nos contava como isso afetava o tamanho do seu rebanho de cabras. Conforme ele, era preciso estar atento para, mesmo que o volume de chuvas fosse “bom”, não deixar que o rebanho proliferasse demasiadamente. Caso contrário, quando os meses de estiagem chegassem, ele teria uma quantidade maior de animais do que poderia manter com seus cultivos e com a área de fundo de pasto de sua comunidade. O excesso, acima da *capacidade de suporte*,

⁵⁰ Lembremos, para um reforço a essa distinção, que em um dos relatos da Narrativa III (Quadro 4.4), o jovem agricultor Raimundo falava de sua recusa em trabalhar nas *fazendas*, enquanto se sentia feliz em contribuir com as atividades em sua comunidade rural. Assim, *fazenda* e *roça* podem ser não apenas universos distintos, mas, em certos casos, até divergentes. Devo essa observação à perspicácia de Lucas Feitosa, que ao revisar gentilmente esse texto, chamou minha atenção para a relação da fala de Raimundo, com esse tema. No mesmo sentido, os conflitos de terra entre agricultores e fazendeiros, comuns na região, também podem ser acionados por nós para reforçar essa compreensão.

teria que ser vendido a baixos preços na época sem chuvas (porque ocorreria de vários criadores virem a se encontrar na mesma situação) ou o rebanho definharia por falta de alimentação em boas condições. Assim, o período chuvoso de cada ano também tinha de ser também um momento de controle para evitar que, sob os auspícios da vegetação verde e mais abundante, o criador relaxasse o manejo reprodutivo dos animais, esquecendo o caráter cíclico daqueles tempos de chuvas e de escassez. Também, Seu Pedro sabia que o período chuvoso marcava a necessidade de guardar forragens em *fenos* ou em *silos*, para os meses que estariam mais à frente.

Desse modo, para citar alguns exemplos, a cabra no nosso campo de práticas é uma cabra indissociável da sua capacidade física de resistência às estiagens, de saberes tradicionais, da vegetação nativa, dos modos de uso da terra em comunidades tradicionais, e da sua presença histórica como *criação do pequeno agricultor*, enquanto que o gado bovino carrega a associação aos *fazendeiros*.

Ao contrário dessas conexões, a *Fazenda Irpaa* informada ao *software* é um local em que os animais são criados em *confinamento*, desassociados da caatinga, da qual “nada vem” para alimentá-los. Plantas forrageiras nativas, possibilidades de uso da caatinga como suplementação, integração com hortas (tópicos que os jovens agricultores mencionaram durante a exposição do E-PlanFor), estão simplesmente “fora do sistema”.

Semelhantemente, quando o pesquisador da Embrapa se refere ao *software* como “uma ferramenta de apoio ao produtor rural”, esse *produtor rural* parece ter muito pouco em comum com os nossos jovens agricultores ou com criadores como Seu Pedro. Esse produtor rural, para quem o E-PlanFor planeja o suprimento forrageiro dos rebanhos - com base no uso de variedades vegetais escolhidas pelo critério do preço de mercado -, não é o agricultor das comunidades rurais que permeiam o nosso campo de práticas.

Isso também se torna perceptível quando o *produtor rural*, pressuposto pelo pesquisador, é alguém aparentemente menos ativo em relação às recomendações de um *profissional com conhecimento técnico*. Temos tal percepção quando, dentre outros momentos, para a determinação sobre a quantidade de ração que deveria ser comprada e quanto deveria ser produzido na propriedade, o pesquisador afirma que... “*aí quem vai decidir é o técnico*”. Em outro momento, ele afirma que determinados procedimentos “*dependem muito do conhecimento técnico*” pois, ao que parece, ele supõe que os jovens à sua frente sejam técnicos em formação, mas não agricultores.

Numa certa distância desse modo de performar *produtores, profissionais de assessoria técnica e conhecimentos técnicos*, está o modo que vimos aparecer na primeira parte do relato (Quadro 4.6), quando os jovens agricultores são convidados a fazer os cálculos sobre as necessidades alimentares de seus rebanhos e sobre a capacidade de suporte de suas áreas de caatinga. Outra evidência desse modo diferente de *enactar agricultores, especialistas e saberes* está no modo como o profissional do Irpaa interage em relação às indicações de remédios caseiros que diz não encontrar na literatura, mas haver sobre eles relatos nas comunidades, os quais despertam sua curiosidade.

As diferenças entre os campos de prática que estamos mencionando aqui se fizeram perceber, também, na noite daquele dia em que houve a visita à Embrapa. No salão do Centro de Formação, os jovens foram convidados a tecerem comentários sobre as atividades vivenciadas na instituição de pesquisa, como numa avaliação quanto à inclusão daquele intercâmbio na programação da 25ª EFCSA. As opiniões manifestaram um certo maravilhamento com a estrutura física e com o mundo das pesquisas e experimentações na Embrapa. Contudo, havia uma queixa, um tanto generalizada, concernente ao que acreditavam ser uma orientação predominante da pesquisa realizada naquela instituição, “*para os grandes produtores*”:

Não gostei. Agora foi até melhor, mas outra vez foi muito ruim, porque eles começaram a destruir tudo o que a gente aprendeu nas Escolas Famílias Agrícolas e em outros ambientes de aprendizagem. Eu disse: ‘vamos gente, isso aqui não é pra nós não. Não é uma realidade nossa’. E devia ser... não só a realidade dos ricos, porque é uma **empresa brasileira**.

Essa foi a fala de Rubens, um dos jovens da turma. Quanto à exposição sobre o E-PlanFor, o tom dos comentários seguiu direção parecida: “Eles disseram que a Caatinga não tem alimento para os animais”, ressentiu-se Elaine, outra estudante de EFA. E, referindo-se ao momento em que o pesquisador selecionou uma estrutura de irrigação de R\$ 16,2 mil para a *Fazenda Irpaa*, continuou: “ele colocou números exorbitantes. Qual é o pequeno produtor que tem 16 mil pra investir?”.

Face a essas considerações nos parágrafos anteriores, poderíamos argumentar que as diferenças entre os grupos de práticas, aos quais estamos nos referindo, podem ser explicados apenas pelo recurso a uma distinção entre *práticas de pesquisa*, de um lado, e *práticas extensionistas*, de outro. Entretanto, essa solução simples, embora não possamos rotulá-la de completamente inadequada, não nos permite avançar suficientemente na compreensão das

singularidades de nosso campo empírico. Há pesquisa e experimentos desenvolvidos no Centro de Formação Dom José Rodrigues, nas EFAS, nas comunidades e em outros espaços relacionados. A Embrapa, por sua vez, também apresenta esforços de se comunicar diretamente com agricultores. A questão parece passar menos pela segmentação pesquisa/extensão do que pelo *modo* de desenvolvimento dessas atividades em cada campo.

Em um sentido estrito, os elementos manejados pelos dois conjuntos de práticas em tela não possuem grandes diferenças. Isto é, as distinções entre aquelas práticas não derivam do fato de elas lidarem, cada uma, com elementos completamente estranhos à outra. Para não continuarmos nos reportando apenas à caatinga e às cabras, pensemos nos dados quantitativos como o consumo *per capita* hídrico; o consumo *per capita* de matéria seca; o equivalente em peso vivo consumido pelos animais; a proporção 30% proteínas - 70% fibras e energia, na recomendação para a dieta animal. Esses dados, em termos de sua figuração quantitativa, são basicamente os mesmos entre os dois mundos que se cruzaram na nossa narrativa. E, apesar disso, faz muita diferença a presença deles em uma prática de cálculo da *capacidade de suporte da caatinga*, com agricultores, ou em um *planejamento forrageiro* para subsidiar as decisões do *produtor rural*.

As singularidades, ao que essas evidências apontam, não estão respaldadas em supostas composições díspares dos coletivos: materiais semelhantes, como indicado, ao serem associados de modos distintos, desdobram-se em multiplicidades (MOL, 1999; 2002; LAW, 1999; LAW; LIEN, 2010; LATOUR, 2001; 2012). Face a isso, falar das *diferenças entre modos de associar* mostra-se mais oportuno para discorrer sobre a pluralidade ontológica do que procurar atribuí-la à eventuais propriedades exclusivas dos materiais em um campo *versus* os materiais de outro campo (Latour, 2013). Em outras palavras, dizer que as diferenças que observamos se devem ao fato de que a Embrapa lida com *elementos de natureza científica* enquanto o outro lida com *materiais extensionistas*, pouco ou nada revela sobre as diferenças. Além disso, seria uma alegação pouco alinhada à verificação empírica, uma vez que elementos *científicos* e *extensionistas* circulam por ambos os campos de prática. Não fosse isso, sequer teríamos presenciado um momento de cruzamento entre as cadeias de associações que participam das duas trajetórias distintas, configurando aquilo que chamamos de *zona superaquecida de conflitos* e que enseja a possibilidade de cometermos *erros de categoria*.

Acima, nos referimos apenas aos dados relacionados ao manejo alimentar de caprinos, mas outras evidências podem ser encontradas. Nesse sentido, dados sobre precipitação pluviométrica; perfis de solos; taxas de evaporação nos reservatórios de água; relação entre

volume de água precipitado em telhados e volume que chega aos reservatórios de cisternas domiciliares; produtividade de espécies vegetais por hectare plantado; dentre outros, são exemplos de informações que circulam por ambos aqueles campos. E, ainda assim, o compartilhamento desses supostos *materiais comuns* em nada impede que as práticas *enactem* existências bastante diferenciadas entre si.

A singularidade de nosso campo de práticas não está no fato de que *o científico* não atravessasse a trajetória da CSab e nela não se faça presente, mas está relacionada ao fato de que, *ao atravessá-la, isso ocorre de um modo particular*, que não é o mesmo modo encontrado em outros campos. A produção de alteridade, nesses termos, é intrínseca às maneiras como as conexões são realizadas ao longo de uma trajetória.

Essas diferenças ontológicas, nessa compreensão, estão assentadas em um processo no qual a existência é conquistada mediante a passagem por outros, mas de outro modo (LATOUR, 2013; LAW; SINGLETON, 2013). Trata-se de passar com outra *preposição*, numa referência àquilo que Latour (2013) chama de *being-as-other*, numa alusão à existência baseada no exercício contínuo da subsistência, em vez de alicerçada em transcendências.

Ao explorarmos a narrativa apresentada no Quadro 4.6, portanto, nos defrontamos com a possibilidade de *erros de categoria*, os quais evidenciam o imperativo de reconhecer o caráter singular do campo de práticas que estamos estudando. Esses *erros* indicam que seria equivocado compreendermos tais práticas a partir do mesmo *esquema interpretativo* utilizado para compreender modos de fazer distintos, os quais observamos conflitarem com o nosso campo, em *zonas superaquecidas de conflitos entre valores*, identificadas na experiência de pesquisa.

Dessa maneira, atendido a esse critério, em nosso esforço de explicitar a singularidade dos processos de organizar na CSab, podemos prosseguir operando o *dispositivo de navegação* com o qual nos dispomos a trabalhar. Isso exige atendermos, agora, ao segundo critério previsto pelo método da *preposição*: a demonstração de que nosso campo de práticas envolve modos particulares de cruzar os *gaps* ou *hiatos* que sua rede heterogênea de elementos precisa superar no trabalho de conexão entre seus partícipes. A fim de adentrarmos mais à fundo nesse aspecto, vamos fazer uso de mais uma narrativa oriunda da experiência de pesquisa, na próxima subseção.

4.2.3 Compreendendo hiatos que precisam ser cruzados na trajetória de nosso campo de práticas

Uma narrativa adicional nos permitirá trazer novos elementos ao debate sobre as peculiaridades da CSab, proporcionando que exploremos o segundo critério em busca da *preposição* que qualifica nosso campo e adicionando mais um estágio na utilização de nosso dispositivo de navegação.

Quadro 4.7

Narrativa VI

“Muita Ciência e muita prática”

Em março de 2017, em meio às tarefas da pesquisa de campo, acompanhei a realização de um “*Seminário de Convivência Produtiva com a Seca*”, na sede da Embrapa Semiárido, em Petrolina-PE. O evento reuniu centenas de pessoas de várias partes do Semiárido, entre agricultores, pesquisadores, profissionais de extensão rural, membros de ONGs, parlamentares, estudantes. Vários integrantes do Irpaa, inclusive, participaram do evento.

A superlotação do auditório foi motivo de vários pedidos de desculpas durante o primeiro dia de seminário, enquanto a coordenação explicava que “era a primeira vez que via aquele lugar tão cheio”. A presença de tantas pessoas era atribuída ao fato de que estava “todo mundo preocupado com a seca”. Foi necessário utilizar salas adjacentes para transmissão *on line*, em telões, dos painéis que reuniam especialistas e produtores rurais, além de disponibilizar assentos móveis nas laterais e atrás das fileiras de poltronas do auditório principal.

“Agricultura é tudo uma só”

Quando consegui entrar no auditório, a mesa de abertura oficial do Seminário estava formada no palco, e a fala da vez estava com um integrante que depositava muita confiança nas “demonstrações de tecnologias” que esperava ver no evento, as quais, segundo ele, poderiam levar o Semiárido brasileiro a progredir na direção próspera de outros semiáridos do mundo. Ele fazia menção aos “centros de difusão tecnológica coordenados pela Embrapa”, que seriam um exemplo concreto de como “a ciência vem se apropriando desse tema e levando modelos de produção para as propriedades rurais”. O senhor em questão encerrou sua fala, mas não antes de esclarecer que seu otimismo se aplicava ao mundo da agricultura em geral, pequenos ou grandes produtores, pois “agricultura é tudo uma só”.

Um dos parlamentares à mesa, ao dirigir-se à plateia, também o fez com bastante otimismo: “o que nós vamos ver aqui, certamente, é muita Ciência e muita prática, como a Embrapa gosta de fazer”, assegurou.

Após algumas outras falas, foi desfeita a mesa de abertura oficial e de boas-vindas aos presentes e um meteorologista foi convidado ao palco para iniciar o primeiro painel de exposição. A partir de registros históricos sobre secas e das ferramentas de monitoramento de nuvens e chuvas, ele falou a todos sobre as desigualdades nos volumes pluviométricos no Semiárido, seja espacialmente (com significativas variações entre locais, em um mesmo ano), seja em termos temporais (com os volumes anuais se modificando bastante ao longo das séries históricas).

Deu ênfase, também, à informação de que aqueles volumes médios apontavam apenas para uma das “faces da seca”, que seria a “seca meteorológica”, enquanto que a chamada “seca agrícola” só estaria visível através de uma avaliação das safras agrícolas. Ao seu turno, a “seca hidrológica” seria percebida apenas pela verificação dos níveis de água nos reservatórios da região.

Após a fala do meteorologista, sucederam-se outras palestras com especialistas, sempre acompanhadas pelo olhar atento da plateia, que fotografava projeções de imagens e tomava notas de informações. As temáticas envolviam, por exemplo, técnicas de conservação e de recuperação de áreas degradadas da Caatinga, além de discussões sobre os potenciais de uso da biodiversidade da região.

“Exemplo! O resto foi teoria”

Ainda no primeiro dia, houve um painel com a participação de alguns “produtores rurais”⁵¹ no palco, acompanhados de especialistas, em cada seção. Eles auxiliavam nas demonstrações daquilo que a programação mencionava como “soluções tecnológicas e experiências produtivas na pecuária, em períodos de seca prolongada”.

Um produtor aparentando pouco mais de 40 anos, vindo de um dos municípios baianos, falou sobre sua experiência na propriedade rural em que residia e produzia. Mostrou fotografias de como havia sido bem-sucedido em ousar construir um barreiro trincheira à frente de uma barragem subterrânea, quando todos os especialistas que o tinham assessorado recomendavam a ordem inversa entre aquelas duas tecnologias de captação e armazenamento de água. Ainda,

⁵¹ Como eram designados na programação do evento.

sua exposição incluía explicações sobre como ele vinha utilizando a palma forrageira como “isolante térmico”, a fim de proteger os solos do superaquecimento.

“A gente faz pesquisa mesmo sem ser doutor”, disse aquele senhor, ao encerrar sua fala. Foi aplaudido com bastante entusiasmo pela plateia.

Um participante ao meu lado, que eu imaginei ser um agricultor, aplaudia empolgado: “Melhor de todos. Exemplo! O resto foi teoria”.

Outro participante ao lado dele, provavelmente um amigo, pareceu concordar: “Matou a pau. Esse aí eu me arrepiei”.

O primeiro senhor, acrescentou: “Calou a boca dos doutor da Embrapa. O neguinho deu uma aula”.

“Mais objetividade...”

Quando o painel sobre “soluções tecnológicas e experiências produtivas” foi encerrado, a plateia pôde dirigir perguntas para os expositores, que ainda estavam no palco. Alguém do público levantou, para questionar sobre “a parte da educação ambiental”, pois dizia que estava vendo “os doutores de um lado, catedráticos, e os homens do campo de outro. E os homens do campo não estão tendo a assessoria necessária”.

A questão levantou um certo debate sobre o assunto. E um dos pesquisadores sugeriu mais comedimento naquela avaliação: “muito do que está sendo feito pelos agricultores vem da pesquisa científica”.

Mas, da plateia, um outro senhor que se apresentou como apicultor, não quis pôr fim ao assunto. Quando teve a oportunidade de falar a todos, prolongou o debate: “todos os doutor estão de parabéns, mas sem querer desmerecer os doutores da academia, eu queria parabenizar os doutores do conhecimento popular que brilharam aqui”.

O moderador da interação entre a plateia e os expositores pediu mais objetividade.

“Eu já me sinto fora”

No segundo dia de evento, houve palestras sobre “irrigações de salvação”, destinadas a manter plantios vivos em momentos críticos de escassez de água; sobre produção de peixes nos reservatórios de água do Semiárido; sobre as possibilidades de integração entre áreas de sequeiro (sem irrigação) e áreas de agricultura irrigada; sobre o alcance de elevada produtividade com a palma, mediante cultivos irrigados; sobre o uso de matéria vegetal como

cobertura seca para proteger os solos; dentre outros tópicos ali abordados. O papel de moderador do debate, nesse dia, era exercido por um dos profissionais do Irpaa, Moacir⁵².

No momento em que a fala foi facultada à plateia, para iniciar a discussão sobre os pontos apresentados, um senhor paraibano fez uso de um dos microfones que circulavam no ambiente. Estava inquieto com as exposições que mostravam o aumento da produtividade da palma com uso de irrigação: “o Sebrae, lá na Paraíba, tá conseguindo produtividades enormes com palma sem irrigação. Quando eu vejo a palma com tubulação, eu já me sinto fora, porque a minha propriedade não tem água... E eu tenho possibilidade sim! Porque a palma me permite isso. Se ela não tá resistindo em algum lugar é uma questão de pesquisa, de selecionar variedades que resistam. Tinha a doença da colchonilha e foram encontradas variedades resistentes, [pela] a própria Embrapa, inclusive! Irrigar palma é um luxo!”

Um outro participante falou na sequência. Apresentou-se como secretário de desenvolvimento rural de algum município baiano. Referiu-se a algumas das técnicas que haviam sido apresentadas no painel e perguntou se, quando foram expostos os custos dessas técnicas, os valores incluíam o fornecimento de assistência ao produtor, pois compreendia que esse custo era um importante fator limitante na disseminação daquelas técnicas.

Para a inquietação quanto ao uso de irrigação em cultivos de palma, um dos pesquisadores comentou: “eu também tenho preocupação com isso, da palma irrigada, se ela não estaria perdendo sua principal característica”. Ainda, informava que a espécie nunca havia apresentado muito sucesso em experiências locais (no entorno dos municípios de Petrolina e Juazeiro), pois seria mais adequada a regiões com outro perfil de variações térmicas, como “lá pras bandas de Sergipe e tal”.

Em relação à dúvida sobre a inclusão dos serviços de assistência ao produtor, nos custos de implantação de algumas técnicas apresentadas, um outro pesquisador respondeu que, nos valores anteriormente expostos, estavam incluídos os custos com mão-de-obra, insumos, equipamentos e materiais, mas, de fato, não estavam contemplados os referidos serviços.

Ao final do debate, antes de agradecer pela participação de todos, Moacir, fez um comentário curioso: “Todas as experiências apresentadas aqui foram de propriedades com mais de 40 ha. Não dá pra fazer isso em propriedades com 2ha. Então, eu acho que a Embrapa tinha

⁵² Muito embora o evento fosse realizado pela Embrapa, o Irpaa era apresentado nos materiais de divulgação como uma das organizações que apoiavam a iniciativa. A facilitação daquele painel, bem como de alguns outros momentos do evento, parecia ser uma das formas de colaboração do Instituto. Todavia, embora houvesse muitos profissionais da ONG presentes, não era possível perceber maior envolvimento deles com as atividades.

que retomar essa questão do tamanho mínimo da terra. Isso tem que ser tratado como uma questão técnica e não apenas política”.

Se já havíamos reconhecido que o nosso campo de práticas apresenta uma *preposição* distinta, uma *tonalidade peculiar* que indica a produção de *valores específicos*, podemos, com mais essa narrativa, avançar no nosso propósito de abordar a particularidade do *enactment* nas práticas da Csab. Continuando nossa discussão a partir da referência àquele dispositivo de navegação empregado por Latour (2013), podemos nos endereçar agora para o segundo critério do qual o autor fala quando a tarefa é reconhecer o que ele denomina por *modos de existência*. Esse critério seria a identificação de *gaps*, de *hiatos* que uma trajetória de existência precisa preencher, a fim de produzir-se.

Esses hiatos permitiriam verificar as *maneiras peculiares de conexões* que as práticas precisam construir, em um modo de existência, a fim de suprimir esses gaps e manterem-se com suas singularidades. Desse modo, essas lacunas permitem observar não apenas a feitura das vinculações, mas os contornos particulares que elas carregam, a fim de possibilitar que a trajetória se mantenha em sua singularidade, assumindo o risco de, em caso de falha, repetir outras práticas em vez de diferir.

É nesse entendimento que propomos atentar para alguns elementos trazidos por essa última narrativa e que nos sugerem um tipo de hiato entre componentes de nosso campo. Uma vez que reconheçamos que a conexão entre os lados desse hiato é fundamental para a existência das práticas que estudamos, também poderemos nos deter em explorar *como essa conexão é feita* de modo a assegurar a tais práticas um lugar próprio no mundo.

Vamos, então, ao hiato em questão. Estamos nos referindo ao *gap* aludido em muitos momentos da pesquisa de campo e apresentados nos relatos do Quadro 4.7, em que há menção a segmentações do tipo “Ciência - Prática”; “Exemplo - Teoria”; “Doutores - Agricultores”; “Academia - Conhecimento popular”.

Em junho de 2018, já ao final da experiência de campo de nossa pesquisa, registrei a fala de um veterano pesquisador em um evento semelhante àquele seminário anteriormente relatado. O referido pesquisador dizia: “uma coisa é a planta dar certo na estação [experimental], outra é o agricultor plantar”. Ele estava se referindo às dificuldades vivenciadas por quem faz pesquisa no Semiárido (mas, talvez em qualquer lugar), com pretensões de introduzir mudanças significativas na região, como a inserção de novas variedades de cultivos nas práticas agrícolas locais. A fala dele era uma indicação de que, enquanto o *mundo da*

pesquisa forja associações entre espécies vegetais ou animais, estações, tipos específicos de solos, sistemas de irrigação adequados, regimes de chuvas, métodos de cultivo, etc, nenhum sucesso nessas conexões, por maior que seja e como se não bastassem as dificuldades em alcançá-lo, pode garantir a efetividade da necessária conexão com os agricultores.

Aquela distância Ciência-Prática; Exemplo-Teoria; Doutores-Agricultores; Academia-Conhecimento Popular, revela, na verdade, hiatos muito mais complexos do que parecem sugerir, que vão muito além de uma questão de *boa vontade* em aproximar dois mundos. Quando nós observamos, durante as atividades de formação acompanhadas, jovens agricultores apreciarem a composição do solo, fazendo uso de torrões, água, lupas, fendas, mas também de gráficos, tabelas e dados variados oriundos daquele chamado *mundo da pesquisa*, estamos presenciando conexões entre partes de um hiato desafiante.

Naquelas atividades de formação, no Centro Dom José Rodrigues, nada evidencia, contudo, que os atores em contato sejam de mundos distantes. Pelo contrário, a fluida convivência entre eles, num mesmo coletivo de coisas, parece sugerir que nada há de estranho em encontrá-los associados. Essa associação, todavia, não foi feita sem trabalho, o aparente *duplo clique* (LATOURE, 2013) da fluidez daquela convivência esconde a trajetória que teve que ser construída, para que esses partícipes viessem a se encontrar em uma *zona não conflituosa*.

Se a supressão desses *gaps* pode ser encontrada em momentos como *as análises de solo* nas atividades de formação, também é possível encontrá-la em tantos outros: nas medições e registros das chuvas com pluviômetros manuais, que exigem o processamento das informações quanto aos milímetros precipitados; nas práticas de proteger o solo com curvas de nível, composto orgânico ou cobertura seca, em que participam informações de pesquisa como a explicação de processos de erosão, lixiviação, salinização, taxas de evaporação e vida dos micro-organismos no solo; nas atividades envolvidas na compreensão do uso da água da cisterna como item de promoção da saúde entre as famílias rurais, quando análises laboratoriais da água das cisternas da roça do Irpaa são discutidas, com menções às suas características físico-químicas e microbiológicas; nos cálculos que comparam cabras e vacas a partir de valores médios diversos, que pretendem caracterizar as espécies; na definição da capacidade de suporte de áreas de caatinga, quando unidades de medida diversas entram em jogo; nas cozinhas industriais das cooperativas que processam frutos da caatinga, onde carboidratos, proteínas, fibras, fungos, bactérias, protozoários, oxigênio e possibilidades de fermentação precisam ser

considerados, a partir de manuais de boas práticas, tabelas nutricionais e procedimentos sanitários.

Essa lista não está concluída e uma eventual versão exaustiva dela seria bastante extensa. Nossos dados produzidos em campo registram vários momentos em que podemos atestar pontes cruzando aqueles mundos que, nos debates descritos no nosso quadro anterior, parecem ter pouca afinidade. Quando, no relato, um dos presentes no Seminário, pergunta aos especialistas se foram incluídos os serviços de assistência técnica nos custos de implantação da técnica em demonstração, a pergunta não é feita à toa.

De fato, “uma coisa é a planta dar certo na estação [experimental], outra coisa é o agricultor plantar”. As conexões que foram garantidas até o ponto de considerar a técnica desenvolvida como *algo bem-sucedido*, em nada encerram a dificuldade de associá-la ao restante dos coletivos. E, nessa associação aos demais atores, essa técnica dificilmente se manterá a mesma, visto que seu deslocamento se fará entremeando atores, que não transportam sem transformar. As coisas, lembremos, têm formas complexas de arregimentação aos coletivos (LATOURET, 2012).

Em outro debate semelhante, ocorrido no Semiárido alagoano e sobre o qual nos deteremos mais à frente, um dos cientistas presentes se referiu a processos de “difusão tecnológica” como um processo pelo qual se ia “tirando isso [os conhecimentos sobre tecnologias] dos livros, dos artigos científicos e colocando no campo”. Todavia, as próprias evidências de campo mostram as dificuldades de essas supostas *transferências* acontecerem de modo tão fluido. Caso contrário, não haveria porque custos com assistência técnica serem alçados à condição de elemento fundamental. Em um dos muitos debates, um dos pesquisadores chegou a reconhecer: “nós não somos órgão de extensão rural, mas de *transferência de tecnologia*”. E, especialmente em referência ao mundo da “pequena produção familiar”, acrescentou: “eu posso até sentar com o agricultor familiar e discutir um plano de trabalho como se faz em uma mesa de empresários. Porém, a *metodologia* tem que ser diferente, a *linguagem* é outra”.

Ousemos esclarecer: essa questão está para além de deslocar conteúdos presentes em experimentos, laboratórios, artigos e livros e levá-los até o *homem do campo*. Não é uma dificuldade sobre o transporte. O serviço de *assistência*, ao qual se referia o participante do seminário, ao lançar sua pergunta sobre os custos, é mais que um *serviço de entrega*. Para vencer esse *gap* entre o *mundo da pesquisa* e o *mundo dos agricultores*, algo tem que ser produzido no caminho, não apenas transportado. Novos objetos devem ser produzidos nesse

processo: mais do que intermediários, os atores envolvidos na *assistência* são exigidos como *mediadores*; mais do que transferências, os descolamentos envolvem *translações* (LATOUR, 1994; 2001; CALLON, 1986).

Se o nosso campo de práticas, desse modo, é capaz de registrar a capacidade de construir conexões por sobre hiatos como os que temos mencionado, temos de atentar para o aspecto fundamental de que ele *não o faz de qualquer modo*. Se consegue conectar saberes científicos a agricultores familiares, fazendo coexistir, em um mesmo curso de ação, inúmeros outros partícipes de origens variadas, essas conexões não são construídas por meio das *mesmas maneiras* com que outros mundos articulam seus partícipes e *enactam* alteridades. Caso esse modo de conexão apenas repetisse outros, seríamos inaptos em perceber os momentos de passagem de um campo de práticas a outro ou, dito de modo diferente, o cruzamento entre esses campos não produziria as possibilidades de *erros de categoria* que exploramos anteriormente, não faria surgir evidências de que estamos diante de *diferentes trajetórias de produção da existência* (LATOUR, 2013; MOL, 2002).

Esse sugerido *modo específico* de associar heterogeneidades, em nosso campo, tem muita relação com os elementos mobilizados por aquela fala de Moacir, ao final da narrativa (Quadro 4.7): “... eu acho que a Embrapa tinha que retomar essa questão do tamanho mínimo da terra. Isso tem que ser tratado como uma *questão técnica* e não apenas *política*”.

O *tamanho mínimo da terra*, ao qual nosso interlocutor se refere, compreende a noção de que existe uma dimensão da propriedade rural no Semiárido, que pode ser mensurada em quantidade de hectares, abaixo da qual é inviável desenvolver as atividades de Convivência com o Semiárido necessárias para propiciar um nível de vida digno às famílias rurais. Esse tópico é importante no nosso campo e, a partir dele, podemos compreender bastante sobre as *condições práticas* que imprimem a esse campo um modo particular de *enactment*.

4.2.4 O tamanho mínimo da terra nas cadeias de associações e as singularidades do campo

Ao acompanharmos atividades de formação como as que acontecem no Centro Dom José Rodrigues, além de processos produtivos em propriedades de agricultores familiares, compreendemos que as *tecnologias da CSab* não podem prescindir de espaço, para serem instaladas, operadas e apresentarem os resultados que delas se esperam. Cisternas domiciliares, cisternas calçadão, canteiros econômicos, barragens subterrâneas, barreiros trincheira, cultivos de pastagens, rebanhos de cabras, plantios em curva de nível, cultivos em solos com cobertura morta, dentre outras técnicas, são exemplos de partícipes que precisam estar na mesma

propriedade onde está a casa de moradia da família de agricultores e que não podem ser reunidos em um palco de qualquer dimensão. É isso que faz Moacir reivindicar pelo tratamento do *tamanho mínimo da terra* como uma questão técnica, não apenas como uma discussão *política* que os órgãos de pesquisa agropecuária possam evitar abordar, tratar como parte opcional da equação.

Esse *tamanho mínimo* ainda teria, nas suas implicações como *questão técnica*, que considerar as variações locais, a depender de qual parte do Semiárido se está tratando. Por exemplo, partes da região que possuem um regime de chuvas mais generoso e solos mais profundos, necessariamente teriam a definição de um tamanho mínimo menos extenso do que aquelas partes cujas médias históricas de precipitação pluviométrica são mais baixas e/ou possuem solos menos propícios à agricultura. Disponibilidade local de águas subterrâneas ou de outras fontes de irrigação (como rios perenes) também seria, nesse sentido, um fator de redução daquela dimensão mínima, indicando que as diversas tecnologias e outros atores, aparentemente semelhantes, terão desempenhos distintos, a depender das associações locais.

Tomemos um exemplo: cabras em regiões de *Caatinga* mais densa e cursos de água disponíveis à irrigação, poderão se mostrar mais “produtivas” do que cabras em áreas de matas mais ralas e com intensa escassez de água, o que exigiria à CSab *tamanhos mínimos* diferentes em cada região. Isso nos permite compreender a ideia de que, nas cadeias de associações, os atores permutam competências entre si, oferecem novas possibilidades uns aos outros (LATOUR, 2001). Significa, também, dizer que os atores não manifestariam determinadas habilidades e capacidades fora das relações que as práticas mobilizam (LAW; SINGLETON, 2013) ou que, ousemos dizer, a propriedade de agenciamento reside nas práticas (GHERARDI, 2016).

Embora aquela questão do *tamanho mínimo da terra* não seja central em discussões como a ocorrida na Embrapa - visto que durante todo o Seminário de Convivência Produtiva com a Seca ela só foi mencionada naquele instante anteriormente relatado -, trata-se de um componente que já esteve presente em estudos da própria organização, em seus zoneamentos econômicos ecológicos. Talvez, tenha sido a própria Embrapa a primeira a tratar do assunto em termos mais sistematizados, gerando recomendações sobre o dimensionamento das propriedades, conforme critérios específicos de *produtividade dos recursos* disponíveis em cada parte do Semiárido. Por isso mesmo, a fala de Moacir se refere a uma *retomada* dessa questão, a qual, em algum momento, parece ter passado a ser predominantemente compreendida como *uma questão política e não técnica*.

Não é difícil percebermos porque o *tamanho mínimo* possa ter sido relegado, por alguns, ao lado de fora das questões técnicas. Numa região de históricos conflitos agrários, em que há um severo quadro de concentração de terras sob o domínio de poucos e onde muitos pequenos agricultores atuam em lotes diminutos de terra (quando possuem algum), aquele tópico é, provavelmente, o gerador das maiores *zonas superaquecidas* nas relações entre os atores do Semiárido rural. Incluí-lo no rol de *questões técnicas* exige implodir as distâncias entre a Convivência e o problemas das desigualdades da região, especialmente em termos de acesso à terra.

Durante a trajetória de nossa pesquisa de campo, um evento nos tornou mais cientes desse aspecto conflituoso. Enquanto participávamos das atividades da 25ª EFCSA, a manhã do sexto dia de atividades foi iniciada com a equipe de mística projetando, na parede do salão, a fotografia de um rapaz negro, em trajes simples (de bermuda e camiseta). O nome do jovem legendava a foto: José Raimundo Mota de Souza Júnior. Ele era presidente da associação de trabalhadores rurais da comunidade de Jiboia, localizada no município de Antônio Gonçalves-BA. Ao lado da foto estava escrito: “Mataram mais um irmão!”.

Júnior Mota, como era conhecido o rapaz, fora assassinado a tiros no dia anterior, enquanto trabalhava *na roça*, com seus *familiares*. Conforme a nota de pesar emitida pela Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia, “Júnior estava cuidando da sua roça no momento em que os executores chegaram em um veículo preto e dispararam diversas vezes – um roteiro típico de execução e crime de mando”⁵³. Sua comunidade rural é uma *comunidade quilombola* em processo de regularização do território, sendo Júnior uma das lideranças entre as centenas de famílias que ali vivem e que, à época, já haviam conquistado a publicação de um Relatório Técnico de Identidade e Delimitação (RTID), junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

⁵³<https://g1.globo.com/bahia/noticia/presidente-de-associacao-de-trabalhadores-rurais-quilombolas-e-morto-a-tiros-no-norte-da-bahia.ghtml>.

Quadro 4.8

Narrativa VII

“Mataram mais um irmão”

Júnior Mota já estivera por mais de uma vez naquele mesmo salão em que estávamos, participando, assim como nós, de processos de formação em Convivência com o Semiárido. A equipe de mística daquela manhã havia ornamentado o ambiente para homenageá-lo, dispondo, ao chão, bandeiras da Pastoral da Juventude Rural e de movimentos sociais como o MST e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), do qual o jovem executado fora integrante. Entre as bandeiras, havia velas, que foram acesas enquanto um dos jovens da equipe de mística nos disse que sua equipe havia decidido propor uma reflexão sobre aquela morte, “pois não achou justo que a morte de uma pessoa dessas passasse em branco, sem uma reflexão” (Imagem 4.42, apêndice A).

Houve instantes de total silêncio. Raimundo, o jovem quilombola que nos contou que “não se curvava a fazendeiro” (Quadro 4.4/Narrativa III), nos disse, pesaroso, que conhecia Júnior, que suas comunidades eram próximas e que a morte daquele jovem era mais uma, assim como ocorrera com um dos presidentes da associação de sua própria comunidade.

Rafael, também contido, mas enfático, falou que Júnior morreria porque estava incomodando: “ele estava botando o dedo na ferida de alguém. E é isso que a gente deve continuar fazendo. Porque ele não lutava só por ele”.

Alciara, jovem agricultora de Santa Cruz-PE, manifestou-se em seguida, dizendo que aquele acontecimento era motivo de reflexão sobre a vida de todos: “... porque eles nos chamam de vagabundos, de desocupados. Nós que lutamos por nosso pedaço de terra, pela nossa água, pela natureza”.

Romário, um rapaz quase sempre brincalhão⁵⁴ também quis se pronunciar: “quando a gente vê uma coisa dessas, a gente tem certeza que Cristo está vivo. A morte de um irmão assim... A gente encontra Jesus é na vida, é na prática, e a prática é o nosso irmão”.

Outros jovens, intercalando momentos de silêncio frente à fotografia de Júnior, também se pronunciaram. Evocavam, entre muitas coisas, a luta pela terra e a justiça de Deus. Moacir,

⁵⁴ Talvez o responsável por Dione ter ganho o apelido de Pajé. Também costumava chamar por apelidos outros amigos que fizera ali, como “os baianos” e “o Ceará”. Talvez seu jeito extrovertido tenha autorizado os amigos a também lhe darem um apelido, sendo que se referiam a ele como “o coroinha”, fazendo menção à participação dele em atividades da Diocese de Juazeiro.

um dos profissionais do Irpaa que estavam presentes, nos sugeriu que encerrássemos rezando um Pai Nosso: “...uma oração que não fala em ‘eu’, mas em ‘nós’, em ‘nosso’. Pelos irmãos que já tombaram, por ele e por nós, para que o sangue dele não tenha sido em vão”. Fizemos juntos a oração sugerida, de mãos dadas e em círculo, em torno das bandeiras e das velas que estavam no chão.

No momento místico da manhã do dia seguinte, quando fomos inspirados a falar, cada um, o nome de um *mártir* na luta pela terra, entre nomes como Irmã Dorothy, Chico Mendes e Dom José Rodrigues, um dos participantes gritou: Júnior Mota!!! (Quadro 4.4/Narrativa III). E todos respondemos: Presente! Presente! Presente!

Esse pequeno relato nos permite compreender melhor aquela discussão sobre o aspecto político presente na questão do *tamanho mínimo da terra*, ainda que, no caso em tela, o conflito não se deva a reivindicações por redimensionamento de propriedades. Todavia, podemos dizer que apenas restringindo ao *mundo da política* questões como essas - sobre *regularizações fundiárias* ou sobre o *tamanho mínimo das propriedades*, em relação às quais muitos cientistas pretendem se manter orgulhosamente neutros -, é possível afirmar que grande, média ou pequena, *agricultura é tudo igual* (Quadro 4.7). Com a devida assepsia, que supõe livrar as questões científicas e técnicas de qualquer contaminação por esses problemas do *mundo social*, é possível discutir uma Convivência diferente daquela performada nas práticas que formam o campo de práticas sob nosso interesse.

Ao final do ano de 2017, enquanto presenciava um debate entre pesquisadores, agricultores, extensionistas, membros de ONGs e estudantes, um dos cientistas da Embrapa professava sua neutralidade em relação a tópicos dessa natureza: “a gente não escolhe cliente, a gente atende quem bate à nossa porta”. Certamente, o que acompanhei das atividades da Embrapa não são suficientes para ousar caracterizar o *modus operandi* da empresa em suas práticas, que, sem dúvidas, nada tem de homogêneas nem uníssonas. Nossa intenção, aqui, é apenas demarcar que posicionamentos *neutros* como esse são o que há de mais distante em relação àquele campo de práticas que, de modo mais detido, acompanhamos empiricamente.

No campo de práticas cujo *enactment* estamos pretendendo compreender melhor, o tamanho mínimo da terra é trazido à coexistência com os outros participantes. “Nós precisamos de uma terra de 100 ha e cinco aguadas”, dizia João, um dos pioneiros no Irpaa, enquanto discorria sobre as tecnologias de captação e armazenamento da água da chuva, no Dia Mundial da Água, em 2017. As *cinco aguadas*, mencionadas por ele, constituem o que o Irpaa tem

chamado de *cinco linhas de água*, defendidas como necessárias para as atividades domiciliares e produtivas na agricultura familiar: água para consumo humano; água para produção animal; água para irrigação de cultivos; água de emergência (em casos de secas prolongadas); e água para o meio ambiente, essas últimas destinadas às reservas de vegetação nativa. A defesa sobre essas *cinco linhas* enfatiza a necessidade de que a propriedade familiar (terra) tenha o dimensionamento necessário (100 ha) para comportar adequadamente o uso domiciliar e produtivo dessas águas.

Trazer o tamanho da terra à coexistência, desse modo, significa trazer também os *textos da legislação agrária*; os *processos de regularização fundiária* nas comunidades; as diferentes *tradições de uso da terra* entre indígenas, remanescentes de quilombos e povoados com fundos de pasto; o *histórico processo de concentração de terras*, que remonta às sesmarias e às capitâneas hereditárias durante a colonização portuguesa; os *conflitos contemporâneos* decorrentes de casos como grilagens de terras; as *lutas por reforma agrária* e redução da concentração da propriedade das terras na região; os *movimentos sociais* que atuam nessa pauta; os *órgãos governamentais* (a exemplo do Incra, da Fundação Nacional do Índio, de secretarias estaduais específicas, dentre outros) e as *políticas públicas* que operam nessa frente.

Quando objetos são trazidos à rede de associações num campo de práticas, eles não vêm sozinhos (MOL, 1999; MARRES, 2013; WOOLGAR; LEZAUN, 2013), essa é a compreensão da lente teórica que estamos empregando e essa é uma evidência que nos é apontada pelo caso do *tamanho mínimo da terra*. Ele torna mais complexas nossas cadeias de conexões e permite ainda mais hibridização e multiplicação ontológica no nosso campo.

Isso está também relacionado a outra observação que podemos enfatizar quanto à experiência que relatamos na última narrativa: a denominação *Convivência Produtiva com a Seca*, no seminário acompanhado na Embrapa. O termo *produtivo* circunscreve as preocupações que permeiam aquela Convivência a um terreno específico, qual seja, as questões que tratam da capacidade de produção agropecuária num cenário de *déficit hídrico* (acentuado em situações de seca). Como dizia a coordenação daquele evento, o auditório estava repleto de pessoas porque estava “todo mundo preocupado com a seca” (Quadro 4.7). Não queremos dizer que a questão de ampliar a produção e a produtividade agrícolas regionais não seja algo necessário ou que não seja um desafio árduo e complexo o suficiente. Contudo, queremos assinalar que essa delimitação da preocupação é muito distinta da que podemos comentar para a *Convivência com o Semiárido*, presente nas práticas que estudamos.

Nas práticas performadas no Centro de Formação e nas comunidades em que estivemos, a seca é uma preocupação. Conseguir produzir mesmo em face do problema hídrico é um ponto de grande importância. Mas, está longe de ser o único ou o ponto central. Quando muitos ativistas da CSab relembram a frase do Bispo Dom José Rodrigues (“No Semiárido não falta água, falta justiça”), há algo que desautoriza a ênfase demasiada sobre o aspecto climático ou produtivo. Eles abrem espaço para um sem número de outros elementos (injustiças sociais; direitos humanos; preservação de modos de vida tradicionais; políticas públicas; dentre muitos), que justifica falarmos em Convivência *com o Semiárido*, tomando a região de modo mais amplo do que sugere a delimitação conviver *com a seca*. A propósito, o mesmo bispo também é constantemente trazido à cena por outra frase memorável: “o problema do Semiárido não é a seca, é a cerca”.

Desse modo, enquanto um *cientista neutro* pode, nessa região, estar preocupado com questões circunscritas à *produtividade agrícola*, os atores de nosso complexo de práticas não dissociam essa questão de diversas outras, que incluem desnutrições, mortalidade infantil, indigência, pobreza e mortes. Não apenas as mortes decorrentes dos problemas hídricos que, sobretudo em décadas anteriores, estamparam reportagens ou fizeram tantos livros se tornarem clássicos sobre a região. Mas, também as mortes decorrentes dos problemas fundiários e de outras desigualdades. Como a morte dos mártires. Como a morte de Júnior Mota.

Essas nossas considerações, desdobradas a partir daquele elemento *tamanho mínimo da terra*, participam do nosso intuito de falar sobre o que há de específico no modo como o nosso campo de práticas conecta partícipes nos hiatos ou *gaps* que precisa transpor. Se fizemos uso, em nossa argumentação, de manifestações relacionadas a um *fazer científico pretensamente neutro*, foi como ponto de contraste para podermos assinalar *peculiaridades na maneira de nosso campo* forjar suas associações. Esse aspecto comparativo é importante, dado que o dispositivo analítico que estamos utilizando, para *qualificar conexões*, pressupõe reconhecer singularidades a partir do confronto entre modos distintos de associar e, consequentemente, de *enactar* existências.

4.2.5 Transformações pela aglutinação de camadas de complexidade aos objetos

Antes de propor uma formulação mais sistematizada sobre a *preposição* que caracteriza as práticas da CSab vamos insistir ainda naquele aspecto do contraste que estávamos abordando na subseção anterior: a maneira específica de superação do hiato entre ciência e conhecimento popular. Há, nesse intuito, mais um relato para auxiliar-nos, que apresentamos a seguir.

Quadro 4.9

Narrativa VIII

Um Seminário internacional, no Semiárido alagoano

Em dezembro de 2017, estive no município de Piranhas-AL, para acompanhar o 4º Seminário Internacional em Convivência com o Semiárido, realizado pelo Instituto Xingó de Convivência com o Semiárido, uma ONG sediada na zona rural daquele município.

Eu havia tomado conhecimento dos seminários anuais desenvolvidos no Centro Xingó enquanto realizava atividades de campo em Juazeiro/Petrolina, a partir da divulgação daquela quarta edição do evento. A ida a Piranhas, nesse sentido, tinha o propósito de conhecer, ao menos preliminarmente, mais uma iniciativa regional na temática da Convivência.

O evento ocorreu na área rural onde se encontra a sede do Instituto Xingó e seu campo de atividades experimentais, um espaço destinado, também, para realização de atividades de demonstração de tecnologias e de formação. O público participante mesclava gestores públicos, profissionais de ONGs, pesquisadores, agricultores e estudantes. Parecia haver, predominantemente, pessoas do próprio estado de Alagoas, embora também fosse perceptível a presença de pessoas de outras partes do Semiárido, de outras regiões do país e até de instituições de pesquisa estrangeiras. Representantes de parcerias internacionais do Instituto, importantes para a manutenção das ações na ONG e na realização de pesquisas, fizeram-se presentes através de representantes.

Ao longo da programação do Seminário, houve muitas palestras de pesquisadores e várias exposições de experiências de agricultores e de profissionais de ONGs que lidam com temáticas vinculadas à CSab.

No pedestal da academia

Após uma mesa de abertura em que muito se discutiu sobre variados problemas dos municípios daquela região, no entorno de Piranhas e sobre outras partes semiáridas do estado de Alagoas, um representante do Instituto fez uma apresentação intitulada “ações, resultados e desafios do Centro Xingó”.

Na sequência, as palestras com especialistas abordaram temas como “Agroecologia e mudanças climáticas”; “valorização dos biomas brasileiros”; “interfaces entre o Semiárido e os

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); “conservação da Caatinga”; “integração lavoura-pecuária-floresta”; “inovações produtivas”; “negócios sociais” e “economia solidária”.

A maioria dos painéis temáticos estava organizada de modo a contemplar a presença, de pesquisadores e de agricultores ou profissionais envolvidos em experiências relacionadas aos temas, desenvolvidas em várias partes do Semiárido.

Em um dos painéis, voltado à temática da *conservação da caatinga*, o pesquisador palestrante - vinculado a uma universidade federal da região Centro-Oeste do Brasil -, expôs a metodologia de um amplo projeto de pesquisa, em fase inicial, sobre o que chamava de “segurança socioambiental na Bacia do São Francisco”. Ao fazê-lo, ele destacava como o projeto pretendia envolver atores locais no curso das atividades. Argumentava ele: “nós não queremos ficar no pedestal da academia, sem dialogar com os atores que atuam nesse combate às vulnerabilidades. [...]. Então, desde o início, nós recusamos esse tipo de pesquisa que só tenha a vertente científica”.

Falando a mesma coisa

No painel seguinte, todavia, parecia se destacar uma forma distinta de compreender o papel da “pesquisa científica”. Um dos expositores, pesquisador da Embrapa Algodão (Campina Grande-PB), mostrava-se um tanto cético em relação à possibilidade de avanços no campo das discussões realizadas naquele seminário: “cada um aqui fala uma coisa, mas como isso vai funcionar? Nós precisamos de consenso... nós precisamos sair falando a mesma coisa, pensando parecido”.

Ele falava em defesa da sua agenda de pesquisa relacionada aos “solos”. Parecia desejar que “a questão dos solos” ganhasse mais centralidade nas discussões sobre a Convivência.

Após alguns minutos expondo sobre a importância da análise de solos e sobre técnicas de manejo dos solos e da vegetação, afirmou: “Eu viajei 600 km pra falar isso pra vocês: me prometam que de agora em diante vocês vão olhar pra dentro da terra. Nós precisamos da ajuda da Asa. A Asa voou longe com a água. Nós precisamos fazer a mesma coisa com o solo. O solo é a base disso tudo”.

Defendia espécies vegetais cujas raízes tivessem maior capacidade de adentrar o chão semiárido e “segurar os solos”, a exemplo do “feijão Guandu” (*Cajanus cajan*) e da árvore conhecida como “Sabiá” (*Mimosa caesalpiniaefolia*). “Minha missão é utilizar a leguminosa para fixar nitrogênio no solo”, afirmava enquanto exibia fotos e dados de experimentos que julgava bem-sucedidos, realizados em sua unidade de pesquisa. “Essa água que cai, nós

precisamos transformar em proteína, em fibra, em energia, o máximo de transformação!”, acrescentava.

Sementes, solos, sapos e cavalos

Na ocasião, aquele pesquisador dos solos tratou com desdém iniciativas como os *Bancos de Sementes*, organizados por comunidades de agricultores e organizações não governamentais e incentivados pelo Fórum Asa Brasil. Essas iniciativas têm o objetivo de preservar sementes tradicionais da região, livres de transgenia e disponíveis aos agricultores, funcionando como um banco genético variado, que em muitos locais é conhecido como *Sementes da Paixão*.

O pesquisador sugeriu que tais “bancos” necessitavam de uma “análise científica criteriosa”, ainda a ser feita: “Ah, o pessoal discute semente tal e semente tal, semente da Paixão... Ela tem qualidade? Se eu tiver uma semente ruim, não vai ter raiz para ir buscar a água”.

Faltando instantes para concluir sua apresentação, ele expôs uma imagem em branco e preto, em que as figuras causavam uma certa ilusão de ótica, podendo-se visualizar nela um cavalo ou um sapo, ou ambos, a depender de cada espectador. “A gente tem que sentar na mesa e só levantar quando todo mundo estiver vendo ou sapo ou cavalo!”, ele disse, em tom de desafio aos participantes.

A plateia estava, em sua maioria, visivelmente aturdida com as declarações do pesquisador. Entretanto, parecia não haver certeza se uma réplica era necessária ou oportuna, ou se aquelas declarações poderiam ser simplesmente ignoradas.

Após a polêmica fala, sucederam, sem intervalo, mais duas palestras de outros dois pesquisadores. Ao final do painel, o pesquisador arredio não mais se encontrava no auditório para o debate. E, embora alguém da plateia tenha lamentado publicamente a ausência e feito uma provocação sutil, sugerindo um contraponto àquele entendimento que ele manifestara sobre pesquisa, solos, sementes e fóruns de discussão, os demais pareciam ter optado por ignorar o ocorrido.

Sem dúvidas, o Centro Xingó seria uma porta de entrada para práticas específicas, que também recebem a denominação de Convivência com o Semiárido, e cujas multiplicidades performadas em muito poderiam nos interessar. Tal qual aquele Centro e o próprio Instituto Irpaa, muitas outras organizações no Semiárido, geralmente participantes do Fórum Asa, encontram-se envoltas em processos locais que conduzem atores em trajetórias diversas, nos

seus territórios de atuação. Não temos condições, entretanto, de nos determos em considerações mais aprofundadas sobre as redes que se desdobram a partir das atividades do Centro Xingó.

Nossa intenção é aproveitar mais essa manifestação, indicada no relato, referente a um modo distinto de articular partícipes em um curso de ação, para fortalecermos nossa compreensão sobre os hiatos que precisam ser superados nos processos de organizar que estamos estudando. No Seminário Internacional, a configuração dos painéis de exposição, cada um fazendo coexistir pesquisadores e agricultores ou executores de projetos em ONGs, parece reforçar a existência de um *gap* que, à sua maneira, também o Centro Xingó se esforça por cobrir.

A última narrativa também sugere que uma consideração realística do *mundo da pesquisa* deve partir das chamadas práticas das ciências (CALLON, 1986; LATOUR, 1988; 2001; 2013; LATOUR; WOOLGAR, 1997), em vez de recorrer à ideia abstrata de uma Ciência (instituição), que pouco nos auxiliaria a enxergar os variados modos de fazer naquele campo. Essa constatação é ressaltada ao observarmos que, no mesmo relato, temos um pesquisador que se diz adepto ao *diálogo com os atores locais* (aqueles que estão nas frentes de combate, junto aos solos, às águas, às matas de caatinga, aos rios e às secas), e temos um cientista bastante cético quanto ao valor de acalorados debates que se deixem levar para além das *evidências científicas*. Enquanto ao primeiro deixou de interessar qualquer abordagem de investigação que “só tenha a vertente científica”, essa mesma vertente ainda é único porto seguro ao qual parece se agarrar o nosso segundo cientista. Se o “pedestal da academia” não serve a um, ainda é a âncora de um mundo correto, para o outro.

Não obstante nos interesse muito aquele mundo da pesquisa que se pretende dialogada com os atores locais, é a postura do pesquisador cético que enfatizaremos aqui, pois é ela que mais nos parece oportunizar o contraste com o mundo das práticas sobre as quais estamos a falar. Esse contraste, assim, continua sendo um importante recurso analítico na nossa abordagem.

O nosso campo de práticas envolve experimentações, mas elas não são alçadas à função de encerrar debates públicos, de conduzir todos os partícipes a enxergarem *sapo ou cavalo* e a *falarem a mesma coisa*. Experimentos e dados científicos não têm exclusividade, nas práticas que acompanhamos, na *atribuição de identidade* aos elementos do coletivo heterogêneo no qual circulam. Eles participam, mas ao lado de variados outros atores, no processo de negociação e constituição provisória das identidades. Dividem o espaço com modos tradicionais de usar o solo, as águas, as sementes e de manejar animais; coexistem com ancestralidades; sentimentos

de pertença a grupos sociais específicos; misticismos; percepções de justiça ou de injustiça; identificações religiosas; apreço a materiais, linguagens, estéticas particulares; e preferências por determinados modos de interação entre pessoas.

4.2.6 O caso das águas: *enactando* objetos complexos, em vez de remover qualidades secundárias

Em meio à *variedade sociomaterial* (LAW; MOL, 1995; LAW; LIEN, 2010; FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011; FELDMAN; WORLINE, 2016) da mobília de nossos coletivos, o campo de práticas da CSab é constituído pela hibridez de ingredientes de muitas origens. À luz das experiências acompanhadas, não podemos afirmar que tais coletivos se particularizem apenas como *estados mentais* elaborados internamente pelos seus partícipes humanos, mas que são forjados no mesmo campo de múltiplas existências. Em outras palavras: longe de serem elaborações tecidas sem participação ativa de outros atores que não os humanos, suas tessituras se mostram bem menos purificadas em relação ao dualismo natureza - sociedade. Tomemos, brevemente, por exemplo, o caso da *propriedade sagrada atribuída às águas e às chuvas*, a qual já aludimos anteriormente, na primeira seção deste capítulo (ver Quadro 4.2, na seção 4.1.1).

Essa *propriedade sagrada* não passa intacta pelo nosso heterogêneo campo de práticas. Isto é, não se trata de um componente recebido de heranças dos povos do Semiárido e envolvido, em seus contornos originais, nas práticas que observamos. Até porque, se esse elemento parece apontar para uma valorização da água e das chuvas que só favorece as tecnologias de captação e armazenamento, por exemplo, é preciso que exponhamos, também, as evidências contrárias encontradas no trabalho de campo.

Embora haja, atualmente, mais de meio milhão de cisternas domiciliares marcando a paisagem de comunidades semiáridas desde o norte de Minas Gerais e por todos os estados do Nordeste, a primeira delas (a cisterna nº 1 do P1MC), foi construída há aproximadamente 20 anos, no município de Sobradinho-BA, a uns 60 km de Juazeiro. É comum ouvir, de pessoas que estiveram nas experiências de construção das primeiras unidades, relatos sobre as dificuldades de convencimento das famílias em aderirem às cisternas. Mas, cabe-nos indagar, por que isso aconteceria numa região em que pessoas atribuem à água propriedades sagradas?

As recusas de famílias em se associarem às cisternas envolviam diversas questões. Incluía receios quanto à pureza de águas captadas por telhados; dúvidas quanto a eventuais compromissos que poderiam vir junto com as cisternas; e interesses de grupos políticos locais

em manterem famílias dependentes de auxílios emergenciais. Mas, dentre outros, também incluíam entendimentos de que o caráter sagrado das chuvas é incompatível com o ato de aprisioná-las, de interromper o curso das águas antes que alcancem seus destinos, de acumulá-las em reservatórios privados. Não queremos supor que esse seja um entendimento generalizado, mesmo porque há outras práticas de represamento de águas que são tradicionais no Sertão, como os açudes. Contudo, o fato de não ser, muito provavelmente, algo generalizado não apaga os devidos registros de manifestação dessa questão.

São frequentes, no Sertão, narrativas sobre punições divinas à avareza praticada pelos humanos em relação às águas. Nesses relatos, muitos ambiciosos proprietários de terra, insensíveis à sede dos que buscavam acessar as fontes de água no interior de suas propriedades, já viram suas abundantes nascentes minguaem ano após ano até sumirem sem deixar sinais. Dizem até que tantos foram punidos com mortes agonizantes, ávidos por uma gota d'água, mas sequiosos até o fim. Conforme a lição manifestada por esses relatos, água não se deve acumular, água não se nega, não se retém.

A relação entre a escassez de água e o castigo, desse modo, não favoreceria o nosso campo de práticas e suas tecnologias de captação e armazenamento, caso a *propriedade sagrada atribuída às águas e às chuvas* adentrasse nele sem transformação, tal qual recebida de supostas origens ancestrais invioláveis. Talvez, por isso mesmo, a mediação de personagens católicos como o Bispo Dom José Rodrigues e seus agentes pastorais na Diocese (e antes deles, José Antônio Ibiapina, Padre Cícero, Antônio Conselheiro) tenha sido um começo muito pertinente à missão de viabilizar as associações entre *famílias, cisternas e águas sagradas*. Curioso é que, conforme relatos e documentos em campo, também a associação entre falta de água e castigo, especialmente o caráter punitivo atribuído ao clima e às secas recorrentes, não teria ido tão longe sem a ação disciplinadora de religiosos de origem europeia, durante a colonização dos Sertões.

Se são corretas essas observações quanto à origem da associação entre escassez de água e castigos em práticas religiosas de colonização, não sabemos. Sabemos, entretanto, que em nossa experiência entre famílias rurais do Sertão, encontramos personagens como o quase centenário Seu João, da comunidade rural chamada Cavalcante, município de Salitre-CE. No alpendre da casa dele, cercado de filhos, ele nos contava que estava animado com a possibilidade de que aquele ano de 2018, então recém iniciado, viesse a se mostrar mais *chovedor* do que os seis anos anteriores, que tinham sido anos de muito poucas chuvas. Ele dizia já ter atravessado várias secas ao longo da vida. Uma delas, em especial, teria acontecido

em decorrência de um homicídio na comunidade: um homem na vizinhança teria assassinado o próprio filho, numa avarenta disputa “por causa de umas vagens de feijão”; Seu João ainda nos falou de outra seca, que teria se dado na década de 1980 e cujo “culpado” seria um outro vizinho, “um desalmado que desejou que a barragem da comunidade secasse”. Mas, apesar de ficarmos a pensar que a vizinhança de Seu João não é das melhores, ele nunca desvaloriza a localidade: “aqui na nossa comunidade é bom demais... quando tem a água, é muita riqueza! Agora, é porque esses últimos seis anos aí foram muito sofridos pra nós”.

Se pensamos nessas associações (a exemplo da relação entre seca e castigo) como algo que permeia, sem alterações, o nosso campo de práticas, seria difícil imaginar, por exemplo, como cisternas domiciliares puderam alcançar uma trajetória de *relativa estabilização e ganho de escala* (LATOUR, 2012) naquele campo. E, contudo, elas se tornaram protagonistas numa política pública de abrangência espacial muito vasta, em quase duas décadas de trajetória do Programa P1MC. Isto é, como o entendimento tradicional de que a escassez de água é uma providência sagrada e punitiva pode ser compatibilizado com a ampla adesão de comunidades rurais às técnicas que fazem uso das cisternas para enfrentamento daquela mesma escassez? Isso se torna menos incompreensível, todavia, se pensarmos como essa *água sagrada* é transformada em meio às atividades da CSab, ainda que não deixe de permanecer *sagrada*.

O nosso campo não procura expurgar da água suas propriedades sagradas, mas também não a mantém intacta. Ele não se apegua às *descrições científicas* para falar apenas de *recurso hídrico*; nem reduz tudo a estruturas moleculares compostas de hidrogênio e oxigênio; nem, frente inconstante regime pluviométrico da região, pretende explicar todo e qualquer mistério exclusivamente pela dinâmica de centros de baixa e de alta pressão na atmosfera. Mas, apesar de não recorrerem à ciência com o propósito de levar todos *a falarem a mesma coisa* e assim encerrar o debate público (LATOUR, 1994), nossas práticas conduzem a água em outros movimentos e associações para além daqueles que possam ser tradicionais nas comunidades. O hino das cisternas, lembremos (Quadro 4.2), ressalta que água é *dom de Deus*, mas também que o ato de guardá-la *agrada a São Francisco, a Ibiapina, Conselheiro e Padre Cícero*.

Aquele mesmo hino também diz que o procedimento de reter parte das chuvas é um ato de prevenção, porque a *Seca volta* e é preciso *ter a água se vier a precisão*. Sublinha, portanto, que a cisterna não guarda água para fins de avareza ou de outras ambições humanas, mas para fins de precaução. Ainda, recomenda o compartilhamento da água com *os passarinhos e com os bichinhos que precisam de beber*, pois são *nossos irmãos, nossos vizinhos*. Não à toa, entre as cinco linhas de água defendidas pelo Irpaa (ver seção 4.2.4), está a chamada *água do meio*

ambiente (destinada a alimentar reservas de vegetação nativa e os lençóis subterrâneos), bem como uma *aguada comunitária*, mantida com fins de uso comunitário, permanecendo acessível a todos que residem em dada localidade⁵⁵.

Mas, ao mesmo tempo que o nosso campo mobiliza associações diferentes para manter a água como um *dom de Deus*, ele faz acontecerem cursos de *Gestão de Recursos Hídricos* para cada família que constrói, mediante participação no Programa P1MC, uma cisterna domiciliar. Água e chuvas permanecem sagradas em práticas da CSab, por conseguinte, mas sob outros contornos que não aqueles que impliquem abster-se de retê-las. A sacralidade delas, nesse sentido, não impede que sejam associadas, em cursos de formação como os da 25ª EFCSA, ao aquecimento ou resfriamento das águas do Oceano Pacífico, tantas milhas distantes do salão e do barreiro trincheira do Centro de Formação Dom José Rodrigues. Nem as viagens das águas atravessando longas distâncias na forma de vapores e nuvens, nem centros de pressão atmosférica, nem *el niño* nem *la niña*, nem o *pluviômetro* ou as *séries históricas de dados meteorológicos* são mobilizados para a pretensa tarefa de “desmistificar as águas”. Tais elementos entram na circulação de coisas que integram o coletivo para adicionar camadas e mais camadas de complexidade a essas águas, não para simplificá-las.

Também o *potencial hidrogeniônico (pH)* da água oriunda da cisterna ao lado do auditório na roça do Irpaa, aquela que dessedenta os participantes da 25ª EFCSA e que mencionamos na seção 4.1 deste capítulo, é mobilizado sem colidir com *o sagrado* que a habita. Essa condição *sagrada* ainda coexiste com todos os demais dados obtidos com a *análise físico-química e microbiológica* de amostras daquela água: da alcalinidade à presença de elementos como ferro, alumínio, cloreto e flúor. Elementos esses, com exceção do cloreto, que não são identificados pela análise laboratorial realizada com as amostras, conforme os dados que nos são apresentados no salão do Centro Dom José Rodrigues e que constam na cartilha *A busca da água no Sertão* (Imagem 4.43, apêndice A).

Dessa maneira, a mobilização de *questões científicas*, nesse caso em tela, não se dá com aquele mesmo propósito que o pesquisador de solos manifestava em relato anterior (Quadro 4.9), quando se referia às Sementes da Paixão ou Bancos de Sementes. Nas experiências das quais participamos, os dados, evidências e argumentações científicas não são associados ao

⁵⁵ Dessas cinco linhas, todavia, a única que logrou ganhar expansão via política pública foi a chamada “água para consumo humano”, que é aquela guardada na cisterna domiciliar de 16 mil litros, construída em residências rurais pelo P1MC. A “água de produção” tem sido contemplada no Programa P1+2 (cisternas de 52 mil litros, tipo calçadão), assistindo a uma expansão bem mais modesta, como já ressaltamos em outro momento.

restante dos coletivos com o intuito de elucidar, de uma vez por todas, *o que as coisas são* ou quais as suas supostas *essências*.

Aquele cientista, ao que sua fala parece indicar, vislumbra uma análise científica criteriosa que possa despir as *Sementes da Paixão* de todas as qualidades que lhe parecem *secundárias* (LATOUR, 2013), derivadas de credices, de mitos em torno daquelas práticas de preservação de sementes nativas, na compreensão do polêmico pesquisador. Por esse raciocínio, talvez um *monitoramento científico* daquelas sementes permitisse reduzi-las ao que elas são, em *essência*, em suas características genéticas. Tal análise, deve pressupor ele, desvelaria *a natureza* daqueles materiais, abordando diretamente o objeto, em vez de se apegar à dimensão subjetiva em torno dele.

Essa separação entre *qualidades essenciais* daqueles seres (sementes) e suas *qualidades secundárias*, contudo, só é possível se nos mantivermos idealizando “a prática da Ciência” como uma capacidade de falar literalmente, de “traduzir sem alterar” (LATOUR, 2013). Apenas se acreditarmos na *estranha noção moderna de correspondência*, que permitiria a um cientista *fazer os fatos falarem por si* (LATOUR, 1988; 1994; 2001), traduzindo sem transformar, é que podemos relegar todas as outras práticas a meras palavras, retóricas ou representações.

Se compreendermos, pelo contrário, que as práticas das ciências consistem em produzir *cadeias de referências* (LATOUR, 2001; 2004; 2013), pelas quais algo passa a ser expresso em outros termos (e não em coisas idênticas), percebemos que não podemos atribuí-las a condição de *modo supremo de falar*. Nesse caso, *desamalgamamos a ideia de matéria* (LATOUR, 20013; BOXENBAUM *et al*, 2018; JOHANSSON; METZGER, 2016), rompemos com a institucionalização do *par matéria - mente* e passamos a considerar que todas as práticas, inclusive as ciências, *enactam* na existência seres com *qualidades ontológicas distintas*, isto é, nenhuma traduz sem transformar (MOL, 2002; LAW; LIEN, 2010; LATOUR, 2013; WOOLGAR; LEZAUN, 2013). Essas distinções ontológicas, por sua vez, devem ser reconhecidas como *singularidades*, pois não se trata de afirmar que é tudo feito da mesma forma, mas de declarar que a segmentação entre *qualidades essenciais* (acessadas pela ciência) e *qualidades subjetivas* (única coisa produzida por todas as demais atividades) é algo pouco realístico.

Um dos momentos na pesquisa de campo parece-nos especialmente elucidativo, em relação a esse ponto. No mesmo painel de exposição em que falou o pesquisador de solos, inquieto com as sementes da paixão, um colega dele mencionou o seguinte: “a pesquisa não pára. Temos um grande número de repetições em ambientes controlados, milimetricamente

controlados, de pesquisa. Mas, isso não pára, isso tem que ser continuamente verificado”. Essa declaração sugere o quanto a ideia de *essências* se mostra problemática, com frágeis conexões com as práticas. Fosse a linguagem científica capaz de traduzir essências estáveis e não falar de qualidades secundárias, contínuas verificações se tornariam desnecessárias ou inócuas. Por outro lado, se a produção de cadeias de referências mais críveis e mais confiáveis está a desafiar constantemente o mundo da pesquisa, compreendemos que não se trata de *falar literalmente* sobre essências, mas de manter a pretensão de falar cada vez melhor sobre algo (Latour, 2012).

A distinção entre Ciência (a instituição idealizada) e as ciências (a prática científica) passa pelo entendimento de situações como essas em que nos detivemos. Enquanto a última pode conviver sem maiores percalços com variável a mobília do nosso mundo comum, a primeira se propõe como *metalinguagem* para o acesso às coisas que compõem os coletivos, tomadas como *fatos incontestes* em vez de *questões em aberto*. Na cena descrita no último relato (Quadro 4.9), decidir se uma “semente da paixão tem qualidade”, com base na ideia de uma *análise científica definitiva*, não é diferente daquele recurso argumentativo à Ciência como ideia institucionalizada (ou instituição idealizada), desconectada do efetivo exercício das práticas científicas. Nesse recurso, a noção de *julgamento superior* é lançado como modo de encerrar o debate público e paralisar a Política, mantendo Natureza e Sociedade como câmaras separadas (Latour, 1994).

Em face dessas considerações, queremos ressaltar a lição que pensamos ter compreendido dessa discussão. Isto é, o entendimento de que o nosso campo de práticas em estudo constrói, efetivamente, conexões entre o mundo dos dados e argumentos científicos e as demais associações que o coletivo apresenta. Porém, a maneira de conectar tais partícipes e superar o *gap* que, de outro modo, impediria a continuidade de sua rede de associações, não é aquela maneira que se propõe a reduzir a multiplicidade de coisas que povoam o mundo. Nessas conexões, não há transporte do *científico* sem alteração, mas uma *mediação* pela qual, ao fazer o científico *coexistir* em contato com seres diversos, *novas existências* se tornam possíveis, acrescentando - e não reduzindo - a multiplicidade ontológica do mundo, promovendo cadeias de associações com *distinções qualitativas* bastante identificáveis.

O modo de organizar presente nos arranjos de práticas que estudamos, portanto, é algo ontologicamente performativo. E, em virtude disso, é que insistimos que a compreensão desse *organizing* específico passa por uma adequada descrição das singularidades do *enactment* que se dá nesses arranjos. Assim, propomos que tão singular quanto o modo de performar a

existência dos seres que habitam o mundo, nas práticas da CSab, é o processo de *organizing* que essas mesmas práticas deixam como rastros.

Mantemo-nos, dessa forma, sob a compreensão de que as estabilizações parciais alcançadas permitem que os peculiares atores *enactados* (humanos e outros) possam ser *orientados em cursos de ação específicos*, com *rotinizações* aparentemente espontâneas, mas que precisam ser *continuamente exercitadas* (LATOUR, 2013; HARRIS, 2015). Organização, nesses termos, é um efeito produzido pela prática (NICOLINI, 2009; 2012; CZARNIAWSKA, 2008; 2008b; 2014; GHERARDI, 2015; 2016) e terá tanta singularidade ontológica quanto mais particular for o *enactment* implicado na trajetória das redes heterogêneas do campo estudado.

4.2.7 Sobre o entendimento prático do que seja um pertencimento adequado ao campo

Se, no nosso dispositivo de navegação, nos propusemos a identificar erros de categoria que evidenciassem nosso campo como manifestante de uma *preposição* distintiva (1º critério) e a compreender tipos de hiatos que a trajetória de nosso campo precisa superar para poder produzir-se (2º critério), ainda estamos em débito com a necessidade de abordar, de modo mais próximo, as *condições práticas de verificação* (3º critério) que tornam aquele mundo capaz de produzir valores específicos.

É para auxiliar no cumprimento desse terceiro critério que a última narrativa desse nosso itinerário está posta, no quadro a seguir. Vamos a ela.

Quadro 4.10

Narrativa IX

Novo projeto, uma nova formação, mas do “nosso jeito”

Entre os dias 06 e 14 de Novembro de 2017, acompanhei novas atividades de formação, ofertadas pelo Irpaa no Centro Dom José Rodrigues. Dessa vez, a formação era destinada a um grupo de profissionais que adentrava em um projeto recém-aprovado e coordenado pelo Irpaa. Depois da aprovação junto ao órgão financiador (o BNDES) e após a seleção do pessoal que integraria a equipe de execução, aquela consistia numa das primeiras atividades do projeto, denominado Semiárido Produtivo.

Também, era a primeira vez que o grupo se reunia. A equipe era constituída por 12 agentes, homens e mulheres, aparentando idades entre 25 a 35 anos, em sua grande maioria.

Alguns já possuíam atuação anterior em iniciativas do Irpaa. Outros possuíam experiências em atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em outras organizações do Semiárido, que também desenvolvem iniciativas junto a comunidades de agricultores. Possuíam, quase todos, formação concluída em cursos de nível superior, como Agronomia, Biologia, Química, Jornalismo, Administração, Letras e Geografia.

Na programação, a formação estava nomeada da seguinte maneira: “Formação de Agentes de Ater em Convivência com o Semiárido, Agroecologia e Campesinato”.

Outros desafios

O Projeto Semiárido Produtivo assumia o propósito de realizar a formação de famílias de agricultores em comunidades rurais dos estados da Bahia, de Pernambuco, Piauí, Sergipe e Alagoas. Além da formação em Convivência com o Semiárido, algumas dessas famílias seriam posteriormente acompanhadas em processos de implantação de *investimentos produtivos*.

A iniciativa era vista como algo desafiante pelas equipes do Irpaa, seja porque contemplava ações previstas em regiões onde o Instituto ainda não havia atuado, seja porque contemplava ações para além do processo de formação, com vistas ao que chamavam de *estruturação produtiva*.

As temáticas, envolvidas naquela formação dos agentes de Ater, eram muito semelhantes às temáticas discutidas anualmente durante a 25ª EFCSA. O número de dias (nove) era menor na programação, as atividades se davam mais predominantemente no salão (embora também houvesse atividades externas, no Centro e em comunidades). E havia uma constante reflexão sobre *o modo de conduzir o trabalho* junto aos agricultores, algo que não estava explícito na EFCSA, na qual os participantes eram os próprios jovens agricultores e não agentes de Ater.

“Nossa orientação aqui”

Em um dos momentos de reflexão e orientação sobre as maneiras de realizar o trabalho de Ater junto aos agricultores, Paulo César, que integrava a coordenação do projeto, fazia recomendações à equipe quanto aos primeiros contatos com os grupos de agricultores. Sua fala incluía a seguinte exemplificação: “A orientação aqui é que a gente nunca chegue em uma comunidade dizendo ‘eu sou engenheiro agrônomo’. Sempre dizer ‘eu sou do Irpaa’. Aí pronto. Basta dizer ‘eu sou do Irpaa’”.

Essas questões, referentes ao modo de abordagem do agente de Ater em comunidades rurais, dominava boa parte das discussões. Na manhã em que a programação era ocupada com a temática “Agricultura Familiar e Camponesa”, o facilitador do momento era um convidado externo, integrante do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Ele sugeria aos presentes que procurassem “falar a linguagem dos agricultores locais” e conhecer bem a comunidade (“quantitativa e subjetivamente”, nas suas palavras). Segundo ele, era preciso “sempre partir do conhecimento de base, [embora] não ficar só nele”.

Naquele dia, uma recomendação do facilitador para a equipe, foi: “Leva algumas sementes, um *borná*. Vai trocando sementes... isso ajuda a criar uma teia muito boa. ‘Olha essa semente que eu peguei com fulano!’ [simulando um diálogo entre um agente de Ater e um agricultor]. Daqui há pouco, todo mundo tem aquele quiabo, aquela abóbora”.

Paulo César reforçou a ideia: “Às vezes, só o fato de você pedir uma semente a ele, cria esse tipo de relação”. Ana Paula, indicando ser filha de agricultores, acrescentou: “Quando chega alguém lá em casa, meu pai arruma coisa que eu nem sabia que tinha em casa e já começa a explicar sobre um monte de semente”. E Felipe amplia o argumento: “Às vezes, ninguém valoriza aquilo, então se você se interessar por aquilo... Quando você volta, ele vai te conhecer com certeza! E vai perguntar: ‘Plantou?’. Se for coisa de comer: ‘comeu?’”.

Enquanto citava algumas metodologias para o trabalho de formação ou de levantamento de informações nas comunidades, o facilitador da discussão dizia: “quanto mais essas metodologias puderem usar de materiais locais (pedras, sementes, madeira, terra, etc) e menos coisa for levada de fora, melhor”.

“Nossa cartilha”

Em outro momento, quando o debate voltava a enfatizar a forma apropriada com que o profissional de Ater deveria conduzir suas atividades nas comunidades, Tiago, coordenador institucional do Irpaa, fez questão de enfatizar algo sobre o que denominou por “modo Irpaa de trabalhar”. Ele falava para a turma de profissionais sobre a experiência do Instituto com a realização de projetos de Ater.

Em um telão, Tiago exibiu a projeção de uma listagem com mais de 10 iniciativas dessa natureza, desenvolvidas pela ONG, entre 2007 e 2017. Para cada iniciativa, a lista indicava os diferentes financiadores e parceiros, a exemplo de governos estaduais, ministérios do governo federal e entidades internacionais. Tiago ressaltava:

“O Irpaa acessava esses programas, mas a gente fazia do *nosso jeito*, na *perspectiva de Convivência com o Semiárido*. A gente não rezava pela cartilha do financiador, mas criava nossas próprias cartilhas, tipo de formação da equipe e por aí vai. Algumas vezes foi mais fácil, como no programa Cabra Forte, porque o animal é mesmo o mais adequado pra nossa região. Mas, no Sertão Produtivo, por exemplo, a gente teve duras críticas, porque era produção agrícola, e isso não dá, é muito arriscado pra essa instabilidade [climática] da nossa região”.

Assim, ele falava que essa necessidade de manter o financiamento, mesmo “sem rezar pela cartilha do financiador”, exigia exercer um equilíbrio entre um lado que seria *burocrático* e um lado dito *social*. Isso envolvia o modo de interação em campo, entre os agentes de Ater e os agricultores: “Nós não queremos assessores de produção nem assessores sociais. Ninguém para ir lá orientar o que fazer. Mas, queremos alguém que vá lá pra beber da experiência do povo, pra a partir disso *conseguir fazer junto*, em busca de uma vida digna no campo. Não queremos difusionistas, tecnicistas...”.

“*É assim que o Irpaa trabalha*”

Tiago também fazia questão de reforçar que o processo de “*Formação em Convivência com o Semiárido*” deveria ser o guia de toda a proposta de intervenção junto às comunidades: “Atenção! A porta de entrada da gente nas comunidades não é a questão da *estruturação produtiva*. Se a gente descobrir que tem gente chegando já com esse debate, com promessa de investimento produtivo, isso vai gerar advertência. A porta de entrada é o *processo de formação* na perspectiva da Convivência com o Semiárido. É assim que o Irpaa trabalha”.

A “Formação”, desse modo, seria o propósito principal, de nada adiantando adentrar pelo campo de iniciativas produtivas (caprinocultura, beneficiamento de frutos ou criação de abelhas, por exemplo), sem a devida fundamentação do trabalho no processo de “formação”: “Essa é nossa *orientação institucional*, quem não quer fazer assim, tá no lugar errado, vá pra casa!”, ele concluiu.

Nossa tarefa de discorrer sobre a *preposição distintiva* do nosso campo de práticas torna-se melhor delineada a partir dessa última narrativa trazida ao enredo. Agora, após termos uma compreensão razoável sobre o mundo empírico no qual estamos mergulhados, podemos apresentá-la com um risco menor de má interpretação. Isto é, a essa altura de nossa jornada, reduzimos a possibilidade de tomá-la, equivocadamente, apenas como indicativa de que

estamos em um campo particularizado por *subjetividades* específicas, supostamente compartilhadas entre os atores.

Delimitar o nosso campo como uma suposta província de *estados mentais compartilhados*, de *representações internas* - que se dão entre humanos - sobre uma realidade exterior cujo acesso é imperfeito, exigiria que contrariássemos nossas observações de campo e as reflexões tecidas. Exigiria assumir que os processos que estudamos se dão sobre uma *base material* invariável, a partir da qual os atores humanos acrescentam nada mais que subjetividades. Esqueceríamos como os ingredientes daquela suposta base material ganham novos contornos e identidades na medida em que são praticados em diferentes cursos de ação.

Exigiria, também, pressupor a centralidade da ação humana em nossa análise, especialmente em seu caráter de *elaboração interna de significados*, em vez de nos mantermos atentos ao caráter descentrado dos movimentos que abordamos. Ignorariamos que os movimentos que temos acompanhados são possibilitados através da circulação de toda a sorte de componentes mobilizados nos cursos de ação. Essas trajetórias, como assinalamos anteriormente (seção 4.1.2), são proporcionadas por interações de caráter não isotópico, não isobárico, não sincrônico, não sinóptico e não homogêneo, inter cruzando tempos e espaços para muito além da ação humana localizada, em termos cronológicos e espaciais.

Desde que não estejamos dispostos a abrir mão de nossa orientação empírica nessa caminhada, podemos, a partir de agora, envolver na presente discussão aquilo que aparece no relato como “o nosso jeito”, a “*nossa orientação institucional*”, o “*modo Irpaa de trabalhar*”, sem que sejamos tentados a tratar esse elemento como sinônimo de *uma realidade organizacional subjetivamente elaborada*.

Manteremos, na linha de frente da argumentação, nossas lições empiricamente fundamentadas, que nos lembrarão como as práticas no nosso campo são generativas de *coisas distintas* em relação às que observamos em outras práticas, em termos ontológicos, e não meramente em termos de *representações de realidade*. Conforme assinalam Woolgar e Lezaun (2013), práticas produzem variados e múltiplos objetos, que são perfeita e discretamente reais, postos em “uma espécie de coexistência, adjacência ou, ao menos, em co-presença” (WOOLGAR; LEZAUN, 2013, p. 325).

Não esqueceremos que *o nosso jeito*, ao qual o último relato se refere, não é forjado pela atividade humana aplicada sobre materiais passivos, mas decorre de trajetórias de ação em que os ingredientes participantes entram no curso de uma *ação distribuída* que entremeia o coletivo. Tais partícipes produzem diferenças nessa ação, sendo, dessa maneira, detectáveis em cena

(LAW; SINGLETON, 2013; LATOUR, 2012). Além disso, nas redes de associações de nosso coletivo, nenhum ator entra sozinho (MOL, 1999), senão acompanhado de tantas outras conexões que acumulou ao longo de sua trajetória de existência.

Desse modo, podemos compreender o uso analítico que faremos do *modo Irpaa de trabalhar* como evidência para abordarmos melhor *a preposição das práticas*, suas *condições particulares de verificação*. A tal *orientação institucional*, esse aspecto empírico identificado pelo nosso aporte metodológico conforme a última narrativa, nos servirá na condição de porta de entrada para o reconhecimento aos valores distintivos performados naquelas práticas.

Sabê-los performados naquelas práticas, portanto, implica em entendê-los como performados na *agência heterogênea e distribuída* daquele variado coletivo de seres singulares (solos, águas, cisternas, animais, adubos, plantas, profissionais, personagens históricos, governos, povos tradicionais, textos legislativos, saberes, agricultores, mártires, dados científicos, associações, cooperativas, fenos, silos, ONGs, chuvas, caatingas, micróbios, dentre tantos outros). Após termos considerado por tantas vezes a *hibridez* desse coletivo, nada mais distante de nossa compreensão, nesse momento, do que advogar por uma ênfase demasiada na capacidade humana de mover tudo e todos por caminhos específicos.

O *modo como o Irpaa trabalha*, por conseguinte, é um elemento para o qual contribuem os partícipes das práticas integradas pelo Instituto, o que, evidentemente, não exclui os próprios membros da ONG. Aquele *modo* não é, entretanto, uma elaboração exclusivamente humana que acontece sem a contribuição dos modos como *trabalham* cabras, regimes climáticos, filtros artesanais, espécies vegetais, micro-organismos ou processos de desertificação, só para citar alguns. Tentemos não perder isso de vista enquanto, a seguir, estivermos a considerar o “*modo Irpaa*” como ponte para nos referirmos às *condições de verificação* que particularizam nossas práticas.

É com essas ressalvas, então, que sugerimos dedicar nossa atenção, nos relatos do Quadro 4.10, aos elementos relacionados ao *modo de conduzir o trabalho* no Irpaa. Ali, vários elementos nos indicam a presença de *valores específicos*, que são produzidos e apreciados naquelas práticas (LATOUR, 2013; GHERARDI, 2013; 2016; 2017; LAW; LIEN, 2010). Esse conjunto de elementos poderia ser reunido como aquilo que Tiago chama de “*nossa cartilha*”, que ele distingue da *cartilha do financiador*.

4.2.8 Uma compreensão sobre as condições de verificação

Sigamos, então, nossas reflexões. Naquela *nossa própria cartilha*, segundo Tiago, estão elementos necessários a um equilíbrio entre um dado *lado social* dos projetos - como o Semiárido Produtivo-, e um chamado *lado burocrático*, que parece existir em todos os projetos coordenados pela ONG. Os elementos do *lado social* envolvem a “*habilidade para fazer junto*”; para “*beber da experiência do povo*”; incluem a negação do conhecimento especializado como saber superior: “*nunca chegar dizendo eu sou engenheiro*” e não se portar nem como “*assessores de produção*”, nem como “*assessores sociais*”; pressupõem o uso de uma “*linguagem o mais compartilhada possível*” com os agricultores e a proeminência dos chamados “*conhecimentos de base*”; bem como o “*emprego de materiais locais*” na construção das teias de relações interpessoais, a exemplo de sementes, pedras, madeira e terra.

Embora pareçam se tratar apenas de *modos de construir relações humanas*, entre pessoas ou entre grupos, aquela presença de *materiais locais* nos evidencia como essas interações são muito mais plurais em termos dos participantes envolvidos. As relações entre agentes de Ater e agricultores, por exemplo, não se constroem sem a mediação de *tecnologias de captação e armazenamento de água*, em alguns casos, nem sem conexões com o modo como atuam *cabras e ovelhas*, em outros, ou ainda *frutos nativos, técnicas de preservação de solos, fábricas de processamento de matérias-primas*. As configurações são muito variáveis, mas nunca se observa apenas relações bilaterais com ambos os lados ocupados por humanos.

Evidentemente, podemos fazer objeção quanto ao modo de participação desses tão diversos atores que apressadamente denominaríamos *não-humanos*. Argumentaríamos, possivelmente, que eles figuram, tão somente, como *intermediários* nas conexões entre pessoas, mostrando-se *instrumentais* em ações orientadas pelo interesse humano. Mas, isso nos exigiria um estratégico esquecimento das cadeias de associações, identificadas a partir do trabalho de campo, que aqueles partícipes fazem adentrar nas práticas estudadas, transformando suas configurações.

Cabe destacar, nesse sentido, que a determinação de quaisquer *fontes da ação* não é uma tarefa que nos apeteça nesse itinerário. Mantê-la incerta, sem reivindicar para qualquer dos atores uma supervalorizada capacidade de dirigir o coletivo conforme finalidades individuais, não é apenas uma fuga ao desafio de buscar essas origens. É uma condição, em si, para que possamos nos referir às *práticas* como *unidades de construção do nosso campo*, e também para que possamos guiar nossa atenção para a heterogeneidade desse campo, em vez de concebê-lo

antropocentricamente. A incerteza sobre a ação consiste, dessa maneira, em um princípio teórico-metodológico (LATOURET, 2012; SAYES, 2014) que não pretendemos abandonar.

Ainda, mesmo quando falamos de ONGs, profissionais, agentes de Ater, agricultores, conhecimento de base, conhecimento acadêmico, lado social, o trabalho empírico realizado não nos autoriza a declarar que estamos nos referindo apenas a humanos. Do mesmo modo que águas, solos e tecnologias são enatados com suas peculiaridades, conforme as conexões pelas quais são praticados, podemos dizer o mesmo sobre o lado daqueles atores. Quando vamos à propriedade de Seu Pedro, por exemplo, sabemos que estamos diante do que o nosso campo de práticas identifica como *um agricultor*. Porém, não haverá agricultor se retirarmos Seu Pedro daquele arranjo de atividades em que ele se conecta com a *caatinga*, com *rebanhos*, com (escassas) *chuvas*, *água e cisternas*, *solos*, *fundos de pasto*, *saberes tradicionais*, *feiras locais*, *projetos de Ater*, *textos legislativos* e tudo mais. Dessa maneira, falar de um *lado humano* no nosso campo soaria como recurso a um vocabulário que não tem muito a nos dizer sobre o mundo pesquisado.

É nesse sentido que podemos reforçar nossa compreensão de que, ao falarmos do *modo Irpaa de trabalhar*, não estamos nos referindo tão somente a aspectos da ação humana (nem *subjetivos* nem *objetivos*, dualismo que só fará sentido se nos apegarmos à institucionalização do par *mundos físicos - mundos mentais*). Aquele denominado “*nosso jeito de trabalhar*”, contudo, é uma evidência empírica proeminente que se tornou acessível ao nosso aporte metodológico.

Sendo assim, a partir desses elementos, o que poderíamos dizer sobre as *singularidades no modo de verificação* próprio ao nosso campo de práticas, sobre as condições que fazem algo ser reconhecido como pertencente a ele ou como algo que lhe é externo? Que considerações teríamos sobre a *tonalidade da ação* no nosso conjunto de atividades, aquilo que leva algo a ser recebido como adequado ou inadequado aos coletivos em questão?

Nossa elaboração aponta para *seis pontos sensíveis* nessa diferenciação qualitativa. Nossa proposição é de que os hibridismos forjados pelas redes de associações, nesse nosso campo de práticas, performam os seguintes valores:

- a) *ativismo*, engajamento dos atores em causas comuns, pautadas por ideias e sentimentos de justiça, de solidariedade e de participação conjunta em um mesmo agrupamento;
- b) *apreço a relações não hierarquizadas*, primazia de comportamentos baseados na confiança, honestidade e ética;

- c) *ideia de relação respeitosa entre pessoas e “natureza”*, pela qual se procura conhecer e compreender os limites e possibilidades da “natureza”, tomando-os como orientadores da atividade humana;
- d) *mobilização de pertencimentos étnicos*, valorização de elementos históricos, tradições, ancestralidades que reforçam certa afiliação territorial, não apenas em termos geográficos;
- e) *linguagem acolhedora*, capaz de demonstrar familiaridade e valorização em relação às coisas comuns que permeiam o campo; e
- f) *estética orientada para a apresentação de um modo de vida digno no Semiárido*, ideia de bem-estar, mas sem opulência, despretensioso, sóbrio.

O *modo Irpaa* é muito elucidativo em relação a esses pontos. A ativa presença dos profissionais da ONG (agindo como filiados à organização e não individualmente) em manifestações públicas relativas ao *mundo da agricultura familiar* é uma indicação do *ativismo* do qual falamos no primeiro item, não apenas em ambientes de grande visibilidade (como protestos contra medidas governamentais de abrangência regional ou nacional), mas também em processos locais de pequenas comunidades (a exemplo da atuação em questões circunscritas a determinadas aldeias ou povoados de agricultores).

O *apreço a relações não hierarquizadas* também se manifesta de várias formas. Podemos citar o caráter participativo das atividades coordenadas pela ONG, nas quais a ideia de *fazer junto* realmente se sobressai à ideia de *assistir, transmitir algo* ou *beneficiar*. Nas conversas com Seu Pedro, o agricultor da comunidade de Cachoeirinha, ele ressaltou que o Irpaa possui longo histórico de atuação junto à sua comunidade, cooperando com a associação local de agricultores. Contudo, também enfatizou que a comunidade não abre mão de tomar as decisões referentes aos projetos ali executados: “o pontapé sempre foi nosso. Até porque a gente é que mora aqui. Quantos órgãos já estiveram aqui e foram embora? E o Irpaa aqui, daqui uns dias, também pode ir...”. Posturas como essas são estimuladas nas atividades da organização. Além disso, esse apreço à não-hierarquia pode ser percebido em outros elementos, como a organização dos espaços e a distribuição de tarefas diárias no Centro de Formação, em que não há distinção significativa entre turma e profissionais.

O ponto referente à *relação atividades humanas-“Natureza”*, ao seu turno, pode ser descrito como o propósito de adequação daquelas atividades, sobretudo no meio rural, ao elementos físico-climáticos da região semiárida. A expressão *pequena agropecuária*

apropriada, no nome do Instituto⁵⁶, sugere que essa *apropriação* está relacionada à utilização de práticas de criação de animais e formas de cultivos, bem como tecnologias diversas, que se mostrem mais condizentes com os aspectos da “Natureza” local. Não se trata, entretanto, de uma conformação da vida humana a um cenário de poucas possibilidades, mas, pelo contrário, de uma afirmação de que muitas coisas são possíveis se observado esse princípio de respeito às particularidades do Semiárido.

Quanto à *mobilização de pertencimentos étnicos, tradições*, podemos mencionar a presença, no quadro de profissionais do Irpaa, de pessoas cujas origens são comunidades tradicionais da região. Há agricultores e filhos de agricultores, há índios e outras pessoas que vieram das comunidades de fundo de pasto, ou que estudaram em Escolas Família Agrícola. Uma vez integrando o Irpaa, ao desenvolverem suas atividades junto a comunidades que conhecem pelas suas experiências de vida, essas pessoas possibilitam que tais pertencimentos sejam reconhecidos por agricultores e por outros atores locais. Há, também, pessoas com nacionalidade estrangeira, entre os idealizadores do Instituto, mas cuja atuação no Semiárido registra um histórico de várias décadas, desde épocas em que não havia Irpaa e elas colaboravam com o serviço das pastorais católicas, organizadas pelo Bispo Dom José Rodrigues.

A *linguagem acolhedora*, por sua vez, pode ser verificada desde os modos de falar em ambientes como os cursos de formação, até o modo como as cartilhas, manuais e outros textos didáticos se reportam aos leitores. Há um zelo pela simplicidade, por evitar excessos de erudição, ao tempo em que é perceptível o cuidado em falar com familiaridade sobre as questões discutidas.

A paisagem do Centro Dom José Rodrigues, por sua vez, diz muito sobre aquele componente que, anteriormente, chamamos de *estética*. Construções, ornamentos de espaços, músicas, cardápios, vestimentas, ilustrações em materiais didáticos, peças de artesanato, dentre outros aspectos, fazem referência a um universo comum de apreços: a ideia de regional, sertanejo, rural, nordestino. Mobilizam figuras e materiais que se coadunam para reforçar uma certa compreensão de um “*nós*”. Outros espaços (escritório, feiras, auditórios em eventos, comunidades) igualmente contribuem para essa compreensão.

Para a constituição desse conjunto de valores que singulariza o campo pesquisado (com seu tipo específico de ativismo; o apreço às relações não-hierarquizadas; a valorização de uma relação respeitosa entre pessoas e natureza; a mobilização de pertencimentos étnicos; a

⁵⁶ Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada.

linguagem acolhedora; e a estética de um Semiárido digno) é imprescindível a atuação de variados partícipes não humanos, como é necessária a presença de humanos. Nenhum desses valores é possibilitado sem a presença ativa de atores não humanos que possibilitam elaborá-los e manifestá-los no curso das práticas.

Aqueles *seis pontos sensíveis*, distintivos, que formulamos acima, também se fazem presentes no modo como os atores não humanos são reconhecidos (ou não) como partícipes do mesmo campo. Isto é, qualquer elemento é tão mais reconhecido como parte daquelas práticas quanto mais ele esteja alinhado àqueles cinco pontos. Ou, talvez dizendo de modo mais apropriado, no modo de *enactar* os partícipes daquelas práticas, eles são performados de maneira a atender àqueles *condições de verificação*. Atendê-las na totalidade significa uma *existência bem articulada* àquele coletivo de coisas, enquanto atendê-las parcialmente pode significar uma existência não tão bem conquistada. Não as atender, por consequência, significa inexistir, estar desarticulado daquelas práticas.

Para ilustrarmos o que diz esse último parágrafo, lembremos do painel fotovoltaico, que mencionamos em algumas considerações anteriores. A arregimentação dele ao nosso coletivo parece uma tarefa que ainda demandará bastante trabalho. Envolvê-lo nas cadeias de associações de nosso campo de práticas exigirá *enactá-lo* não como um painel absoluto, igual a qualquer outro que exista no mundo, mas do *modo correto*, na *tonalidade certa*, em atendimento às condições de verificação peculiares de nosso campo. O que estamos sugerindo, portanto, é que esse *enactment* se diferencia pelo atendimento, mais ou menos completo, aos pontos sensíveis que mencionamos anteriormente. Nas palavras de Latour (2012), há diversas maneiras possíveis de ganhar pertença ao coletivo, bem como diversas etapas ontológicas entre *o ser* e *o nada*.

Muito bem articuladas ao coletivo de atores, por outro lado, parecem estar as *cabras*. Elas estão *enactadas* como verdadeiras veteranas desse campo. Mas, a cabra da CSab também não é uma cabra qualquer. Não pode ser, por exemplo, aquela que é criada em confinamento, como sugerido pelo E-PlanFor (Quadro 4.6).

A *cabra da CSab* é um animal específico: primeiro, está com os pequenos agricultores na Caatinga desde tempos muito remotos, quando os bovinos foram, por sua vez, associados aos que detinham muitas terras; segundo: ela é uma criação razoavelmente comum, que não se presta a diferenciar *status social*, pastando em áreas coletivas de fundo de pasto; terceiro, os aparelhos digestivos dessas cabras são aptos aos alimentos fornecidos pela caatinga e ao déficit hídrico da região, além de resistirem bem ao quadro climático; quarto, é inseparável de muitas

tradições: a própria denominação “cabra” para se referir a pessoas do sexo masculino no Sertão é uma evidência da familiaridade dos animais com os costumes locais, sem falarmos nas relações com a alimentação e com o artesanato, por exemplo; quinto, essas cabras possibilitam, no campo de práticas, abordá-las com um repertório de saberes expresso em linguagem familiar; e sexto, elas favorecem aquela estética peculiar de um Semiárido digno, em que há fartura sem opulência.

Cabras não são assim *por natureza*. Elas foram *enactadas* dessa maneira pelo nosso campo de práticas, partir das interações entre diversos elementos que nele circulam, humanos e tantos outros, influenciando-se mutuamente e intercambiando propriedades entre eles. Muitas das configurações que as cabras da CSab tomaram nessa trajetória, com isso, são ignoradas em outras práticas. Na caprinocultura de confinamento ou na criação de animais para comercialização de sêmen, por exemplo, não participam da existência vários dos aspectos que são fundamentais para as cabras da CSab. Coisa semelhante acontece em relação às práticas que envolvem raças geneticamente melhoradas, expostas e comercializadas em grandes feiras agropecuárias. Isso ilustra bem como os processos de organizar na CSab não se restringem ao manejo de variedades ontológicas prévias, senão que envolvem a intrigante condição de trazer à existência seres muito singulares.

Porém, mesmo as cabras da CSab não têm sua *boa articulação ao coletivo* garantida para todo o sempre, sendo necessário performá-la continuamente. Isso envolve, entre muitas outras atividades, acordar cedo a cada manhã para fornecer energia, proteínas e fibras àqueles animais; limpar currais; tratar infecções; controlar a procriação em consonância com a disponibilidade de alimentos; manejar os rebanhos de modo que não destruam a Caatinga; construir apriscos; comercializá-los; traduzir seus comportamentos em cartilhas para criadores; auxiliar agricultores em suas associações e cooperativas; garantir que os fundos de pastos continuem a ter garantias legais e existência jurídica; produzir fenos e silos que guardem nutrientes da época chuvosa até o período seco. E não apenas humanos, mas outros diversos atores precisam atuar nessas cadeias de associações. Enfim, não é pequena a listagem de tarefas exigidas para que cabras permaneçam como agentes da CSab. Em outras palavras, a existência nunca é conquistada de uma vez por todas: existir nunca é algo alcançado em definitivo (LATOURET, 2001).

E o nosso coletivo de coisas permanece inquieto. Outras conexões podem levar à redefinição das cabras como participantes dessas trajetórias. Há, por exemplo, especialistas da flora local para quem o pastoreio das cabras, à solta, impede que árvores de crescimento lento,

como o Umbuzeiro, prosperem. Isso estaria levando ao envelhecimento demasiado da população de umbuzeiros, um dos nossos doutores da Convivência (ver Quadro 4.1). O apetite das cabras estaria impedindo as plantas jovens da espécie de crescerem, restando as mais antigas, cujas copas se encontram a uma altura menos acessível aos ruminantes. Essa forma de associação entre *cabras* e *pés de Umbu*, nesses termos, ameaça a existência daquele animal singular *enactado* pelo nosso campo de práticas (um animal que promove a preservação da Caatinga). Continuar existindo exigirá, portanto, articulações contínuas que mantenham a compatibilidade com o restante dos partícipes do coletivo.

Outros especialistas têm falado e escrito sobre a associação entre cabras e o aquecimento da atmosfera terrestre. O mesmo rúmen, no estômago dos animais, capaz de auxiliar na retirada de energia dos vegetais da Caatinga, seria o abrigo de bactérias que também produzem *gás metano*, eliminado no ar pelas extremidades do aparelho digestivo das cabras (mas também de outros ruminantes, como bovinos e ovelhas) e aceleradores do *efeito estufa* no planeta Terra. Nesse caso, *enactar* uma cabra que se envolve diretamente na conservação do bioma Caatinga poderá exigir a inclusão, na mesma equação, das temperaturas médias na atmosfera global, além de gases estomacais, arrotos e flatulências. E não há garantias de que haja qualquer equação possível e, caso haja, a durabilidade de seus efeitos permanece incerta. Todas as estabilizações são precárias, ainda que variavelmente. Os objetos são *objetos de risco* (LATOURL, 2004a), em movimentos de constante redefinição, portanto. Ao seu turno, fatos não são indiscutíveis: novas mediações implicam novas identidades (CALLON, 1999; LATOURL, 2004b; 2012).

Esses apontamentos, dessa maneira, sugerem que nosso campo de práticas *enacta* ontologias específicas, sob *condições muito singulares* que procuramos explorar a partir da ideia de *preposição*. Procuramos discurrir sobre os *erros de categoria* que evidenciam estarmos frente a um campo de distinções qualitativas; identificamos *hiatos na trajetória de produção* de nosso campo, abordando o modo como esses *gaps* são cruzados para que se produzam valores específicos; e nos dedicamos, por último, a tratar das *condições de veracidade peculiares* que são praticadas no nosso campo.

Nosso argumento é de que processos de *organizing*, como os que estão diante de nós, podem ser descritos a partir de um esforço analítico dessa natureza, isto é, pela abordagem das especificidades do *enactment* que as *práticas de organizar* implicam. Esse argumento, necessariamente, adere ao pressuposto da multiplicidade ontológica, numa postura pós-epistemológica de recusa à segmentação *realidade - representações*. E compreende que as

singularidades ontológicas implicadas nas práticas seriam o que há de mais peculiar em um processo de organizar.

4.2.9 Os processos de organizar na CSab e suas ininterruptas reprises

Especificamente quanto ao processo de organizar, em nosso campo de práticas, queremos tecer algumas considerações. Podemos abordar tal processo e adentrar em tais considerações por meio de nossa última narrativa sobre a experiência em campo (Quadro 4.10). Naquele conjunto de relatos, podemos visualizar elementos relacionados à *formação de equipes de profissionais*; ao *desafio de executar um novo projeto*; à relevância de *experiências anteriores dos participantes*; ao *histórico de atuação do Instituto* em diversos projetos; às *parcerias e financiadores* necessários ao desenvolvimento dos projetos; além de muitos outros itens sobre os quais temos falado com mais frequência.

Esses elementos nos chamam a atenção para um aspecto da prática que queremos sublinhar: sua capacidade de deixar, no seu rastro, o efeito de organizar (LATOUR, 2013; SCHATZKI, 2001; 2005; 2018; CZARNIAWSKA, 2008b; 2009; 2014; GHERARDI, 2013; 2015; 2016; BOXENBAUM *et al*, 2018). Aqueles personagens, nesse sentido, participam do processo contínuo de *institucionalização de fluxos* (LATOUR, 2013), de *rotineirização de atividades* (SCHATZKI, 2001; 2018). Um *projeto*, como o novo desafio de executar *formação em CSab e estruturação de investimentos produtivos* em áreas rurais de diversos estados, compreende uma das maneiras de assegurar a continuidade da trajetória de associações, de exercitar, por mais um determinado período de tempo, e em determinados lugares, a estabilidade parcial das conexões entre determinados personagens de nosso campo. Além da execução de projetos como esse, outras diversas atividades cumprem esse propósito, articulando um número maior ou menor de atores do coletivo, sob determinadas conexões e em espaços e tempos específicos.

No acompanhamento a algumas atividades de campo, como planejamentos de eventos, visitas a cooperativas, inaugurações de projetos, realizações de feiras de produtos da agricultura familiar, manifestações de rua, reuniões de equipe, torna-se mais perceptível a diversidade de iniciativas pelas quais as práticas da CSab são continuamente performadas. Essas frentes de atuação são, em grande parte, simultâneas, com dezenas de projetos sendo executados em diferentes espaços, com diferentes grupos envolvidos, parcerias e temáticas distintas. Sem essas atividades, seria implausível falar da CSab.

No ano de 2017, por exemplo, acompanhei algumas tarefas na preparação do *Semiárido Show*, uma feira da agricultura familiar promovida conjuntamente pela Embrapa Semiárido e pelo Irpaa. Realizado bienalmente, o evento se estende por quatro ou cinco dias, com a realização de minicursos, seminários, dias de campo, oficinas, reuniões técnicas e uma feira para comercialização de produtos oriundos das propriedades de pequenos agricultores da região. Trata-se, conforme os organizadores, “da maior feira da região Nordeste voltada para a agricultura familiar”. As instalações que abrigam o evento são montadas na zona rural do município de Petrolina, e ocupam mais de 10 hectares de área em propriedade da Embrapa Semiárido. O espaço inclui áreas demonstrativas em que são expostas cisternas, rebanhos de animais, técnicas agrícolas e práticas gastronômicas.

No ano de 2017, a preparação do Semiárido Show se mostrou particularmente desafiante. O ambiente de mudanças em curso, no Governo Federal (após o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff) e em seus diversos órgãos públicos, tornaram problemática a costumeira *captação de recursos financeiros e articulação de parcerias* que precedem a realização do evento. Isso dificultava, entre outras operações, deslocar caravanas de agricultores da região até o município de Petrolina e mantê-los participando da programação da feira, pois a poucos meses para o evento, havia sido assegurado menos de 1/3 da média de recursos angariados nas edições anteriores. Sem a garantia do financiamento necessário, de dezenas de milhares de participantes, como vinha ocorrendo nas edições passadas, a feira poderia mobilizar, naquele ano, apenas algumas centenas de pessoas e, entre essas, um público formado predominantemente por profissionais técnicos.

Numa das reuniões preparatórias, após os primeiros encontros entre equipes do Irpaa e da Embrapa, Haroldo informou que o Instituto não poderia participar como organização executora, naquele ano. Segundo ele, a decisão não decorria apenas do problema para mobilizar recursos, mas também pelo cenário vivido pela agricultura da região naquele momento, em função do reduzido volume de chuvas que já atravessava vários anos: “Difícil! Tem local em que não choveu. Então, o pessoal perdeu rebanho. Ou morreu ou teve que vender. Então, terá dificuldades para vir ao evento. E a gente não pode fazer um evento para um pessoal que não é muito ligado à agropecuária do Semiárido”.

Nesse caso, a Embrapa teria a necessidade, para realizar o evento, de encontrar outra organização parceira. Um dos profissionais da Embrapa pareceu traduzir a preocupação dos demais colegas de equipe: “Não vejo essa possibilidade do evento sem o Irpaa. Não vejo o

Semiárido Show sem o Irpaa, nem tempo para buscar entidade outra. Então, se a posição do Irpaa for definitiva, eu não vejo como!”.

Ao lado dele, outro participante inseriu algo a mais à discussão: “Temos um problema sério. Porque se descontinuarmos, vai ficar muito difícil retomar daqui a dois anos”.

Cícero, integrante do Irpaa, enfatizou que a ONG não poderia se comprometer com despesas de execução, como havia se comprometido em anos anteriores. Mas, isso não significava que não pudesse colaborar na mobilização do maior número de agricultores que pudesse: “Não, a gente sabe da importância do evento, não queremos lavar as mãos. É que hoje a gente está tendo dificuldades de repasses dos programas que conveníamos e que estão em execução, mesmo nos programas de rotina”.

Tiago foi na mesma direção: “A gente concebe a importância do Semiárido Show, por causa da relevância política, por causa da aproximação com a pesquisa, da parceria com a Embrapa, mas não estamos animados com a conjuntura desse ano”. Ao final das contas, o evento foi, naquele ano, realizado com a Embrapa dividindo a execução com outra ONG, enquanto o Irpaa participou mediante outras frentes.

Assim como a preparação do Semiárido Show, há um grande número de atividades pelas quais a CSab é incessantemente performada, mantendo as conexões entre aquela miríade de atores que abordamos ao longo de nossa análise. São cursos (formação de Agentes de Ater e de agricultores em CSab; práticas didáticas sobre manejo da Caatinga; sobre certificação orgânica; sobre plantio de forrageiras; manejo de rebanhos, beneficiamento de frutas, etc); reuniões nas comunidades; visitas a agricultores, escolas, associações; audiências públicas; dias de campo; elaboração de projetos; participações em conselhos de políticas públicas, comitês, fóruns, redes de organizações; realizações de conferências, encontros, seminários; campanhas publicitárias; programas de rádio; romarias; construção de viveiros, de canteiros econômicos; plantios de mudas; lançamentos de projetos.

Essas e tantas outras atividades, *sempre realizadas na perspectiva da Convivência com o Semiárido*, como dizem muitos dos nossos interlocutores, permitem que as práticas do nosso campo ganhem caráter de *continuidade* e de *estabilidade* (LATOURET, 2013; 2012; LAW; SINGLETON, 2013; LAW; MOL, 1995). Nunca plenamente alcançado, sempre necessitando ser assegurado, esse caráter contínuo e estável é um efeito do nosso campo de práticas, em suas propriedades de *organização* (MIETTINEN; SAMRA-FREDERICKS e YANOW, 2009; NICOLINI, 2009; EIKELAND; NICOLINI, 2011; FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011; SCHATZKI, 2001; 2018). O processo de organizar depende, portanto, desse constante

exercício, sob pena de interromper a trajetória de existência que fora conquistada e, com ela, toda a variedade singular de seres enactados. Como disse o participante da Embrapa, anteriormente mencionado: “se descontinuarmos, vai ficar muito difícil retomar daqui a dois anos”. Embora ele falasse de um evento apenas, o mesmo pode ser dito sobre toda a rede de associações que permeia o nosso campo: descontinuar as conexões significa colocar a existência sob risco.

Essas práticas, então, ao produzirem certa *institucionalização dos fluxos*, proporcionam oportunidades para olharmos com atenção o *organizing* que decorre delas. Para seguirmos as terminologias de Latour (2013), significa dizer que elas produzem *scripts*, nos quais a ação é orientada. Nessa propriedade de orientação, um *script* promoveria um *triplo deslocamento*: de tempo, espaço e de atores. Isto é, *scripts* implicam designações referentes ao *quando*, *onde* e *mediante quais personagens* uma determinada ação acontecerá.

É nesse sentido que sugerimos que a CSab incorpora vários *scripts*, nos quais são mobilizados tempos, espaços e atores distintos. *Projetos*, como o Semiárido Produtivo, cuja primeira formação de agentes mencionamos na última narrativa (Quadro 4.10), podem ilustrar essa capacidade de gerar *scripts*, designando quais atores (agentes de Ater; agricultores; animais; plantas; solos; águas; financiadores; etc) estarão envolvidos na ação (formação em CSab; estruturação produtiva em propriedades familiares), sob determinados modos, bem como indicando quando e onde essa ação se desdobrará.

Os *scripts* também possuem a capacidade de operar *frames*, isto é, de definir um *quadro para a ação*, fronteiras mais ou menos flexíveis que indicam para os partícipes a posição na qual se encontram, em relação a esses quadros (eles estão *dentro* ou *fora*). Nesses termos, o próprio Semiárido, ao qual muitos de nossos personagens fazem menção, compreende um resultado de uma operação de *framing* ou de vários *frames* nos *scripts* da CSab. Isto é, para além de delimitações oficiais da região, esses *scripts* performam certas definições e limites do que seja o Semiárido, não apenas em referência à delimitação do espaço geográfico, mas também em relação ao que compõe esse Semiárido, quais suas características e quais os modos de ação que se espera dos atores que nele se encontram. Como ensaiamos dizer em outra parte, o Semiárido também é *praticado* no nosso campo, não se trata de uma elaboração apriorística sobre a qual os nossos atores estão a agir, mas resulta das operações de *framing* implicadas no *organizing* das práticas de CSab.

Podemos dizer, por exemplo, que elementos como elevada concentração da propriedade da terra, diversidade de povos tradicionais e legado histórico de conflitos pela terra e pela água

sejam itens centrais, em operações de *framing* que *enactam* o Semiárido do nosso campo de práticas. Esses itens, todavia, não têm essa centralidade - ou mesmo não estão inclusos - no *frame* gerado por *scripts* desenvolvidos em algumas práticas de pesquisa agropecuária realizadas na região, por exemplo, como pudemos observar em vários relatos sobre a experiência de campo. Isso pode nos auxiliar a compreender, em decorrência, porque atores como o Irpaa e o Fórum Asa se referem, há décadas, à Convivência com o Semiárido, enquanto outros, como a Embrapa, continuam a realizar seminários sobre *Convivência com a Seca*, nos quais a maior preocupação, na problemática regional, é a escassez do recurso hídrico. No campo da CSab, como percebemos, a seca é um dentre tantos ingredientes necessários à prática do Semiárido.

Isso não significa dizer que o nosso campo de práticas seja formado apenas por *scripts* que produzem um único *frame* ou que tais *scripts* sejam agrupados de modo articulado, produzindo um *todo coerente* e devidamente ajustado. Assim como há diversas atividades sendo simultaneamente desenvolvidas, os partícipes estão, a todo momento, dividindo-se entre vários *scripts*. Um mesmo partícipe, nesse sentido, pode muito bem se encontrar envolvido em uma ação de estruturação de uma cooperativa de agricultores, do processo de elaboração de um plano para gestão das águas em uma comunidade, da instalação de tecnologias de captação e armazenamento de águas da chuva em um conjunto de propriedades familiares, e participar ainda de outras iniciativas. Essas ações são performadas com *scripts* diferentes, embora sob a mesma *preposição* que as qualifica enquanto singularidade, conforme já discutimos. Isso não impede que os *scripts* envolvam diferentes *frames*, além de designar as ações envolvidas com variadas possibilidades de *triplos deslocamentos* (tempo, espaço e atores). Nosso partícipe pode estar envolvido em ações que precisam ser conciliadas em termos cronológicos, em relação aos lugares em que se desdobram e, também, quanto aos diversos personagens que pretendem reunir. Os *Semiáridos* performados em decorrência desses *scripts* não serão, muito provavelmente, completamente coincidentes.

Em vez de completa coerência, o *empilhamento de scripts* (LATOUR, 2013) exige que observemos o nosso processo de organizar acontecer no *zigue-zague* entre esses cursos de ação, sujeitos a ambiguidades e contradições, desautorizando-nos a perseguir a ideia de uma organização absoluta, como uma coleção estável de componentes. Em vez de uma coerência completa ou organização absoluta, portanto, o *escalonamento relativo* entre *scripts* (LATOUR, 2013) permite ao nosso campo registrar personagens que participam de *conexões entre dois ou*

mais scripts. As interseções entre os diferentes cursos de ação, desse modo, proporcionam reunir os *scripts* operados, em um *arranjo de práticas* com alguma estabilidade.

As cisternas, por exemplo, constituem atores que se apresentam nos pontos de encontro entre vários *scripts* em operação no campo estudado, permitindo a vários outros personagens movimentar-se de modo mais fluido entre os cursos de ação. As cisternas marcam interconexões entre operações como a gestão de programas públicos (P1MC; P1+2; Cisternas nas Escolas; etc); as práticas pedagógicas de formação em CSab; e as práticas de captação, armazenamento e manejo das águas, para citar algumas atividades. As relativas *fixidez* e *escala*, alcançadas pelo processo de produção de cisternas, leva tal tecnologia a contribuir para imprimir razoável estabilidade ao arranjo de práticas envolvidas, por figurar na intersecção entre vários *scripts*.

É de modo semelhante que as cabras estão nos nexos entre as práticas de conservação da Caatinga; a prática de formação em CSab; a prática da agricultura orgânica; a prática de uso medicinal da Caatinga; e a prática da produção e armazenamento de forragens. Também, tal qual as cisternas, elas auxiliam a deslocar no tempo e no espaço a CSab e suas conexões.

Nesses arranjos, os *scripts* têm validades variáveis (*deadlines*), orientando a ação por um período específico de tempo. Quando o coordenador do Irpaa nos mostra uma listagem de inúmeros projetos desenvolvidos ao longo da história da ONG, compreendemos que ao mesmo tempo em que a imagem nos dá a ideia de continuidade, de uma ação estável, também percebemos que essa estabilidade tem sido *construída pela passagem entre experiências diversas*, cada uma limitada a um segmento específico de tempo. A descontinuidade dessas experiências e de seus *scripts*, dessa maneira, é ofuscada pelo *efeito de continuidade* da trajetória construída através de certo sequenciamento daqueles projetos. O ato de organizar, dessa maneira, sempre está em reprise (LATOURE, 2011; 2013).

A passagem entre um *script* e outro, por conseguinte, constitui a superação de um *gap* pelo qual se produz um importante *efeito de organizar*, desde que a *preposição* que singulariza nosso campo de práticas permaneça observada na conexão que suprime esse hiato. Por isso mesmo, enquanto lançava o Projeto Semiárido Produtivo, em 2017, a coordenação do Irpaa se mostrava apreensiva. O início do projeto significa o lançamento a um novo conjunto de *scripts*, o cruzamento de um *gap*, no qual *a perspectiva da CSab* ganhava nova oportunidade de ser levada adiante, em termos espaciais e temporais. Entretanto, tal oportunidade também se configurava, em alguma medida, como *risco*, dada a necessidade de lidar com novos atores (incluindo o *burocrático* BNDES), novos lugares (estados e comunidades fora do Território

Sertão do São Francisco), novas equipes e novos *frames* para a ação. Os desafios se impõem, não cessam.

Durante o encerramento do curso de formação de agentes de Ater, realizado com a equipe de profissionais que executaria o Projeto Semiárido Produtivo, Tiago fez a seguinte fala: “Eu agradeço pelo apoio de vocês em ajudar o Irpaa a escrever essa *nova página* da nossa luta pela Convivência com o Semiárido. Para nós, isso é prioridade institucional, sair da experimentação da proposta da Convivência aqui nessa região norte da Bahia e materializar essa experiência por esses cinco estados do Semiárido”.

Não é difícil compreendermos que não se tratava de um *momento qualquer*, mas de um passo muito particular, que poderia servir para assegurar de modo mais firme a trajetória de existência do nosso campo ou para fragilizá-la, em caso de insucesso na experiência. Paulo César, que coordenaria o projeto, disse aos demais presentes que estava tranquilo com o compromisso assumido, pois havia percebido que as pessoas ali traziam *bagagens* de várias outras experiências. Porém, ele não deixou de assinalar o caráter incerto daquilo tudo: “é *uma aposta* que o Irpaa está fazendo... é uma aposta minha também. E eu quero que seja uma aposta de vocês também”.

Além de passagens como essas, entre um *script* e outro, o processo de organizar presente nas práticas precisa assegurar o cruzamento de outro tipo de hiato: entre o lançamento de um *script* específico e a adesão a ele, pelos partícipes que ele designa (LATOURE, 2013). E não se trata apenas de questões asseguradas por eventuais hierarquias no trabalho das equipes de profissionais. Aquele projeto Semiárido Produtivo, por exemplo, prevê o envolvimento de centenas de famílias de agricultores com as práticas da CSab, em novos territórios. Dessa maneira, uma adequada adesão dessas famílias aos *scripts* envolvidos naquele projeto permaneceria uma incógnita por algum tempo.

É curioso observarmos que, conforme o projeto escrito, essas famílias precisam ter a experiência anterior de participação em dois programas públicos: o P1MC e o P1+2. Evidentemente, esse requisito atende à lógica de realizar um trabalho complementar com essas famílias, sendo que suas propriedades já dispõem de dois tipos de cisternas: a de 16 mil litros, para consumo humano (executada no âmbito do P1MC) e a de 52 mil litros, para produção de alimentos (resultante do P1+2). Por outro lado, também podemos considerar o quanto essas duas tecnologias possibilitam a conexão com os novos *scripts*, facilitando a adesão das famílias à trajetória específica da qual participa o Irpaa, conforme sua *orientação institucional* (Quadro 4.10).

Mas, não são apenas aquelas famílias que o projeto presume aderirem adequadamente às suas proposições. Das centenas de unidades familiares a serem inicialmente envolvidas nas atividades de *formação*, algumas dezenas participariam de uma etapa posterior de *estruturação de investimentos produtivos*. Isso marcava, ademais, uma grande preocupação relacionada ao momento de poucas chuvas na região: os impactos, sobre os objetivos do projeto, da conjuntura de seca prolongada por vários anos.

Os resultados desses investimentos a serem estruturados (sejam eles na criação de cabras, em apicultura, em produção de hortaliças ou beneficiamento de frutos locais) dependeria significativamente do comportamento futuro do regime de chuvas, do retorno das precipitações pluviométricas anuais às médias consideradas normais para a região. Dessa maneira, para o alcance de *scripts* bem sucedidos, não apenas *pessoas* precisam ser encontradas com disposição para adentrar nos *frames* operados, mas também outros seres variavelmente imprevisíveis (como chuvas, solos, plantas, caprinos e abelhas) precisam se comportar em consonância com as expectativas que o *script* incorpora. A diferença entre o sucesso ou o fracasso da experiência reside em respostas incertas de um conjunto variado de participantes.

Assim, além de ser continuamente performed, o processo de organizar em nosso campo de práticas precisa se manter sob a tonalidade correta, isto é, atendendo à *preposição singular* que proporciona reconhecer suas qualidades particulares, evitando diluir-se em um terreno indefinido. Em outras palavras, significa a incessante necessidade de produção e operação de *scripts* nos quais os seres participantes possam ser praticados conforme suas *peculiaridades ontológicas*. A organização, nesse sentido, é menos uma substância ou um domínio do que um aspecto produzido por sucessivos *atos de organizing bem-sucedidos*, mas sempre provisórios (LATOUR, 2011; 2013). Conforme Latour, esses atos exigem trabalho árduo “para evitar a dissipação da organização, reunindo-a em um arranjo durável cuja duração é indeterminada” (LATOUR, 2011, p. 6). No mundo da CSab, no qual mesmo o solo onde pisamos precisa ser protegido de forças dissipadoras diversas, não haveria de ser diferente com as *organizações*.

5 Considerações finais

“Alguns disseram que só não gostaram mais da história porque não tinha fim, mas o cego retrucou que nenhuma história tem fim, eles eram que pensavam que as histórias tinham fim”⁵⁷.

A pesquisa que deu corpo a esta tese foi empreendida com o propósito de compreender o modo peculiar de conectividade que singulariza o *enactment* na CSab, tornando-a discernível como um modo de *organizing* diferente, entre outros modos.

Percorrido o itinerário apresentado nos capítulos anteriores, pudemos caracterizar nosso campo de investigação como um arranjo de atividades específicas, que se encontram interconectadas, mobilizando, cada uma a sua maneira, elementos que havíamos identificado preliminarmente como ingredientes da CSab, listados no Quadro 1.1, no capítulo introdutório deste trabalho.

Ao longo das narrativas produzidas a partir do trabalho de campo, atores destacados na composição da CSab emergiram: de escolas rurais a águas pluviométricas ou subterrâneas; de cabras e ovelhas a povos tradicionais, cooperativas e associações; de mulheres e jovens rurais a sementes, frutos nativos, mudanças climáticas e políticas públicas diversas. Encontramos, portanto, no percurso etnográfico, personagens enunciados em documentos e discursos que nos tinham servido como aproximação inicial à CSab, quando a proposta de pesquisa propriamente dita ainda se encontrava em vias de formulação.

Mais do que uma listagem de atores, pudemos identificar variadas atividades nas quais eles são mobilizados: de construções de reservatórios hídricos a manifestações populares; do desenvolvimento de tecnologias a experimentações agrícolas; de processos educativos à gestão

⁵⁷João Ubaldo Ribeiro (2011). Viva o povo brasileiro. Rio de Janeiro: Objetiva.

de projetos; do manejo de animais, vegetais e de solos a debates técnico-científicos; de processos agroindustriais a execução de canções de protesto.

Mais que a coexistência, são as interconexões entre essas atividades que nos levam a compreender que a CSab constitui um arranjo, sustentado variadamente, no tempo e no espaço, conforme vários componentes seus cruzam atividades várias, mantendo-as em um enredo singular. Dessa maneira, cisternas de captação de água, por exemplo, encontram-se simultaneamente em atividades de dessedentação humana e/ou animal em propriedades rurais; em campos experimentais de instituições de pesquisa; mobilizadas na atuação de profissionais como engenheiros e agentes de Ater; operadas em escolas do campo; construídas por programas públicos de abrangência regional; etc. Como elas, outros atores, com diferentes gradientes de durabilidade e de mobilidade, irão configurar pontos de entrelaçamentos, de associações forjadas ao longo do tempo, a partir das quais a tessitura da CSab ocupa seu lugar no real.

Dessa maneira, os dados produzidos e as discussões postas no capítulo quatro emergem a partir das indagações formuladas no primeiro capítulo: em quais práticas se pode observar a CSab sendo performada? Quais os ingredientes recrutados por essas práticas? Como as associações entre esses elementos são configuradas? Quais realidades particulares são enactadas pelas práticas envolvidas na CSab? Por quais meios a CSab atinge um ordenamento básico que proporcione a estabilização relativa alcançada entre os elementos que a compõem?

Quanto a essas últimas duas indagações, em especial, observamos que mais do que conectar participantes preexistentes, o campo de práticas estudado *enacta* à realidade existências singulares, praticando-as, por conseguinte, em contornos muito específicos. O que particulariza a CSab, portanto, é a maneira pela qual sua performatividade é exercida, com a capacidade generativa de fazer emergir animais, plantas, jovens, agricultores, áreas de caatinga, águas e propriedades rurais, dentre outros atores, em *tonalidades* que os diferenciam de seus supostos congêneres participantes de outras atividades fora do arranjo da CSab.

Em nossa proposta de descrição da *diferenciação qualitativa* produzida pelo modo de associar que distingue o campo de práticas estudado, sugerimos seis pontos sensíveis, a saber: o sentido de ativismo e pertença politicamente engajada a um coletivo comum; o exercício de relações não hierarquizadas; a ideia de relação respeitosa entre pessoas e demais seres; a mobilização de elementos históricos e tradições como reforço ao sentido compartilhado de pertencimento; o emprego de linguagens acolhedoras que valorizem e favoreçam a familiaridade entre os participantes; a estética de um bem-estar com sobriedade, como pilares de um modo de vida digna no Semiárido. Esses *pontos* são, conforme sugerimos, qualidades

emergentes na maneira como as conexões são performadas entre os partícipes heterogêneos, humanos ou não. Compreendem *condições de verificação* necessárias a uma *boa articulação* da existência de qualquer partícipe àquela rede de associações, possibilitando distinguir entre partícipes cuja existência se encontra bastante articulada, de outros eventuais partícipes que exibem articulações menos estabilizadas.

Por fim, e em alusão àquela última indagação, destacamos que o coletivo apresenta uma trajetória relativamente estável, em que há certa *institucionalização de fluxos* e certa *rotineirização de atividades*. Isto é, o enredo no qual os partícipes se encontram associados exhibe um ordenamento e um sentido de continuidade, cuja tarefa de assegurá-los pode ser bem observada, por exemplo, em atividades envolvendo a gestão e a execução de sucessivos projetos, em ONGs como o Irpaa. A cada projeto, mantém-se a CSab em exercício por mais um período de tempo e/ou em mais um lugar, mobilizando seus partícipes às ações. Os *efeitos de organizar* decorrentes da passagem entre diferentes *scripts* como esses, em suas ininterruptas reprises, evitam - cada vez que exercitados, mas nunca de uma vez por todas -, a dissipação dos atores *enactados*, mantendo-lhes a singularidade característica da CSab.

Feitas essas considerações, mais relacionadas às compreensões ensejadas em resposta às indagações que motivaram a pesquisa, cabem algumas notas em atenção a aspectos de ordem teórico-metodológica que permearam o exercício da investigação. Esses aspectos implicaram fortemente no teor do trabalho realizado, não apenas nos dados produzidos e na discussão feita, mas na própria construção e na apresentação do relato produzido.

Nesse sentido, tomar nosso texto como relato não deriva da compreensão de que essa seja uma especificidade das ciências sociais, mas do entendimento de que *relatos* são aquilo que todas as ciências fazem. As particularidades no ofício das ciências, todavia, devem incluir o que Latour (2012) chama de *atenção contínua e obsessiva* com as questões de acurácia e pretensão à realidade, no sentido de redobrar continuamente as preocupações de que escrevamos bons relatos.

Em outro lugar (capítulo três), mencionamos também a compreensão quanto à *performatividade* dos textos. Tal caráter performativo, nessa lógica, é oriundo do pressuposto de que nada (muito menos um relato) pode ser considerado como tradução *em correspondência direta* com outra, mera reprodução e não alteridade. Por isso mesmo, essa característica na prática da escrita não deve ser tomada para abrimos mão do compromisso com a *qualidade textual*, mas, exatamente ao contrário, deve estimular a postura de concebermos *textos como experimentos*, de assumirmos tanto os *riscos* quanto a obsessão contínua em produzir relatórios

nos quais “o problema da exatidão e da veracidade *não* foi posto de lado” (LATOUR, 2012, p. 185, destaque no original).

Uma vez que nosso texto é indissociável do trabalho de campo, especialmente em virtude da orientação etnográfica que adotamos, a vigilância acima referida foi algo que procuramos cultivar ao longo da trajetória de pesquisa e não apenas no momento de preparação desse relatório final. Dessa maneira, ressaltamos que as discussões anteriormente tecidas, no capítulo quatro, consistem numa compreensão reflexiva elaborada mediante a análise dos dados que foram produzidos na pesquisa, portanto, completamente associada aos contornos metodológicos e teóricos da investigação.

Em termos metodológicos, pensamos ter realizado um itinerário que atendeu ao nosso intuito de dar corpo a uma *abordagem da prática*. Esse itinerário se mostrou pertinente ao propósito de ir além da identificação das atividades e partícipes do campo estudado, viabilizando a tarefa de discorrer sobre as singularidades qualitativas que encontramos. Ao mesmo tempo, nossa opção por dirigir a atenção para um conjunto de práticas, em vez de nos determos nas especificidades de um grupo mais limitado de atividades, teve um preço.

Esse preço inclui, sem dúvidas, uma impossibilidade de ampliar o registro sobre as pluralidades presentes em nosso campo, visto que apenas nas especificidades é que essas pluralidades se tornam compreensíveis. Desse modo, as multiplicidades que trouxemos à análise não encerram a diversidade ontológica do campo pesquisado. Nosso objetivo esteve mais relacionado a discutir algumas delas, em número e em profundidade que julgamos suficientes para que pudéssemos falar sobre as *distinções qualitativas* nos processos de organizar manifestados. De toda maneira, vale lembrar que toda realidade *enactada* em uma prática sombreia outras (LAW; LIEN, 2010), de forma que nosso preço está mais relacionado a não ter chegado a um *zooming in* (NICOLINI, 2012) de maior resolução, do que à implicação de ter aberto mão da possibilidade de um mapeamento completo.

Nosso percurso metodológico, portanto, mostrou-se adequado no sentido de que nos possibilitou a experiência de participar de atividades nas (e das) quais partimos para a exploração de multiplicidades. E essas multiplicidades nos permitiram desenvolver a compreensão, que ora trouxemos, sobre o que distingue o campo estudado. Significa dizer, também, que esse propósito foi, em alguma medida, um guia mais proeminente de nosso trabalho do que o desejo de uma minuciosa descrição sobre cada uma das atividades e ingredientes constituintes do coletivo em que adentramos.

Nosso itinerário metodológico, ainda, permitiu-nos um estudo que marca alguma diferença em relação ao modo mais frequente de empregar a Teoria do Ator-Rede nos estudos organizacionais. Isto é, nós nos lançamos numa investigação que não tomou o curso de metodologias mais experimentadas nesse campo, como a *análise ou cartografia de controvérsias* (VENTURINI, 2010; 2012; MORAES; ANDION E PINHO, 2017). Nem nos detivemos na exploração de conceitos clássicos como *caixas-pretas*, ou enfatizamos a tarefa de desdobramento de redes de associações e de identificação de heterogeneidades, tópicos que são mais comuns nos estudos que fazem uso da TAR, conforme registram Cavalcanti e Alcadipani (2013) e Camillis e Antonello (2016).

Nosso proceder metodológico, nesses termos, empregou a ideia de seguir os atores (clássica na TAR), mas acrescentou a tarefa de desdobrar as redes heterogêneas empregando o dispositivo analítico de *identificar preposições*, sugerido por Latour (2013), em sua etnografia da experiência moderna. O emprego que fizemos, do instrumento da *preposição*, sugere que podemos lidar com os conceitos de *erros de categoria*, *gaps superados em trajetórias de existência* e *modos particulares de verificação* para uma abordagem daquilo que singulariza os processos de organizar em um campo de práticas. Um modo analítico para tratar das particularidades do *organizing*, independentemente de estarmos nos referindo à experiência moderna e à *The Economy* abordadas por Bruno Latour (2013). Essa articulação teórico-metodológica, por conseguinte, possibilitou-nos uma maneira de cumprir o desafio de *identificar associações* juntamente com a *qualificação* dessas associações.

Em termos mais teóricos, a presente pesquisa esteve ancorada na ideia de *enactment* como *elemento diferenciador entre processos de organizar*, isto é, assumindo que a singularidade fundamental esteja no modo peculiar de produzir múltiplas ontologias, em meio à especificidade das práticas em um campo. Afastamo-nos, dessa forma, da ideia de *enactment* operado por meio de processos cognitivos (WEICK, 1973; 1979; 1989; WEICK; SUTCLIFFE E OBSTFELD, 2005; GIOIA, 2006), enquanto nos concentramos no conceito tal qual tomado pela abordagem pós-epistemológica da performatividade, em estudos como os de Law e Lien (2010); Law e Singleton (2013); Mol (1999; 2002); Woolgar, Coopmans e Neyland (2009) e Woolgar e Lezaun (2013). Esses últimos estudos, entretanto, não tratam explicitamente do caráter organizativo das práticas, elemento que enfatizamos em nosso percurso de pesquisa. Tais estudos focalizam suas discussões nos processos de constituição de realidades, como uma forma de, em sua maior parte, reivindicar um *status* empírico para as argumentações filosóficas, especialmente aquelas sobre ontologia.

Por meio da abordagem do *enactment*, pudemos tecer algum diálogo com outros estudos que localizam o fenômeno organizacional na prática, numa perspectiva processualista e evitando proceder ao modo das análises tributárias da sociologia estrutural. Embora estudos como Gherardi (2013; 2015; 2016); Feldman e Worline (2015); Feldman e Orlikowski (2011); Nicolini (2012); Eikeland e Nicolini (2011); Miettinen, Samra-Fredericks e Yanow (2009); Czarniawaska, (2008a; 2008b; 2009) e Schatzki (2005) não estejam necessariamente alinhados naquilo que chamamos de *discussão pós-epistemológica*, presente no conceito de *enactment* conforme o utilizamos, são estudos que compartilham o entendimento de que a prática é uma pertinente *unidade analítica e fenômeno fundamental* para o estudo do mundo organizacional.

No estudo que aqui apresentamos, essas questões teórico-metodológicas que destacamos acima foram basilares para o estudo das práticas de CSab que abordamos. Contudo, é importante destacar que esse suporte teórico-metodológico não incluiu a formulação de qualquer modelo prévio de análise com considerações explicativas sobre o comportamento dos elementos empíricos. Nossa ida a campo foi instrumentalizada apenas no sentido de nos orientarmos por princípios referentes ao próprio trabalho de produção e organização dos dados, bem como no sentido de auxiliar no foco temático sobre os aspectos que pretendíamos ressaltar.

Assim, procuramos relatar os resultados de nosso trabalho dando proeminência ao *mundo das práticas* que encontramos na experiência de pesquisa, destacando as lições que vêm da Convivência com o Semiárido brasileiro, aqui compreendidas por meio do vocabulário fornecido pela Teoria do Ator-Rede. Dessa maneira, procuramos adotar o conceito de rede como um *indicador de qualidade textual* (LATOUR, 2012), aproximando esse nosso relatório da ideia de um *relato ator-rede*. Com a TAR, concordamos que um bom texto é aquele no qual “cada um dos pontos [...] pode se tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma nova translação. Tão logo sejam tratados, não como intermediários, mas como mediadores, os atores tornam visível ao leitor o *movimento do social*” (LATOUR, 2012, p. 189, destaque nosso).

Procuramos utilizar o conceito de rede como *ferramenta descritiva* e nos afastar do recurso à mobilização de um *número reduzido de causas* que explicassem os *inúmeros efeitos* observados na experiência de pesquisa. Isso porque mobilizar poucas causas, ditas *sociais*, para explicar o muito que observamos, exigiria transformar a maior parte dos atores com os quais estivemos em meros *transportadores de causas*, em vez de verdadeiros atores, que fazem *diferença* em cena. Sobretudo, elencar poucas causas para os processos estudados, exigiria sermos pouco ou nada fiéis aos movimentos e especificidades que a trajetória de pesquisa nos

proporcionou identificar no campo da CSab. Em outras palavras, buscamos fazer do próprio texto um *locus* de tessitura (e de qualificação) das redes que estudamos.

Nesse *tecer* progressivo que apresentamos, a presença das narrativas sobre a experiência em campo, ao longo do capítulo quatro, foi uma maneira de possibilitar também ao leitor uma *compreensão reflexiva* sobre as questões em tela, para além da argumentação analítica propriamente apresentada. Por isso mesmo, julgamos importante não limitar as narrativas apenas aos elementos que seriam, em termos estritos, analisados. Avaliamos como necessário manter em maior número as conexões que visualizamos naqueles tópicos. Se mantivéssemos apenas os trechos sobre os quais tecemos comentários mais diretos, reduziríamos os tópicos disponibilizados à atenção do leitor(a) e, com isso, também as possibilidades de que ele(a) pudesse chegar a outras compreensões.

Por essas razões, pensamos ter experimentado um modo de fazer do texto uma *janela para a experiência* (BATE, 1997) ou de não distanciar esse trabalho daquilo que Linstead (2017) chama de *texto performativo*. Simultaneamente, as narrativas também auxiliam a aumentar a *polifonia* ou *multivocalidade* (SPENCER, 2007; JAIME JÚNIOR, 2003; 2017) presentes. Em suma, quanto mais exercitamos a escrita como meio para estender os *eventos* do mundo empírico para o *evento* da leitura, aumentamos nossas chances de sermos fiéis ao vibrante mundo de coisas que circulam nas experiências pesquisadas.

Em um mundo como o das práticas da Convivência com o Semiárido brasileiro, um território quente onde a vida se desdobra em contornos tão intensos e específicos, nenhum esforço de fidelidade seria demasiado. Nessa tarefa, supomos ter logrado algum êxito!

Referências

- AHRNE, G.; BRUNSSON, N.; HALLSTRÖM, K. T. Organizing organizations. **Organization**. 14(5), 619-624, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.
- ALCADIPANI, R.; HASSARD, J. Actor-network theory, organizations and critique: towards a politics of organizing. **Organization**. v. 17, n. 4, p. 419-345, 2010.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez. 2005.
- ANDRADE, J. A. Actor-Network Theory (ANT): uma tradução para compreender o relacional e o estrutural nas redes interorganizacionais? **Cadernos Ebape.BR**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2004.
- ASSIS, T. R. de P. Sociedade Civil, Estado e Políticas Públicas: reflexões a partir do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) em Minas Gerais. Tese. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.
- BEANE, M.; ORLIKOWSKI, W. J. What difference does a robot make? The material enactment of distributed coordination. **Organization Science**, 26(6), 1553-1573. 2015.
- BATE, S. P. Whatever Happened to Organizational Anthropology? **Human Relations**. Vol 50. Nº 9. 1997.
- BISPO, M. D. S. Methodological reflections on practice-based research in organization studies. **BAR-Brazilian Administration Review**, 12(3), 309-323, 2015.
- BISPO, M. Estudos baseados em prática: conceitos, história e perspectivas. **Revista interdisciplinar de gestão social**. 2(1). 2013.
- BOXENBAUM, E.; JONES, C.; MEYER, R. E.; SVEJENOVA, S. Towards an articulation of the material and visual turn in organization studies. **Organization Studies**. Vol. 39(5-6) 597–616. 2018.
- BUEGER, C. Pathways to practice: praxiography and international politics. **European Political Science Review**, 6(3), 383-406. 2014.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis**. London: Heinemann. 1979.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, J. **Power, action and belief: a new sociology of knowledge?** London: Routledge, 1986.

CALLON, M. Actor-network theory – the Market test. In: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor-network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing, 1999.

CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the big leviathan: how actor macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: KNORR-CETINA, K.; CICOUREL, A. V. **Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies**. Boston: Routledge & Kegan, 1981.

CAMILLIS, P. K; ANTONELLO, C. S. Da translação para o enactar: contribuições da Teoria Ator-Rede para a abordagem processual das organizações. **Cad. Ebape.BR**, v. 14, nº 1, Artigo 4, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2016.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no Semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 82, p. 65-88. 2014.

CASTRO, A. B. **Ensaio sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1975.

CAVALCANTI, M. F. R.; ALCADIPANI, R. Organizações como processos e Teoria Ator-Rede: A contribuição de John Law para os Estudos Organizacionais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, artigo 4, Rio de Janeiro, Dez. 2013.

CHIA, R. From Modern to Postmodern Organizational Analysis. **Organization Studies**. 16/4. Pp. 579-604. 1995.

CHOAT, S. Review. **Global Discourse**, 6:1-2, 136-139. 2016.

CLEGG, S. R.; KORNBERGER, M.; RHODES, C. Learning/becoming/organizing. **Organization**, 12(2), 147-167. 2005.

CLIFFORD, J. Sobre autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2002.

COOPER, R. The open field. **Human Relations**, v. 29, n. 11, p. 999-1017. 1976.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. **Organization Studies**, v. 9, n. 1, p. 91-112, 1988.

COOPER, R.; LAW, J. Organization: Distal and Proximal Views In: BACHARACH, S.B; GAGLIARDI, P.; MUNDELL, B. (eds). **Research in the Sociology of Organization**. Greenwich, CT: JAI Press. 1995.

COSTA, C. E. S. Ação e Heterogeneidade de Lógicas Institucionais na Construção da Convivência com o Semiárido em Alagoas. Tese. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE. 2017

CUNLIFFE, A. L.; ALCADIPANI, R. The Politics of Access in Fieldwork: Immersion, Backstage Dramas, and Deception. **Organizational Research Methods**. Vol 19 (4). 535-561. 2016.

CZARNIAWSKA, B. **Bruno Latour**: An accidental organization theorist. The Oxford handbook of sociology, social theory and organization studies. 2014.

CZARNIAWSKA, B. Organization Theory Meets Anthropology: A Story of an Encounter. **Journal of Business Anthropology**, 1(1), 118-140. 2012.

CZARNIAWSKA, B. Emerging institutions: pyramids or anthills? **Organization Studies**. v. 30, n. 4, p. 423-441. 2009.

CZARNIAWSKA, B. Organizing: how to study it and how to write about it. Qualitative Research in **Organizations and Management: an international journal**, v. 3, n. 1, p. 4-20. 2008a.

CZARNIAWSKA, B. **A theory of organizing**. Edward Elgar Publishing. 2008b.

CZARNIAWSKA, B. Organization studies as symmetrical ethnology. **Journal of Organizational Ethnography**, 6(1), 2-10. 2017.

CZARNIAWSKA, B. Performativity of social sciences as seen by an organization scholar. **European Management Journal**. pp. 1-4. 2016.

CZARNIAWSKA, B. Performativity in place of responsibility? **Journal of Organizational Change Management**. Vol. 24 Iss 6 pp. 823 – 829. 2011.

D'ADDERIO, L.; POLLOCK, N. Performing Modularity: Competing Rules, Performative Struggles and the Effect of Organizational Theories on the Organization. **Organization Studies**. Vol. 35(12) 1813–1843. 2014.

DE VOLO, L. B.; SCHATZ, E. (2004). From the inside out: Ethnographic methods in political research. **PS: Political Science & Politics**, 37(2), 267-271. 2004.

DINIZ, P. C. O. Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”: Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil – experiências no Semi-Árido. Tese. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande. 2007.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os estudos organizacionais. **Organizações e Sociedade**. v. 23, n. 76, p. 057-072, Jan./Mar.2016.

EDWARD, M. From actor network theory to modes of existence: Latour's ontologies. **Global Discourse**. 6 (1-2). 2016.

EIKELAND, O.; NICOLINI, D. Turning practically: broadening the horizon. **Journal of Organizational Change Management**, 24(2), 164-174. 2011.

FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing practice and practicing theory. **Organization Science**. 22(5), 1240-1253. 2011.

FELDMAN, M.; WORLINE, M. The practicality of practice theory. **Academy of Management Learning & Education**. 15 (2), 304-324. 2016.

FURTADO, C. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. RJ, Imprensa Nacional. 1959,

GARFORTH, L. Review. **Global Discourse**. 6:1-2, pp. 140-143. 2016.

GHERARDI, S. Prática? É uma questão de gosto! **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. 2(1). 2013.

GHERARDI, S. How the turn to practice may contribute to working life studies. **Nordic Journal Of Working Life Studies**, 5, 13-25. 2015.

GHERARDI, S. To start practice theorizing anew: the contribution of the concepts of agencement and formativeness. **Organization**. 23(5), 680-698. 2016.

GHERARDI, S. One turn... and now another one: do the turn to practice and the turn to affect have something in common? **Management Learning**, 48(3), 345-358. 2017.

GIDDENS, A. Introdução. In: GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

GIDDENS, A. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. H. (Orgs). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora Unesp. 1999a.

GIDDENS, A.; TURNER, J. H. Introdução. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. H. (Orgs). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora Unesp. 1999b.

GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: O Problema Da Imersão. In: MARTES, A. C. B. **Redes E Sociologia Econômica**. São Carlos: Edufscar, 2009.

GIOIA, D. A. On Weick: An Appreciation. **Organization Studies**. 27(11): 1709–1721. 2006.

GUZMAN, G. The grey textures of practice and knowledge: review and framework. **European Business Review**, 25(5), 429-452. 2013.

HARRIS, J. The ordering of things: Organization in Bruno Latour. **The Sociological Review**, 53(1_suppl), 163-177. 2005.

HASSARD, J.; COX, J. W. (2013). Can sociological paradigms still inform organizational analysis? A paradigm model for post-paradigm times. **Organization Studies**. 34(11), 1701-1728. 2013.

HANNERZ, U. Being there... and there... and there! : Reflections on Multi-Site Ethnography. **Ethnography**. Vol 4(2): 201–216. 2003.

HUMPHRIES, C.; SMITH, A. C. Talking objects: Towards a post-social research framework for exploring object narratives. **Organization**, 21(4), 477-494. 2014.

INGOLD, T. Anthropology is Not Ethnography. *Proceedings of the British Academy*. 154. 69–92. 2008.

INGOLD, T. Anthropology is not ethnography. **Proceedings of the British Academy**. Vol. 154, No. 2007, pp. 69-92. 2008.

INGOLD, T. That's enough about ethnography! **Hau: Journal Of Ethnographic Theory**, 4(1), 383-395. 2014.

INGOLD, T. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação*. 39 (3). 2016.

JOHANSSON, N.; METZGER, J. Experimentalizing the organization of objects: Re-enacting mines and landfills. **Organization**, 23(6), 840-863. 2016.

JÚLIO, A. C.; TURETA, C. Transformando lixo em luxo": a materialidade nas práticas da produção carnavalesca. **BBR. Brazilian Business Review**, 15(5), 427-443. 2018.

JAIME JÚNIOR, P. Etnografia, antropologia e o universo organizacional. **Revista de Administração Pública**, 30(6), 105-121. 1996.

JAIME JÚNIOR, P. Pesquisa em organizações: por uma abordagem etnográfica. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, 3(2). 2003.

JAIME JÚNIOR, P. Lendo um manuscrito desbotado: da produção à análise dos dados na pesquisa etnográfica em administração. *Seminários em Administração – XX Semead. Anais...* 2017.

LATOUR, B. **The pasteurization of France**. EUA: Harvard University Press, 1988.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. On recalling ANT. In: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor-network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing. p. 15-25. 1999.

LATOUR, B. **A esperança de pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. São Paulo: Edusc, 2001.

LATOUR, B. **Políticas da Natureza**: como fazer ciência na democracia. SP: Edusc. 2004a.

LATOUR, B. Why Has Critique Run out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern. **Critical Inquiry**. 30. 2004b.

LATOUR, B. "What's the story?" Organizing as a mode of existence. In: PASSOTH, J.; PEUKER, B.; SCHILLMEIER, M. **Agency without Actors?** New Approaches to Collective Action. London: Routledge. 2011.

LATOUR, B. **Reagregando o social:** uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012; São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, B. **An inquiry into modes of existence:** an anthropology of the moderns. Harvard University Press. 2013.

LATOUR, B. **Facing Gaia:** eight lectures on the new climatic regime. John Wiley & Sons. 2017.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório:** a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1997.

LAW, J. On the methods of long-distance control: vessel, navigation and the Portuguese rout to India. In: LAW, J. **Power action and believe:** a new sociology of knowledge? Heley: Routledge, 1986.

LAW, J. 'Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity', **Systems Practice**. 5 (1992), 379-93. 1992.

LAW, J. **After ANT:** complexity, naming and topology. In: Law, J.; Hassard, J. Actor-network theory and after. Oxford: Blackwell Publishing. 1999.

LAW, J.; MOL, A. Notes on materiality and sociality. **The Sociological Review**, v. 43, n. 2, p. 274-294. 1995.

LAW, J. Actor network theory and material semiotics. Disponível em: <<http://heterogeneities.net/publications/Law2007ANTandMaterialSemiotics.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

LAW, J.; SINGLETON, V. ANT and Politics: Working in and on the World. **Qualitative Sociology**. 36(4), 485-502. 2013.

LAW, J.; SINGLETON, V. Performing technology's stories: on social constructivism, performance, and performativity. **Technology and Culture**. 41(4), 765-775. 2000.

LAW, J.; LIEN, M. Slippery: Field Notes on Empirical Ontology. Disponível em: <http://www.sv.uio.no/sai/english/research/projects/newcomers/publications/working-papers-web/Slippery%20revised%2013%20WP%20version.pdf>. Acesso em 20 de Outubro de 2018. 2010.

LAW, J.; URRY, J. Enacting the social. **Economy and Society**. 33:3, 390-410. 2004.

LEONARDI, P. M. Theoretical foundations for the study of sociomateriality. **Information and Organization**, 23(2), 59-76. 2013.

LINSTEAD, S. A. Feeling the reel of the real: Framing the play of critically affective organizational research between art and the everyday. **Organization Studies**. 39(2-3), 319-344. 2018.

LINSTEAD, S. The social anthropology of management. **British Journal of Management**. 8(1), 85-98. 1997.

MARCUS, G. Ethnography Two Decades After Writing Culture: From The Experimental To the Baroque. **Anthropological Quarterly**, Vol. 80, No. 4, pp. 1127-1145. 2007.

MARCUS, G. Ethnography in/of the World System: The Emergence of MultiSited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**. 24, 95-117. 1995.

MARRES, N. Why political ontology must be experimentalized: On eco-show homes as devices of participation. **Social studies of Science**, 43(3), 417-443. 2013.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: a coruja de minerva: reflexões sobre a teoria na prática. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2, 31-60. 2001.

MARTIN, D.; SPINK, M. J.; PEREIRA, P. P. G. Corpos múltiplos, ontologias políticas e a lógica do cuidado: uma entrevista com Annemarie Mol. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 22, 295-305. 2018.

MCLEAN, C.; HASSARD, J. Symmetrical absence/symmetrical absurdity: Critical notes on the production of actor-network accounts. **Journal of Management Studies**, 41(3), 493-519. 2004.

MIETTINEN, R.; SAMRA-FREDERICKS, D.; YANOW, D. Re-turn to practice: an introductory essay. **Organization Studies**. V. 30, n. 12, p. 1309-1327, 2009.

MOL, A.; LAW, J. Embodied action, enacted bodies: The example of hypoglycaemia. **Body & Society**, 10(2-3), 43-62. 2004.

MOL, A. **The body multiple**: Ontology in medical practice. Duke University Press. 2002.

MOL, A. Ontological politics: a word and some questions. **The Sociological Review**. 47 (1). pp. 74 – 89. 1999.

MORAES, R. L.; ANDION, C.; PINHO, J. L. Cartografia das controvérsias na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil. **Cadernos EBAPE. BR**, 15(4), 846-876. 2017.

NICOLINI, D. Introduction. In: NICOLINI, D. **Practice theory, work and organization, an introduction**. Oxford: Oxford University Press. 2012.

NICOLINI, D. Zooming In and Out: Studying Practices by Switching Theoretical Lenses and Trailing Connections. **Organization Studies**. 30(12): 1391–1418. 2009.

NOBRE, J. C. A.; PEDRO, R. M. L. R. Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. **Cadernos UniFOA**, 5(14), 47-56. 2017.

PEREIRA, M. C. G. Água e convivência com o semiárido: múltiplas águas, distribuições e realidades (Tese). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo-SP. 2016.

PIMENTEL, R.; NOGUEIRA, E. E. Estudos baseados na prática: possibilidades metodológicas para pesquisas em estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, 25(86). 2018.

PIERIDES, D.; WOODMAN, D. Object-oriented sociology and organizing in the face of emergency: Bruno Latour, Graham Harman and the material turn. **The British Journal of Sociology**, 63(4), 662-679. 2012.

POZZEBON, M.; DINIZ, E. H.; MITEV, N.; VAUJANY, F. X. D.; CUNHA, M. P. E.; LECA, B. Joining the sociomaterial debate. **Revista de Administração de Empresas**, 57(6), 536-541. 2017.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**. V. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

REED, M. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.; Hardy, C.; NORD, W. **Handbook de Estudos Organizacionais**, 231-267. 2007.

SANTOS, T. A. Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil): a convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência (Tese). Universidade de São Paulo-SP. 2015

SAYES, E. Actor-Network Theory and methodology: Just what does it mean to say that nonhumans have agency? **Social Studies of Science**. 44(1), 134-149. 2014.

SCOTT, W. R. Reflections on a half-century of organizational sociology. **Annu. Rev. Sociol.**, 30, 1-21. 2004.

SCOTT, S. V.; ORLIKOWSKI, W. J. Sociomateriality—taking the wrong turning? A response to Mutch. **Information and Organization**. 23(2), 77-80. 2013.

SCHATZKI, T. Introduction: practice theory. In: SCHATZKY, T; KNOR-CETTINA, K.; VON SAVIGNY, E. **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, pp. 10-23. 2001.

SCHATZKI, T. R. The sites of organizations. **Organization Studies**, v. 26, n. 3, p. 465-84, 2005.

SCHATZKI, T. On Practice Theory, or What's Practices Got to Do (Got to Do) with It? **Education in an Era of Schooling** (pp. 151-165). Springer, Singapore. 2018.

SILVA, R. M. A. D. Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília (UNB). Brasília-DF. 2006.

SILVA, Á. P. G. O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no Semi-árido brasileiro. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS. 2002.

SPENCER, J. Ethnography After Postmodernism. In: ATKINSON, P.; COFFEY, A.; DELAMONT, S.; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. **Handbook of Etnography**. SAGE Publications, 2007.

STERN, D. G. The practical turn. In: TURNER, S. P.; ROTH, P. A. **The Blackwell Guide to the Philosophy of the Social Sciences**. Oxford: Blackwell, 2003, pp. 185-206. 2003.

TSOUKAS, H.; CHIA, R. Introduction: why philosophy matters to organization theory; **Research in the Sociology of Organizations**. Vol. 32, 1–21. 2011.

VAN MAANEN, J. Ethnography as Work: Some Rules of Engagement. **Journal of Management Studies**. 48:1. 2011.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, 19(3), 258-273. 2010.

VENTURINI, T. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. **Public Understanding of Science**, 21(7), 796-812. 2012.

VRASTI, W. The strange case of ethnography and international relations. **Millennium**, 37(2), 279-301. 2008.

WALSH, J. P.; MEYER, A. D.; SCHOONHOVEN, C. B. A future for organization theory: living in and living with changing organizations. **Organization Science**, 17(5), 657-671. 2006.

WEICK, K.; SUTCLIFFE, K.; OBSTFELD, D. Organizing and the Process of Sensemaking. **Organization Science** 16(4), pp. 409–421. 2005.

WEICK, K. E. Organized Improvisation: 20 Years of Organizing. **Communication Studies**. Winter 1989,40/4, Pgs. 241-248. 1989.

WEICK, K. E. **The social psychology of organizing**. Reading: Addison-Wesley, 1979. 1979.

WEICK, K. E. **A Psicologia Social da Organização**. São Paulo: Edgar Blucher: Edusp. 1973. 120 p. 1973.

WOOLGAR, S.; COOPMANS, C.; NEYLAND, D. Does STS mean business? **Organization**, 16(1), 5-30. 2009.

WOOLGAR, S.; LEZAUN, J. The wrong bin bag: A turn to ontology in science and technology studies? **Social Studies of Science**, 43(3), 321-340. 2013.

YANOW, D. Organizational ethnography and methodological angst: myths and challenges in the field. **Qualitative Research in Organizations and Management: an International Journal**, 4(2), 186-199. 2009.

Apêndice A – Fotografias referenciadas no Capítulo 4



Imagem 4.1



Imagem 4.2



Imagem 4.3



Imagem 4.4



Imagem 4.5



Imagem 4.6



Imagem 4.7

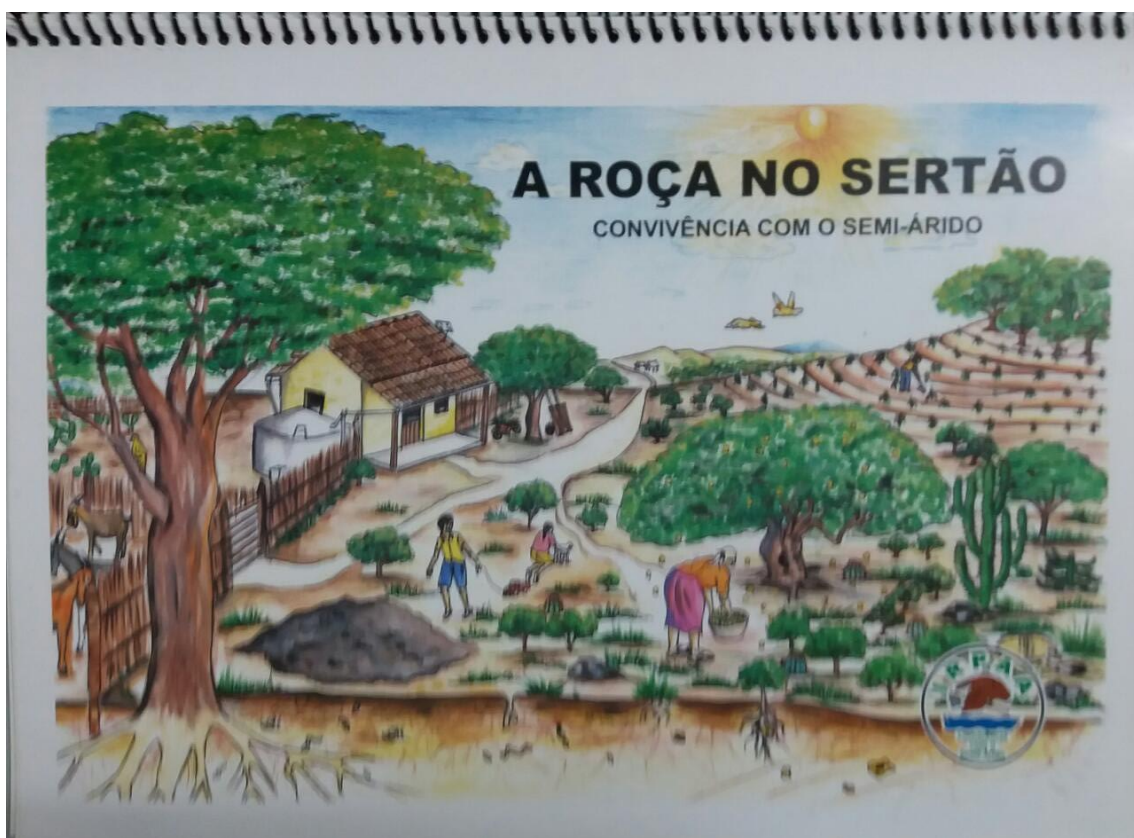


Imagem 4.8



Imagem 4.9

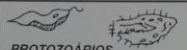
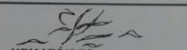
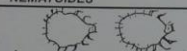
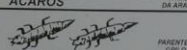
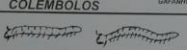
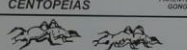
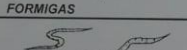
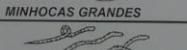
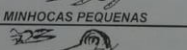
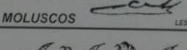
ANIMAIS QUE VIVEM EM 1M² DE SOLO		
ANIMAIS	QUANTIDADE	PESO (Gramas)
 PROTOZOÁRIOS	1.551.000.000	10
 NEMATÓIDES	21.000.000	40
 ÁCAROS	100.000	10
 COLEMBOLOS	50.000	20
 CENTOPEIAS	2.500	23
 FORMIGAS	—	—
 MINHOCAS GRANDES	800	400
 MINHOCAS PEQUENAS	200.000	26
 MOLUSCOS	50	30
 LAGARTAS	—	60
TOTAL		619 Gramas

Imagem 4.10



Imagem 4.11



Imagem 4.12



Imagem 4.13



Imagem 4.14



Imagem 4.15



Imagem 4.16



Imagem 4.17



Imagem 4.18



Imagem 4.19

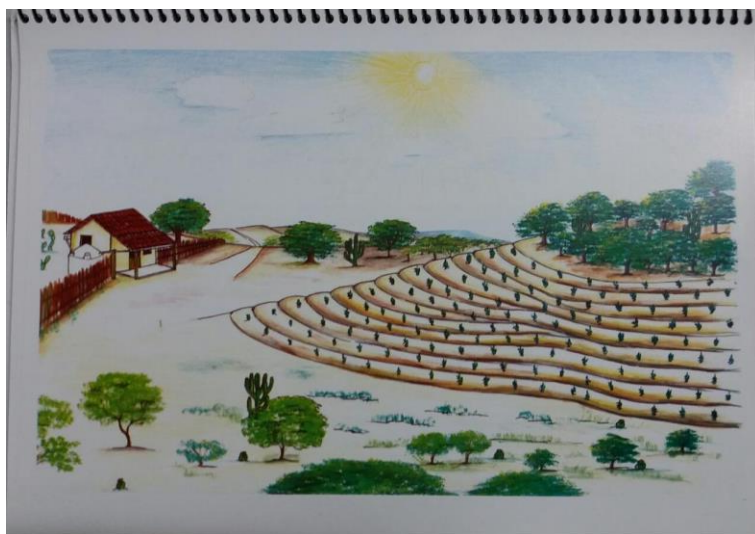


Imagem 4.20



Imagem 4.21

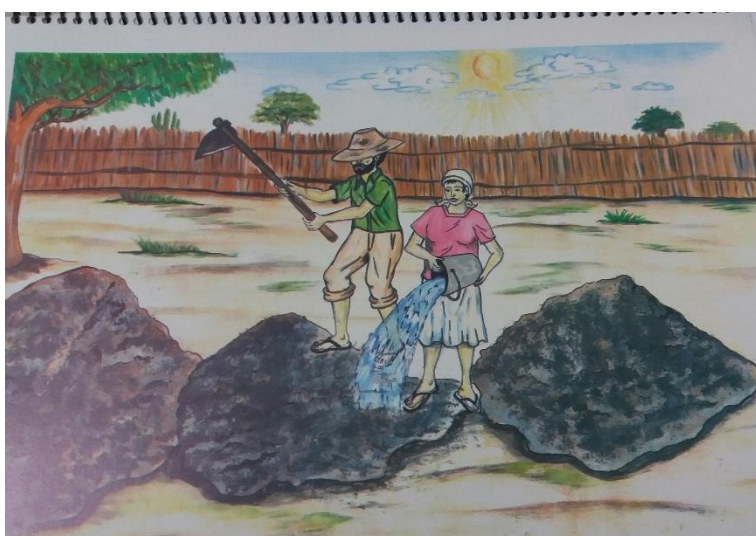


Imagem 4.22

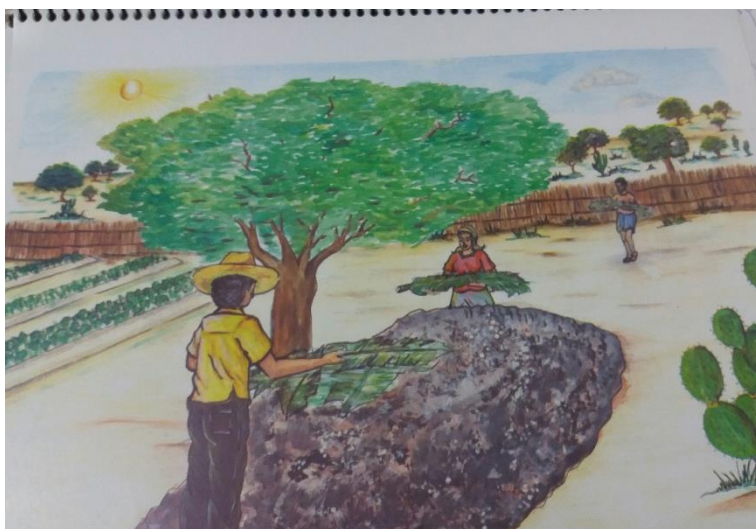


Imagem 4.23

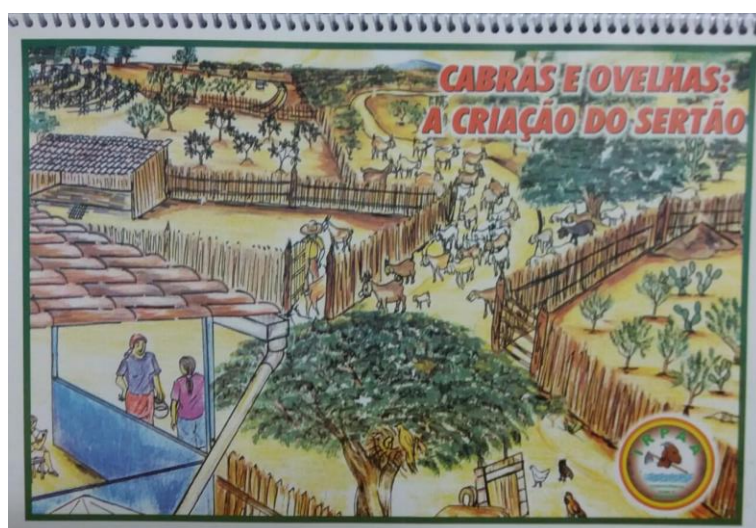


Imagem 4.24



Imagem 4.25



Imagem 4.226



Imagem 4.27



Imagem 4.28



Imagem 4.29

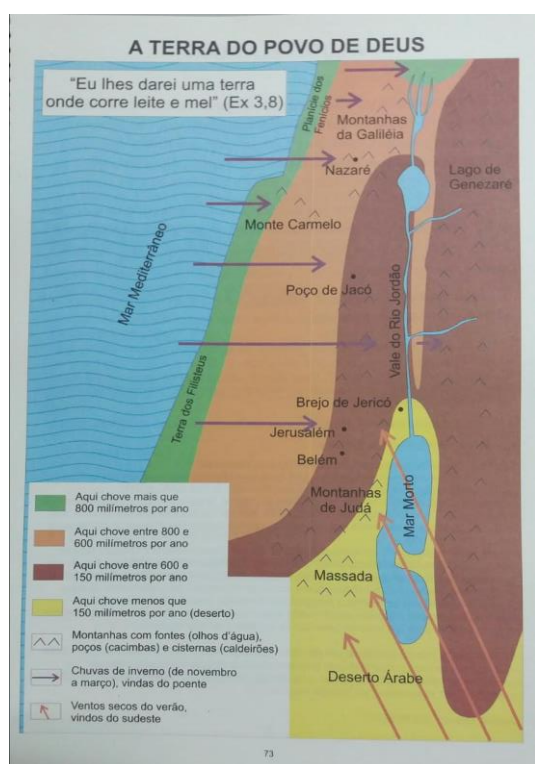


Imagem 4.30



Imagem 4.31.



Imagem 4.32



Imagem 4.33



Imagem 4.34



Imagem 4.35

PESO VIVO	CONSUMO DE ÁGUA (GASTO)	CONSUMO DE PASTO (GASTO)	NÚMERO DE CRIAS (FILHOS)	LEITE	SEGURO PARA PRODUZIR	GASTO COM CERCA	PREÇO MAIOR NA VENDA	PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA	PARA A LUTA DO POVO	C P
300 Kg	53 LITROS POR DIA	COME O MESMO QUE 8 CABRAS	1 CRIA A CADA 2 a 3 ANOS	3 LITROS MENOS DIGESTIVO	NÃO SUPORTA BEM O CLIMA	SO 4 FIOS SEGURA	É MAIS VENDIDO (PREÇO MENOR)	POUCO DIGESTIVO	É A CRIAÇÃO DO FAZENDEIRO (LATIFUNDIO)	
240 Kg	48 LITROS POR DIA	COMEM O MESMO QUE 1 VACA	30 CRIAS POR 2 ANOS	4 LITROS É MAIS RICO E DIGESTIVO (PREÇO 2X MAIOR)	SUPORTA BEM A IRREGULARIDADE DAS CHUVAS	9 FIOS O JEITO É CRIAR EM FUNDO DE PASTO	A PROCURA É GRANDE O PREÇO MELHOR	PRODUTOS MAIS SAUDÁVEIS	É BASE DA PRODUÇÃO FAMILIAR NO SERTÃO	

Imagem 4.36.



Imagem 4.37

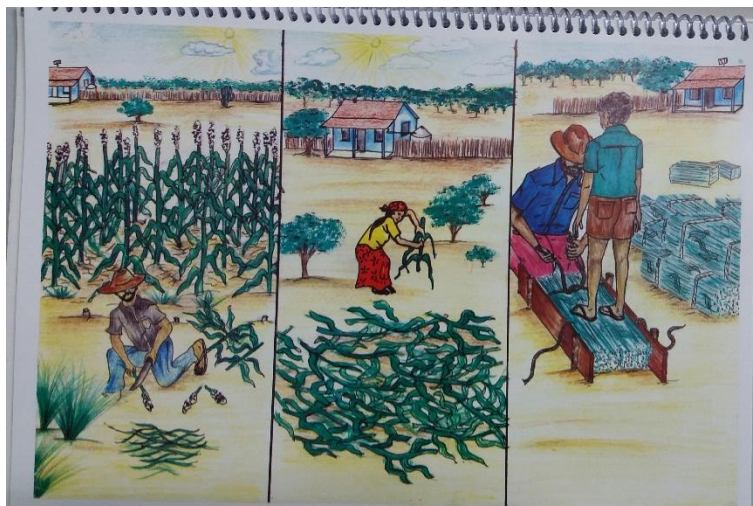


Imagem 4.38



Imagem 4.39



Imagem 4.40



Imagem 4.41

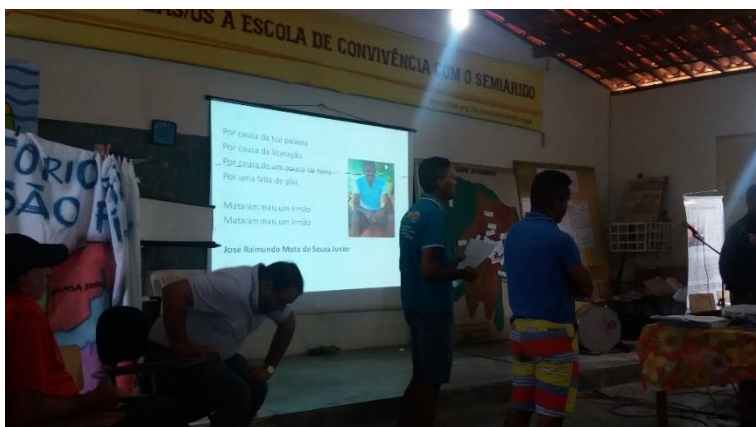


Imagem 4.42.



Imagem 4.43